

Ditadura, fontes históricas e usos do passado

Meize Regina de Lucena Lucas (Org.)



COLEÇÃO
HISTÓRIA
E HISTORIOGRAFIA

Organizadoras
Ana Rita Fonteles Duarte
Ana Sara Cortez Irffi

COLEÇÃO
HISTÓRIA
E HISTORIOGRAFIA

Organizadoras
Ana Rita Fonteles Duarte
Ana Sara Cortez Irffi



VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Ditadura, fontes históricas e usos do passado

Meize Regina de Lucena Lucas (Org.)

Sobral/CE
2020



Ditadura, fontes históricas e usos do passado

© 2020 copyright by Meize Regina de Lucena Lucas (Org.)

Impresso no Brasil/Printed in Brasil

COLEÇÃO
HISTÓRIA
E HISTORIOGRAFIA



VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Coordenação

Ana Rita Fonteles Duarte
Ana Sara Cortez Irffi

Conselho Editorial

Antônio Maurício Dias da Costa (UFBA)
Fábio Leonardo Castelo Branco Brito (UFPI)
Flávio Weinstein Teixeira (UFPE)
Francisco Régis Lopes Ramos (UFC)
João Paulo Rodrigues (UFMT)
James Green (Brown University)
Kênia Sousa Rios (UFC)
Paula Godinho (Universidade Nova de Lisboa)



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaoocult.com
sertaoocult@gmail.com
www.editorasertaoocult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antônio Jersfon Lins de Freitas

Revisão

Revisão textual de responsabilidade dos autores

Diagramação

Lucas Corrêa Borges

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

D615 Ditadura, fontes históricas e uso do passado./ Meize Regina de
Lucena Lucas. (Org.). – Sobral, CE: Sertão Cult, 2020.

320p. (Coleção História e Historiografia)

ISBN: 978-65-87429-48-9 - papel
ISBN: 978-65-87429-49-6 - e-book - pdf
Doi: 10.35260/87429496-2020

1. Ditadura. 2. Fontes históricas. 3. História- Passado. 4.
Pesquisa histórica. I. Lucas, Meize Regina de Lucena.
II. Título.

CDD 907.2

909

Coleção História e Historiografia

Esta coleção de livros que apresentamos para vocês é mais um produto de parceria iniciada em 2006, entre programas de pós-graduação em História das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Em 2020, com uma rede de colaboração e intercâmbio ampliada, formada por UFC, UFPE, UFPA, UFMT, UFPI, UFRN, UFBA, UFRPE, UFAM e Unifap, realizamos, entre 04 e 06 de novembro, o VI Seminário Internacional História e Historiografia. O evento, que deveria ter ocorrido presencialmente, em Fortaleza, no Campus do Benfica, na Universidade Federal do Ceará, acabou acontecendo de forma remota, por conta da pandemia de Covid 19. A manutenção do Seminário diz não somente de nosso esforço e ousadia em realizar um trabalho conjunto, descobrindo e aprofundando temas, debatendo e cruzando abordagens plurais, mas endossa nossa capacidade de resistência.

Os últimos anos trouxeram profundas dificuldades para a sobrevivência e realização das atividades das universidades públicas brasileiras, com abruptos cortes de recursos, redução da autonomia universitária e negação da ciência. Mas, especialmente, para os que produzem conhecimento na área de Humanas, os desafios são ainda maiores. Passam por campanhas que envolvem o desprestígio, acusações e perseguição. Para os historiadores brasileiros há um explícita tentativa de descredenciamento do saber produzido e acumulado em diferentes âmbitos de sua produção, especialmente em temas do

tempo presente, indiferença por métodos de pesquisa e construção de narrativas, além da banalização da verdade histórica, reduzida a versões interessadas sobre o passado.

Os ataques aos historiadores estão diretamente articulados a um cenário de intensa disputa política em que passados que não passaram são apropriados como instrumentos de mobilização política e conquista de fiéis. A produção histórica é relativizada por narrativas que mesclam notícias falsas e manipulação de dados e fatos, capazes de alimentar afetos e ressentimentos, no retrocesso de direitos e ameaças ao ambiente democrático.

Diante desse cenário, nossa rede de pesquisa sentiu a imperiosa necessidade de reflexão sobre a conjuntura social e política e, também, sobre as possibilidades da História em suas dimensões crítica e ética. Pesquisadores de várias universidades do Brasil e do mundo reuniram-se para discutir, sob a luz do tema Os Usos Políticos do Passado em conferências, mesas e simpósios temáticos, os desafios e possibilidades de nosso ofício num mundo em turbulência.

A Coleção História e Historiografia traz um panorama atualizado sobre alguns dos principais temas e áreas de preocupação dos historiadores brasileiros na atualidade. Os textos foram organizados em 10 livros temáticos – 1) Ditadura, fontes históricas e usos do passado; 2) História, Literatura e Historiografia; 3) História, memória e Historiografia; 4) História Agrária, migrações e escravidão; 5) História, espaços e sensibilidades; 6) Experiências atlânticas e História Ambiental; 7) Intelectuais, usos do passado e ensino de História; 8) Patrimônio, memória e historiografia; 9) Culturas políticas e usos do passado e 10) História da saúde e das religiões.

Esperamos que a coleção possa dar visibilidade a trabalhos produzidos em diálogos, trocas entre pesquisadores dos mais diferentes lugares e das mais distintas abordagens historiográficas, fortalecendo o trabalho conjunto entre grupos de pesquisa das instituições envol-

vidas. Desejamos, ainda, que os textos aqui reunidos possam ajudar a renovar saberes históricos, estimulando historiadores em suas tarefas de construção de novos objetos de pesquisa ou em suas atividades de ensino nas universidades ou redes básicas de ensino, além de possibilitar, a partir da reflexão crítica, novos futuros possíveis.

Ana Rita Fonteles Duarte

Profa. do Departamento de História e Coordenadora do PPGH - UFC

Tem doutorado em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É professora associada do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente, coordena o Programa de Pós-Graduação em História da UFC. É membro do corpo docente do Prohstoria (UFC). Tem experiência nas áreas de História e gênero, história das mulheres, gênero e ditadura no Brasil. Coordena o Grupo de Pesquisas e Estudos em História e Gênero (GPEHG/UFC/CNPq).

Ana Sara Cortez Irffi

Profa. do Departamento de História e Vice-coordenadora PPGH - UFC

Tem doutorado em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). É professora do Departamento de História da UFC. É vice coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História (UFC). Coordenadora do Laboratório de Pesquisa em História Econômica e Social - LAPHES. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando, principalmente, nos temas: mundos do trabalho, mundo rural, escravidão, História do Brasil, pesquisa, história e teoria.

Apresentação

A abertura dos arquivos da ditadura no Brasil, a partir da década de 1990, possibilitou uma renovação de temas e abordagens na historiografia produzida no século XXI. Em face das novas pesquisas, mesmo questões que pareciam assentadas como as razões do golpe contra o presidente João Goulart, a periodização do regime de exceção e as formas de repressão são postas de cabeça de baixo em busca de responder problemas que os dias atuais colocam. Seria o autoritarismo uma marca da cultura política nacional? Teria a juventude em bloco se colocado contra o regime de exceção? Caberia um protagonismo aos centros urbanos na resistência?

A própria noção de política (e de conflito) se desloca para o cotidiano e, dessa forma, as investigações recaem sobre comportamentos, atitudes e cultura de massa, identificando mobilizações por parte do Estado e adesões de amplos e distintos setores da sociedade. Ao mesmo tempo, a possibilidade de comparar experiências comuns que grassaram o continente permitem pensar não só as particularidades do autoritarismo na América Latina, mas também projetos compartilhados nos diferentes países.

Neste campo de trabalho, a memória emerge como um importante elemento a ser investigado, inclusive pelas inúmeras disputas que nela estão implicadas. Longe de contrapor os acervos outrora sigilosos às memórias, as pesquisas permitem importantes discussões sobre os usos do passado. Quais memórias puderam emergir no decorrer do tempo? Quando? E como? Não é demais lembrar que o

investigador lida sempre com memórias em disputa. E elas estão na pauta do dia, presente nas salas de aula, na internet, na imprensa, muitas vezes, inclusive, pela via do negacionismo. Assiste-se, hoje, a uma ferrenha desqualificação de algumas memórias, experiências e mesmo do fazer historiográfico.

A emergência de forças à extrema direita fez que o passado autoritário – e as discussões sobre seu significado e importância – tenha se tornado presente no cotidiano, na maior parte das vezes com o intuito de justificar forças retrógradas que se veem contempladas.

Há um impacto nos estudos que não pode ser desconsiderado: o da forma de pensar o documento e os acervos. Lacunares por natureza, os arquivos de regimes autoritários guardam vestígios dos ditos e dos silenciamentos; das imposições e das interdições; da ordem e da negação. É com dificuldade que, por vezes, o historiador que investiga a ditadura lida com a dimensão da imaginação, que se faz sempre presente em qualquer exercício de escrita, para gestar passados, idear futuros.

Questão a ser sempre enfrentada – pois sem imaginar é impossível saber –, é com ela que se completam as reflexões feitas neste livro. A imaginação e a escrita da história são indissociáveis de uma prática de leitura e compreensão das fontes.

Profa. Dra. Meize Regina de Lucena Lucas

Profa. Dra. do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará (UFC)

Tem doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pós-doutorado em História pela Universidade de Brasília (UNB), pela Universidade de Groningen (Holanda) e pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente, é professora associada da Universidade Federal do Ceará. Coordena o Grupo de Estudo e Pesquisa em História e Imagem (UFC/CNPq).

Sumário

Ditadura civil-militar brasileira, comportamento e políticas do cotidiano

Iracema – a virgem dos lábios de mel (1979): Literatura, História e Cinema a serviço da Embrafilme / 13

Moral, sexualidade e comportamentos: As identidades de gênero pela ditadura militar brasileira na disciplina de Educação Moral e Cívica / 29

Os Verdadeiros Estudantes Democráticos: Movimento Estudantil de Direita e o Golpe Civil-Militar de 1964 / 41

Televisão e crítica na imprensa: Visões sobre TV em debate no Brasil dos anos 1960 / 59

Entre análise e vigilância: o controle exercido sobre os movimentos feministas na ditadura militar brasileira / 77

A representação da mulher no jornal *Correio do Ceará* nos “Anos de Chumbo” (1969-1974) / 89

Fontes, imaginação e narrativas do passado

“A beleza fascina e encanta!” Propagandas de Beleza no Jornal O Norte na década de 1940 em Parnaíba-PI / 107

Crimes, narrativas e imaginação: o uso de fontes literárias e de periódicos para a (re)criação de crimes e prisões no Ceará na década de 1930 / 135

O grotesco e o insólito: Crimes, causos e infâmia nos periódicos fortalezenses / 151

Os fantasmas do arquivo e a fluidez da organização: reflexões sobre o descontínuo do documento / 169

Livros de crianças para crianças: descobertas, experiências e vivências no Núcleo de Educação Infantil da UFRN / 181

Ditaduras militares na América Latina, transições democráticas e usos políticos do passado

O MST reivindica a memória das vítimas camponesas da ditadura: memória, justiça e reparação na publicação do dossiê *Assassinatos no Campo: crime e impunidade - 1964-1985* / 201

História, memória e utopia nos “documentários sensíveis” em primeira pessoa sobre as ditaduras do Brasil e do Chile / 217

Jornal A Luta e as representações acerca do progresso da cidade de Campo Maior-PI (1967-1979) / 233

A experiência do cristianismo da libertação nos sertões de Crateús (1964-1998) / 251

Mortos e desaparecidos na Câmara de Deputados: luto e memórias traumáticas na Nova República (1995) / 269

Ditadura, disputas de memória e o papel dos historiadores no Brasil

Ditadura e disputas pela memória: as greves do Distrito Industrial de Manaus em 1985 / 289

De ordem superior: imprensa, política e autoritarismo em Teresina (1971-1975) / 301

Índice remissivo / 315

Ditadura
civil-militar brasileira,
comportamento e
políticas do cotidiano

Iracema – a virgem dos lábios de mel (1979)

Literatura, História e Cinema a serviço da Embrafilme

Naiara Leonardo Araújo¹

INTRODUÇÃO

Iracema – a virgem dos lábios de mel (1979), do cineasta Carlos Coimbra, se insere num momento político, perpassado pelo regime civil-militar, envolvido por tramas para a construção de uma indústria² cinematográfica nacional, capaz de dialogar e (re)afirmar símbolos para uma pretensa identidade para o cinema nacional. Tais tramas, que já tinham sido pinceladas durante o governo Vargas e se estendeu pelas décadas de 1950/60, começam a ganhar corpo com a criação do Instituto Nacional de Cinema (INC), em 1966, e *Embrafilme*, a partir de 1969. Daí em diante, observamos uma série de leis, decretos, normas, resoluções e prêmios que tentarão nortear

1 Graduada em História, pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e mestre pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Atua como professora temporária, no curso de Artes Visuais, da Universidade Estadual do Ceará – campus avançado da FECLI em Mombaça.

2 Retomamos o conceito de indústria a partir de Theodor Adorno e seu livro “Indústria cultural e sociedade” (2002), o qual foi pioneiro nas observações dos meios de comunicação como instrumento econômico e político, na análise das obras e suas receptividades por parte do público. Mas observamos também algumas problemáticas levantadas por Douglas Kellner (2001) e, por isso, optamos por tratar tanto com indústria cinematográfica nacional quanto por identidade cinematográfica nacional. Este último, no intuito de problematizar os símbolos e elementos pertinentes à formação de uma identidade nacional que perpassarão também o projeto para o cinema nacional.

esse projeto estatal para uma indústria cinematográfica brasileira. Destacamos a criação de um prêmio em dinheiro para o cineasta que produzir filmes adaptados da literatura nacional, de autores já consagrados e falecidos, no ano de 1973, como um elemento impulsionador das intenções estatais. Além da resolução e normas para cofinanciamento e financiamento de filmes históricos por parte da Embrafilme, a partir de 1975 (BERNARDET, 2009, p. 78-79).

É nesse cenário que observamos vários filmes se encaixarem dentro das duas propostas. As diversas adaptações das obras de José de Alencar, como *O Guarani* (1977, de Fauzi Mansur), *A Lenda do Ubirajara* (1975, de André Luiz Oliveira) e *Iracema – a virgem dos lábios de mel* (1979, de Carlos Coimbra), elencam tanto a representação indígena de uma época – pois costuma ser revisitada de tempos em tempos e vista como tabu nas narrativas nacionais (DUSBOIS, 2016, p. 182) – quanto o mito fundador de uma nação, forjado na segunda metade do século XIX, por meio da literatura alencarina da primeira fase do romantismo³ (SOMMER, 2004, p. 21). Filmes que representaram imagens de índios provinda não dos estudos históricos e vestígios do quinhentos, mas muito mais das literaturas oitocentistas responsáveis por romantizar os autóctones como elemento importante na fundação da nação brasileira.

No entanto, tais normatizações surgem após alguns consagrados títulos lançados no exterior, mas que sofreram alguma censura para circulação e exibição dentro do país – a exemplo dos filmes *Como era gostoso o meu francês* (1971), do Nelson Pereira dos Santos e *Iracema – uma transa amazônica* (1974), de Jorge Bodansky e Orlando Senna – ou ainda filmes que foram sucesso de bilheteria dentro

3 Citamos apenas as obras filmicas adaptadas da literatura fundacional indianista, mas não esqueçamos de produções como “Uirá sai a procura de Deus” (1973), de Gustavo Dahl, ou o documentário “Raoni” (1978), de Jean-Pierre Dutilleux e Luiz Carlos Saldanha, que além de participarem de festivais e terem publicidade internacional também surgiram em diálogo com as narrativas indígenas que se produziam contemporânea a eles, a exemplo do livro *Uirá a procura de Deus*, de Darcy Ribeiro.

do país – a exemplo de *Independência ou Morte* (1972), de Carlos Coimbra. Na primeira situação, observamos filmes que só obtiveram certificado de censura após o corte de algumas cenas, ou foi totalmente censurado durante alguns anos, mas aplaudidos nos festivais internacionais⁴. Já com a segunda situação, é possível que o governo e as instituições públicas de cinema tenham experimentado um momento ímpar para se projetar *horizontes de expectativas* para uma indústria cinematográfica nacional rentável economicamente e propagadora dos símbolos e identidade nacional.

Assim, analisaremos as teias de relações que perpassaram o momento de pré-produção e produção do filme *Iracema – a virgem dos lábios de mel* em torno do governo e das instituições públicas de cinema para, em seguida, observarmos a obra filmica propriamente dita, por meio da leitura de algumas imagens *traduzidas*⁵ da literatura.

AS NORMATIZAÇÕES PARA A INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA NACIONAL

Os passos legais para a construção de uma indústria cinematográfica nacional está presente já no decreto 55.202 de 1964, que define o que será considerado cinema brasileiro – talvez fruto dos intensos debates dos anos 1950 e início de 1960, iniciados por meio do segmento artístico para o cinema - produtores, cineastas, atores etc. – governos e setor econômico⁶. Dois anos depois, por meio do decre-

4 Nelson Pereira dos Santos só obteve certificado de censura, após concordar em cortar 4 cenas sugeridas pelo censor, por considera-las de nudez masculina explícita, conforme consta no relatório, disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>, acessado em julho de 2020. Já *Iracema – uma transa amazônica*, só obteve certificado de censura no ano de 1981, conforme entrevista de Orlando Senna para o jornal do Verde, Ano I, agosto de 1981.

5 Utilizamos o vocábulo “tradução”, conforme emprega Júlio Plaza (2013), para anunciar o processo intersemiótico que ocorre quando o texto de partida – no caso, a literatura – e o texto de chegada – o cinema – são representados por meios semióticos diversos.

6 É importante lembrar que o movimento do Cinema Novo marcou presença ao longo desses anos que precedem o decreto. Inspirando-se nos cinemas da Itália e da França, seus intelectuais e cineastas acreditavam na construção de um cinema nacional, financiado pelo Estado, que tratasse de temas e estéticas próprias ao Brasil (MASCARELLO, 2012, p. 289).

to-lei 43, cria-se o Instituto Nacional de Cinema (INC), órgão que foi responsável pela publicação da *Revista Filme Cultura* até meados de 1975, momento em que a *Embrafilme* (criada em 1969) tem as suas atribuições ampliadas, através da lei 6.281.

Além desses órgãos incentivadores e divulgadores da produção cinematográfica brasileira, assistiremos também o emergir de aparatos fiscalizadores dessas produções e exibições, seja nas salas de cinema no território brasileiro ou mesmo no exterior e em participações nos festivais. É o caso da lei 5.536 de 1968, que “dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas”⁷. No seu artigo 3º observamos que os filmes devem levar em conta “o regime representativo e democrático, à ordem e ao decôro públicos, aos bons costumes, ou ofensivas às coletividades ou às religiões ou, ainda, capazes de incentivar preconceitos de raça ou de lutas de classes”⁸, aspectos que aparentam de início estabelecer uma continuidade com as discussões dos anos anteriores. Posteriormente, por meio do decreto 70.665 de 1972, cria-se a *Divisão de Censura de Diversões Públicas* (DCDP), órgão que tornou mais rígida a censura ao cinema.

Já por meio da *Revista Filme Cultura*⁹, observamos a criação, no ano de 1973, de uma premiação em dinheiro “para a melhor produção nacional de longa metragem baseada em obra literária de escritor brasileiro de reconhecido valor e já falecido”. E, o diretor da *Embrafilme*, Walter Borges Graciosa, completa afirmando que tal ação vai beneficiar “o produtor de filme que mais se preste “à divulgação

7 Informações detalhadas e demais legislação, publicada até o ano de 1972, é possível de ser consultada no livro “Cinema – Legislação atualizada anotada e comentada” editado pelo Instituto Nacional de Cinema, do Ministério da Educação e Cultura, publicado no ano de 1972, por meio do diretor do departamento do filme de longa metragem Alcino Teixeira de Mello.

8 Lei n. 5.536, de 21 de novembro de 1968, art. 3º, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5536-21-novembro-1968-357799-publicacaooriginal-1-pl.html>, acessado em setembro de 2020.

9 As edições de n. 10 a 39 compreendem um recorte de julho de 1968 a novembro de 1981. A revista, produzida pelo INC, era meio responsável pela divulgação das resoluções e normas para o cinema. A referida fonte se encontra em arquivo pessoal, digitalizadas.

dos melhores autores brasileiros e à formação de uma boa imagem da cinematografia nacional”¹⁰. Essa preocupação com a “boa imagem” do cinema nacional sinaliza para o interesse institucional de selecionar quais temas devem ser valorizados em prol da construção de uma identidade para o cinema nacional. Vale ressaltar que a mesma revista, já na edição de 1970, se dedicara a falar sobre a relação do Cinema com o Romance, as adaptações de literatura e “Utopias do Romance filmado”¹¹.

A Revista destaca ainda, na sua edição de janeiro e fevereiro de 1971 uma matéria intitulada “A hora e a vez dos filmes históricos” na qual observamos o ministro Jarbas Passarinho anunciar: “o INC estuda agora com produtores e diretores brasileiros temas e projetos de filmagem do nosso glorioso passado histórico”¹². Surge, assim, o filme de Carlos Coimbra, *Independência ou Morte* (1972), que conta com declarada aprovação do presidente Médici e sugestão de divulgação nas escolas (MORETTIN, NAPOLITANO, 2019, p. 33-56). Mas a *Embrafilme* somente entrará como cofinanciadora de filmes históricos a partir de 1975, momento em que estabelecerá os critérios para submissão de um projeto com temática histórica, criação de uma comissão de seleção prévia e normas para obter investimento financeiro¹³.

A indústria cinematográfica brasileira, que parece ter seu “avanço irrestrito” a partir de 1969 (RIDENTI, 2010, p. 90), elencará ao longo dos anos 1970 uma produção variada e ampla – filmes que trazem ainda elementos próximos aos cinemanovistas, filmes que corroboram as falas estatais, rumo aos “bons costumes”, além das

10 Revista Filme Cultura, edição n. 23 de janeiro e fevereiro de 1973, p. 63.

11 Revista Filme Cultura, edição n. 14 de abril e maio de 1970, p. 42.

12 Revista Filme Cultura, edição n. 18 de janeiro e fevereiro de 1971, p. 3.

13 Serviço Nacional de Informação, p. 57-99, do Arquivo Nacional digital, por meio da referência 927/9/76, disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=roteiro&v_fundo_colecao=1009110&Pages=3, acessado em set. 2020.

pornochanchadas (considerada uma produção marginal).¹⁴ Os embates entre as produções, órgãos financiadores, fiscalizadores e divulgadores, portanto, raramente se alinhavam em torno do projeto de identidade de cinema nacional almejado pelos militares. Já no final da década de 1970 para início de 1980 assistiremos, no governo de Figueiredo, um certo abrandamento dessa censura, fator que permitiu, enfim, a liberação do certificado de censura para alguns filmes, como *Iracema – uma transa amazônica*, no ano de 1981.

Nesse sentido, *Iracema – a virgem dos lábios de mel*, serve de exemplo para observarmos mais de perto os elementos preteridos para a indústria cinematográfica brasileira, por parte dos militares. Estes buscaram inspiração na indústria cinematográfica hollywoodiana, considerada a maior exibidora e possuidora das maiores bilheterias no Brasil. Buscou-se também os símbolos e mitos forjadores da nação brasileira, (re)afirmadores da identidade nacional – as belezas naturais, os heróis nacionais, os autóctones, as literaturas de fundação. Percebemos, portanto, que o filme perpassa esses variados elementos.

Mas antes de adentrarmos na análise do filme de fato, se faz necessário abriremos um parêntese para observar a literatura, produzida pelo escritor e político José de Alencar e lançada no ano de 1865, durante o momento da primeira fase do romantismo no Brasil, a fase considerada indianista. Livro e autor foram recebidos com sucesso, apesar de o tempo não ter mantido essa imagem intacta e do próprio autor ter necessitado sair em defesa da sua obra (ALENCAR, 1959, p. 691). A narrativa gira em torno do enlace amoroso entre Iracema, a índia tabajara possuidora do segredo da jurema, receptiva e apaixonada, e Martim, o colonizador português, amigo dos índios pitiguaras.

14 Vismail Xavier elenca os “autores” do cinema nacional que concordaram com os códigos de comunicação amplamente aceitos pelo público, a exemplo de Roberto Farias, e “cineastas que buscam variados compromissos entre os imperativos da expressão pessoal e os códigos vigentes”, como é o caso de Nelson Pereira dos Santos. Há ainda aqueles que assumem posição de conflito, dentre eles está Glauber Rocha (XAVIER, 2001, p. 54-55).

Está também presente ao longo de toda a narrativa os vernáculos tupis, aspectos que levaram ao político José de Alencar à luta, sem sucesso, para uma língua oficial que contemplasse os vocábulos não portugueses, para uma língua dita “brasileira” (SOMMER, 2004, p. 176).

Machado de Assis, ao refletir sobre a literatura nacional, coloca o índio na condição de “raça extinta”, “vencidas há muito pela civilização”, contatadas pelo escritor apenas a partir das memórias dos cronistas e imaginadas de maneira idílica (ASSIS, 1959 [1873], p. 31). O autor também não acreditava que a “civilização brasileira” tivesse qualquer ligação com o “elemento indiano”. No entanto, é importante observar que as etnias autóctones não estavam completamente dizimadas do território, mas foram invisibilizadas¹⁵ na história escrita, dos séculos XVI ao XIX (ALMEIDA, 2010, p.6). A fala de Assis é emblemática para compreendermos o lugar do índio na sua época: como um inimigo da civilização, alguém inexistente e que, por isso, não deve ser aclamado numa poesia ou romance, símbolos de civilidade.

Ao destacar Gonçalves Dias e José de Alencar ele ainda observa que os escritores devem falar de seu tempo e espaço, ainda que estejam a escrever sobre outros tempos e espaços. Assim, José de Alencar trabalha em Iracema a estilística narrativa do movimento romântico, a valorização da história rumo a um passado mítico, o sentimento em detrimento da racionalidade etc. (ARGAN, 1992, p. 30), seguindo uma tendência provinda da Europa, para criar o personagem índio que transita entre a sua imaginação, as pesquisas realizadas e o lugar do índio contemporâneo a ele. Esse índio se torna, portanto,

15 Almeida (2017) observa que, ao longo do século XIX, se construiu uma política de assimilação do índio, por meio da miscigenação ou procurando “civiliza-los”. Tais processos acabavam por promover o apagamento das memórias e culturas étnicas de grupos e subgrupos indígenas, que passaram a se denominar caboclos e perderam suas terras e aldeias. Talvez seja esse um dos motivos para a historiografia do século XIX, por meio de nomes como Von Martius e Varnhagen, acreditar que os índios já se encontravam assimilados à sociedade (REIS, 2007, p. 38).

um personagem mítico, idealizado visto que ninguém mais consegue vê-lo, que precisou morrer para dar lugar ao mundo “civilizado”.

O índio se torna ainda o símbolo revisitado com frequência para a manutenção do mito fundador nacional e da identidade nacional (HALL, 2006, p. 48-56). Emerge nas artes, por meio da pintura e literatura romântica de fins do século XIX, é revisto na Semana de Arte Moderna de 1922 e comumente representado no cinema, ao longo do século XX. E *Iracema – a virgem dos lábios de mel*, está inserido em seu tempo, o qual apresenta outros diálogos com as escritas históricas, com outras produções de memórias e, enquanto tradução intersemiótica, representa imageticamente um outro mito fundador. O filme, produzido e lançado no ano de 1979, recebeu um dos maiores financiamentos por parte da *Embrafilme*, conforme consta no relatório produzido pelo órgão, e obteve uma das maiores bilheteria dentro os filmes nacionais exibidos no ano.¹⁶ Próximo dos interesses militares para o cinema nacional, Coimbra se inspira na estética hollywoodiana para conduzir a narrativa, como observaremos a seguir.

A IRACEMA NO CINEMA

Iracema – a virgem dos lábios de mel segue a narrativa do romance, com seus personagens, tempo e espaço, com a linearidade proposta pelos capítulos, com seus diálogos que vertem sobre vocábulos da língua tupi. Filme e romance têm início com a vasta extensão do mar, uma jangada, um homem branco, um cachorro e uma criança, que vão se distanciando da costa, mas guarda os olhos “presos na sombra fugitiva da terra; a espaços o olhar empanado por tênue lágrima cai sobre o jirau [...]. Nesse momento o lábio arranca d’alma um agro sorriso. Que deixas ele na terra do exílio?” (ALENCAR, 1865, p. 88).

16 O referido relatório se encontra digitalizado, no site do Arquivo Nacional, disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>, acessado em jul. 2020.

A narrativa inicia, portanto, com a cena final e só nos apresenta a índia Iracema a partir do capítulo 2.

Enquanto no romance o narrador aparenta ser o próprio Alencar contando a história de um homem que deixa a costa cearense carregado de saudade, no filme são as imagens que *traduzem* o momento. Martim e Moacir são os sujeitos que corporificam a imagem pretendida para a descoberta e colonização do Brasil, para o lugar do índio do século XIX e reafirmado nas imagens de 1979. Moacir é filho da relação entre o homem branco “civilizado” e a índia tabajara, o primeiro cearense que ainda criança viaja para além-mar, para o mundo “civilizado”. A miscigenação é vista pelo romance e filme como o florescer da nação brasileira, talvez por isso a morte de Iracema seja necessária – metáfora para sedimentar um passado anterior à civilização, que anuncia o novo, o brasileiro Moacir.

“Iracema, a virgem dos lábios de mel, que tinha os cabelos mais negros que a asa da graúna e mais longos que seu talhe de palmeira” (ALENCAR, 1865, p. 10), é assim descrita por José de Alencar nos momentos que antecedem ao encontro com Martim. Sua representação no filme, além de se aproximar da psicologia construída por Alencar, apresenta uma índia embranquecida, caricaturada porque veste adereços de penas e anda tranquilamente em sua nudez. Representação essa que era também amplamente difundida na educação por meio dos livros didáticos¹⁷ e que pode ter sido a fonte alternativa de pesquisa para Coimbra, ou seu interesse em fazer emplacar mais um de seus filmes com o indicativo do governo para usos educativos, numa nítida proposta de pedagogização cultural (KELLNER, 2001, p. 10). Esta última alternativa talvez tenha sido a mais provável visto que durante a cena de conflito entre os tabajaras e os pitiguaras

17 A título de exemplo podemos destacar um livro Integrado, na parte referente aos Estudos Sociais, que apresentam no assunto “Composição étnica” os índios como “os representantes naturais de nossa terra”, com uma imagem situada ao lado do texto, na qual identificamos os adereços de pena, a cor azul nos olhos e o corte de cabelo, como o estereótipo do índio brasileiro (MARQUES, 1985, p. 209).

Coimbra recorre a desenhos estáticos, apresentados em alternância com as personagens.

Destacamos aqui uma cena: Iracema e Martim chegam a um rio após terem deixado as entranhas da terra, gruta onde habita Tupã. Iracema diz: “descansa que, enquanto isso, vou conversar com as águas, minhas amigas”. Martim se recosta próximo a um rochedo e assiste Iracema molhar seu corpo com suas mãos em conchas. *Close-ups* alternam as duas personagens e expõem, por meio de seus rostos, suas emoções. Detalhes recortam o corpo de Iracema – boca, seios molhados e acariciados por uma flor, abdômen – alternadamente. Iracema vai ao encontro de Martim ao perceber sua inquietude e os dois se envolvem sexualmente. Ao fim do *mancebo* (para usar um vocábulo próximo de Alencar), os dois descansam deitados na margem do rio, ofegantes, enquanto flores caem feito chuva sobre seus corpos e destaca uma flor branca pousada delicadamente no rosto de Iracema.

Aqui, o tempo da cena e do romance divergem. Neste, o narrador anuncia apenas a caminhada até o vale para alcançar a “falda do rochedo, que ia morrer à beira do tanque, em um maciço verdume” (ALENCAR, 1865, p. 56). Na cena o tempo se distende, abre uma fissura que se desenrola maior na narrativa fílmica do que no transcorrer do filme propriamente, mas, inversamente, o maior tempo transcorrido é dedicado aos *detalhes* recortados do corpo de Iracema do que à narrativa fílmica propriamente dita. Conforme Vieira e Soares, a personagem é erotizada, tornando-a “vulnerável e passiva diante dos acontecimentos da narrativa, além de menosprezarem seus traços de heroína mítica” (VIEIRA; SOARES, 2017, p. 127.). Na montagem¹⁸ do plano final, os *signos*¹⁹ índia e flor branca passam de

18 Para Deleuze (2018), a montagem pode ser compreendida tanto como a sequência dos planos para uma composição final do filme, quanto a montagem de uma única cena, composta por meio de seus elementos e disposição no plano.

19 Aqui tomamos como referência teórica os estudos do escritor Roland Barthes sobre a semiologia, por meio das obras “Elementos de Semiologia” (2012) e “Mitologias” (2012).

imagens-afecção para *imagens-reflexão* ao significarem o desabrochar da virgindade de uma índia com traço cristão (DELEUZE, 2018, p. 45-70).

Essas brechas na narrativa do romance, na qual Coimbra enxerta imagens próximas de um cinema hollywoodiano são aceitas pela DCDP que as consideram coerentes com a temática do filme. O ícone Iracema entra em conflito com o ícone da pornochanchada, a atriz Helena Ramos, que se sobressai na cena acima detalhada e apresenta muito mais o espaço dedicado ao corpo feminino no cinema brasileiro de então, do que a mítica índia de Alencar. A estética hollywoodiana pode ser vista como influência direta também na cena do encontro com o mar. Iracema, assustada diante desse primeiro contato, expande seus horizontes ao mesmo tempo que se entristece por deixar para trás as suas origens. Já Martim caminha para além mar como quem busca o retorno para sua casa e vibra de felicidade. Desse contato proporcionado pelo mar, Iracema e Martim se enlaçam e rodam na praia, numa cena que muito se aproxima da clássica cena de amor do filme *Intriga Internacional* (1959), de Alfred Hitchcock.

Coimbra produz um filme do gênero romance, aqui utilizado talvez para proporcionar maior empatia entre os espectadores e proximidade com o cinema hollywoodiano, em consonância com o interesse estatal. Para alcançar tal efeito, ele ainda anula trechos do romance alencarino que narram momentos de conflito interior por que passa Martim, mesmo após o envolvimento com Iracema – a saudade da amada que o aguarda além mar, a vontade de retornar para sua casa, o semblante entristecido. Ao mesmo tempo que reforça na imagem uma Iracema dependente de Martim, que sofre com a ausência do amado. Trata-se, portanto, de apresentar e reafirmar o empenho português na construção da nação brasileira ao mesmo tempo que exhibe uma nativa carente de um guia, ingênua e não civilizada.

A cena da partida de Martim e Poti, por outro lado, nos apresenta, enfim, elementos e símbolos pertinentes a cultura indígena, grafados por Alencar. Primeiro porque os diálogos entre Martim e Poti são transcritos quase sem modificações, com imagens que cortam ora para um personagem ora para o outro, num plano de 180°. Em seguida, a narrativa da mensagem deixada para Iracema pode ser vista no desenrolar das imagens e falas de Poti, que toma a voz do narrador alencarino e esclarece ao espectador o *significado* de sua mensagem. Assim, com uma flecha fincada ao chão, atravessada por uma presa (o goiamum) e um ramo de maracujá (símbolo da lembrança) entrelaçado na haste da seta, “ele manda que Iracema ande para trás, como o goiamum, e guarde sua lembrança, como o maracujá guarda sua flor todo o tempo, até morrer” (ALENCAR, 1865, p. 89). Diferentemente do livro – que tem a mensagem construída por Poti e Martim, mas entendida pelo leitor apenas quando Iracema a encontra e anuncia – na cena o protagonismo é dado para Poti que explicita seu *significado*. Momentos como esse torna a lembrar para o espectador que se trata de um filme com temática indígena ainda que os elementos culturais autóctones sejam timidamente apresentados.

As cenas que aqui observamos são apenas alguns indícios da forte presença do cinema americano utilizado como *tática* por Coimbra para se aproximar dos interesses do Estado para uma indústria cinematográfica. Também recortamos cenas que nos permitiu pincelar sobre a imagem desse índio, ainda muito próximo daquele forjado por Alencar, apresentado como ingênuo, exótico, caricaturado em suas práticas culturais e ritualísticas, visualmente embranquecido.²⁰

20 De acordo com Reis (2007), a segunda metade do século XX foi um momento de produções intelectuais, muitas delas veiculadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que discutiam sobre o lugar do índio na recente nação brasileira. Para Varnhagen, eram homens exóticos, nômades, violentos, bárbaros, que não possuíam nenhum amor pela pátria. Indignado com as produções literárias que os enaltecia, ele parece concordar com a versão alencarina anunciado em Iracema ao afirmar que o índio “desapareceu mais em virtude de cruzamentos sucessivos” (REIS, 2008, p. 68). Assim, abria-se espaço para justificar, por meio da teoria eugênica, o processo de embranquecimento da nação brasileira, rumo ao progresso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de esgotarmos o assunto, *Iracema – a virgem dos lábios de mel* aparenta convergir diversos elementos de interesse do projeto estatal para a indústria cinematográfica nacional e reafirmação da identidade nacional. Coimbra buscou numa literatura oitocentista já consagrada como mito fundador da nação brasileira, associado ao interesse por assuntos históricos “heroicizantes”, a combinação necessária para obter um dos maiores investimentos do ano, conforme relatório da *Embrafilme* – aposta clara amparada na experiência assistida com o sucesso de *Independência ou Morte*. Nesse cenário, a literatura indianista de José de Alencar, transformada em símbolo nacional, e a história indígena brasileira, reafirmaram o lugar do índio representado em fins do século XIX agora na sociedade de então, com a convivência estatal. Esse índio era, portanto, apresentado pela retórica do Estado como alguém caricato, estereotipado, mas elemento importante de um passado que dava os primeiros passos rumo a nação brasileira, que precisava ser catequizado, civilizado, assimilado, ou encontraria sua morte – grupos étnicos foram dizimados, mas muitos outros tiveram sua morte decretada através das narrativas históricas produzidas ao longo das décadas.

No entanto, é necessário destacar que a partir das décadas de 1960-70 os escritores, historiadores, sociólogos e antropólogos, buscaram novos caminhos de estudo sobre a sociedade brasileira e seus elementos. Destacamos aqui a presença de Darcy Ribeiro, com livros como “Os Índios e a Civilização (1970)” ou “Uirá sai a procura de Deus” (2016). Além dos autores Sergio Buarque de Holanda, com “Raízes do Brasil” (1995), ou ainda Fernando Henrique Cardoso, Raimundo Moraes, dentre outros, anunciados por José Carlos Reis como uma proposta de (re)escrita da história do Brasil para um “ponto de vista plural” (REIS, 2017, p. 4). Infelizmente, essas pesquisas parecem ainda não alcançar as instâncias governamentais, tampouco as imagens

apresentadas por Coimbra. Sua representação do índio nos leva a crer que é interesse estatal reafirmar o mito fundador do século XIX, pois sua adaptação não revisita a história da “descoberta do Brasil” com base nos estudos de então, mas sim revisita e afirma a história do mito fundador forjado na literatura oitocentista alencarina.

Na sua tradução, o cineasta também se utilizou de elementos contemporâneo a ele, frequentes nos filmes estrangeiros, especialmente hollywoodianos, os quais eram responsáveis por enorme parcela da bilheteria no Brasil. Apresentado como um romance de aventura, Coimbra grava com atores inspirados em um modelo de *star system* que tende a metamorfosear personagem e ator, de maneira tão íntima que se mescla imaginário e real (MORIN, 1989, p. 11), que se associa aos *signos* traduzidos de uma literatura clássica brasileira. Coimbra parece ter desenhado um caminho para o sucesso econômico de seu filme, que mais uma vez fosse capaz de agradar ao governo e ainda possível de ser estudado nas aulas de literatura e história da educação básica de então.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Indústria cultural e sociedade**. Trad.: Juba Elizabeth Levy ... [et a 1.] São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALENCAR, J. **Iracema**. Porto Alegre: L&P, 2014.

ALENCAR, J. **Obras Completas**, vol. 1. Rio de Janeiro: Aguilar, 1959.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas**. In.: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 37, nº 75, 2017.

ARGAN, Carlo. **Arte Moderna**. Trad.: Denise Bottmann e Federico Carrotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ASSIS, Machado de. **Machado de Assis: crítica, notícia da atual litera-**

tura brasileira. São Paulo: Agir, 1959. p. 28 - 34: Instinto de nacionalidade (1ª ed. 1873).

BARTHES, Roland. **Elementos de Semiologia.** Trad.: Izidoro Blikstein. 19ª ed. São Paulo: Cultrix, 2012a.

BARTHES, Roland. **Mitologias.** Trad.: Rita Buongermino, Pedro de Souza e Rejane Janowitz. 6ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2012b.

BERNARDET, Jean-Claude. **Cinema Brasileiro:** propostas para uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DELEUZE, Gilles. **Cinema 2 – A Imagem-Tempo.** Trad.: Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Editora 34, 2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad.: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno.** Trad.: Inove Castilho Benedetti. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MARQUES, Yolanda. **A Mágica de Aprender – Livro Integrado.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

MASCARELLO, Fernando (Org.). **História do Cinema Mundial.** 7ª ed. Campinas/SP: Papirus, 2012.

MELLO, Alcino Teixeira de. **Cinema:** Legislação Atualizada, Anotada e Comentada. Ministério da Educação e Cultura. Editado pelo Instituto Nacional de Cinema. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos (Org.). **O Cinema e as Ditaduras Militares:** contextos, memórias e representações audiovisuais. São Paulo: Intermeios: Fapesp; Porto Alegre: Famecos, 2018.

MORIN, Edgar. **As estrelas: mito e sedução no cinema.** Trad.: [da 3. ed. Francesa] Luciano Trigo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

PLAZA, Júlio. **Tradução Intersemiótica.** São Paulo: Perspectiva, 2013.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil 3. De Carvalho a Ribeiro – História Plural do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil 1. De Varnhagen a FHC.** 9ª ed. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **Uirá sai a procura de Deus**. São Paulo: Global Editora, 2016.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. 2ª ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SOMMER, Doris. **Ficções de Fundação**: os romances nacionais da América Latina. Trad.: Gláucia Renate Gonçalves e Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

VIEIRA, Marcelo Dídimo Souza; SOARES, Aline Rebouças Azevedo. **Reflexões sobre a narrativa de fundação em ‘Iracema, a virgem dos lábios de mel’**. Rumores, nº 21, volume 11, janeiro – junho 2017.

XAVIER, Ismail. **O Cinema Brasileiro Moderno**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

Moral, sexualidade e comportamentos

As identidades de gênero pela ditadura militar brasileira na disciplina de Educação Moral e Cívica

Marcela Souza Santos¹

A ditadura instituída a partir do golpe civil-militar de 1964 transformou completamente o Brasil. O regime que se estabeleceu após o golpe, buscou se legitimar no poder utilizando-se de diferentes mecanismos e discursos. A ditadura tinha traços de guerra e buscou eliminar os discursos divergentes, coibir práticas e perseguir grupos e indivíduos que representassem uma ameaça à ordem estabelecida, através de censura, prisões, torturas e assassinatos. Outras formas de buscar a legitimidade do novo regime foi o estabelecimento, à medida que o regime ia se firmando, de novas legislações, como os atos institucionais. Além disso, decidiram implementar diversas reformas na sociedade brasileira, em diferentes frentes.

A educação brasileira passou por reformas e em 1969, através do Decreto-lei 869, de 12 de setembro, é instituída como disciplina e prática de ensino a Educação Moral e Cívica (EMC), de forma obrigatória em todos os sistemas de ensino do país.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará e bolsista CAPES.

Os governos do novo regime estavam empenhados em reformas que transformaram completamente a sociedade, alteraram a economia, o desenvolvimento e as relações que envolviam direito, consumo e propriedade, mas estavam também empenhados em transformar os comportamentos.

A instituição dessa nova disciplina é uma resposta a uma série de medos alimentados, fossem esses medos reais para alguns ou apenas mobilizados por outros, da corrupção da juventude, da degradação moral da sociedade brasileira, da libertinagem e desregramento sexual e do abandono das mulheres do cuidado com a família e seu ingresso no mercado de trabalho, assim como, relacionado a tudo isso, o medo do comunismo, apontado como a grande ameaça aos valores cristãos, familiares e que poderiam colocar em risco toda a autoridade das instituições e dos governantes.

A instituição da EMC como disciplina no ensino brasileiro buscava orientar os jovens a amar a pátria, respeitar as autoridades, conhecer as leis, os heróis nacionais e aprender comportamentos morais condizentes com o novo regime. O seu estabelecimento no ensino brasileiro funcionou como um mecanismo de enfrentamento as supostas ameaças que a “Revolução de 64” buscou destruir e impedir de tomarem conta da sociedade brasileira.

No início dos anos de 1960, as preocupações com uma “onda comunista” difundiu a ideia da existência uma ameaça real e que uma série de desvios de condutas e comportamentos do masculino e do feminino estariam relacionados as patologias e degradações alimentadas pelos comunistas. O anticomunismo não era um fenômeno novo na história do Brasil, já havia uma tradição, como menciona MOTTA² (2000), e momentos de maior radicalização, como o período do golpe civil-militar de 1964, que institui a ditadura.

2 Porém, foi a “Intentona Comunista”, em novembro de 1935, a maior responsável pela disseminação e consolidação do anticomunismo no Brasil. O impacto foi enorme sobre a opinião conservadora, afinal, não era uma rebelião comum: tratou -se de uma tentativa armada dos co-

A inserção das mulheres no mercado de trabalho, a visibilidade de outras formas de experimentação da sexualidade, debates que envolveram questões como planejamento familiar, casamento e divórcio, assim como outras transformações que aconteceram no Brasil, foram jogadas na lista dos males que o comunismo alimentaria no país, provocando uma completa desordem social.

Nesta pesquisa, buscamos interpretar como a ditadura mobilizou as identidades de gênero, na construção de cidadãos patrióticos, de comportamentos que não confrontassem o regime que se estabelecia.

O decreto que tratava sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dava outras providências, tem como finalidade:

a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;

munistas de tomarem o poder, a qual, uma vez bem-sucedida, poderia ter provocado grandes transformações na organização social brasileira. A comoção tornou-se ainda maior quando a imprensa começou a divulgar indícios, encontrados pela polícia, da participação de um grupo de estrangeiros ligados à Internacional Comunista (Komintern) na frustrada tentativa revolucionária. Na insurreição estariam presentes elementos clássicos da ação comunista, tal como a representavam e denunciavam os anticomunistas: práticas conspiratórias e envolvimento de agentes estrangeiros guiados por Moscou. Criaram-se, assim, bases para estabelecimento de uma sólida tradição anticomunista na sociedade brasileira, reproduzida ao longo das décadas seguintes através da ação do Estado, de organismos sociais e mesmo de indivíduos, cujo zelo militante levou à constituição de um conjunto de representações sobre o comunismo, um verdadeiro imaginário anticomunista. Tal tradição passou a ser elemento constante nas campanhas e nas lutas políticas, o que não significa que suas manifestações tenham tido sempre a mesma intensidade. Em determinados períodos a presença do anticomunismo foi fraca, quase residual. Mas houve radicalização do fenômeno em algumas conjunturas históricas, sempre ligadas a fases de crescimento da influência do PCB, em particular, e da esquerda, em geral. No que se refere às fases de anticomunismo agudo, três momentos se destacam: primeiro, o período entre 1935-37, já mencionado; depois, o início da Guerra Fria, principalmente nos anos de 1946 a 1950, quando após breve interregno legal o PCB foi proscrito e voltou a ser perseguido; por fim, a crise de 1964, que levou ao golpe militar. Nos três períodos referidos, as atividades anticomunistas foram intensificadas, sendo que em 1937 e 1964 a “ameaça comunista” foi argumento político decisivo para justificar os respectivos golpes políticos, bem como para convencer a sociedade (ao menos parte dela) da necessidade de medidas repressivas contra a esquerda (MOTTA, 2000, p. 7).

b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;

c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;

d) a culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;

e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;

f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;

g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;

h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.³

A finalidade expressa na alínea e), se relaciona diretamente com essa preocupação da disciplina na formação e aprimoramento do caráter, das condutas e comportamentos dos sujeitos sociais, pautados na moral e na dedicação à família.

Os comportamentos, as questões morais, assim como a defesa da instituição familiar estão inseridas nas preocupações das estratégias psicossociais, formuladas pelo Estado e baseadas na Doutrina de Segurança Nacional. Cabe ressaltar que junto a instituição da obrigatoriedade do ensino de Educação Moral e Cívi-

3 Legislação Informatizada – Decreto-Lei nº 869, de 12 de Setembro de 1969 – Publicação Original. Acessado em 23/10/2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>.

ca, é criada a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC).⁴ O civismo deveria ser uma vivência dos valores patrióticos nas relações sociais dos indivíduos, em suas relações mais cotidianas e nas ideias que defendiam, para isso os materiais didáticos foram fundamentais.

A suposta degeneração da instituição familiar teve muita importância entre os idealizadores da disciplina de EMC e entre membros da Escola Superior de Guerra (ESG), na elaboração do aspecto psicossocial, ao pensar as estratégias de segurança nacional. Essa preocupação se manifestou nos materiais didáticos produzidos para o ensino de EMC. Uma sociedade ordenada, saudável e livre das ameaças, desvios e degenerações seria formada por famílias e lares harmoniosos, sem vícios e pautados nos preceitos cristãos.

As questões de gênero foram uma preocupação do Estado brasileiro no período ditatorial, envolvem debates públicos, passeatas, articulação de grupos sociais conservadores para que medidas moralizantes sejam efetivas na contenção dos “comportamentos anômalos”⁵, mobilizam debates na ESG, a criação de uma disciplina e de uma Comissão Nacional de Moral e Civismo.

Não se trata de assunto menor ou de disfarce para o golpe, as preocupações com as condutas sexuais e com as identidades de gênero estruturaram o golpe e as ações do regime que se estabele-

4 Os primeiros membros da CNMC foram: Gen. Moacir de Araújo Lopes – membro da ESG e um dos principais elaboradores do Anteprojeto de Lei da EMC –, Prof. Álvaro Moutinho Neiva, Prof. Padre Francisco Leme Lopes, Almirante Ary dos Santos Rongel, Prof. Eloywaldo Chagas de Oliveira, Prof. Humberto Grande, Prof. Dr. Guido Ivan de Carvalho, Prof. Hélio de Alcântara Avellar e Prof. Arthur Machado Paupério. A Comissão tinha como algumas de suas atribuições a implementação e manutenção da doutrina da EMC, colaborar com o Conselho Federal de Educação com a elaboração de currículos para a disciplina e assessorar o Ministério da Educação na verificação, análise e aprovação de livros produzidos para a disciplina. A Comissão era composta por membros nomeados pelo governo, escolhidos pelo presidente da República, preferivelmente com trajetória e diplomação na Escola Superior de Guerra (ESG).

5 Expressão contida no verbete “desorganização social”, na Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo.

leceu após ele, orientam a publicação de livros, as veiculações de mídias como novelas e o cinema, as perseguições a homossexuais e a vigilância a grupos feministas, a criação de uma disciplina escolar que tem como objetivo moralizar, aplicada em todos os sistemas de ensino do país.

O projeto de moralidade, que busca iluminar e salvar a nação, instaura hierarquias, representa e torna padrão um modelo familiar, de relações entre homens e mulheres, apresenta uma harmonia social nesses modelos, transformando qualquer outra experiência em doença, problema a ser resolvido.

As experiências de mulheres nos trabalhos fora do lar promovem um deslocamento e incômodo, que se baseia na ideia de um espaço específico da mulher: a casa, o lar, o ambiente doméstico e as atribuições que ele representou por muito tempo como um lugar próprio da esposa, onde se cria os filhos e se cuida da preservação do casamento. A subversão dessa imagem incomoda e gera preocupações com os modelos de família que podem surgir – ou que já existiam – com a ausência feminina ou seu afastamento de determinadas atribuições. Essas concepções são reforçadas e reproduzidas em colunas de jornais e revistas dessa época, como pedagogia de como se tornar uma boa dona de casa e esposa, ensinando receitas, dando dicas de beleza e cuidados com o lar.

A noção de família abordada pelos livros de EMC dá conta desses direcionamentos para as mulheres, ressaltando que cada componente em uma família tem papéis específicos, mobilizando ideias de homem e mulher que tem legitimidade nos discursos que são reproduzidos em meios de comunicação, escola, família e religião de forma mais incisiva do que outras possibilidades de vivência.

Há um ideal social de mulher representado e reproduzido em diferentes discursos na sociedade brasileira, que dialogam com

aquilo que é construído discursivamente nos livros didáticos dessa disciplina. Havia uma expectativa e um modelo familiar, de características e comportamentos esperados, próprios de homens e mulheres.

No livro de EMC Construindo o Brasil, de 1977, de autoria de Maria T. Pimentel, percebemos como essa concepção aparece nos manuais didáticos:

O esposo: apresenta características físicas e psicológicas diferentes da mulher. Tem maior força física e uma musculatura apropriada para trabalhos mais pesados. É mais racional, lógico e organizador que a mulher, faz planos a longo prazo. Tem o dom de organização, lançando-se por causa disso, a emprêsas difíceis e corajosas.

A esposa: tem o corpo apto para a maternidade. É dotada de grande capacidade de sentimento e amor, delicada, com inteligência e perspicácia, especialmente encaminhas à missão de ser mãe. É mais intuitiva e mais sagaz que o homem, tem maior resistência à dor e capacidade de praticar o altruísmo, que quer dizer abertura para o outro, possui as qualidades essenciais de que a criança vai precisar nos primeiros anos de vida (PIMENTEL, 1977, p. 101).

Esse discurso estabelece lugares e papéis sociais para os indivíduos pautados em seu gênero, para manutenção de um equilíbrio social e que mobiliza o gênero como determinante para cada conduta que se espera, em consonância com a identidade masculina ou feminina.

Da mulher se espera o cuidado, o zelo e sua inata missão de ser mãe, associando diretamente as mulheres a maternidade, como um destino natural, biológico. Aos homens o espaço público, “lançando-se a emprêsas difíceis”. A descrição contida no livro hierarquiza, determina e naturaliza comportamentos. Homens e mulheres são definidos como esposos e esposas, suas características biológicas estão direta-

mente relacionadas com o papel que se espera deles/as na sociedade. Nos homens, são ressaltadas suas características de força, racionalidade, de estar no espaço público. Às mulheres, em oposição, se destacam os sentimentos, o cuidado e a sua fundamental presença no ambiente familiar/doméstico. As características próprias a cada gênero são naturalizadas, explicitadas como inatas a homens e mulheres, definidoras de funções sociais. Segundo LOURO (2019, p. 31):

A despeito de todas as oscilações, contradições e fragilidades que marcam esse investimento cultural, a sociedade busca, intencionalmente, através de múltiplas estratégias e táticas, “fixar” uma identidade masculina ou feminina “normal” e duradoura. Esse intento articula, então, as identidades de gênero “normais” a um único modelo de identidade sexual: a identidade heterossexual.

A reverberação desses discursos estava presente nas mobilizações da família e das identidades de gênero, dos lugares e condutas que se esperam dos sujeitos, baseados em sua identidade masculina ou feminina. O casal que se defende como modelo é constituído por homem e mulher e de sua união devem nascer os filhos, formando assim a família. O sexo deve estar restrito a uma relação entre homem e mulher, casados e que tenham como finalidade a função da reprodução, ou seja, a continuidade da instituição familiar, composta por pai, mãe e sua prole, embora socialmente existisse uma certa permissividade do sistema com relação a sexualidade “predadora” do homem, que tenta inclusive naturalizar o adultério masculino, responsabilizando ou culpando a mulher pelo adultério de seu parceiro.

Nos livros didáticos há uma orientação aos jovens, em capítulos que geralmente tratam do tema “família”, que para a constituição dessa, certos caminhos devem ser percorridos: os jovens se conhecem e namoram, uma relação que deve ter como objetivo que ambos se conheçam e não se arrependam, o namoro deve ser um período em que os jovens conhecem as características uns dos outros, sem se apressar, sem passar dos limites, ou seja, sem fazer sexo.

A relação sexual está diretamente relacionada a reprodução e ao casamento. O namoro não deve ter práticas sexuais, isso é coisa para os casados, visando, a constituição de uma família.

Dentre os livros relacionados ao ensino de EMC, foi publicada em 1972 uma enciclopédia, em sua segunda edição, intitulada Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo. A Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo, sendo a primeira publicada em 1967 e a segunda edição de 1972, contando ainda com uma terceira edição, não foi produzida com a finalidade de um livro didático, mas como uma publicação de consulta, de pesquisa e apoio para professores e outros interessados no ensino de moral e civismo.

O organizador desses volumes enciclopédicos, nascido em 1918, no Rio de Janeiro, Pe. Fernando Bastos de Ávila recebeu a ordenação sacerdotal em Roma. Em 1964, foi nomeado vice-reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. No ano de 1969 integrou o grupo que preparou o projeto da reforma universitária, foi indicado para preparar livro-texto da disciplina de EMC quando da sua obrigatoriedade no ensino. O início do volume enciclopédico conta com referências religiosas e ao final do volume um decálogo cívico, em alusão aos preceitos ou mandamentos do (antigo) testamento. Os verbetes não são apenas acompanhados de sua definição, mas carregados de ideologias e defesas delas.

No verbete castidade, na Pequena Enciclopédia, há o discurso biológico e da função da reprodução:

É uma virtude moral que preserva o homem de qualquer complacência indevida com a satisfação sexual. É a expressão de uma plena vitória da vontade sobre o instinto. É uma nota inconfundível das almas nobres e fortes. O homem casto não é apenas aquele que não tem uma vida desregrada, mas é o que exerce pleno controle não só sobre seus atos e palavras, mas também sobre seus impulsos íntimos e seus desejos. As reações do animal obedecem, de modo exclusivo e inelutável, aos estímulos

dos instintos de conservação e reprodução. Mas nele esses instintos têm uma regulação automática e um equilíbrio natural. No homem, esse equilíbrio é exercido pela razão consciente e voluntária. E nisso reside a nobreza do ser humano (ÁVILLA, 1972, p. 116).

Em outras palavras, ao nomear os castos – aqueles que exercem a sexualidade na perspectiva defendida – chama todos os sujeitos que não cabem nessa orientação sexual de animais, devassos, não lhes considera nobres e nem fortes. Em outros verbetes essa ideia da devassidão é associada a comportamentos animais, anômalos, inadequados e que chegam a ser nomeados de doentios e patológicos. Ainda no verbete “castidade”, segue:

O devasso acaba se assemelhando ao animal, escravo dos próprios instintos. O casto controla seus instintos, segundo as finalidades superiores da razão: não vive para comer, mas come para viver; não vive para o sexo, mas submete a atividade sexual à sua função imanente de transmitir o dom da vida e de permitir entre os esposos a realização da plenitude de amor humano. A castidade é o resultado de uma autodisciplina, permanentemente exercida sobre os pensamentos, os desejos, os sentidos num ideal de nobre austeridade voluntariamente aceito. A impostura dos devassos consiste em se apresentarem como corajosos, libertos de todos os tabus. Na realidade, são covardes que abdicaram da luta interior e se tornaram escravos de suas paixões, porque, de fato só os castos são fortes (ÁVILLA, 1972, p. 116).

Nesse ensejo, o verbete “controle de natalidade” ao trazer o significado do conceito, toma essa base argumentativa. Percebemos que não se trata apenas de apresentar o significado de uma palavra, ideia ou conceito, mas de defender também um ponto de vista, de apologia de ideais de homem e mulher, de sociedade e de costumes, que na percepção de quem escreve, seriam os corretos. No verbete mencionado, novamente temos uma dualidade homem vs. animal e os imperativos de que o sexo é instintivo e precisa de controle: “O homem

não é um animal dominado inteiramente pela tirania do instinto. [...] Formular o problema sob a condição de que o apetite sexual deva ser sempre satisfeito é abdicar da própria dignidade humana.” (ÁVILLA, 1972, p. 177).

Um dos conceitos apresentados ao longo do livro, o de desorganização social é muito significativo. Segundo o texto do verbete, a desorganização social está relacionada a uma crise e estados patológicos que podem ter caráter transitório ou causar desintegrações irreparáveis. Podendo atingir grupos como a família, as elites e os órgãos de poder e pode ter um caráter generalizado, atingindo valores e a partir deles a própria estrutura dos grupos. Segundo o que é apresentado no texto:

[...] se manifesta através de determinados sintomas que se reduzem basicamente a uma maior frequência de comportamentos anômalos, que afetam a própria saúde e bem-estar do grupo, como, por exemplo, a multiplicação de desquites e divórcios, de delinquência juvenil, a difusão de crimes como roubos, assaltos, homicídios, a propagação de vícios, como o alcoolismo, homossexualismo, incontinência sexual (ÁVILLA, 1972, p. 223).

Os desvios sexuais dão conta de muitos comportamentos: as homossexualidades, chamadas à época e principalmente por grupos mais conservadores de homossexualismo, as experiências de pessoas que fazem sexo com mais de uma pessoa, de sexos diferentes. O não controle dos desejos, a prostituição e o sexo fora do matrimônio.

A ditadura civil-militar brasileira, mobilizou as identidades de gênero, por meio da disciplina de EMC, como mecanismo de controle social. A historiadora Joan Scott (1995), escreveu que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Os mecanismos de

controle do Estado atravessam o ser homem e ser mulher, o masculino e o feminino, buscando construir identidades, controlar a sexualidade, os desejos e os comportamentos.

REFERÊNCIAS

ÁVILLA, F.B. **Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo**. Rio de Janeiro: Fename, 1972.

LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4. ed. 2. reimp. Belo. Horizonte: Autêntica, 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

PIMENTEL, Maria T; GALACHE, G; ZANUY F. **Construindo o Brasil: Educação Moral, Cívica e Política**. 4ª Ed. São Paulo: Loyola, 1977.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. Porto Alegre, vol.20, n.2, jul./dez.1995, p. 71-99.

ecívica, Organização social e política. 1º ciclo e colegial. São Paulo. Edições Loyola. 1977.

Os Verdadeiros Estudantes Democráticos

Movimento Estudantil de Direita e o Golpe Civil-Militar de 1964

João Alexandre Jataí Alves⁶

INTRODUÇÃO

Desde a década de 2000, o interesse dos historiadores sobre o período da ditadura civil-militar tem aumentado bastante, acarretando numa crescente de pesquisas sobre este momento, com novos objetos, novas teorias e também novos questionamentos, o que tem contribuído para o debate acadêmico e, especialmente, sobre as marcas deixadas pela ditadura, que ainda hoje se fazem sentir.

Neste movimento historiográfico, uma das principais teses levantadas é aquela que busca analisar a participação de setores da sociedade civil junto ao projeto da ditadura, contrariando uma memória que fora construída a partir de meados da década de 1980 e 1990, em que a parte civil da sociedade fora colocada como uma vítima das forças militares que tomara de assalto o poder das mãos do presidente João Goulart e mergulharam o país em 21 anos de repressão. Nesse para-

⁶ Universidade Federal do Ceará, Pós-Graduando (mestrado) em História Social, Bolsista CAPES, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3413648687352053> contato pelo e-mail: alexandre_alves_123@hotmail.com.

digma, historiadores tem abordado a colaboração entre civis e militares em vários campos de atuação, desde a participação de grupos cívicos e associações de categorias nas campanhas contra o governo Jango e em apoio ao exército no momento do golpe (CORDEIRO, 2008), até os jogos de adesão e acomodação que sucederam-se nas instituições de ensino superior durante um período em que elas foram alvo tanto da desconfiança dos reacionários, como das esperanças dos liberais para tocar o projeto de modernização capitalista em frente (MOTTA, 2014; VERAS, 2018), a fim de romper com esta memória que cristalizara-se no período pós-ditadura.

Um dos pilares desta memória de resistência civil contra a ditadura militar que fora construída ao fim do regime é o movimento estudantil de esquerda, uma das classes mais ativas contra a ditadura e também uma das mais perseguidas. De fato, a memória estudantil foi bastante explorada, sendo bem trabalhada em obras como *O Poder Jovem*, de Arthur Poerne, ou a obra editada pela União Nacional dos Estudantes – UNE —, *A UNE contra o SNI*, de 1987, onde foram divulgados documentos capturados da ASI⁷ da Universidade Federal do Ceará – UFC (MOTTA, 2014, p. 337-338), obra em que o movimento estudantil é o protagonista nesta luta contra a rede de espionagem de repressão do governo ditatorial. Entretanto, estas memórias foram construídas pelos remanescentes dos grupos de esquerda que participaram das lutas contra a ditadura, esquecendo ou silenciando outros grupos estudantis, muitos destes opositores, que trabalharam em conjunto com os agentes de repressão e com as gestões universitárias no sentido de suprimir os grupos de esquerda e também assumir o controle das entidades de representação da classe, cooperando com a ditadura e buscando angariar posições de poder dentro da elite universitária. Com o objetivo de apresentar a esta nova sociedade

7 As ASI's – Agência de Segurança e Informação – eram órgãos que faziam parte da rede de inteligência e espionagem do regime civil-militar, trabalhando dentro de instituições vinculados a União, como as universidades federais, e tinha como função recolher dados sobre quaisquer atividades ou indivíduos que pudessem ser considerados suspeitos de subversão ou corrupção, reportando-se ao SNI – Serviço Nacional de Informação.

democrática, o movimento estudantil como uma frente homogênea contra o regime opressor, a memória do movimento estudantil colocou no subterrâneo os grupos de “estudantes democráticos” que, no início da ditadura, foram bastante atuantes e fizeram poderosa oposição as forças estudantis de esquerda que já estavam consolidadas desde de meados da década 1950 (POERNE, 2004, p. 166-170).

Neste sentido, buscamos investigar, a partir das pistas encontradas em jornais de ampla circulação, Boletins da Universidade, ATAS do CONSUNI e também partes do relatório da Comissão de Inquérito da UFC, de 1964, a Comissão Universitária de Restauração Democrática – CURD —, grupo de estudantes pró-regime que, em conjunto com as forças de repressão e com a gestão universitária, assumiram as entidades de representação da classe estudantil no Ceará e tentaram galgar posições de poder dentro da elite universitária e política. Ao contrário dos movimentos estudantis de esquerda, que eram taxados como “subversivos” e perigosos, os membros da Comissão Universitária de Restauração Democrática se proclamavam como os “verdadeiros estudantes democráticos” em luta contra os assim chamados “estudantes profissionais”, disputando não apenas os espaços de representação, mas também o discurso sobre quais seriam as funções dos estudantes dentro da sociedade brasileira.

O “MITO DA SOCIEDADE RESISTENTE” E A MEMÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

De acordo com a historiadora Janaína Cordeiro, durante a década de 1980:

[...] a sociedade brasileira deu início às sucessivas reconstruções de memória sobre o golpe e o regime civil-militar de 1964. Em geral, prevaleceu uma memória ancorada no mito da resistência, ou seja, na ideia de que a sociedade, como um todo, havia resistido a ditadura, desde sempre

um regime estranho à índole pacífica e democrática do brasileiro (CORDEIRO, 2008, p. 10).

Esta construção memorialística teria por objetivo silenciar sobre a responsabilidade civil na construção do regime comandado pelos militares durante os 21 anos de ditadura e, através de um processo de negação e esquecimento, estabelecer uma dicotomia entre aqueles que eram vítimas (a sociedade civil) sob o julgo de um poder usurpador e opressor (as forças militares), construindo um regime de memória que buscasse a reconciliação entre ambas as partes⁸. Nesta narrativa, uma memória “de esquerda”, representada pela luta social, intelectual e, em sua forma mais extremada, a luta armada, representa a memória de toda a sociedade civil que viveu a ditadura, silenciando outras memórias, de grupos que apoiaram e colaboraram com o regime⁹. Janaína Cordeiro trabalha, nesta dissertação, com a CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia – uma associação de mulheres de classe média e de direita que, usando como ferramenta de luta o discurso moralista e a imagem de esposas, religiosas e mães de família, buscou desestabilizar o governo João Goulart e, posteriormente, apoiar a “revolução” de 1964¹⁰.

8 Podemos considerar que a Lei da Anistia, de 1979, é a representação mais significativa deste desejo que se formou dentro destas camadas da sociedade que controlavam a narrativa, de uma resolução conciliatória, que “perdoasse” ambos os lados, colocando militares e presos políticos no mesmo patamar.

9 Para mais informações sobre o “mito da sociedade resistente”, ver AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000. *Ditadura e Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014. AARÃO REIS, Daniel; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. Sá (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014. Vale ressaltar que esta teoria, apesar de ter muitos adeptos dentro da historiografia nacional, suscitou diversas críticas dentro da comunidade acadêmica, especialmente por parte de historiadores ligados à obra do sociólogo René Dreifuss, os quais acusam Aarão Reis e outros historiadores que trabalham com o “mito da sociedade resistente” de uma tentativa de revisionismo histórico. Não cabe, entretanto, relacionar este debate no presente artigo. Para mais informações sobre esta crítica e a acusação de revisionismo, ver MELO, Demian Bezerra de (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

10 A CAMDE foi uma das organizações responsáveis pelas Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade, que reuniram milhares de pessoas sob o mote de valores conservadores, em protesto contra as políticas de João Goulart, especialmente as reformas de base por ele propostas.

Dentro deste “mito da sociedade resistente”, a memória do movimento estudantil funciona como um dos pilares de sustentação narrativa. Sendo, muitas vezes, a “linha de frente” na luta contra o regime civil-militar, a memória do movimento estudantil é um elemento de coesão para este discurso dicotomista. Esta narrativa foi bastante trabalhada em diversas mídias, naturalizando a imagem homogeneizadora do movimento de esquerda como sendo o único movimento estudantil possível, sendo antagonizado pelas forças de repressão. Entretanto, mesmo nas narrativas que buscam exaltar o movimento estudantil de esquerda, como a obra do Jornalista Arthur Poerne, relatam a existência de grupos de estudantes de direita politicamente organizados, disputando pautas e espaços dentro da representação estudantil. Infelizmente, estes grupos não ganharam tanta atenção da historiografia, ao menos até então.

Em artigo de 2012, o historiador André Luiz Rodrigues de Rossi Mattos trabalha os conflitos dentro do movimento estudantil no ano de 1962 – período da famosa greve do 1/3¹¹, uma das maiores paralisações estudantis da história do Brasil – ressaltando a ação de um grupo de estudantes anticomunistas nomeado de Frente da Juventude Democrática – FJD. Neste artigo, ele destaca a heterogeneidade deste movimento estudantil, que até então era construído de forma a parecer um grupo monolítico e homogêneo. Ao tratar, por exemplo, das sucessões de gestões ocorridas na UNE durante a década de 1950, afirma Rossi:

[...] para além do predomínio de uma ou outra força, houve a coexistência entre elas, tanto no interior da entidade, como no conjunto do movimento estudantil, assim como diferentes experiências associativas e políticas que se organizaram no interior das instituições de ensino. Essa diver-

11 A Greve do 1/3 (ou *Greve do Terço*; *Greve pelo Um Terço*) fora uma greve estudantil, organizada pela UNE, na qual os estudantes de cerca de 40 instituições de ensino superior paralisaram suas atividades e ocuparam as respectivas instituições, exigindo que fosse cumprido o dispositivo da LDB de 1961, o qual garantia a participação dos estudantes nos órgãos colegiados das universidades e faculdades isoladas. O número determinado pelo movimento estudantil fora de 1/3 dos assentos em cada órgão colegiado, daí o nome da greve. A greve durou cerca de 3 meses e terminara sem que a exigência fosse cumprida.

cidade já foi indicada por diversos autores e é importante para conceituar que o movimento estudantil não é imutável, e em diferentes conjunturas e sob a direção de diferentes forças políticas, ele pode assumir posições variadas ou mesmo, em certas situações, conciliar as concepções das tendências que se acomodam no interior da entidade, mas sem nunca perder de vista certa predominância de um ou outro grupo (ROSSI MATTOS, 2012, p. 1-2).

Rossi Mattos afirma que, apesar das pautas em comum que uniam as forças que formavam o movimento estudantil (sobre tudo o movimento universitário), os conflitos vivenciados com a polarização política no início da década de 1960 acabaram por demarcar mais fortemente a heterogeneidade deste movimento que, apesar da predominância de algumas tendências ideológicas na conjuntura do período, não deixou de coexistir com outras tendências, muitas das quais opositoras, disputando os espaços de representação e o controle do discurso político e identitário.

Em seu artigo, o autor demonstra que os embates entre grupos de direita (no caso da FJD, de extrema direita) contra as forças de esquerda não eram novidade. As atividades da Frente Juventude Democrática, atuante sobretudo no estado de São Paulo, eram conhecidas pelos menos desde 1958, atingindo a radicalização em 1962, quando a UNE organiza a Greve do 1/3. Usando os meios de comunicação para fazer “denúncias” do “caráter comunista” que as ações da União Nacional dos Estudantes vinha tomando, a FJD buscava desacreditar os grupos de esquerda que, naquela conjuntura, estavam no controle das entidades de representação estudantil, assumindo neste discurso uma posição de defensores da democracia e da ordem estabelecida, contra os estudantes “subversivos” e “russificados” que buscavam “cubanizar” o Brasil (ROSSI MATTOS, 2012). O autor ainda afirma que as ações da FJD durante o XXV Congresso da UNE, que ocorria durante a greve, foram marcantes para acirrar as tensões entre os diversos grupos que integravam o movimento estudantil, provocando

“cisões e divergências mais nítidas entre os universitários” (ROSSI MATTOS, 2012, p. 12).

Portanto, ao contrário do que ficou marcado na narrativa memorialística que foi sendo construída em meados da década de 1980, a esquerda não era uma unanimidade hegemônica dentro do movimento estudantil. Esta era composta por grupos heterogêneos e que estavam alinhados por pautas comuns, mas tinham objetivos diferentes e estavam ligados a organizações políticas diferentes (como a Igreja Católica ou o Partido Comunista); além disto, havia oposição ativa de grupos de direita e extrema direita, que usavam os meios de comunicação (e no caso de grupos de extrema direita, até mesmo a violência física e patrimonial) para se contraporem aos seus adversários políticos.

OS VESTÍGIOS DA CURD

Ao contrário da FJD, que fazia “denúncias” constantemente desde pelo menos 1958 para a imprensa escrita, não foram encontrados registros da Comissão Universitária de Restauração Democrática antes da data do golpe de 1964. Isto, juntamente com o nome adotado por este grupo, nos fazem supor que eles formaram-se oficialmente após o golpe de 1º de abril, mesmo que articulações para a formação da CURD provavelmente já estivessem ocorrendo antes disto. Apesar de poucas, as pistas encontradas nas fontes verificadas, já são suficientes para nos dar um panorama dos discursos adotados pelo grupo, bem como suas ações e relações formadas com regime e gestão universitária.

Os primeiros vestígios das ações da CURD foram encontrados na Atas do CONSUNI¹², documento oficial que registrava os

12 O CONSUNI – Conselho Universitário – É um órgão colegiado e deliberativo responsável pelo comando da UFC. Em 1964, o CONSUNI era formado pelos diretores de cada uma das instituições que faziam parte da UFC, juntamente com um representante de cada uma das

debates e tomadas de decisão que ocorriam nas reuniões deste órgão. Registrado na Ata da 142ª reunião extraordinária do CONSUNI, datada de 3 de abril de 1964, o Conselheiro Professor Ocelo Pinheiro, Diretor da Faculdade de Medicina, faz o seguinte informe:

[...] Pediu a palavra o Conselheiro Ocelo Pinheiro para comunicar que recebera visita de uma comissão de alunos da Faculdade de Medicina que lhe solicitaram parecer sobre um manifesto que desejavam publicar, resumido nos seguintes termos: a) discrepar radicalmente de qualquer ordem ou insinuação da UNE, UEE e eventualmente até do DCE, quanto a possibilidade de greve estudantil; b) considerarem-se os estudantes democráticos, signatários do manifesto e alunos da Faculdade de Medicina, desvinculados das duas primeiras entidades estudantis mencionadas; c) manifestar em público, através da imprensa, apoio e aplauso as Forças Armadas; d) Concitar a classe estudantil a definir-se e cerrar fileiras pela causa democrática. Adiantou o Prof. Ocelo Pinheiro que transmitira aqueles estudantes a sua inteira aprovação ao manifesto. Assim o fizera com imensa satisfação. No seu entender, o movimento que substituíra os quadros políticos da Nação constituía um verdadeiro milagre, libertando o povo brasileiro da ameaça de bolchevização, que se tornava cada vez mais iminente (CONSUNI, 03 abr. 1964).

Note-se que, nesse momento, a comissão não tinha se identificado como CURD, apenas como um grupo de alunos da Faculdade de Medicina que não se identificavam com as bandeiras que os líderes estudantis, sob o comando da UNE, estavam levantando, com a intenção de tornar esse manifesto público. O discurso contido neste manifesto está repleto de termos que são tipicamente usados pelos grupos anticomunistas, especialmente o uso do adjetivo *democrático* para definirem-se, contrapondo esta característica aos “estudantes profissionais” e “subversivos” que estavam no comando das entidades estudantis. É mesmo possível que o grupo, nesse momento, ainda

respectivas congregações de professores catedráticos, o presidente do Diretório Central dos Estudantes – DCE —, sendo presidida pelo reitor da universidade.

não tivesse um nome definido, o que pode significar que estes estudantes se reuniram como uma entidade no momento do golpe, aproveitando a oportunidade que surgira com o movimento provocado pelas forças armadas¹³.

Outro ponto interessante a ser notado é o apoio entusiástico do conselheiro Ocelo Pinheiro, diretor de uma das mais tradicionais escolas de ensino superior do estado, a Faculdade de Medicina. As Atas, como documentos oficiais, registravam muito mais do que apenas as deliberações do Conselho Universitário, deixando também registradas as opiniões pessoais, visões de mundo e posturas ideológicas dos representantes da universidade. Isso nos permite traçar o perfil político do CONSUNI, além de revelar como a administração superior trabalhava, quais as prioridades da mesma e quais eram os conselheiros que tinham maior destaque e participação no comando da instituição. No momento do golpe, não apenas o conselheiro Ocelo Pinheiro, mas maior parte do CONSUNI também demonstrara apoio tanto as forças armadas, como ao grupo de “estudantes democráticos” que se apresentavam como uma força de oposição aos grupos de esquerda que, até então, estavam no controle da representação estudantil. O histórico de tensões entre a classe estudantil e a gestão superior da UFC vinha desde de 1962, da Greve do 1/3, que mudara a atitude do CONSUNI com relação aos estudantes. O surgimento de um grupo de estudantes que se opusesse aos líderes estudantis de esquerda era algo muito apreciado por estes gestores que se viam as voltas com a classe.

Este texto, acrescido de outros pontos, foi publicado três dias depois, no jornal *Correio do Ceará*, periódico ligado aos Diários

13 É certo, entretanto, que estes estudantes já deviam compartilhar opiniões e de alguma forma, organizaram-se para fazer oposição aos grupos de estudantes de esquerda, já que a organização deste movimento fora muito rápida, e ressaltando o fato que o presidente da Comissão, o universitário Joaquim Alencar Bezerra, fora presidente do Diretório Acadêmico Clóvis Beviláqua, da Faculdade de Direito, por dois mandatos. De toda forma, ainda será necessário um aprofundamento na pesquisa destas e de outras fontes para de fato esclarecer as raízes da formação da CURD.

Associados, do empresário Assis Chateaubriand¹⁴. De acordo com este manifesto, a Comissão Universitária de Restauração Democrática era composta por 30 universitários, de diversos cursos da UFC, sob a liderança do acadêmico de Direito Joaquim de Alencar Bezerra¹⁵, que assinava como presidente da CURD. Na nota, eles ressaltam sua independência em relação as lideranças estudantis, as quais acusam de desviarem-se dos “reais interesses da classe” para colocarem em prática os planos de “subversão da classe estudantil”. Dessa forma, a Comissão Universitária de Restauração Democrática apresenta-se como um grupo de “estudantes democráticos”, defensores dos interesses estudantis, contra os “estudantes profissionais” e contra as políticas comunistas, que declarava apoio as forças armadas e se posicionava fortemente contra a UNE (Correio do Ceará, 06 abr. 1964).

As historiadoras Katya Zuquim Braghini e Andrezza Silva Cameski apontam, em artigo de 2015, que este discurso buscava apoiar-se em um estereótipo aceito pela sociedade de que o estudante não devia fazer política direta, pois seu dever era estudar na sala de aula e amadurecer suas ideais para, posteriormente, poderem integrar a elite política do país. Ao analisarem os discursos produzidos pela Revista da Editora Brasil S/A, uma revista voltada para o setor da educação e que, de acordo com as autoras, apoiara o golpe de 1964, elas notaram que:

Os discursos sobre a juventude eram conteúdos ideologizados, que repetiam de forma incessante a ideia de que

14 De acordo com o historiador Frederico de Andrade Pontes, este periódico “possuía modernos elementos gráficos e editoriais. Possuía também um quadro de jornalistas bastante ligados a intelectualidade cearense, como o seu diretor, Eduardo Campos e o seu editor Murilo Mota, os dois pertencentes à Academia Cearense de Letras/ACL” (PONTES, 2014, p. 88). O autor ainda ressalta que o jornal parecia ter independência em relação aos grupos políticos locais, apesar de, aparentemente, ter apoiado o regime civil-militar e a CURD.

15 Não fora possível, até este momento, identificar todos os membros da CURD, pela ausência da informação nas fontes consultadas. Entretanto, supomos que sejam estudantes de classes mais abastadas, devido à 1) parte do grupo fazer parte do Curso de Medicina, uma das escolas mais tradicionais do estado e frequentada por filhos de médicos; 2) Joaquim de Alencar Bezerra era aluno da Faculdade de Direito, outro curso dos mais tradicionais no estado. Essas informações, entretanto, não são conclusivas e necessitam de maior investigação.

alguns jovens estudantes brasileiros eram “subversivos” e “comunistas” e que, em contrapartida, outros tantos jovens eram “bons estudantes” e dignos de exemplo. Os documentos partiam da ideia de que a subversão era um malefício que qualificava os jovens observados e criticados. Essa palavra foi tornada lugar-comum, usada como forma de apagamento de outros atributos desses estudantes (BRAGHINI; CAMESKI, 2015, p. 948).

A contraposição entre “estudantes democráticos” e “subversivos” ou “estudantes profissionais” fora adotada como discurso pelos membros da CURD neste manifesto, buscando alinharem-se nesta imagem de estudantes exemplares e, assim, ganharem a simpatia da opinião pública. Ao assumir este estereótipo, o grupo também assumia o compromisso de servirem como modelos para a classe estudantil e, acima de tudo, não fazer manifestações políticas, tratando unicamente de assuntos estudantis.

Entretanto, os membros da CURD não se furtaram de confrontar diretamente (e talvez fisicamente) os representantes da União Estadual dos Estudantes. No mesmo número do *Correio do Ceará* no qual fora publicada o manifesto da Comissão também informou a apreensão de “material subversivo” na sede da UEE. Este material consistia, segundo o periódico, de panfletos e cartazes com conteúdo contrário ao golpe e também material. O fato é que, na realidade, esta apreensão teve participação dos membros da CURD, que apoiaram a polícia na invasão do local, apreenderam o material e entregaram-no as autoridades militares (*Correio do Ceará*, 06/04/1964). No dia 8 de abril de 1964, o *Correio do Ceará* publicou uma notícia informando que a Comissão convocara uma “assembleia de estudantes democráticos” para decidir os rumos da UEE. Esta assembleia ocorreu no dia 9 de abril, na Faculdade de Direito da UFC, contando com a presença de mais de mil e seiscentos estudantes, segundo periódico. Nesta assembleia, de acordo com a notícia veiculada pelo *Correio do Ceará*, a CURD fora confirmada como diretoria provisória da UEE, com Joaquim de Alencar

Bezerra como o presidente da entidade. Além disso, a CURD decidira iniciar um processo de “restauração dos Diretórios Acadêmicos” de acordo com os “princípios democráticos”. De acordo com a matéria vinculada, os DA’s “(...) vinham sendo desvirtuadas dos seus verdadeiros serviços, qual seja, de bem servir a causa estudantil e não servir de instrumento de pregação subversiva que se estava desenvolvendo em todos os setores” (Correio do Ceará, 10 abr. 1964).

Existem alguns pontos que podemos comentar sobre estas ações da CURD. O primeiro deles é a relação da Comissão com a mídia impressa. Ao contrário do que ocorria com o movimento estudantil de esquerda, é possível notar certa cooperação entre a mídia e a Comissão. A linguagem utilizada na escrita das notícias que o *Correio da Manhã* veiculava a respeito das ações da CURD, especialmente no que se refere a tomada da UEE, passam uma imagem positiva do movimento de direita, em detrimento ao movimento de esquerda, que era descrito de forma negativa. O próprio jornal fazia eco ao discurso da Comissão, utilizando a linguagem anticomunista e seguindo o padrão de estereótipo que Braghini e Carmeski identificaram na linguagem utilizada pela *Revista da Editora Brasil S/A*, reforçando, para a opinião pública, os perfis que foram criados para estudantes de direita e de esquerda. Desta forma, os membros do movimento de direita passavam a ser legitimados por uma narrativa midiática que os colocava como um padrão a ser seguido, marginalizando o movimento estudantil de esquerda e colocando-os como exemplos daquilo que os estudantes não deveria ser.

Isso nos leva ao segundo ponto: a tomada, pela força, da UEE pelo movimento estudantil de direita é naturalizada por esta mídia; não há sequer um questionamento se aquela atitude, flagrantemente ilegal, seria a correta a ser tomada por aqueles que deveriam ser os estudantes exemplares e que, em princípio, não deveriam envolver-se em política. O jornal escolheu o caminho do silêncio sobre a legalidade dos atos da CURD, ao passo que buscou criminalizar o movimento estudantil de esquerda pelo fato

de emitir opinião contrária ao golpe e ao regime recém-instalado¹⁶. Da mesma forma, a gestão universitária também buscou isentar-se quanto as ações que o movimento estudantil de direita pudesse assumir neste avanço contra as entidades estudantis, inclusive registrando isso em Ata, em uma de suas resoluções: “o Conselho Universitário faz sentir que liderança estudantil, na forma estatutária, é matéria afeta a própria classe, respeitada a manifestação da vontade da maioria dos discentes nas Escolas, Faculdades e Institutos” (CONSUNI, 03 abr. 1964). Assumindo essa postura, registrada como uma deliberação oficial da instituição, a administração superior deixava o caminho livre para que os estudantes resolvessem seus conflitos sem a interferência da universidade. Ao passo que, em uma conjuntura diferente, esta atitude poderia significar uma maior independência para o movimento estudantil organizar-se e exercer suas atividades de maneira democrática, naquele momento, com o movimento estudantil de esquerda sendo criminalizado e perseguido, esta posição era um aval da gestão universitária para as ações do movimento estudantil de direita contra os estudantes que ocupavam posições dentro das entidades estudantis. É óbvio que a gestão esperava, com queda do movimento estudantil de esquerda e ascensão da CURD no controle dos DA's e da UEE, uma liderança estudantil mais colaborativa e que se alinhasse aos projetos desenvolvidos pela administração superior.

Acuados, pressionados por opositores, pela mídia e pelas forças de repressão, o movimento estudantil de esquerda teve que recuar. Esse recuo foi registrado na Ata da 98ª reunião ordinária do CONSUNI, datada de 23 de abril de 1964, onde o reitor Martins Filho informa a renúncia do DCE e de vários DA's da UFC:

O Reitor declarou que [...] desejava informar ao Conselho que recebera expediente do Diretório Central dos Estudantes em que se comunicava terem sido escolhidos novos diri-

16 Nas edições de 03/04/1964 e 06/04/1964, o *Correio do Ceará* veiculava matérias sobre um suposto repasses de verbas ilegais a UNE e sobre materiais considerados “subversivos” em posse da mesma entidade e também da UEE-CE. Ambas as matérias carregavam no tom negativo e acusatório sobre as entidades estudantis e suas atividades políticas.

gentes daquele órgão, ficando na presidência o Acadêmico Sérgio Moreira Duque, que fora convidado a comparecer àquela sessão do Conselho Universitário afim de ser empossado como Conselheiro, depois de reconhecida a validade da eleição, de acordo com os dispositivos estatutários. Verificara-se a renúncia dos universitários que vinham dirigindo o DCE, tendo o antigo presidente, Acadêmico Valton de Miranda Leitão, que renunciara por escrito, comparecido à Reitoria para fazer a devolução de 400 mil cruzeiros, os quais dias antes recebera em nome do órgão [...]. Haviam igualmente renunciado os diretores dos diversos Diretórios Acadêmicos (CONSUNI, 23 abr. 1964).

Até o momento, não foi possível descobrir quais foram os motivos que levaram a renúncia das gestões do DCE e dos DA's, mas é possível supor que as pressões exercidas pela CURD, já no comando da UEE, das forças de repressão e também da gestão universitária levaram o movimento estudantil de esquerda a deixarem seus mandatos nas entidades representativas a fim de se preservarem. Também não foram encontradas evidências que ligassem Sérgio Moreira Duque, que assumira o DCE, à Comissão. Entretanto, a sua política universitária estava alinhada tanto com o regime como com a gestão universitária, e suas “qualidades ideológicas” foram atestadas por vários conselheiros no momento de sua posse a uma vaga no CONSUNI (Idem, 23 abr. 1964). Moreira Duque permanecerá como conselheiro até o início de 1965, quando será afastado após uma discussão com os demais conselheiros, sendo substituído por seu vice, Raimundo Ivo dos Santos Oliveira (CONSUNI, 08 jan. 1965)¹⁷.

17 Esta discussão entre o presidente do DCE e os demais conselheiros girou em torno da reforma estatutária que se processava neste período, cujo objetivo era adequar o Estatuto da universidade a Lei nº 4.464, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, que versava sobre a representação estudantil em órgãos das universidades federais, que seria fixada em 2 representantes da classe em cada órgão colegiado. Após discordar veementemente da medida adotada pelo Conselho Universitário, Sérgio Moreira Duque fez uma provocação aos conselheiros, que o rechaçaram de forma unânime. O curioso deste fato é que, até então, Moreira Duque era considerado pela administração superior como um líder estudantil exemplar justamente por se manter “distanciado” da política estudantil que afrontava a gestão. Este acontecimento marca uma ruptura entre o CONSUNI e o movimento estudantil de direita, que inicia um movimento de declínio a partir de 1965.

Ao assumirem as entidades de representação estudantis, o movimento de direita buscou dar novo sentido a política universitária, que, segundo o líder da CURD, seria voltada para a assistência estudantil e não para a promoção de ideias políticas, o que seria a “verdadeira vocação” das entidades estudantis (Correio do Ceará, 08 abr. 1964). Apesar deste pretenso distanciamento da política pretendido por este movimento, o presidente do DCE informava, na 145ª reunião extraordinária do CONSUNI, registrada em 14 de maio de 1964, que o Diretório Central dos Estudantes, em conjunto com a UEE, promoveriam, no dia 15 de maio, uma festa em homenagem as forças armadas e ao governo do estado do Ceará, nos salões do Náutico Atlético Cearense, o que fortalecia o vínculo deste grupo com as forças de repressão, também alinhando-se com o posicionamento político tomado pela gestão universitária naquele momento, colocando as entidades de representação estudantil a serviço da administração superior e também do regime.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de firmemente construída durante as décadas de 1980 e 1990 para ser homogênea e monolítica, a memória do movimento estudantil silencia sobre estes grupos que faziam oposição as forças dominantes de esquerda. Como podemos ver neste trabalho, o movimento estudantil de direita conseguia articular-se com vários setores, como a mídia, a gestão universitária e as próprias forças armadas para fazer uma oposição frontal ao movimento estudantil de esquerda que, até então comandava as entidades representativas e ditava as políticas estudantis.

Existem ainda muitas lacunas para serem preenchidas com relação as organizações de direita, em especial a CURD: quem eram seus membros? As quais classes sociais eles pertenciam? A CURD era autônoma, ou era financiada por alguma organização interessada na desestabilização das entidades estudantis, como o Instituto de Pesquisa Econômi-

co e Social – IPES? Quais eram os objetivos dos membros da CURD para além da disputa de espaço de representação com os estudantes de esquerda? Para responder a estes questionamentos, necessitamos aprofundar a investigação em mais fontes o que, devido às condições de mobilidade urbana e acesso aos equipamentos de pesquisa no momento da produção deste trabalho, não é possível¹⁸.

A pressão e perseguição aos estudantes de esquerda continuaria, através da Comissão de Inquérito instalada na UFC, por demanda do Ministério da Educação – MEC – para investigar atos de “subversão” e “corrupção” porventura cometidos por professores e técnicos administrativos. A gestão universitária, por decisão própria e adiantando-se ao MEC, resolveu criar uma subcomissão para investigar os estudantes, da qual participara o presidente do DCE, Sérgio Moreira Duque, como um dos membros da subcomissão, e do interventor da UEE, Joaquim de Alencar Bezerra, como um dos principais denunciadores, que acarretou na punição de cerca de 48 estudantes enquadrados no artigo 8º do Ato Institucional de 9 de abril de 1964 (CONSUNI, 23 out. 1964).

A ascensão do movimento estudantil de direita, durante os anos de 1964 e 1965 na UFC, mostra como estes grupos ganharam força com a conjuntura instalada após o golpe e, em conjunto com outras forças, conquistaram espaços de poder dentro das entidades representativas da classe estudantil. Um aprofundamento na investigação destes grupos nos permitirá ter uma perspectiva maior sobre suas motivações, vinculações e objetivos, o auxiliando num processo de ampliação sobre a história do movimento estudantil, bem como ter mais noções da participação civil na construção do regime ditatorial que, ainda hoje, deixa marcas na sociedade brasileira.

18 Os primeiros contatos feitos com as fontes que nos apontaram a existência da CURD foram feitos em março de 2020, período em que se iniciou o isolamento social imposto devido à pandemia de COVID-19, o que restringiu a mobilidade urbana e provocou o fechamento de vários equipamentos de pesquisa, como a Biblioteca Menezes Pimentel, local onde foi encontrado o acervo hemerográfico que nos possibilitou iniciar esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

Fontes

“**Polícia Apura: UNE recebeu 300 milhões de cruzeiros da SUPRA**”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 3 de abril de 1964;

“**Material subversivo encontrado na UNE e entregue a militares**”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 6 de abril de 1964;

“**UEE: Comissão Universitária de Restauração Democrática**”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 6 de abril de 1964;

“**Universitários Decidirão Destino da UEE**”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 8 de abril de 1964;

“**Reorganização dos Diretórios Acadêmicos na Linha dos Princípios Democráticos**”. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 10 de abril de 1964;

COSUNI. **Ata da 142ª reunião extraordinária**, 3 de abril de 1964;

COSUNI. **Ata da 98ª reunião ordinária**, 23 de abril de 1964;

COSUNI. **Ata da 157ª reunião extraordinária**, 23 de outubro de 1964;

COSUNI. **Ata da 166ª reunião extraordinária**, 08 de janeiro de 1965;

Universidade do Ceará. **Relatório da Subcomissão de Inquérito**. Fortaleza, 20 de julho de 1964.

Bibliografia

BRAGHINI, Katya Zuquim; CAMESKI, Andrezza Silva. “Estudantes Democráticos”: A atuação do movimento estudantil de “direita” nos anos 1960. *In: Educação e Sociedade*, Campinas, v. 36, n° 133, p.945-962, 2015.

CORDEIRO, Janaína Martins. **A Nação que salvou a si mesma. Entre memória e História, a campanha da mulher pela democracia (1962-1974)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2008.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. **As universidades e o regime militar: política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

POERNE, Arthur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

PONTES, Frederico de Andrade. **Do C.E.U ao Inferno: o Movimento Estudantil Universitário no Ceará (1956-1964)**. 2014. Dissertação (Mestrado Acadêmico). Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2014.

ROSSI MATTOS, André Luiz Rodrigues de. *A Frente da Juventude Democrática contra a esquerda estudantil durante a greve universitária de 1962*. In: **Anais do XXI Encontro Estadual de História** –ANPUH-SP—Campinas, setembro, 2012.

VERAS, Dimas Brasileiro. **Palácios cariados: a elite universitária e a ditadura militar** -

o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964-1975). Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2018.

Televisão e crítica na imprensa Visões sobre TV em debate no Brasil dos anos 1960

Milena Azevedo de Menezes¹⁹

INTRODUÇÃO

A escrita sobre TV, desde a chegada das primeiras emissoras nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, situava o objeto dentro de representações dos valores urbanos, cujas primeiras reportagens circulavam em revistas de consumo e suplementos literários. Por isso, neste artigo analisaremos a escrita sobre TV na imprensa que tem como objetivo o debate público promovido por críticos sobre a televisão, procurando compreender os atritos sobre formas de percepção temporal dos meios de comunicação e a recente indústria cultural nos anos 1960, analisando suas percepções sobre as possibilidades de futuro que a televisão como instrumento poderia proporcionar.

Esses debates se materializaram em colunas próprias sobre TV em cadernos culturais de grande circulação, os primeiros passos para o que posteriormente seria conhecido como crítica televisiva na imprensa. Dentre os cadernos, destacamos o *Caderno B (Jornal do Brasil)*, o *UH Revista (Última Hora)* e o *Cartazes da Cidade (Diário Carioca)*, jornais de maiores circulação entre São Paulo e Rio de

¹⁹ Mestranda no Departamento de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará. E-mail para contato: profamilenahistoria@gmail.com.

Janeiro, e renomados espaços de produção de crítica cultural. Medo e fascínio são dois sentimentos cuja crítica televisiva tenta apreender e interpretar a partir das transformações de circulação da produção cultural, evidenciando-a a partir da discussão sobre modernização no campo da cultura, em meio a um país que ainda era predominantemente agrário e buscava industrializar-se.

CRÍTICA TELEVISIVA: A PERCEPÇÃO DE UMA TEMPORALIDADE

Atualmente, é fácil pensar o lugar da internet ocupando o espaço antes destinado à televisão no Brasil. Porém, em tempos de crise²⁰, torna-se mais claro observar a relação entre percepção de tempo e espaço que a TV ainda ocupa juntamente a outras mídias no cotidiano da sociedade no Brasil. Ligada nos quartos e na sala, transmitindo em tempo real as notícias e modificando a dinâmica dos programas para adequar à situação do país, a televisão no Brasil conquistou seu

20 Escrevo esta dissertação em meio a uma crise de saúde mundial promovida por um novo vírus de gripe, chamado Coronavírus (COVID-19), recém descoberto na cidade de Wuhan, na China. O primeiro alerta foi dado pelo governo chinês à Organização Mundial de Saúde (OMS) em 31 de dezembro de 2019. A OMS declarou, recentemente, estado de pandemia mundial, sendo 117 países já atingidos, dentre eles, o Brasil. O atual presidente do nosso país, Jair Bolsonaro, minimiza a situação de calamidade pública e ignora ordens da OMS ao participar de ato com apoiadores civis contra Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF). Ao mesmo tempo, a cobertura midiática com dados e estatísticas em tempo real no mundo e informações sobre prevenção invadem os canais de televisão, assim como os sites de notícias e redes sociais, 24h por dia. Ver: “Coronavírus já atingiu 117 países pelo mundo”. Site Veja. Publicado em 26 de fevereiro de 2020. Atualizado em 19 de março de 2020. Acesso: 22 mar. 2020 às 16h19. <https://veja.abril.com.br/mundo/coronavirus-ja-atingiu-43-paises-pelo-mundo/>; “Outras gripes mataram mais do que essa”, diz Bolsonaro sobre coronavírus” Portal Correio Braziliense. Publicado em 11 mar. 2020. Atualizado em 11 mar. 2020 às 18h10. Acesso: 22 mar. 2020 às 17h. https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/03/11/interna_politica,833611/outras-gripes-mataram-mais-do-que-essa-diz-bolsonaro-sobre-corona.shtml; “Bolsonaro ignora crise do coronavírus, estimula e participa de ato pró-governo e contra Congresso e STF”. Portal Folha de S. Paulo. Publicado em 15 mar. 2020 às 12h28. Atualizado em 15 mar. 2020 às 20h04. Acesso: 22 mar. 2020 às 17h05. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/bolsonaro-deixa-isolamento-do-coronavirus-e-de-carro-participa-de-ato-pro-governo-na-esplanada.shtml>

protagonismo, ainda que hoje tenha que se adaptar aos serviços de internet, como as plataformas de *streaming*²¹.

A forma como percebemos a televisão enquanto produção de conteúdo e parte do cotidiano se transformou ao longo do tempo, devido aos novos parâmetros comunicacionais. Enquanto parte de uma cultura midiática, essa percepção pode ser *historicizada* como materialidade das transformações sociais. A partir dos anos 1960, a escrita sobre televisão como crítica ganha espaço em cadernos culturais na imprensa, e torna-se importante objeto de análise aqui para compreender as discussões sobre produção cultural e modernização, enquanto debate público na imprensa sobre o medo e o fascínio de um meio de comunicação que expandia seus circuitos no momento.

Segundo Eagleton (1991, p. 4), o conceito de crítica adquire contornos quando relacionamos com a escrita voltada para a esfera pública²², com vistas a um determinado público. “A crítica abre-se ao debate, tenta convencer, convida à contradição. Torna-se parte do intercâmbio público de opiniões” (EAGLETON, 1991, p. 4). Além disso, o papel das instituições para mediar um espaço próprio de intercâmbio e disputas entre os debates legitimam ainda mais a importância da atuação da crítica para o âmbito público, essa escrita que tem como prerrogativa o engajamento dos sujeitos para o político. A imprensa no Brasil, desde o século XIX com a publicação de folhetins políticos e crítica literária, tornou-se uma das principais instituições cujos literatos e políticos encontram espaço propício para essa intervenção, aproximando o jornal como representação de uma

21 Os últimos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2016, mostram que em 69 milhões de domicílios, apenas 2,8% não têm TV no Brasil. Ver: “Pesquisa diz que, de 69 milhões de casas, só 2,8% não têm TV no Brasil?”. Site Agência Brasil. Publicado em 21 fev. 2018. Acesso: 23 mar. 2020 às 14h58. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-02/uso-de-celular-e-acesso-internet-sao-tendencias-crescentes-no-brasil>

22 Eagleton (1991, p. 3) situa o conceito de esfera pública a partir de Jürgen Habermas (1962) como o espaço entre a sociedade civil e o Estado, o que abrange todo um domínio de instituições sociais – clubes, jornais, cafés, periódicos - nos quais os sujeitos se reúnem para “o livre e equitativo intercâmbio de um discurso racional, consolidando-se, assim, em um corpo relativamente coeso, cujas deliberações podem assumir a forma de uma poderosa força política”.

“tribuna”, seguindo um modelo específico da imprensa francesa, cuja forma de jornalismo era mais próxima à escrita literária (RIBEIRO, 2003, p. 149).

A crítica televisiva transforma-se e acompanha a história da televisão no Brasil, assim como a crítica teatral acompanha a história do teatro e a crítica literária da literatura. O diálogo entre a prática artística e o exercício crítico, tomados muitas vezes como prática cultural e representação, é importante para compreender as especificidades dos dois campos para a análise do entendimento entre eles (FALCÃO, 2017, p. 17). Enquanto os circuitos televisivos se expandem e a programação passa por transformações e experimentalismos, a crítica procura apreender a recepção do conteúdo ao público, ao mesmo tempo, que produz estratégias de interpretações.

Dessa forma, a crítica televisiva, segundo Fernanda Maurício Silva (2016, p. 12), permite traçar uma investigação sobre a “qualidade enquanto quadro valorativo flexível e negociado com aspectos hegemônicos”, assim como identificar tensionamentos nas formas televisivas. O crítico televisivo José Luís Braga (2006, p.46) explica que, ao tratar da crítica midiática, a escrita sobre a produção cultural exerce esclarecimentos a partir de uma interpretação ampliada e tensiona processos e produtos midiáticos gerando dinâmicas de mudanças.

A percepção de regime temporal é baseada em uma noção de aceleração, o que para Koselleck (2014, p. 205) é resultado de transformações em técnica e da indústria ao desnaturalizar a experiência que se conhecia até então. O historiador ao discutir sobre os principais elementos que condizem à experiência moderna da Revolução Industrial, como os relógios e a máquina a vapor, elabora a aceleração como categoria histórica por situar como um conceito em perspectiva e, portanto, expectativa, ao extrair evidência da comparação com as gerações contemporâneas, aos quais compartilham um espaço de experiência comum, mesmo que refratado (KOSELLECK, 2014, p.

153). Os discursos sobre o que é e o que não é a TV e o que poderia ser perpassam uma percepção de tempo em que a imagem e as letras são espaços de experiência em conflito, mas também de diálogo.

Representar a televisão e sua produção é construí-la em meio a outros mediadores culturais, como a fotografia, o rádio, o cinema, o teatro e a literatura, o que também serão referências para construir uma “imaginação televisual”, conceito de Marialva Barbosa (2013, p. 263) ao tratar das primeiras impressões publicadas em jornais e revistas sobre o aparelho. Pensando no conceito de utopia, a historiadora analisa o caminho de expectativas de futuro que a TV ocupa em revistas de consumo e jornais, sobretudo, em artigos de publicidade. Essa utopia que representa na TV a diluição de fronteiras geográficas e o progresso tecnológico relaciona-se como elo fundamental com a imaginação produtora de sentidos, o que torna o pensar na possibilidade imagética da TV antes mesmo de ocupar massivamente as salas de estar da classe média. “A televisão já nasce dependente da imaginação comunicacional do público e como utopia midiática” (BARBOSA, 2013, p. 266).

A CRÍTICA TELEVISIVA NOS CADERNOS CULTURAIS DA IMPRENSA EM RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO

Dentre os cadernos, destacamos o *Caderno B (Jornal do Brasil)*, o *Segundo Caderno (Tribuna da Imprensa)*, *UH Revista (Última Hora)* e *Cartazes da Cidade (Diário Carioca)*, jornais de maiores circulação entre São Paulo e Rio de Janeiro, e renomados espaços de produção de crítica cultural. Em 1956, o *Jornal do Brasil* é pioneiro na reestruturação dos editoriais. É criado o *Suplemento Dominical*, caderno que reúne contribuições de artistas, escritores e poetas, junto ao *Caderno B*, dedicado às colunas de opinião sobre teatro, música, literatura e etc. Assim segue o *Segundo Caderno (TI)*; *Cartazes da Cidade (DC)*, pioneiro na diagramação

dos jornais, com a separação em cadernos; e *Revista UH* (UH), editorial de esquerda, mas que se apropriou do novo modelo empresarial.

Com exceção do UH, de editorial assumidamente à esquerda e que sofreu retaliações durante o período ditatorial, a trajetória dos outros periódicos esteve ligada ao alinhamento ao governo militar de início, como o caso do JB e TI, posteriormente com momentos de afastamento devido à censura pós-1968, mas que ainda recebiam a contribuição de críticos, de jornalistas e outros intelectuais das artes de esquerda, muitos com formação no *Partido Comunista Brasileiro* (PCB), que escreviam para os cadernos culturais e suplementos literários.

A partir das reformas que tornaram as redações próximas da dinâmica empresarial, automatizadas e com mais funções administradas, a imprensa localizada no sudeste, principalmente, procurou produzir uma escrita que se pretendia “neutra” e “objetiva”, dividindo os espaços de escrita entre notícia e “opinião”, seguindo o modelo norte-americano de *lead*²³. Assim, com a separação em cadernos possibilitou um espaço próprio para a escrita literária e fermentação intelectual representada nos suplementos literários.

Crônicas e artigos de opinião tornaram-se grande parte das publicações dos suplementos literários. As colunas de opinião sobre teatro, cinema, música, dentre publicações de contos e análises sociais, são suas principais. O *Suplemento Dominical e Caderno B*, ambos do *Jornal do Brasil*²⁴ (RJ), foram um dos principais espaços

23 Segundo Ribeiro (2003, p. 147), esse modelo de escrita jornalística tinha como base os primeiros manuais de redação, introduzidos nas redações dos principais jornais de São Paulo e Rio de Janeiro nos anos 1950, como função de instituir os parâmetros da escrita e a apresentação dos textos originais à composição gráfica, pois racionalizava o espaço da criação e legitimava a autoridade dos editoriais, por exemplo, na introdução do *copy-desk*: redatores que revisam e, se necessário, reescrevem as matérias para dar uma unidade de estilo, cujo papel era essencialmente disciplinador para que os textos estivessem de acordo com as normas da redação.

24 Surge em 1981, com caráter editorial monarquista, mas se transforma ao longo de crises financeiras em sua história, até que passa por uma reforma editorial nos anos 1950. Em 1964, é um

de notoriedade da crítica na imprensa, assim como o *Suplemento Literário do Estado de S. Paulo*²⁵ (SP), o *Segundo Caderno do Tribuna da Imprensa*²⁶ (RJ), o *Pensamento e Arte do Correio Paulistano*²⁷ (SP), dentre outros.

A formação de um espaço próprio de crítica ao conteúdo permite analisar como a programação, que compartilhava espaços entre os “enlatados” norte-americanos, o teleteatro e as primeiras novelas, torna-se propulsora de disputas em debate sobre visões intelectuais acerca da TV. A crítica de conteúdo como parte da crítica ao capital privado, a ideia de “vender cultura” e a noção de “embotamento mental” promovida pela TV são os principais temas abordados por uma crítica que tenta entender a relação entre mercado e cultura por meio da TV.

Em 1964, é publicada o primeiro espaço próprio de crítica televisiva no caderno, com a coluna de Fausto Wolff. Dramaturgo, Atuou de 1962 a 1968 no *Tribuna da Imprensa* como crítico de teatro e, nos anos 1970, colaborou com *O Pasquim*, um dos jornais da imprensa alternativa de crítica à ditadura civil-militar. Também foi integrante do Círculo Independente de Críticos Teatrais (CICT), criado em 1950, a partir da crítica a Associação Brasileira de Críticos Teatrais (ABCT) por seu caráter paternalista de avaliação das peças (para

dos editoriais que apoiou o golpe. SPANNENBERG, M. Ana Cristina. “Do impresso ao digital: a história do Jornal do Brasil”. *Revista Observatório*, vol. 2, Palmas, maio 2016.

- 25 Jornal fundado em São Paulo, matutino e diário, com o nome *A Província de São Paulo*, em 1875, como parte da imprensa republicana. Nos anos 1950, representou a ascensão da direita conservadora pelo União Democrática Nacional (UDN), assim como apoiou o golpe de 1964. Ver: Verbetes, Primeira República. Arquivo online CPDOC - Fundação Getúlio Vargas. Site: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ESTADO%20DE%20S.%20PAULO,%20O.pdf>. Acesso: 31/03/2020 às 17h49.
- 26 Criado em 1949 pelo político e jornalista Carlos Lacerda, como tribuna de oposição ao governo de Getúlio Vargas. Também se consolidou como editorial conservador, que apoiou o golpe de 1964 (CHAMMAS, 2012).
- 27 Fundado em 1854, se consolidou a partir de um editorial liberal e órgão oficial do Partido Republicano Também foi um dos principais impressos que buscou modernizar o maquinário para melhorar sua circulação. O jornal não sobrevive até 1964, quando fecha definitivamente sua redação (THALASSA, 2007, p. 5).

Wolff, as melhores produções elegidas pela ABCT, eram produções de maiores bilheteria, e não com o melhor conteúdo).

Para o *Caderno B* (JB), a coluna *A Função do Crítico* por Fausto Wolff, do dia 10 de outubro de 1964, publica:

[...] O primeiro dever do crítico revestido das funções de assistência social é acreditar na televisão. Acreditar, porque dependendo do progresso humanístico dos seus proprietários, a televisão pode vir a ser o mais valioso auxiliar na formação cultural de um povo. A pergunta que o crítico deve fazer a si mesmo em seguida: A televisão acrescenta alguma coisa ao telespectador? A resposta é não. [...] O que é, então, a televisão? Uma arma perigosíssima nas mãos de crianças que não entendem nada de explosivos²⁸

O tema é recorrente nas colunas de Wolff, assim como evidenciada por outros críticos: o futuro da TV para a produção cultural. Ao fomentar a ideia de modernização no contexto de urbanização da capital, a televisão carrega na inovação também a ideia de crise para uma função do crítico.

Essa relação entre futuro e crise pode ser entendida a partir da perspectiva de Koselleck (1999, 2006, 2014) sobre espaços experiência e horizonte de expectativas como categorias da temporalidade histórica, que não coincidem nem são complementares, mas estão em constante tensão, pois “sempre as coisas podem acontecer diferentemente do que se espera” (2007, p.312). Essa tensão pode ser aplicada ao termo “crise” que, desde 1780, tem se tornado uma expressão de uma nova percepção de tempo, ao mesmo tempo indicando e intensificando o “fim” de uma época. As percepções sobre as mudanças de uma época podem ser medidas a partir do uso do termo “crise”, apesar de que a categoria ainda permanece ambígua de acordo com as emoções que a acompanham (KOSELLECK, 1999, p. 358).

28 WOLFF, Fausto. “A função do crítico”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 out.1964. Caderno B, p. 5.

Ao mesmo tempo que Wolff estabelece a relação de compromisso entre o crítico e a TV, o que nos remete ao “dever” do crítico na imprensa em defesa do pensamento reflexivo para as chamadas “belas artes”, o crítico afirma que a televisão não acrescenta em nada para os telespectadores. Segundo Wolff, a crise para a produção cultural seria um novo espaço criativo que não engrandecesse o “espírito” e, por isso, muitas vezes uso o termo “embotamento mental” para se referir ao que a TV produz. Dentre o conteúdo televisivo, as novelas são citadas por Wolff com frequência como sintoma da “incultura” na programação. A telenovela na década de 1960 ainda estava em processo de descoberta de sua linguagem própria, compartilhando com a programação dos teleteatros ao vivo, mas já chamava atenção da crítica.

O *Diário Carioca* com o caderno *Cartazes da Cidade* também recebe colunas de crítica à TV com chegada de Reynaldo Jardim, em 1964, que escreve para o caderno até 1968 sobre televisão. Sua coluna compartilha no espaço com crônicas dentre outros críticos e programação semanal televisiva. Além de criador do *Caderno B* (JB), também foi criador do *Suplemento Dominical*, semanário literário criado em 1961 para o JB; diretor da Rádio JB desde 1952, da revista *Desfile* desde 1963, do setor de telejornalismo da TV Globo em 1965; além de editor do jornal *Correio da Manhã* e *Última Hora*, diretor da revista *Senhor* desde 1962, poeta e artista plástico.

A trajetória de Reynaldo Jardim como intelectual de esquerda converge com a crítica à televisão ao incorporar seus percursos do pensamento neoconcreto para pensar uma possível linguagem televisiva e uma instrumentalização do objeto para a arte. Suas relações com o *Grupo Opinião*²⁹, assim como sua participação como jornalis-

29 Formado a partir do Centro de Cultura Popular da UNE, o show *Opinião* foi um musical que deu origem ao grupo, em 11 de dezembro de 1964, com direção de Augusto Boal (PARANHOS, 2014, p. 2).

ta em periódicos alternativos (criador d'O Sol³⁰ e Poder Jovem³¹, em 1967 e 1968) também permite pensar as relações dos espaços ocupados por jornalistas de esquerda entre a clandestinidade e o grande circuito de impressos também como forma de aproximar e se inserir nas discussões sobre as novas produções culturais, como é o caso da TV.

Em 5 de dezembro de 1964, publica:

Cabe ao único veículo que realmente atinge às massas, o papel de criar para o grande público uma arte que venha preencher à necessidade que todo homem tem de conhecer o mundo pela visão intuitiva do objeto artístico. Será isso possível? [...] Usar a televisão apenas como veículos de experiências e tentativas já seria bom, mas não seria o ideal. O ideal mesmo é que se procurasse criar uma arte específica para a televisão³².

Jardim explicita em sua coluna, assim como em várias outras publicações suas, sobre a importância do espaço televisivo como uma nova possibilidade para a classe artística de acessar as “massas”, ao mesmo tempo que escreve sobre uma importância de uma “arte específica” para a TV, ou seja, uma linguagem própria sobre TV. A crítica como produtora de um engajamento na formação de uma consciência promovida pela figura dos intelectuais foi forte espaço de debates entre as esquerdas na publicação de impressos. O sentido da palavra “intelectual” envolve “a expressão de um grupo social específico, responsável pela produção de valores, formas e conhecimento, marcado pela busca de autonomia em relação às ideologias”

30 Jornal alternativo idealizado por Reynaldo Jardim, circulou no Rio de Janeiro a partir de 21 de setembro de 1967 a 5 de janeiro de 1968. Foi financiado pelo *Jornal dos Sports (JS)* e mantinha uma circulação diária (BRITO, 2017, p. 15-16).

31 Situado como sucessor de *O Sol*, foi lançado por jornalistas e artistas de prestígio do Rio de Janeiro. Sua importância como impresso serviu como “escola de jornalismo” para militantes de grupos organizados, como o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), liderado por Leonel Brizola (KUCINSKI, 2018, p. 65).

32 JARDIM, Reynaldo. “Arte Direta”. *Diário Carioca*. Cartazes da Cidade. 5 dez.1964, p. 6.

(NAPOLITANO, 2017, p. 20), cuja publicação de obras, participação na imprensa, dentre outras produções era essencial marca para a construção do engajamento político nas esquerdas.

O debate no campo da esquerda sobre a TV torna-se um debate sobre indústria cultural e o desgaste da frente nacional-popular após o golpe e o consequente fechamento de grande parte dos canais de atuação política da esquerda, sobretudo, após o AI-5. Napolitano (2017, p. 85), ao discutir a importância que a cultura ganhou durante os anos ditatoriais como via de crítica e atuação de intelectuais contra o regime, afirma que entre 1964 e 1967, a mediação ao mercado era vista como uma possibilidade de linguagem estética na forma de bens culturais.

A trajetória de formação dos críticos converge com a própria formação da crítica televisiva, principalmente, a partir da discussão sobre o conceito de “crítico”. Segundo Angela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen (2016), sobre a categoria “intelectual”, situam o conceito como fluido e polissêmico, importante para compreender as dinâmicas de circulação, comunicação e apropriação dos bens culturais (2016, p.13). Entre a produção de bens culturais e o acesso a estes não é uma relação pacífica, mas envolve o processo da mediação cultural e apropriações, em que seus usos criam sentidos que transparecem no trânsito dos bens culturais entre diferentes grupos sociais, no tempo e no espaço. O conceito de “intelectuais mediadores”, para as historiadoras, consiste em indivíduos ou grupos integrados em redes que se constituem em espaços propícios ao surgimento de novas maneiras de pensar e sentir (2016, p. 33), ao falar de sujeitos que produzem criativamente essas novas formas de pensar a partir das vanguardas, diante de um processo de trocas culturais.

Segundo Marcos Napolitano (2017, p. 22-23), durante o regime, orbitavam nos espaços públicos de produção os seguintes grupos: os liberais, que oscilavam entre posições mais moderadas a visões

democráticas, abertas para reformas sociais e defensores da livre iniciativa do mercado, cuja imprensa e a mídia corporativa eram seus principais espaços de atuação (principalmente como gestores); os comunistas do PCB, pregavam uma resistência civil e desarmada, representado no nacional-popular, cujo mote era a constituição de uma grande oposição ao regime baseado na conciliação de classes e que, após o golpe de 1964, procuraram o engajamento nos mais diversos espaços de atuação, como a imprensa, o mercado e na pequena burocracia da cultura; os grupos contraculturais, heterogêneo por agrupamento de movimentos de grupos de ação estética radical, próximos à estratégia de juventude libertária dos anos 1960 cujo mote era a liberdade individual; e finalmente, a “nova esquerda”, conhecida nos anos 1970 pelo agrupamento de líderes comunitários e sindicais, católicos progressistas, dentre outros militantes que questionavam a estratégia do nacional-popular de frentismo dos comunistas, não apenas político, mas também estético.

Portanto, as discussões que envolvem os perigos da televisão para a produção cultural e os debates que situam os binômios cultura/cultura de massas e engajamento/alienação tentam apreender e formular interpretações sobre as transformações de uma indústria cultural mediante um regime militar. Essas discussões não interessavam apenas a burocracia militar, mas também grupos de esquerda que buscavam interpretar uma nova possibilidade de pensar a realidade brasileira que promovesse a autonomia política do indivíduo e a intervenção para as mudanças necessárias que transformassem o país em uma nação unificada, desenvolvimentista e que promovessem a libertação das massas camponesas e operários urbanos da opressão capitalista e imperialista, pensamento este representado no nacional-popular.

Sobre o tipo de programação cujos temas são mais presentes, entre 1964 e 1968, as novelas com temáticas do cotidiano gradualmente substituem os teleteatros de grandes obras literárias, assim

como aparecem os programas de auditório, humorísticos e musicais. Nomes como Sílvio Santos, Chacrinha e Dercy Gonçalves são importantes exemplos de programação voltada para o “popular” da “massa”. A conquista da audiência da TV Globo e sua integração no mercado nacional, a partir de 1968, são responsáveis pela criação de uma “estética do grotesco” dos produtores culturais, conceito histórico construído por Muniz Sodré (1977, p. 102), um dos principais teóricos das décadas de 1960 e 1970 sobre a comunicação de massa no Brasil.

Outro exemplo de crítico à esquerda está no suplemento *Revista UH*, o caderno cultural do jornal Última Hora. Fundado em 1951, foi um dos principais veículos de comunicação aliado ao trabalhismo sindical. A partir de 1965, o jornalista e literato Ivan Lessa escreve sobre TV no suplemento durante o curto período de 2 de janeiro de 1965 a 24 de abril do mesmo ano, Ivan Lessa, durante os anos 1970, participa do impresso alternativo *O Pasquim*, acompanhado de Fausto Wolff. *O Pasquim* foi importante impresso que buscava na sátira e na piada o enfrentamento ao regime. A coluna de Ivan Lessa tem publicação datadas de segunda à sábado, na página 3 do caderno.

Na coluna “O programa é a televisão”, de 2 de fevereiro de 1965, Lessa publica sobre o aumento dos aparelhos televisores e de espectadores na baía da Guanabara, com 4 emissoras, 800 mil aparelhos e 4 milhões de espectadores (somando com os “televizinhos”), enquanto que no Estado do Rio de Janeiro já somavam 3 milhões e 800 mil espectadores e outros 700 mil mineiros do sul. Sobre a programação, fala do melhor horário para publicidade, das 19h às 22h, em que a família se encontra reunida e satiriza: “Este curto espaço de tempo responde pela alcunha majestosa de ‘horário nobre’. Nobre para quem? Para nós ou para eles?”

A crônica torna-se um apelo do autor quando denuncia que quase ninguém discute de televisão. “Futebol e política, sim, mas televisão,

não”, a não ser no barzinho da TV-Rio, dentre outros lugares onde os homens de televisão discutem a televisão. Portanto, a coluna de TV se propõe a debater sobre o meio, para buscar desvendar as pistas que ajudem a formar uma visão mais clara da “cena do crime”, palavras do autor. Escreve:

[...] Os homens de televisão, estes sim discutem televisão.

Quem são, afinal, esses homens de televisão? Quem são, como são e por que são? De onde vem e para onde vão? E o que é que eles pretendem? As caras e os nomes não disfarçaremos! São conhecidos: Chacrinha. Tarcísio Meira, Luís Mendes, Sargentelli, Chico Anísio, Derci [...].

Um mundo de gente compõe o complicado e exasperante mosaico formado pela nossa televisão.³³

Também houve a migração de muitos atores de teatro e dramaturgos para trabalhar na TV, devido às dificuldades financeiras, assim como a censura às peças que causavam prejuízos às companhias. Mesmo antes do AI-5, o debate sobre a mediação ao mercado com a TV em cena não estava resolvido, sobretudo com a crítica ao imperialismo norte-americano. O nacionalismo como pauta política dos comunistas do PCB é representado na defesa das instituições democráticas e na aliança de classes como forma de fazer frente à ditadura.

Esse “frentismo cultural”, nome dado ao projeto político que envolve essa aliança para a produção cultural de esquerda, mesmo com o PCB caindo na ilegalidade depois do golpe, possibilitou que o partido realizasse uma política de “ocupação de espaços” no mercado, na imprensa e na pequena burocracia. A televisão como espaço de ocupação da esquerda tornou-se uma realidade a partir da busca por uma linguagem televisiva própria, nacional, que afastasse dos programas “enlatados”, dos teatros de grandes clássicos europeus (Goe-

33 LESSA, Ivan. “O programa é a televisão. *Revista UH. Última Hora*. Rio de Janeiro, 2 de fev. 1965, p. 3.

the, Ibsen etc.) e das telenovelas ambientadas em cenários artificiais. Na década de 1970, dramaturgos de esquerda que ingressaram na TV Globo, como Dias Gomes e Oduvaldo Vianna Filho (Vianinha), foram importantes para realizar uma nova linguagem da teledramaturgia, esta que seria nacional e influenciada pelo “realismo crítico”, esta corrente estética vinda dos palcos do teatro subversivo que propõe o questionar da realidade da desigualdade social no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A televisão como preocupação na ditadura civil-militar não foi restrita aos setores institucionais, mas circulou na sociedade em seus discursos, produzindo um imaginário além dos documentos ditos oficiais do Estado. Desde sua chegada no Brasil, em 1950 com a inauguração da TV-Tupi (SP), é representada na imprensa escrita entre o fascínio por uma nova tecnologia e o medo das consequências geradas por um possível “mau uso”, ainda durante a década inicial.

Dessa forma, a crítica televisiva durante os anos 1960 e 1970 apresenta para os estudos em mídia as relações de disputa entre uma esquerda que buscava apreender os usos do objeto e uma indústria cultural promovida por um regime ditatorial que buscava modernizar, ao mesmo tempo censurar, os meios de comunicação, dentre eles, a televisão. Esses intelectuais buscavam produzir visões de futuro para a televisão como instrumento, dialogando com outros campos culturais, como o teatro, a literatura e o cinema, assim como a atuação no espaço público próprio da atuação crítica, muitas vezes representado na publicação de cartas de leitores. Trabalhar acerca dessas questões torna a relação entre imprensa e televisão, o diálogo entre crítica e modernidade. Assim, possibilita debater a historicidade do momento em que a televisão é inserida na sociedade civil, a partir da formação de uma indústria do

entretenimento, que cresce em sua audiência e incorpora-se à vida cotidiana durante a ditadura civil-militar.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, M. **História da Comunicação no Brasil**. RJ: Vozes, 2013.
- BRITO, Leandro. **Jornal Alternativo O Sol: concepção de um novo jornalismo durante a ditadura civil-militar brasileira**. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação). São Paulo: UNESP, 2017.
- BRAGA, José Luís. **A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática**. São Paulo: PAULUS, 2006.
- CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A Ditadura Militar e a Grande Imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968**. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.
- EAGLETON, Terry. **A função da crítica**. SP: Martins Fontes Editora LTDA, 1991.
- FALCÃO, Letícia Fonseca. **Entre o exercício da crítica e a escrita da história: O lugar de Sábato Magaldi na história do teatro brasileiro**. 2017. Dissertação (Mestre em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia. UFU – MG.
- HANSEN, Patrícia Santos; GOMES, Angela de Castro. **Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política**. 1ª ED. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.
- KOSELLECK, R. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. RJ: Contraponto: PUC-Rio, 2014.
- KOSELLECK, R. **Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: EDURJ: Contraponto, 1999.
- KOSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC, 2006.
- KOSELLECK, R.; RICHTER, Michaela W. “Crisis”. **Journal of the History of Ideas**. v. 67, n. 2, Apr., p. 357-400, 2006.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. SP: Editora Universidade de São Paulo, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **Coração Civil**: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985). SP: Intermeios: USP, 2017.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. *Teatro, música e o Grupo Opinião*: “que bicho deve

dar?”. **Anais Eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História ANPUH-SP**, Santos, p. 1-13, 2014.

RIBEIRO, Ana Paula G. *Jornalismo, literatura e política*: a modernização da imprensa

carioca nos anos 1950. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 11, p. 147-160, 2003.

SILVA, F. M. Quando a crítica encontra a TV: uma abordagem cultural para a análise da crítica televisiva. **Revista FAMECOS**, v. 23, n. 2, p. ID22177, 21 mar. 2016.

THALASSA, Ângela. **Correio Paulistano**: o primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica). São Paulo: PUCSP, 2007.

Entre análise e vigilância

O controle exercido sobre os movimentos feministas na ditadura militar brasileira

Sarah Pinho da Silva¹

INTRODUÇÃO

A ditadura civil-militar brasileira, compreendida entre os anos 1964-1985, constitui-se em um período de exceção, no país, no qual o controle e a vigilância faziam parte do cotidiano da população, principalmente, dos/das militantes de esquerda e dos movimentos nos quais esses sujeitos atuavam. Dentre esses grupos, as organizações feministas, que surgiam e se consolidavam, nesse momento, no que se chamou de *Segunda Onda*² dos feminismos. O que irei discutir, neste artigo, é a vigilância sob esses movimentos de mulheres/feministas que, durante um tempo, não foram encarados como “perigosos³” para os militares, entretanto, a produção de

- 1 Doutoranda em História Global pela Universidade Federal de Santa Catarina (Bolsista Capes). Mestra em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Graduada em História pela Universidade Estadual do Ceará. Integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), na Universidade Federal de Santa Catarina. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7012253864953591>. E-mail: sarah.silva@aluno.uece.br.
- 2 Ver: PEDRO, J. M. *Corpo, prazer e trabalho*. In: PINSKY, C.B; PEDRO, J. M. (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 238-259. *Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, dez. 2006.
- 3 Consultar: DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Sob vigilância: os movimentos feministas brasileiros na visão dos órgãos de informação durante a ditadura (1970-1980)*. Anos 90. Porto Alegre, v.26, 2019.

relatórios e dossiês do regime demonstra que essas entidades foram vigiadas de muito perto pelos agentes e, mais que isso, havia sim o cuidado e controle sobre as atividades desenvolvidas pelas feministas que atuavam nesses grupos. Destacarei a União das Mulheres Cearenses⁴, organização fundada, em 1979, no Ceará, considerada a primeira entidade feminista do estado. Todavia, outras organizações também foram mapeadas e monitoradas, pelos agentes de segurança da ditadura, não apenas no Ceará, mas em todo o Brasil. O intuito será perceber o modo como esses órgãos de informação agiram, mas também, desmistificar a ideia de que os grupos de mulheres não sofriram vigilância do aparelho estatal.

Nos documentos disponibilizados, no *site* do Arquivo Nacional, é possível acessar as fichas, relatórios e dossiês que foram produzidos pelo Sistema Nacional de Informações- SNI⁵, que tinha por intuito, a priori, coletar informações dos grupos de esquerda, que faziam oposição ao regime. Baseado na doutrina de Segurança Nacional⁶, o SNI garantia aos militares a manutenção da vigilância, estabelecendo-se também como um dos aparelhos repressores da ditadura. A produção de documentação, desse órgão de controle, ia desde as atividades de militância a informações pessoais dos militantes, que eram utilizadas, muitas vezes, para pressioná-los a falar, nas táticas de tortura física e psicológica,

[...] saber detalhes sobre a vida sexual de alguém era inútil, como informação, para as decisões governamentais; mas poderia ser essencial para as atividades clandestinas de espionagem do sistema, que poderia – como efetiva-

4 Tendo em vista o caráter de artigo, não irei aprofundar certas questões sobre a instituição. Discorro com mais detalhes sobre a organização em minha dissertação de mestrado intitulada: *Os feminismos de Segunda Onda: a União das Mulheres Cearenses (1979-1985)*. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, 2020.

5 Consultar: FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

6 Ver: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

mente fez – lançar mão de tais dados para desqualificar o inimigo (FICO, 2001, p. 76).

A coleta de informações era utilizada de diferentes formas, mas tinha por fim o ataque direcionado a qualquer pessoa que tentasse subverter a ditadura. Com os grupos feministas não foi diferente, já que o SNI exerceu de perto a coleta de informações sobre esses movimentos e manteve o controle das atividades realizadas pelas entidades. Sobre a União das Mulheres Cearenses foram encontrados 91 dossiês, produzidos pelo Sistema Nacional de Informações, esses relatórios traziam a identificação das militantes, as atividades realizadas, as pautas discutidas e os encaminhamentos decididos em reuniões e assembleias. Se levarmos em consideração que se tratava de uma única organização, é um número muito expressivo de documentação produzida. O que corrobora com a prerrogativa de que esses grupos feministas sofriam vigilância e despertavam o interesse dos militares. Essa discussão já foi apontada por Duarte: “O movimento feminista brasileiro foi alvo de vigilância por parte do regime autoritário instalado em 1964, assim como outros movimentos sociais e organizações políticas” (DUARTE, 2019, p. 15). Ou seja, a mística de que os movimentos de mulheres/feministas não sofriam intervenção dos agentes de segurança nacional é desfeito, quando se analisa a produção de documentação feita pelos órgãos de segurança.

ATRÁS DA CORTINA: O SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO, A UNIÃO DAS MULHERES CEARENSES E OS FEMINISMOS

A União das Mulheres Cearenses foi uma organização que surgiu com o fim do Movimento Feminino pela Anistia⁷, em 1979, no Ceará. O intuito era permanecer organizada, para combater os mili-

7 Para mais: DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Jogos da Memória: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

tares e lutar por direitos para as mulheres. Nesse cenário, as organizações de esquerda⁸ já tinham passado por muitas baixas, visto que a maioria dos grupos tinham sido desmantelados pelos militares, os movimentos de guerrilha haviam sido massacrados, muitas lideranças foram mortas, então, o processo organizativo se deu de maneira muito particular. Por mais que estejamos falando de um processo de reabertura política, no governo do Gal. Figueiredo, tratava-se ainda de um regime de exceção, no qual, portanto, os grupos de oposição permaneciam sob vigilância do estado. Os agentes de segurança não apenas vigiavam e controlavam as atividades desses grupos, mas elaboravam leituras acerca do próprio processo organizativo deles, por exemplo:

Em 1979, os movimentos de esquerda reiniciaram o “Trabalho de Massa” junto às classes operárias. Isto coincidia com as metas populares pretendidas pela luta feminista. Surgiu a dúvida: a incidência das questões feministas sobre a classe operária seria divisionista⁹?

No relatório, há observação sobre as questões internas, que cercavam os feminismos e a esquerda no geral, na década de 1970, atentando-se para a questão do divisionismo¹⁰, do qual o feminismo foi “acusado”, por muitos setores de esquerda, naquele período. Isso demonstra os detalhes da vigilância, e, mais que isso, da produção realizada pelos militares sobre os movimentos de oposição. A percepção, para identificar fissuras internas nessas organizações, poderia servir a favor dos agentes de segurança posteriormente. E o processo de controle consistia, principalmente, nessa assertiva, em

8 Ver: GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira – das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1998.

9 ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 59708/83, 1983. Brasília-DF: Serviço Nacional de Informação, 1983. Fundo SNI.

10 Ver: HENTZ, I. C.; VEIGA, A. M. Entre o Feminismo e a Esquerda: contradições e embates da dupla militância. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (Org). *Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Santa Catarina: Mulheres, 2011, p. 145-163.

colher informações que seriam válidas para “incriminar” ou desestabilizar o “inimigo”. Mas, para além disso, havia também a tentativa de compreender quais eram os objetivos pretendidos pelos movimentos feministas,

As entidades feministas, em suas reuniões, valorizam o debate como um elo de integração entre procedimentos metodológicos, já consagrados, e posturas teóricas inovadoras, onde se sobressai o desejo das mulheres em ver a implantação de uma política social igualitária¹¹.

Nesse relatório, mais especificamente, a intenção foi fazer um mapeamento dos feminismos que se formavam, no Brasil, na perspectiva de *Segunda Onda*, então, toda a produção consistiu em analisar os grupos, as referências bibliográficas, as autoras que estavam sendo lidas e quais eram as principais pautas de discussão. Nesse sentido, o processo de vigilância buscava compreender a formação, mas também, a influência que esses movimentos de mulheres poderiam ter na resistência. De acordo com outro relatório, ainda, produzido em 1982:

O movimento feminino na área vem recebendo apoio de diversos setores de atividades, cujos componentes estão ligados a movimentos de pressão e facções de esquerda (PCB e PC do B), proporcionando, assim, a disseminação de propagandas sistemáticas e insidiosas, adversas ao governo e ao regime¹².

Observamos a dubiedade, na qual os feminismos foram submetidos nesse período. Por um lado, visto com preocupação, pelos agentes de segurança, mas, ao mesmo tempo, sendo analisados como possíveis massas de manobra a serviço das organizações de esquerda. Nessa linha tênue, a União das Mulheres Cearenses

11 ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 59708/83, 1983. Brasília-DF: Serviço Nacional de Informação, 1983. Fundo SNI.

12 ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 1136/82, 1982. Fortaleza-CE: Serviço Nacional de Informação, 1982. Fundo SNI.

atuou, ora sendo vista de maneira autônoma, ora sendo relacionada a organizações/partidos clandestinos vinculados à esquerda. De todo modo, os eventos produzidos, pela entidade, foram controlados de perto, aliás de dentro dos congressos, assembleias e/ou reuniões. Conforme observamos,

Nos dias 13 e 14 MAR 82, realizou-se em FORTALEZA/CE, no Colégio Oliveira Paiva, de propriedade do vereador JOSE MARIA BARROS DE PINHO (PMDB/CE), o I CONGRESSO DAS MULHERES CEARENSES”, com participação de cerca de 200 (duzentas) mulheres. O programa constou de 4(quatro) temas: “Mulher, Família e Sexo”; “Mulher e Comunidade”; “Mulher e Sociedade”; “Mulher e Trabalho”, distribuídos a igual número de grupos, constando cada um de 30(trinta) mulheres, que discutiram questões relacionadas com os temas¹³.

Na realização do I Congresso da União das Mulheres Cearenses (UMC), em 1982, os agentes de segurança estiveram presentes e relataram/destacaram as pautas e os eixos de discussão apontados pela organização, observando também como foi feita a divisão do debate em números iguais de mulheres distribuídas em cada temática. Além disso, também foi ressaltado o quantitativo de integrantes que participaram do evento, um número expressivo e que foi crescendo em Congressos posteriores. Houve também a identificação de algumas participantes, principalmente, das dirigentes das mesas e que integravam a diretoria da UMC, tais como: Maria Luíza Fontenele¹⁴, Rosa Maria Ferreira da Fonseca¹⁵ e Maria de Fátima Chagas Carvalho¹⁶. Um fator que merece destaque é que nesses eventos, produzidos pela União das Mulheres

13 ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 1136/82, 1982. Fortaleza-CE: Serviço Nacional de Informação, 1982. Fundo SNI.

14 Maria Luíza Fontenele é professora aposentada pela Universidade Federal do Ceará, foi uma das fundadoras da UMC. Ex-prefeita de Fortaleza-CE, ex-deputada estadual. Hoje integra o Grupo Crítica Radical.

15 Rosa Maria Ferreira da Fonseca foi uma das fundadoras da UMC, ex-vereadora de Fortaleza-CE. Hoje integra o Grupo Crítica Radical.

16 Maria de Fátima Chagas Carvalho integrou o Movimento Estudantil, fez parte do Diretório Acadêmico e depois integrou a UMC.

Cearenses, somente era permitida a entrada de mulheres, apenas alguns homens, vinculados de maneira muito íntima, tinham acesso às reuniões, por exemplo, companheiros/esposos de mulheres associadas à UMC, o que nos leva a crer que eram agentes femininas infiltradas nos Congressos, mas também, na instituição, tendo em vista que reuniões de menor porte, com participação pequena foram reportadas.

Isso é importante, porque ressalta a vigilância sob essas entidades, feita de modo que não levantasse suspeita, tanto que muitas participantes não imaginavam que estavam sendo vigiadas por agentes do estado. Na entrevista realizada, dia 28 de agosto de 2018, com Verônica Guedes, ex-integrante da UMC, ela surpreendeu-se ao saber que o I Congresso havia sido vigiado, durante os três dias em que ocorreu, demonstrando assim, que as agentes passavam despercebidas, mas também, que as mulheres, que integravam essas organizações, não achavam que fosse de interesse dos militares esses grupos feministas. É o que nos disse Nilze Costa e Silva¹⁷ em entrevista: “a minha impressão é que a ditadura não se incomodou muito com o feminismo, porque achava que era coisa de mulher, coisa que não ia contribuir muito. Porque, muitos grupos se reuniram naquela época”. A visão de Nilze é que os grupos não despertavam interesse, pois conseguiam realizar suas reuniões. Aqui, podemos discutir, mais uma vez, o limbo que havia em relação aos femininos no Brasil. Ao passo que as reuniões aconteciam sem interrupções, elas eram também vigiadas de perto. O que caracteriza a imprecisão da ditadura frente ao movimento.

Todavia, podemos encarar também que isso ocorria em detrimento da própria tática utilizada por mulheres, no início das movimentações, ainda, com o Movimento Feminino pela Anistia-MFPA, o que a Duarte (2012) destaca como os “jogos de gênero”, no qual as mulheres utilizavam de certos estereótipos para conseguir se manifestar em prol de seus

17 Entrevista, 07 de dezembro de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadoras: Ana Rita Duarte, Elyssan Frota e Sarah Silva.

entes queridos, então, apelavam para o ser mãe, esposa, filha, irmã ou o fato de ter algum vínculo familiar, geralmente, no qual era ressaltado o “valor da família”, pauta de destaque utilizada pelos militares. Desse modo, o MFPA, por exemplo, conseguiu circular sem tantas objeções, assim, podemos pensar que os movimentos feministas destarte.

Ressaltamos que a UMC era uma organização com boa expressividade, em Fortaleza-CE, mas também, com núcleos pelo interior do estado, fator que pode ter contribuído para intensificar a vigilância, também, contava com participante ativas, ligadas a outras organizações, com envolvimento na política partidária, todavia, o que chamo atenção é que grupos pequenos também foram acompanhados de perto, reuniões com poucas mulheres foram controladas e relatadas, o que significa dizer que os números de participantes não era a via de regra para a ação dos agentes. Exemplo disso foi uma reunião realizada no Centro Popular da Mulher¹⁸, relatada por agentes de segurança,

No dia 04 Jan 84, as 1900 horas, realizou-se no CENTRO POPULAR DA MULHER (CPM), Rua Solon Pinheiro, 360, FORTALEZA/CE, uma reunião com a participação de 20 mulheres aproximadamente, para debater o tema: “A VIOLÊNCIA PRATICADA CONTRA A MULHER, SOB TODOS ASPECTOS”¹⁹.

No relatório é destacada uma reunião com a presença de vinte mulheres, número pequeno se levarmos em consideração os eventos produzidos pela UMC, o que corrobora com a perspectiva da vigilância constante aos movimentos feministas, mas também, a premissa de agentes infiltradas nas organizações, levando-se em consideração que em um grupo de vinte pessoas seria fácil identificar uma agente. Nesse caso, podemos imaginar que poderia ser alguma participante responsável por repassar informações ou algu-

18 O Centro Popular da Mulher foi criado, em 1982, vinculado a uma ala mais tradicional do PC do B.

19 ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 39673/84, 1984. Fortaleza-CE: Serviço Nacional de Informação, 1984. Fundo SNI.

ma agente que criou vínculo com a organização para realizar a observação do movimento. Tendo em vista que não há identificação na produção dos relatórios, não conseguimos chegar a nomes que nos façam perceber se eram mulheres e quem eram essas mulheres, mas partimos da hipótese de que nos movimentos feministas, seria muito provável que agentes femininas é que realizavam o controle e vigilância. Sabemos que, nesse período que foi a ditadura brasileira, muitos/as militantes foram presos/as, torturados/as e que, portanto, adquirir informações era uma tática utilizada pelos militares, “Havia uma predisposição das Forças Armadas em lançar mão de todos os instrumentos disponíveis – entre os quais a tortura – para assegurar o que consideravam a “segurança interna” do país” (JOFFILY, 2008, p. 37).

Desse modo, não é intuito nosso questionar uma possível delação frente a métodos diversos, os quais eram utilizados pelos órgãos de segurança, mais sim, discorrer sobre a vigilância que havia sob os movimentos feministas de “Segunda Onda” durante a ditadura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que buscamos demonstrar, nesse artigo, foi que a vigilância dos órgãos de Segurança Nacional, durante a ditadura, atuou sob as organizações feministas, tendo em vista conter, ainda, no imaginário de muitos que esses movimentos foram considerados irrelevantes para os militares, o que não condiz com a quantidade de documentação produzida acerca da militância feminista e das entidades formadas, a partir da década de 1970, principalmente. Sabemos que o intuito do Sistema Nacional de Informação e suas agências espalhadas pelo país era coletar qualquer informação que dissesse respeito a oposição ao regime, desse modo, os agentes desses órgãos produziram, em larga escala, dossiês, relatórios e fichas com informações de militantes, organizações e partidos clandestinos de esquerda, como forma

também de legitimar o grande investimento e arrecadar verba do governo federal. Todavia, não podemos deixar de lado que analisar de modo tão acentuado esses movimentos nos diz sob uma preocupação com essa militância feminista que se organizou nesse momento.

A elaboração dessa documentação teve por intuito compreender a maneira organizativa desses movimentos de mulheres/feministas, entender as pautas de discussão, quais as referências adotadas, os usos das esquerdas em relação aos feminismos, as cisões dos grupos, porque observamos, nos relatórios, que até as desavenças entre as entidades foram relatadas,

Além da UMC, majoritária e organizadora, há mais quatro entidades que diferem entre si: Núcleo de Estudos, Documentação e Informação da Mulher (NEDIM), encarregado do estudo e documentação das questões específicas do sexo; Grupo 4 de Janeiro, de cunho eminentemente feminino; Departamento Feminino do PMDB, de caráter partidário e o Centro Popular da Mulher (CPM), recém-criado²⁰.

Os agentes estavam “preocupados” também em discorrer sobre as possíveis desavenças entre os grupos e relatavam isso. Também por ser um fator que posteriormente poderia ser utilizado. No período da ditadura, foi comum a divisão de alguns grupos e a saída de membros para outras organizações e/ou fundarem outros, então, nada disso passou de modo alheio aos órgãos de segurança. No relatório mencionado, há identificação de cinco movimentos que tinham caráter feminista, no Ceará, citando a União das Mulheres Cearenses, como sendo a majoritária, porém destaca também grupos de menor porte, como foi o 4 de Janeiro,

20 ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 1136/82, 1982. Fortaleza-CE: Serviço Nacional de Informação, 1982. Fundo SNI.

que além de ter curta duração, contou com pouca adesão, tendo em suas reuniões entre 12 e 15 mulheres²¹.

Esse olhar voltado a diferentes organizações, muitas vezes, com pequena expressividade demonstra o aparato montado pelo SNI para coletar informações e o aparelhamento que foi construído com o intuito de barrar as atividades realizadas por grupos contrários ao regime, porque o SNI estava amparado em duas esferas²²: a coleta de informações das atividades de subversão e a realização da chamada contrainformação, que tinha por objetivo vetar a troca de dados entre grupos de esquerda. Percebemos, portanto, as diferentes formas de agir dos órgãos de segurança e o intuito de dismantelar e/ou enfraquecer as organizações de combate à ditadura. Nesse cenário, analisamos a vigilância sob a UMC, mas também, outras entidades feministas que se formaram no Ceará. Assim como, o interesse dos agentes em compreender o movimento e identificar quem eram as feministas e a atuação dos grupos.

Buscamos também desmistificar a ideia de que os feminismos não foram perseguidos, tampouco vigiados pelo regime, pelo contrário, os grupos foram acompanhados de perto pelas agentes e os avanços e discussões propostas pelas entidades integraram os relatórios e dossiês produzidos pelo SNI, além disso, muitas militantes foram identificadas e tiveram seus passos controlados pelos órgãos de segurança. Nesse aspecto, a UMC e tantas outras entidades feministas foram vigiadas e tiveram suas atividades controladas pela ditadura, que se não viu os feminismos como “inimigo perigoso”, o qual deveria ser combatido, também não o enxergou de maneira despreziosa e designou uma estrutura para acompanhar seu desenvolvimento.

21 Obtemos essas informações na entrevista: GUEDES, Verônica. Entrevista realizada dia 28 de agosto de 2018/Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

22 Ver: FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Sob vigilância: os movimentos feministas brasileiros na visão dos órgãos de informação durante a ditadura (1970-1980). **Anos 90**. Porto Alegre, v.26, 2019.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Jogos da Memória: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Movimento Feminino pela Anistia – militância e afeto na luta política contra a ditadura militar brasileira. FAZENDO GÊNERO 09. Universidade Federal de Santa Catarina. **Anais Santa Catarina**, 2010.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HENTZ, I. C.; VEIGA, A. M. Entre o Feminismo e a Esquerda: contradições e embates da dupla militância. *In*: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (Org.). **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Santa Catarina: Mulheres, 2011, p.145-163.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. 349f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2008. Disponível em: Acesso em: 10 de setembro de 2019.

PEDRO, J. M. Corpo, prazer e trabalho. *In*: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 238-259.

A representação da mulher no jornal *Correio do Ceará* nos “Anos de Chumbo” (1969-1974)

Marisnanda Mota Araújo¹

INTRODUÇÃO

Este trabalho originou-se das inquietações advindas dos percursos traçados no curso de graduação em História, na Universidade Estadual do Ceará (UECE)², quando pude compreender o real papel social do historiador, bem como minha participação ativa no Centro Acadêmico Caldeirão (CAHIS), em 2013, e os caminhos trilhados na minha atuação no movimento estudantil e especificamente no movimento feminista no período da graduação. Ao entender o importante e constante processo de emancipação que as mulheres enfrentaram e, ainda, enfrentam, senti a necessidade de contribuir de maneira mais consistente com essa luta.

A Ditadura militar no Brasil durou 21 anos, de 1964 a 1985. Esse período foi transversalmente marcado por um regime autoritário, quando ocorreu uma série de crimes e atrocidades, soma-

- 1 Graduanda em História pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Aluna do programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória - pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Professora da Educação Básica nas redes pública e privada de Fortaleza/CE.
- 2 Este artigo é parte de um trabalho desenvolvida por mim, em 2018, para a conclusão do curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Ceará – UECE.

dos ao cerceamento de inúmeros direitos civis, políticos e sociais. No Ceará, esse período não se deu de forma diferente. Jornais tradicionais e de grande circulação como o “*Correio do Ceará*” demonstraram apoio direto ao governo.

Selecionar o jornal “*Correio do Ceará*” como fonte de pesquisa foi uma decisão tomada principalmente por sua relevância na imprensa cearense durante boa parte do século XX e especificamente nos anos do período autoritário. No entanto, o recorte da pesquisa é mais estreito, compreendendo o período de 1969 até 1974, momento em que o país foi presidido pelo general Emílio Garrastazu Médici. Esta escolha justifica-se por esse período, conhecido como os “anos de chumbo”, ter sido marcado pelo recrudescimento das medidas arbitrárias e de cerceamento, bem como pela institucionalização das práticas de tortura e exílio. O momento também é lembrado pela vigência do Ato Institucional nº 5, decretado, ainda, no governo do presidente Costa e Silva em 13 dezembro de 1968 e que previa a ampliação do poder executivo bem como a suspensão dos direitos políticos e garantias individuais, incluindo o *habeas corpus*.

A problemática principal desta pesquisa objetivou compreender como o jornal representou a mulher, levando em consideração o contexto histórico marcado pelo autoritarismo e conservadorismo. Portanto, na análise das fontes, discutiu-se o “ideal de feminino” apresentado pelo jornal.

Para responder as questões, selecionei as fontes disponíveis no Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará, localizado em Fortaleza. O acesso é facilitado, pois a consulta é aberta ao público. Foram seis meses ininterruptos de investigação do jornal no período entre 1969 a 1974.

A pesquisa ora apresentada é de natureza qualitativa com caráter exploratório, descritivo e crítico, ou seja, busca-se o desenvolvimento de hipóteses, a modificação de conceitos e a busca de

familiarização do pesquisador com ambientes, fatos e fenômenos além de propiciarem rico esteio para o planejamento de novos estudos (MINAYO *et al.*, 2002; MARCONI; LAKATOS, 2003).

Destarte, a narrativa está atravessada, ainda, por minha formação política como sujeito mulher em um país e estado profundamente marcado pela violência simbólica e física diante das minorias. Ao incorporar tal identidade, resalto que a produção do saber histórico é permeada por escolhas subjetivas e políticas. Pois, penso que a história vai para além do registro de memórias e conhecimento destas, mas também serve como um instrumento importante para o desmonte do engessamento categórico a fim de construir a transformação social e política de um povo, pois, como disse o poeta: “as coisas estão no mundo, só que eu preciso aprender” (VIOLA, 1968).

O DISCURSO DO JORNAL *CORREIO DO CEARÁ* NOS “ANOS DE CHUMBO”

Tão importantes quanto às discussões feitas acerca da Ditadura Militar brasileira, iniciada em 1964, e dos resquícios e marcas deixados por esse período obscuro na sociedade brasileira, são a análises acerca daquele que apoiaram diretamente esse processo. Dentre eles podemos destacar a grande imprensa³, entendida por meios de comunicação impressa de intensa circulação e, portanto, com grande influência sobre a opinião pública.

O jornal “*Correio do Ceará*”, fundado em 1915 por Álvaro da Cunha Mendes, teve uma importante atuação na imprensa cearense

3 Para evitar possíveis embaraços epistemológicos, eis a diferenciação entre aquilo que destacamos como jornalismo e imprensa: Compreendemos que “[...] a imprensa como referente às empresas jornalísticas e os produtos jornais e o jornalismo denotando campo de saberes e fazeres e seus profissionais”. Um diálogo mais aprofundado sobre essas diferenças pode ser observado em CORAIOLA, Diego Maganhoto. *Jornalismo e Imprensa: Contribuições analíticas ao processo de institucionalização*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Disponível em: https://www.academia.edu/2323407/Jornalismo_e_Imprensa_Contribuicoes_Analiticas_ao_Processo_de_Institucionalizacao. Acesso em: 18 out. 2017.

no século XX. No período que a pesquisa se propôs analisar, 1969 a 1974, o jornal tinha uma circulação diária, exceto aos domingos, custando em média Cr\$ 0,40. Estas informações nos permitem entender que seu público alvo era bastante diversificado já que os leitores poderiam adquiri-lo sem grandes dificuldades.

De segunda-feira a sexta-feira jornal era dividido em três cadernos, os dois primeiros traziam assuntos sobre política, economia, vida social, núncios e propagandas, já o terceiro caderno era dedicado somente a assuntos esportivos. Aos sábados, o jornal ganhava um quarto caderno intitulado “*Feminino*”, o nome já denuncia que os assuntos neles contido eram, de acordo com a opinião do jornal, de interesse exclusivamente do público feminino.

Maria Helena R. Capelato afirma que: “Como fonte de análise, o jornal pode ser estudado desde o ponto de vista dos editoriais até o das colunas sociais, passando pela diversidade de outros espaços que o compõem” (CAPELATO, 1988, p. 20). Desta forma, apresento um panorama do contexto político e social do país no período. Sigo analisando os editoriais, os cadernos e as colunas do jornal, a fim de verificar o posicionamento dos editores, o perfil dos leitores do jornal bem como identificar quem tinha espaço para se expressar no periódico.

Sendo assim, essa é uma análise fundamental e certamente conseguirá nos mostrar quais eram as questões consideradas mais importantes para o “*Correio do Ceará*” e como elas eram apresentadas, nos possibilitando traçar perfil do jornal.

A “VOZ” DO JORNAL: A ANÁLISE DOS EDITORIAIS ENTRE 1969 E 1974

Desde a década de 1970, a imprensa tornou-se importante fonte e objeto de pesquisa histórica. De acordo com a historiadora

Tania Regina de Luca (2005) eram poucas as pesquisas que utilizavam como fonte jornais e revistas para o conhecimento histórico no Brasil no período anterior.

A historiadora Maria Helena Rolim Capelato (1988), destaca a importância de utilizar o jornal como um objeto de pesquisa, pois se trata de uma considerada fonte histórica. Contudo, a autora provoca a atenção dos leitores a questionar a credibilidade, pois os jornais estabelecem “[...] os interesses econômicos e políticos; que se distinga a imprensa oficial da oficiosa; que se diferencie imprensa e opinião pública” (CAPELATO, 1988, p. 20). Assim:

O jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre as sociedades, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas (CAPELATO, 1988, p. 21).

Assim, podemos constatar que a função das grandes mídias, sobretudo do jornal “*Correio do Ceará*”, caminha no lado oposto do desenvolvimento humano e social configurados ao papel da História.

Para compreender o discurso do jornal “*Correio do Ceará*”, torna-se necessário analisá-lo com cautela, sobretudo sua historicidade. O jornal, a partir de 1937, integrou a editora “Diários Associados”, grande rede de comunicação que se estendia por todo o Brasil e idealizada por Francisco de Assis Chateaubriand de Melo Bandeira.⁴

Sobre o jornal “*Correio do Ceará*”, seu diretor na época dos “anos de chumbo” era Manuel Eduardo Pinheiro Campos. Este teve um papel fundamental na construção da Associação Cearense de

4 Chateaubriand foi o responsável por expandir os meios de comunicação no Brasil, como revistas, jornais diários, estações de rádios, emissoras de televisão, agência de notícias e publicidades. Também ocupou espaços na área política, oferecendo apoio a alguns candidatos com ideais anticomunistas e, na década de 1950, tornou-se senador pelo Partido Social Democrático- PSD (COSTA, 2015).

Emissoras de Rádio e Televisão, bem como ocupou um lugar importante na política, sendo secretário da cultura do estado por duas vezes no governo de Virgílio Távora (1963-1966) e Manuel Castro Filho (1982-1983), ou seja, ocupar o cargo de secretário da cultura durante o período militar resultou-lhe um lugar de destaque no maior jornal do estado na época (SÁ, 2015).

Antônio Carlos Campos de Oliveira era o gerente do jornal e foi figura importante nos “Diários Associados”. De 1961 a 1975 presidiu a Associação Cearense de Imprensa (ACI) e em uma de suas gestões foi criado o curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará (UFC), o que nos permite observar sua posição de destaque na imprensa cearense durante o auge do regime militar (DIÁRIO DO NORDESTE, 2009).

Manuel Felizardo Mendes Mont’Alverne, era jornalista, nascido em Sobral, foi secretário do jornal e não foi encontrada nenhuma informação que o associe às práticas políticas. Entretanto, alguns colunistas que colaboravam com algumas notas tinham ligações políticas, como o caso de Themístocles de Castro e Silva, o qual, além de contribuir com o jornal, foi secretário da Casa Civil no Governo Parsifal Barroso (1959 a 1963), também foi deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro (1963/1966). Entre 1967 e 1971 foi eleito novamente a deputado estadual e em 1973 assume como suplente o mandato de deputado federal, porém em ambos os casos, mesmo buscando nos sites oficiais do poder Legislativo, não foi possível identificar o partido ao qual pertenceu. Diante disso, é possível notar a ligação do jornal, e a construção da esfera e opinião pública, a ideologia política hegemônica da época.

Assim, o posicionamento jornal “*Correio do Ceará*” frente aos acontecimentos da época retratava a “ameaça comunista” como um o perigo para o mundo ocidental, destacando que: “O Brasil encontra-se

praticamente desamparado, enfrentando a hostilidade de um inimigo não declarado” (15/10/1069, 1º caderno, p. 4).

O discurso propagado no jornal afirmava que a tarefa de “salvar” o país da ameaça comunista, caberia apenas aos militares e técnicos, fundamentada por uma opinião que não é nomeada:

Segundo uma opinião abalizada, o futuro do Brasil depende, nas atuais circunstâncias, de dois poderes, sendo o primeiro o militar, que se impõem pela necessidade de responder ao desafio dos interessados em militar a segurança nacional como estratégia para o estabelecimento em um regime totalitário. [...] O outro poder se faz necessário no Brasil, presentemente, é o dos técnicos pois sem eles não se operará a transformação nos processos produtivos de maneira a colocar a economia nacional em condições de enfrentar, pelo menos, a concorrência dos artigos fabricados em países estrangeiros (Jornal *Correio do Ceará*, 15/10/69, 1º caderno, p. 4, grifo nosso).

Assim, o jornal veiculava informações que propagava entre os leitores o medo do país em ser tomado pelo governo comunista e para “salvá-lo” da ameaça comunista, o jornal reforçava o discurso oficial, que enfatiza que somente os militares poderiam “salvar” os brasileiros da grande ameaça, bem como o processo de modernização concretizado posteriormente com o “milagre econômico”. A partir disso, pode-se compreender a captura de elementos conceituais que fazem parte da trama para entender a supremacia do poder tecnológico, ocasionando com isso, o atropelamento da reflexão sobre os processos. Logo, o jornal em nenhum momento, provoca ou incita o processo reflexivo dos acontecimentos no país naquela época.

A análise dos exemplares do “*Correio do Ceará*”, revela o apoio e a defesa da “Revolução de 1964”, ou “Revolução democrática” como o golpe civil-militar era intitulado. O colunista demonstrava entusiasmo quando se referia ao governo dos militares:

A **Revolução de 1964** mostrou-se cônica desse aspecto negativo da realidade nacional, procurando levar as administrações estaduais e municipais a uma participação efetiva no encaminhamento de muitos dos problemas de suas respectivas jurisdições, como resultado à vista. [...] Em consequência, uma **autêntica democracia**, com raízes na consciência popular, certamente se afirmará no Brasil, dentro de pouco tempo deixando para trás um passado de que não se pode orgulhar o regime republicano com seus oitenta anos de demagogia e corrupção (Jornal *Correio do Ceará*, 21/10/69, Primeiro caderno, p. 4, grifo nosso).

É interessante notar que o apoio conferido pela imprensa era justificado na defesa de “uma autêntica democracia”, perceptível pelo uso da expressão “Revolução de 1964” como bem demonstra o jornal “*Correio do Ceará*”. Nota-se que a imprensa afirmava ter confiança no respeito à execução da “autêntica democracia”. Este aspecto nada mais é que uma ação política desempenhada pela própria imprensa como uma configuração de demonstração pública em consonância ao que era considerado um movimento “legalista” pelo jornal, como em cumprimento da lei, da Constituição, em combate ao comunismo.

Essa circunstância evidencia uma ideia muito pertinente e própria de alguns grupos políticos que exerciam papéis, fomentando a crença à construção da opinião pública que a ideologia tecnocrata militar estaria colaborando para “o fortalecimento da democracia”. Portanto, pode-se compreender que certos grupos políticos se apropriaram do termo democracia, segundo os seus pensamentos, crenças e valores.

Assim, pode-se compreender a instrumentalização acerca do jornal diante da construção da opinião pública favorecendo um grupo, no caso, os militares. Alinhados com uma perspectiva de democracia limitada e todas as atenções voltadas aos processos de modernização capitalista em mudar o país

em uma “sociedade desenvolvida”, fica evidente o posicionamento do jornal “*Correio do Ceará*”, que legitimou os fundamentos da ordem autoritária do período militar. Nos capítulos seguintes, apresento outros argumentos que afirmam a opinião veiculada no jornal, de caráter conservador, sobretudo, sobre a mulher, foco da proposta deste estudo.

A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NO JORNAL CORREIO DO CEARÁ NOS “ANOS DE CHUMBO”

A partir das fontes, podemos constatar no tópico anterior que o jornal em análise tinha uma revelada identidade com o governo autoritário e com sua agenda. Neste ponto do trabalho apresento uma discussão voltada para a compreensão da representação da mulher no jornal “*Correio do Ceará*”. É a partir das divergências sociais, políticas, culturais e de gênero elencadas no jornal, inseridas nas propagandas e nos anúncios que analiso o entendimento que o jornal tinha sobre o lugar social e político da mulher.

No auge do regime militar, governo inserido em uma sociedade marcada pelo conservadorismo e composto majoritariamente por homens, nascer e ser mulher era uma condição natural e biológica incontestável para os “padrões” impostos pela sociedade e também pela Ditadura. Esses padrões eram confirmados principalmente através da imprensa. A partir das análises pude perceber que o jornal “*Correio do Ceará*” contribuiu fortemente para essa conjectura e é nessa esteira que sigo a reflexão acerca do lugar social da mulher pela ótica do periódico.

A começar por um caderno predominantemente direcionado às mulheres, intitulado “Feminino”, ou seja, já pode subentender que o jornal destinava a parte política, que era o primeiro e o segundo caderno, bem como o caderno de esportes, aos homens.

O caderno “Feminino” era publicado somente aos sábados ocupando, na disposição dos cadernos, o último lugar. A escolha do sábado para publicar o caderno também não pode passar despercebida. É um dia marcadamente de descanso, tradicionalmente para reunir a família ou fazer compras, seria também o dia em que a mulher teria mais tempo para ler e pôr em prática as receitas, as dicas de beleza e de moda entre outras orientações presentes no caderno.

Em entrevista datada em 06 de junho de 1970, publicada no caderno “Feminino”, a jornalista Lêda Maria questionou a professora Lúcia Lopes Dallago - do Departamento de Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC) - e especialista em “Psicologia da Criança”. A entrevista consentia em compreender os aspectos de conciliação da mulher que trabalhava com as tarefas do lar, de esposa e de mãe. A intenção da entrevista não era de promover a reflexão sobre as sobrecargas de função da mulher naquela época, ou questionar sobre esses papéis direcionados a elas. Todavia, a entrevista tinha um caráter de reforçar a manutenção desses papéis e como era possível conciliar todas essas responsabilidades destinadas às mulheres.

Na entrevista, para além do assunto da educação da criança, Lêda Maria questionou sobre a maneira da mulher se situar às condições do mundo moderno. A professora respondeu:

“A mulher do mundo moderno” ganhou essa qualificação devido à sua flexibilidade em integrar as funções que sempre lhe couberam, com as novas responsabilidades que hoje lhes são atribuídas, o que para mim significa um avanço (Professora Lúcia) (*Jornal Correio do Ceará*, 06/06/1970, caderno *Feminino*, p. 08).

Para a professora do curso de Educação da UFC, o avanço das mulheres modernas evidencia-se na conciliação das tarefas que sem-

pre lhe couberam com mais outras atividades que lhe atribuíram. Em seguida a jornalista indagou:

Repórter - Como consegue lidar sua vida profissional com a vida do lar? Qual será o papel do homem nesta ligação PROFISSÃO X FAMÍLIA?

Professora – Acredito que venho me saindo satisfatoriamente. Pelo menos não houve queixas . . . É uma questão de método e saber dar a cada coisa o seu valor. Agora quanto ao papel do homem é quase decisivo. Sem a compreensão do marido, a mulher fica realmente limitada (Jornal *Correio do Ceará*, 06/06/1970, caderno *Feminino*, p. 08).

No trecho citado, nota-se a submissão da mulher ao homem, pois sem seu “apoio”, a mulher ficaria limitada. Queixas poderiam ser recebidas não só do ambiente de trabalho, mas advindas também do seu esposo.

Raquel Soihet (2016) destaca, em seu texto intitulado “A conquista do espaço público”, que o movimento feminista, com o advento da República, provocou ao longo tempo pensamentos significativos para as mulheres possibilitando-as, embora tímidos, alguns questionamentos acerca do seu lugar social (SOIHET, 2016).

Em todas as classes foi possível observar mudanças contextualizadas, sobretudo, pelos processos de trabalho, de consumo, o processo da industrialização ao qual buscava a educação com qualidade, o direito do voto, da sua legibilidade (SOIHET, 2016).

As mulheres não encontram um terreno amistoso para as conquistas, pois existia um verdadeiro “campo de guerra” no sentido de legitimação da mulher como cidadã, restringindo-as aos espaços privados, do lar, do casamento e dos filhos (SOIHET, 2016).

Na periodicidade analisada do jornal que denota o período dos “anos de chumbo”, as poucas menções ou fotos de mulheres que apa-

recem no primeiro e segundo caderno remetem ou a diminuição por cassações das mulheres na Câmara Federal, composta na época por 321 deputados, dos quais 225 participavam da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e 65 pertencentes ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro). As cassações resultaram na diminuição representativa das mulheres, sendo apenas uma única deputada, Neci Novais, da ARENA da Bahia (*Jornal Correio do Ceará*, 02/10/1969, 1º caderno, p.03); ou acompanhada dos seus maridos na coluna “Vida Social” do segundo caderno.

A partir da análise do caderno predominantemente destinado às mulheres, pode-se constatar a presença abreviada das mulheres no jornal e a construção e consolidação de estereótipos de gênero que evidencia o papel da mulher na sociedade e sua atuação na vida pública daquela época.

[...] O encanto é o melhor dos embelezamentos. “Segundo John Mason Brown, os homens gostam das mulheres integralmente femininas, ingênuas, enigmáticas, submissas e românticas. Por outro lado a maioria deles não toleram mulher intelectual, superior, voluntariosa e masculinizada”. Já dizia Will Durant, “a mulher prefere ser possuída do que possuir” (*Jornal Correio do Ceará*, 19/06/1973, 1º caderno, p.05).

Neste trecho o autor da nota estimula a submissão da mulher dentro de um relacionamento, concluindo assim que aquelas que tinham comportamento diferente, ou seja, as intelectuais, que questionavam essa posição subalterna, não eram atraentes. Além disso, o autor atribui o adjetivo “masculinizada” às mulheres intelectuais dando entender que essa era uma característica natural do “universo” masculino.

Se a história é construída por homens e mulheres a todo instante dentro do cenário político que os cercam, em um inegável processo constante de construção desconstrução social, o jornal “*Correio do Ceará*” na contramão de tudo isso foi marcado por essa radicalização

da invisibilidade da mulher. Tanto que nesse período, como citado no tópico anterior, as lutas pela democratização eram pautadas, também, pela presença da mulher. Todavia, tanto o jornal “*Correio do Ceará*” como outros meios de comunicação de cunho mais conservador invisibilizavam as lutas femininas.

Assim, pode-se compreender que a militante política, dedicada a oposição, sobretudo as conjunturas sociais e políticas no período da ditadura, não apresentada como sujeito histórico. Elas eram excluídas do jogo do poder, a partir dos relatos históricos e das documentações sobre aquele período.

A história silenciou os processos de luta das mulheres. O jornal “*Correio do Ceará*” preocupava-se em manter a mulher submissa, objetificada e voltada às atividades tradicionais.

Michelle Perrot (2005) compreende que a grande atribuição do silenciamento das mulheres na história advém dessas diferenças entre público e privado ao qual estabelece a separação dos poderes. Logo, a não participação das mulheres na arena pública acarretou o silêncio sobre a história das mulheres, onde a grande participação foi expressivamente masculina.

Assim, propulsar à escrita sobre essas questões não é e nem será uma tarefa fácil e pacífica, porque, afinal, estamos incansavelmente subvertendo a ordem estabelecida, porém necessária para enfrentar as amarras muscularizadas e hegemônicas para enfim desconstruir a história da história feminina para então construir estruturas reais e equitável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos assim, que a mulher do período estudado não habitava a inteligibilidade do gênero masculino (político e privado). A mulher representada pelo jornal permeava zonas inóspitas, como as

páginas policiais, um suplemento - o “*Feminino*” -, e os espaços do lar, sendo demarcadas pelas linhas do dispositivo do estigma social de anulação.

Notou-se a disciplinaridade dada à mulher. Os espaços que poderiam ocupar e aqueles que somente aos homens lhe eram cabíveis, como a política. Nessa trama-ideológica, o jornal era um instrumento que fortalecia, ainda, mais essas “verdades” do sexo e do gênero. Assim, podemos considerar que o “*Correio do Ceará*” assumiu um lugar fundamental, pois atuou como um dispositivo produtor e difusor de identidades e subjetividades, de modo que não só descrevia em suas páginas as imagens das mulheres, mas também contribuía para suas invenções e produções de verdade acerca das vivências femininas.

Ao apresentar a mulher que costura e dedica sua vida ao seu lar e a sua família e a mulher que doa a sua imagem a uma propaganda de caminhões veiculadas no jornal, designa-se duas projeções que se consolidam por meio dos dispositivos normativos, estereotipados e midiáticos.

Essas imagens sobre a mulher revelam as disputas imagéticas que marcam a história e o percurso da mulher não só cearense, mas brasileira. Esse estudo se utiliza do contra discurso normativo a fim que possamos problematizar verdades midiáticas inventadas. Assim, esse trabalho afirma-se como uma ferramenta de luta por reconhecimento social, cidadã e, sobretudo, na luta contra os estigmas que, ainda, nos marcam.

Todavia, é fundamental salientar que, mesmo com todo o processo de luta e os notáveis resultados de emancipação feminina é incontestável que os espaços públicos e políticos, ainda, são predominantemente ocupados por homens. Fato que também é profundamente nocivo e preocupante são as violências que fogem do campo simbólico e ferem física e psiquicamente as mulheres. Leis como a Maria

da Penha de 2006 e a lei do Femicídio de 2015 são inegavelmente eficazes no combate a violência contra a mulher, no entanto não é suficiente para estancar esse processo persistente.

Para encerrar, parafraseando Paulo Freire, precisamos de uma educação libertadora. É necessário que se rompa definitivamente com esses pesados “grilhões” que arrastamos a tanto tempo, que são os preconceitos de raça, gênero, religião entre outros que resultam em tanta intolerância. Em meio a tantas injustiças sociais que marcam nosso país a luta precisa ser contínua, a luta deve ser diária.

REFERÊNCIAS

- CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- COSTA, J. R. da. **Os jornais em marcha e as marchas da vitória nos jornais: a imprensa e o golpe civil militar no Ceará (1961-1964)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1999.
- JORNALISTA Antônio Carlos morre aos 90 anos. **Diário Do Nordeste**, Fortaleza, 26 nov. 2009. Cidade. Jornalista Antônio Carlos morre aos 90 anos. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/jornalista-antonio-carlos-morre-aos-90-anos-1.596391>. Acesso em: 07 mar. 2018.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LUCA, T. R. **A história dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.
- MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; OTÁVIO NETO, C.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). 21. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.
- PERROT, M. **As mulheres e os silêncios da história**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

SÁ, G. Ione Arruda Gomes. **Portal da História do Ceará**, Fortaleza, 2015. Disponível em: http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2661:ione=-arruda-gomes&catid=293&Itemid=101. Acesso em: 15 out. 2018.

SOIHET, R. A conquista do espaço público. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016, p. 218-237.

VIOLA, P. da. Coisas do mundo, minha nega. **Paulinho da Viola**. Rio de Janeiro: Odeon, 1968. Faixa 6. 1. Disco de vinil.

Fontes, imaginação e narrativas do passado

“A beleza fascina e encanta!”

Propagandas de Beleza no Jornal O Norte na década de 1940 em Parnaíba-PI

Mariane de Sales Silva¹

INTRODUÇÃO

“Seja bonita, seja graça e beleza”

(Jornal *O Norte*, Parnaíba, 25 de março de 1940).

Com o advento do século XX, a história viu crescer um movimento intenso de pesquisas voltadas para discutir as mulheres e as questões de gênero dentro da historiografia. Cada vez mais autoras e autores se interessavam em destrinchar a presença da figura feminina na sociedade, indo desde seu papel no lar a presença nos movimentos trabalhistas. O movimento feminista foi essencial para a abertura de discussões que fizeram emergir a mulher sujeita ativa na história.

A História das Mulheres adquiriu expressão a partir década de 1970, inspirada por questionamentos feministas e por mudanças que ocorriam na historiografia, entre as quais, a ênfase em temas como família, sexualidade, representações, cotidiano, grupos “excluídos” [...]

¹ Mestranda de História do Programa de Pós-Graduação em História/PPGHIS da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. <http://lattes.cnpq.br/1094499561518127>. E-mail: mariane-sales@hotmail.com.

A produção historiográfica passível de ser reunida sob o título *História das Mulheres* foi e é bastante diversificada em termos de assuntos, métodos e qualidade intelectual. Entretanto, esses trabalhos têm em comum: a atenção às mulheres do passado e o reconhecimento de que a condição feminina é constituída histórica e socialmente (PINSKY, 2009, p. 160).

Agora como sujeitas visíveis, não somente as personagens como as historiadoras, passaram a liderar pesquisas nas quais estavam interessadas em dar visibilidade à história através do olhar feminino. Com isso combatendo o monopólio da história escrita apenas por homens e sobre homens, isso não quer dizer que apenas o público feminino estava fazendo *História das Mulheres*. Historiadores também estavam interessados nesse grupo, principalmente voltados para dar voz à minoria. Segundo Carla Pinsky,

Surgiram também inquietações do tipo: como as experiências masculinas passaram a ser as únicas representativas a história humana? Qual o efeito do “olhar sobre as mulheres” na prática historiográfica? Assim, estudos sobre as mulheres serviram para “questionar a prioridade relativa dada à ‘história do homem’, em oposição à ‘história da mulher’, expondo a hierarquia implícita em muitos relatos históricos (PINSKY, 2009, p. 160).

No Brasil, desde a década de 1980, pesquisas sobre mulheres vem sendo publicadas em revistas, através de dossiês, artigos e resenhas, voltados para o tema. Assim como os trabalhos de historiadoras preocupadas em analisar o cotidiano e vida de sujeitas que estavam à margem da historiografia tradicional. Segundo Soihet e Pedro (2007), Maria Odila Leite da Silva Dias, Luzia Margareth Rago, Miriam Moreira Leite, Martha de Abreu Esteves, Rachel Soihet, Eni de Mesquita Samara e Magali Engel são algumas das autoras que deram início aos estudos sobre as mulheres, com publicações preocupadas com diversas singularidades do universo feminino. Segundo Maria Izilda Matos (2013, p. 7), “contribuindo para dar luz e voz às mulheres no passado, focalizaram-se as

relações entre público e privado, social e íntimo, demográfico e político, destacando o papel das mulheres na família, casamento, maternidade, sexualidade e as questões a prostituição”.

É também, durante esse período que a categoria ‘gênero’ aparece nos estudos e causa inquietações quanto ao seu campo e domínio de concentração. A historiadora Joan Scott é tida como a principal pesquisadora sobre o termo gênero, segundo sua avaliação “os Estudos de Gênero representam a grande saída diante dos impasses provocados por teorias que procuram causas originais da dominação do sexo feminino pelo masculino” (PINSKY, 2009, p. 163). Sua preocupação está em perceber a historicidade dentro das diferenciações sexuais.

Uma das propostas da História preocupadas com gênero é entender a importância, os significados e a atuação das relações e representações de gênero no passado, suas mudanças e permanências dentro dos processos históricos e suas influências nesses mesmos processos (PINSKY, 2009, p. 162).

Scott discutiu o termo gênero, como aliada aos estudos sobre a História das Mulheres, pensando na própria metodologia da categoria para assim investigar as várias formas e possibilidades do tema na pesquisa. Segundo ela, o afastamento da História das Mulheres da política “ampliou seu campo de questionamentos, documentando todos os aspectos da vida das mulheres no passado, e dessa forma adquiriu uma energia própria” (SCOTT, 1992, p. 64). Esse antigo envolvimento com a política é considerado pela autora, um esforço de quem fazia História das Mulheres, para desafiar as autoridades do meio acadêmico e mudar a escrita da História.

A solicitação supostamente modesta de que a história seja suplementada com informação sobre as mulheres sugere, não apenas que a história como está é incompleta, mas também que o domínio que os historiadores têm do passado é necessariamente parcial (SCOTT, 1992, p. 79).

O pensamento da autora está envolvido na crítica que vinha sendo realizada a forma como a História das Mulheres era investigada dentro da História Social. A própria aproximação tardia da História com o termo ‘gênero’, foi mal vista por deduzir que a disciplina estaria fechada a um olhar que generalizava a categoria homem e mulher, “grande parte desse retardo se deveu ao caráter universal atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria ‘homem’. Acreditava-se que, ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo contempladas, o que não correspondia à realidade” (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 284).

Entendendo toda a discussão existente entre História das Mulheres e a categoria ‘gênero’, podemos traçar todo um contexto no qual as análises das historiadoras sobre alguns temas estão inseridas. Pensando a História das Mulheres como categoria que suprime a necessidade das discussões sobre as fontes impressas, a escolha de discutir a História da Beleza dentro desse viés é por entender que a preocupação enquanto pesquisadora sobre o tema se dá da própria interrogação sobre as representações, experiências e as relações sociais em que as mulheres viviam – principalmente a década escolhida para análise.

Segundo Charles Beard, “a história surge diretamente da vida: só uma preocupação da vida presente pode levar-nos a fazer pesquisas sobre um fato do passado” (LORIGA, 2012, p. 252). A preocupação com a beleza não se dá apenas nos dias atuais e vivendo em uma época onde o ser belo é tão valorizado no meio social em que vivemos, chegou-se ao questionamento de como essa cobrança e vigilância em ser e manter-se belo é construída socialmente. Foi delimitado um espaço temporal no qual ensinavam o que se esperava de beleza e com isso atingir um público que visivelmente se preocupava em consumir essa informação, as mulheres. Criou-se assim, todo um discurso da beleza feminina: como se tornar bela e manter uma beleza saudável.

Esse movimento só cresceu durante as décadas aliado ao movimento de mercado, onde o objetivo era consumir cada vez mais.

Seja bonita: seja graça e beleza! É estampado nas propagandas das Lojas Pernambucanas durante os anos de 1940, ditando que beleza e comportamento são aliados para a mulher moderna que consumia os seus produtos. Será analisada a linguagem dessas imagens, assim como de outras publicidades, entendendo que o que se desejava usar da beleza artifício para o consumo. Segundo Carvalho,

A publicidade é mais “leve”, mais sedutora que a propaganda. Como não tem autoridade para ordenar, o emissor utiliza a manipulação disfarçada: para convencer e seduzir o receptor, não deixa transparecer suas verdadeiras intenções, ideais e sentimentos, podendo usar de vários recursos:

- a ordem (fazendo agir);
- a persuasão (fazendo crer);
- a sedução (buscando o prazer) (CARVALHO, 1996, p. 10).

Em um tempo que será precursor ao mundo contemporâneo e a todos os recursos voltados à preocupação com a estética, observamos que não muito distante de nós, a cobrança quanto ao valor da beleza era semelhante e excludente a experiência que presenciávamos na atualidade, mas refletindo quanto a essas preocupações: para quem a beleza se destina?

SAÚDE E BELEZA NAS PÁGINAS DO JORNAL

Anterior à informação vendida aos olhos em todos os lugares, os anos de 1940 tinham seu principal meio de veículo da informação: as páginas de jornal. De fácil consumo, os jornais entravam nos la-

res das famílias como convidados a participarem dos mais variados momentos, desde a primeira refeição do dia até aos momentos de lazer em família. Verdadeiros manuais de informação, não somente serviam para manter o pai de família atualizado as últimas notícias da guerra, da política ou do mercado, mas também eram verdadeiras fontes de conduta e consumo para as donas de casa.

Na cidade de Parnaíba no Piauí não seria diferente. Respirando os ares de uma *belle époque* econômica e social², a sociedade parnaibana era constantemente atualizada com as últimas informações do mundo através de alguns periódicos de circulação diária, semanal, mensal ou anual - no caso dos Almanques da Parnaíba. Os temas eram os mais variados, desde notícias sobre os conflitos da guerra, política, propagandas de automóveis, de lojas de tecidos, venda de remédios e artigos para a saúde e beleza – principalmente destinados à mulher.

Entre os vários jornais de circulação da cidade, o interesse dessa pesquisa é discutir as propagandas do Jornal O Norte, que tinha uma circulação diária. As informações sobre esse jornal ainda são escassas devido às primeiras pesquisas voltadas ao mesmo estarem em processo de coleta de informações. Porém, o acesso à fonte digitalizada já nos permite pensar e questionar a preocupação da pesquisa em questão: as propagandas de beleza destinadas ao público feminino.

De 1940 a 1949 encontramos diversos tipos de propagandas, onde em algumas páginas elas se repetem. A frequência dessas propagandas vai aumentando conforme o passar dos anos, talvez pelo aumento da procura e consumo dos mesmos e até mesmo pela preocupação de consumir esses produtos para continuar jovem e bela, no caso dos

2 Segundo Josenias Silva, entende-se por *belle époque* o período que vai do fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX onde a sociedade é marcada pelos ideais de modernidade e progresso para se referirem ao que era considerado velho comparado as novas conquistas. Influenciou a arquitetura, literatura, meio artístico, inserindo-se na vida cotidiana urbana, ditando moda e comportamento social. Ver: SILVA, Josenias dos Santos. **Parnaíba e o avesso da belle époque**: cotidiano e pobreza (1930-1950). Teresina, Universidade Federal do Piauí – UFPI, 2012, p. 12.

“remédios” para a beleza. Denominamos remédios seguindo o pensamento da historiadora Denise Sant’Anna, no qual, discute que até anos anteriores a década de 1940, as propagandas e artifícios para a beleza estavam mais voltados a saúde da mulher do que a aparência física ligada à estética. É através desse pensamento que catalogamos as propagandas dividindo-as em dois momentos: de 1940 a 1945 e 1945 a 1949. A divisão se dá por dois motivos. A primeira é que a um primeiro momento as propagandas encontradas se encaixam no discurso dos “remédios” voltados a saúde da mulher e para o seu lar (marido, filhos). O segundo recorte é devido ao aumento da presença dessas propagandas e que agora o foco está voltado para a beleza facial das mulheres.

Sabendo que essas propagandas refletem os discursos da época do lugar social de fala: de quem escreve, quem publica (homens) e para quem publica (mulheres), podemos perceber que esses discursos eram destinados a finalidade de moldar um padrão social para essas mulheres – principalmente as da classe média - de que o cuidado com a saúde e aparência as tornava respectivamente, boas esposas, dona de casa e mãe. Sobre essas propagandas Carvalho nos diz que, “a linguagem publicitária usa recursos estilísticos e argumentativos a linguagem cotidiana, ela própria voltada para informar e manipular” (CARVALHO, 1996, p.09). Como provedoras do lar, se preocupar com esses atributos eram essenciais para se ter felicidade. A beleza assim, não só promove os cuidados físicos como os emocionais. Não manter uma boa aparência e nem se preocupar com ela, ganhando o título de feia, não era um bom atrativo para arranjar um bom casamento, logo não obtendo sucesso para com o papel que a mulher estava destinada naquele momento uma herança de décadas, “no começo do século passado, a propaganda insistia na possibilidade de

os feios encontrarem algum consolo graças a “remédios” muito úteis” (SANT’ANNA, 2014, p. 32).

Figura 1 - Amor materno versus cigarros Colomy



Fonte: Arquivo fotografado pela historiadora Mary Angélica Tourinho e cedido à autora (Jornal O Norte, página 1: 21 de março de 1940; página 2: 11 de abril de 1940).

Na figura 1, edição de 1940, podemos perceber três tipos de informações: a propaganda das Lojas Pernambucanas, destinada à mulher do lar; os vários tipos de elixir destinado à preservação da saúde e principalmente os voltados para os “incômodos femininos” – o período menstrual da mulher; e a propaganda de cigarro estampando um rosto feminino com adornos de povos nativos. Esses tipos de propagandas serão frequentes nas páginas do jornal, inclusive aumentando a quantidade e a diversidade durante os anos. O que é notório observar é a relação ambígua da figura da mulher para a sociedade. De um lado temos o modelo que culminará mais tarde na rainha do lar, preocupada com a sua saúde, a dos filhos e o marido, onde o zelo por sua aparência era colocado a julgamento a

todo o momento pelos discursos que essas propagandas vendiam e no lado oposto as propagandas de cigarros, com nomes e bustos de uma mulher sensual.

Essas propagandas estarão muito presente nas páginas do jornal principalmente do início da década até 1945 – período correspondente a Segunda Guerra Mundial. Um verdadeiro jogo de sedução, essas imagens estão inseridas em um novo contexto, no qual consumir esses produtos era considerado ser “moderno”. A escolha de imagens e nomes femininos nas carteiras de cigarro nos diz um pouco sobre o raio de alvo que se desejava atingir, agora não somente os homens seriam atraídos a consumirem, mas também mulheres. Segundo Carvalho (1996, p. 17), “o discurso publicitário é um dos instrumentos de controle social e, para bem realizar essa função, simula igualitarismo, remove a estrutura de superfície os indicadores de autoridade e poder, substituindo-os pela linguagem da sedução”. Não se sabe qual o público alvo esse tipo de publicidade desejava atingir, mas a representação da mulher nessas propagandas ainda não é tão mal vista no meio social, o que mais tarde, principalmente na década posterior, esse tipo de associação será mal vista devido à nova configuração de espaço que se desejava que a mulher estivesse inserida: o lar.

Figura 2 - Amor e maternidade nas páginas do jornal



Fonte: Arquivo fotografado pela historiadora Mary Angélica Tourinho e cedido à autora (Jornal O Norte, 11 de Maio de 1940).

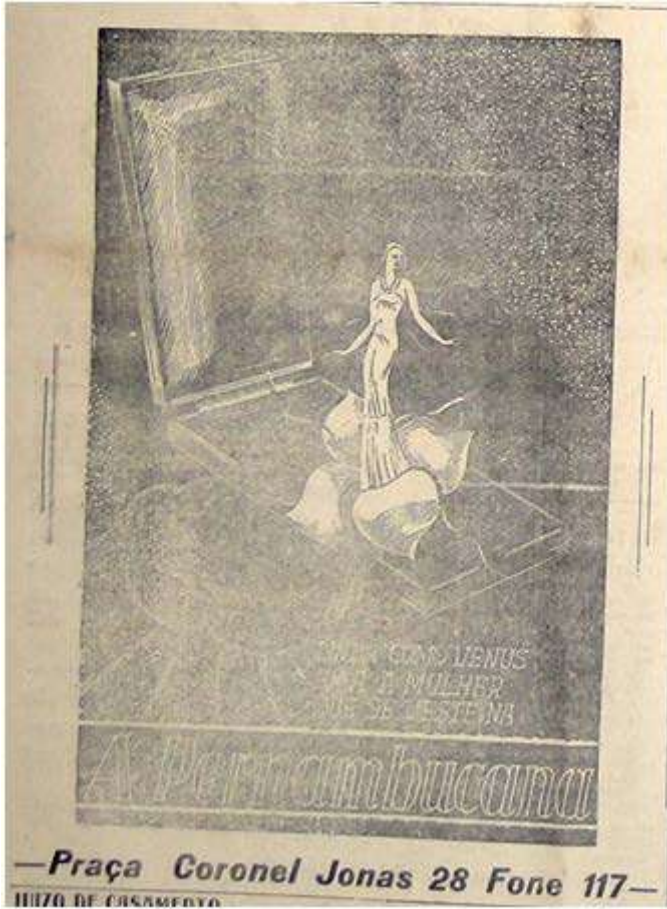
“O AMOR MATERNO

É no recesso do lar feliz, que as mães bem orientadas educam os filhos queridos, Deusas do lar sabem lhes infiltrar nos corações tenros e inocentes as virtudes supremas os que na vida surgem para os caminhos a Honra e Poder.

Por enquanto a beleza deste quadro ressalta a sublimidade educacional da mãe extremosa que aponta ao filho pequeno os caminhos que levam à loja “A PERNAMBUCANA”, onde ma creança aprenderá a fazer suas compras e perfeito acordo com as necessidades do lar;

porque saber comprar, elando pelo interesse da família, é, sem dúvida uma virtude, que só se aprende quando e sabe as vantagens da loja “A PERNANMBUCANA”.”

Figura 3 - Mulher vestida d'A Pernambucana



Fonte: Arquivo fotografado pela historiadora Mary Angélica Tourinho e cedido à autora (Jornal O Norte, 25 de Março de 1940).

“Linda como uma Venus

Fica a mulher

Que se veste na

A PERNAMBUCANA”

Figura 4 - Seja bonita: seja graça e beleza



Fonte: Arquivo fotografado pela historiadora Mary Angélica Tourinho e cedido à autora (Jornal O Norte, 10 de janeiro de 1940).

Serão diversas as propagandas da loja “A Pernambucana” nas páginas do jornal, destacamos as duas acima para direcionarmos nosso olhar a dois fenômenos: o já discutido papel da mulher na sociedade – mãe e do lar – e como essa mulher é vista e descrita, comparada a uma deusa – em referência as da mitologia grega.

Possuir objetos passa a ser sinônimo de alcançar a felicidade: os artefatos e produtos proporcionam a salvação do homem, representam bem-estar e êxito. Sem a auruola que a publicidade lhes confere, seriam apenas bens de consumo, mas mitificado, personalizados, adquirem atributos da condição humana (CARVALHO, 1996, p. 13).

Esse tipo de associação é realizada para afirmar o local de delicadeza em que desejam que a mulher esteja inserida e além disso colocá-las como principais agentes consumidoras desses produtos que não só garantiram suas belezas naturais, mas a deixaram sempre modernas e atualizadas e para atingir esse lugar, elas deveriam consumir. Não somente os jornais, mas as próprias revistas femininas também venderam esse tipo de imagem.

as revistas também ensinavam como e contentar com os espaços tipicamente femininos, numa vida rodeada por "coisas de mulher": a casa, os filhos, o amor conjugal e, junto deles, os produtos para embelezar. A propaganda foi especialista em associar emoções românticas a batons, pós e talcos (SANT'ANNA, 2014, p. 104).

O sentido de ser bela, vendido por esses meios, era o consumo dos bens que supostamente promoveriam a felicidade.

Figura 5 - Perfume Musse



Fonte: Arquivo fotografado pela historiadora Mary Angélica Tourinho e cedido à autora (Jornal O Norte, 1947).

Do Parnaso a Paris... *Muse*.

Era uma vez nove musas... Viviam no Parnaso... Todos se voltavam para elas em busca de inspiração... Agora todos se voltam para Paris – o Parnaso moderna – onde surgiu uma nova Musa. Não é uma divindade... Mas um perfume... Chamasse *Muse* – um perfu-

me que será o inspirador do espírito, da graça e da beleza de toda mulher.

“As coisas de mulher” serão o foco dessas propagandas, principalmente por serem anunciadas como “complementos” para manter a saúde e o bem estar físico da mulher, “para ser considerada bela e arrumar marido, era preciso ser limpa, cheirosa, prestimosa e, ainda, conhecedora das novidades disponíveis no mercado dos produtos de higiene” (SANT’ANNA, 2014, p. 90). Além de bela, a mulher deveria ser sagaz, a inteligência era o principal artifício para se conquistar um bom partido.

A imagem publicitária do que se entende ser uma mulher (ou do que se pretende que ela seja) vem sendo construída socialmente de várias maneiras, e isso é captado e estimulado de maneira significativa pelos estilistas, por exemplo. [...] A sociedade de consumo identifica e reforça o papel feminino que vem se desenvolvendo historicamente a partir da organização patriarcal da sociedade: o de sustentáculo interno a estrutura familiar. [...] a mulher desempenha a função de protetora/provedora das necessidades da família e da casa, constituindo a própria imagem da domesticidade (de *domus*, “casa”). Isso não significa, porém, arcar com o ônus material do lar, ou seja, pagar as despesas, mas com o trabalho de sair de casa, escolher e comprar; ela é a compradora oficial (CARVALHO, 1996, p. 23).

Esse movimento de mercado, claro, não era em vão. As propagandas eram destinadas ao público feminino, pois “foi quando a figura da mulher consumidora recebeu maior atenção do *marketing*” (SANT’ANNA, 2014, p. 88). Mulher e consumo viraram sinônimo e até a atualidade, esse público é associado a gastos desenfreados e tido como principal alvo de anunciantes. Sant’Anna nos diz que,

No Brasil, a fase pioneira da publicidade moderna também deu lugar às primeiras pesquisas de mercado. Os

anunciantes dos anos de 1930 e 1940 passaram a trabalhar diretamente com os desejos humanos e a psicologia do consumidor (2014, p. 88).

A publicidade torna-se a companheira dos dias nos lares, são as propagandas que irão conduzir o novo tipo de vida que esse público irá adquirir consumindo esses produtos, “a publicidade dá a cada um a ilusão de que dirige-se a ele individualmente e, ao mesmo tempo, o faz ter consciência de ser membro de uma *pólis*” (CARVALHO, 1996, p. 17). As propagandas sempre são seguidas de depoimentos ou figuras felizes e satisfeitas. “Em vez de ordenar o leitor a comprar um remédio, fazia-se um convite simpático para consumi-lo” (SANT’ANNA, 2014, p. 84). O objetivo final é levar ao cliente uma resolução para seus problemas, principalmente os ligados a saúde ou para as mulheres, as tão terríveis cólicas menstruais, no qual podemos notar a presença constante de propagandas de elixir para combater esses sintomas. Se compararmos a década posterior, falar sobre esse assunto era tido como tabu, devido à volta de alguns costumes conservadores.

Figura 6 - Propagandas em jornal



Fonte: Arquivo fotografado pela historiadora Mary Angélica Tourinho e cedido à autora (Jornal O Norte, 07 de junho de 1940).

Na imagem podemos ver a presença de vários tipos de elixir, para sintomas diversos.

Página dois:

- Elixir 914 = depurativo do sangue (nota destinada aos homens “que na vida de solteiro adquiriam doenças secretas” e acabavam contaminando suas esposas.)
- Fluxo-sedatina = para as cólicas menstruais;
- Cabelos/Loção Brilhante = tônico capilar;
- Xarope S. João = para doenças no peito.
- Elixir de noqueira = depurativo do sangue (para “combater a sífilis, adquirida ou hereditária”;

Página três:

- Sanguenol = fortificante;
- Elixir de Inharé = depurativo do sangue;
- Pilulas de Abade Moss = para prisão de ventre;
- Juventude Alexandre = para os cabelos;

Será constante e ainda maior o número de propagandas desse tipo nas páginas do jornal. Na primeira metade da década de 1940 os discursos estão mais voltados à saúde e a afirmação do poder de combate desses produtos que segundo Sant’Anna, “as características dos produtos de beleza e saúde tendiam a misturar crenças populares e referências científicas. [...] Nos jornais, em meio aos anúncios de remédios, o embelezamento estava longe de constituir uma indústria ou um domínio de especial relevância” (2014, p. 33).

“Vendendo saúde

ELIXIR DE NOGUEIRA

O grande depurativo do sangue

A impureza o sangue, a sífilis adquirida ou hereditária, é não só um sofrimento atual, mas uma ameaça para o futuro e para os filhos. Combata-a de maneira eficaz, com o “ELIXIR DE NOGUEIRA”, que há mais de meio século vem sendo usado por milhares de pessoas. Centenas de médicos atestam o seu valor.”

(Jornal O Norte, Parnaíba, 7 de Junho de 1940)

A ideia de sofrimento passada por esses anúncios, que iam desde as adquiridas como naturais – gripes, resfriados, problemas intestinais - ou as provocadas – as doenças sexualmente transmitidas – seriam “curadas” através desses novos artifícios do mundo moderno, no qual ao mesmo tempo possibilitava a independência do consumidor, com a prática da automedicação, muito comum até os dias de hoje.

Segundo Sant’Anna, “quanto mais os anúncios revelavam os males a serem tratados, mais potentes pareciam os remédios divulgados. [...] Na luta supostamente travada entre o remédio e o mal físico, homens e mulheres eram frequentemente representados como sofredores.” E o fim para esses males era consumir, “[...] a publicidade é discurso, linguagem, e portanto manipula símbolos para fazer a mediação entre objetos e pessoas, utilizando-se mais da linguagem do mercado que a dos objetos” (CARVALHO, 1996, p. 12).

BELEZA PARA SUA PELE

Na segunda metade dos anos de 1940, as propagandas mudam o seu tipo de discurso. Agora o novo alvo é a preocupação com a beleza, mais especificamente, a beleza facial. É a partir desse momento que as propagandas e cosmético serão frequentes nas páginas do ‘O Norte’. Como relata Sant’Anna,

A relação entre saúde dos órgãos e beleza do rosto tornou-se moeda corrente em diversos anúncios impressos. [...] Ao lado dos conselhos sobre maternidade e o casamento, os cuidados com os exercícios, a respiração e a alimentação ganharam um peso significativo, contribuindo para que se percebesse o quanto a saúde depende da beleza e vice-versa (2014, p. 63).

Mas vale salientar que o foco de beleza que esses discursos visavam era a beleza da pele branca. Em nenhuma das propagandas veiculadas encontradas nas edições do jornal, encontram-se referências ou imagens da beleza da mulher negra. Essa valorização da brancura da pele é o reflexo do tipo de discurso predominante naquele momento. Supõe-se que esse jornal era veiculado destinado para a classe média parnaibana, que era a maior detentora de poder aquisitivo e social nesse momento, para além de consumir o próprio jornal, adquirir os produtos ofertados por ele, além é claro, da mensagem clara e direta sobre qual o tipo de

público que iria consumir os cosméticos. Diversos meios irão propagar esse ideal da beleza desejada de mulher da classe média, principalmente os que esperavam que as mulheres se reconhecessem como verdadeiras divindades, como é o caso dos concursos de beleza,

A propaganda as *misses* e das candidatas tendia a centralizar as atenções sobre o rosto e os cabelos, valorizando a origem geográfica – e não racial – de cada mulher. A concepção de que a pele alva era a mais bela aparecia sem constrangimento nos concursos de *misses* e em muitos anúncios publicitários. Aliás, a pele alva não se limitava à brancura, pois abarcava, também, a ausência de manchas e cicatrizes. Moças alvinhas, conforme se dizia, simbolizavam saúde, *status*, riqueza e limpeza (SANT'ANNA, 2014, p. 64).

Ser bela estava associado à saúde e *status*, mas a partir da segunda metade dos anos de 1940, o significado de ser bela é ampliado para além do discurso físico. Agora permanecer bela era o desafio a ser cumprido, já que feiura não era vista com bons olhos, e ser feia também estava associado a ficar velha, assim como atualmente. Segundo Andrea Moraes (2011, p. 430), “a preocupação com o envelhecimento populacional é um tema constante do século XX, principalmente a partir do pós-guerra”. Manter a pele rejuvenescida era o objetivo moral que se desejava enfrentar, e envelhecer estava totalmente fora de cogitação para a mulher que desejava ser moderna.

Até meados do século xx, para ambos os sexos, ter direitos sobre o próprio corpo tendia a ser uma excentricidade típica e pessoas da elite mundana ou um capricho afeito aos malandros, libertino, homossexuais e prostitutas. Mas a propaganda de produtos de beleza diversificava crescentemente suas ofertas. Pouco a pouco, vários truques de beleza foram preteridos em favor das técnicas de embelezamento (SANT'ANNA, 2014, p. 58).

É curioso que além da forma como esses produtos serão divulgados e consumidos, a mudança no tratamento das palavras em relação

à beleza muda e isso está atrelado ao próprio desejo e tornar o objeto mais atrativo e convincente para o consumidor. Essa linguagem que seduz, era promovida por uma “indústria dos sonhos”, que se tornou cada vez maior posteriormente, e que na atualidade se tornou tão natural ditando os padrões em que se deseja inserir o leitor/consumidor.

Ao se concentrar na mulher-consumidora, a publicidade acaba influenciando hábitos. [...] apesar das várias faces da vida de uma mulher – mãe, profissional, esposa, dona-de-casa –, a publicidade bate sempre na mesma tecla: para ser feliz e bem sucedida, a mulher precisa estar sempre bela e ser (ou parecer) jovem. [...] os anúncios e campanhas publicitárias dirigidas ao público feminino são centradas no sucesso, na vaidade e na aparência (CARVALHO, 1996, p. 24).

Na imagem a seguir, encontramos duas propagandas que marcam o novo tipo de preocupação feminino, a beleza facial.

Figura 7 - “Baton” Van Ess



Fonte: Arquivo fotografado pela historiadora Mary Angélica Tourinho e cedido à autora (Jornal O Norte, 23 de outubro de 1945).

Na página 2 (à esquerda) encontramos a propaganda do creme Rugol, que prometia a clareza e suavidade da cutis, prevenindo da acne, onde os resultados já seriam visíveis após três dias e o mais importante que era aliado a combater o envelhecimento, mantendo a pele sempre jovem, saudável e clara. Segundo Sant’Anna (2014, p. 121), “já no final dos anos 1940, a noção de pH da pele conquistou um lugar importante nos debates entre os produtos de cosméticos, dando origem aos produtos destinados a melhor proteger a epiderme das agressões externas.”

BELEZA PARA SUA PELE

SUA CUTIS PODE VOLTAR A SER CLARA, SUAVE E AVELUDADA EM 3 DIAS

O creme Rugol dará à sua pele o tom rosado e suave de um bebê. Antes de deitar- e adlique V.s. este maravilhoso- o creme sobre a pele. Ele penetra os poros emulsiona as graxas e expulsa o sujo, as poeiras e todas as impure-

zas. Depois de aplicalo convêm enxugar o rosto. O Rugol combate a acne, as espinhas e cravos e a excessiva graxa da (?). Constróe os poros dilataoses, apeom rapidez faz desaparecerem manchas, panos tez avermelhadou ameleclems eos.u cútis e 3RGG, NT

Rugol

Na página 3 (à direita) encontramos o novo foco das propagandas a partir desse momento, os cosméticos. O batom Van Ess, seria o novo aliado das mulheres para torná-las mais atraentes e realçar a sua beleza existente, mas tudo isso voltado para a expectativa masculina. A preocupação com a beleza feminina não acontecia para a satisfação pessoal da mulher, mas destinada a agradar o público masculino, principalmente os maridos.

Apresentar-se... deslumbrar-se...
e triunfar!

Ventura só reservada
à mulher que sabe usar
VAN ESS, baton que
faz seus encantos realçar

Uma requintada gama e tonalidades da última moda,
realçadas por uma base exclusiva de “creme veludo”, que
suaviza, protege e embeleza os lábios.
Baton para os lábios Van ESS

Na propaganda ainda é sugerido o uso do “baton” juntamente com o pó e “rouge” para tornar mais irresistível a cútis da mulher. Na imagem vemos uma mulher e um homem, destacando que a atenção dele está voltada para os lábios da mulher. A marca desse batom é americana, como está na descrição logo abaixo, “criação ao mesmo tempo da arte e do cinema”.

No lugar de um verniz, que esconde as imperfeições por algumas horas, a maquiagem devia ser uma *segunda pele*. O trabalho da beleza tentaria aproximar, de modo inédito, aquilo que um rosto é de tudo o que ele aparenta ser.

Como se não fosse mais honesto exibir um rosto que não se tem, como se toda distância entre beleza construída e beleza natural se transformasse numa falsidade doravante intolerável. É o que ensinavam os novos conselheiros de beleza, não apenas médicos e escritores do sexo masculino (SANT'ANNA, 2014, p. 119).

A inserção dos produtos estrangeiros – principalmente os americanos – se dá por vários fatores nesse momento, além das principais marcas de cosméticos terem suas fábricas instaladas lá. O sucesso desse mercado que cresce cada vez mais, permitiu a instalação de várias fábricas no Brasil, principalmente na década de 1950. Segundo Del Priore (2005, p. 283), “depois da Segunda Guerra Mundial, o país viveu um momento de ascensão a classe média. Ampliava-se, sobretudo para as populações urbanas, as possibilidades de acesso à informação, ao lazer e ao consumo.” Esse modo de vida americano será o modelo não só de comportamento, mas de felicidade, consumir era o novo sentido da vida e ser belo estava associado a gozar plenamente a vida na sua melhor fase: a juventude.

A influência o *american way of life* sobre os modelos de beleza divulgados pela imprensa aumentou a partir dessa época, contribuindo para modernizar os manuais de beleza: no lugar e descrever os modelos de beleza o passado grego, eles começaram a prescrever conselhos breves e diretos, incluindo exercícios para “manter a linha”, cremes e regimes embelezadores (SANT'ANNA, 2014, p. 93).

Mas a preocupação com a aparência e a motivação de continuar sempre bela, não era apenas pelo desejo pessoal, mas por todo um sistema que mitificava a busca por um casamento perfeito à mulher que segundo a autora, “uma parte significativa dos cuidados com a beleza continuou, contudo, focada na necessidade e levar as jovens ao altar, encaminhando-as para a construção de um lar feliz” (SANT'ANNA, 2014, p. 93).

Esse pensamento vai repercutir por várias décadas e esse tipo de propagandas que realçavam a beleza feminina, tornando-as objeto de

massa para o consumo, ditando padrões - às vezes inalcançáveis - será frequente de ser percebido não somente nas páginas do Jornal O Norte, mas em outros jornais, folhetins e revistas principalmente os destinados ao público feminino. A figura da mulher foi moldada como a consumidora as vezes provocante, mas no fundo que era encaminhada para a sua função principal, dona de casa.

Ser bela, recatada e do lar, será o discurso frequente com o passar os anos, divulgados pelos conselhos à mulher nas páginas das revistas, principais amigas dentro do lar, onde sua fala se destinava à mulher e boa índole, sempre com um tom e segredo e de bons conselhos, esses manuais moldaram todo o imaginário de décadas sobre o que é ser mulher, mas também não será seguido à risca por outras.

Segundo Burke (2004, p. 17), “[...] imagens nos permitem “imaginar” o passado de forma mais vívida.” É através da análise dessas imagens que podemos perceber todo um contexto que envolvia o público feminino, o que se desejava delas e para elas, qual o tipo de beleza que elas deveriam almejar e se tornarem vigilantes assíduas contra o maior inimigo, o envelhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise das fontes, nesse caso, das páginas de um jornal de circulação diária em uma cidade do litoral piauiense, podemos perceber que o movimento externo da sociedade se insere no cotidiano de diferentes indivíduos, suas casas e seus comportamentos. Como discurso emergente, a beleza e a preocupação em se estar ou manter belo, passa a ser rotina diária e se naturalizam como elemento vital a identidade de homens e mulheres, principalmente elas. Ao longo da década de 1940, como observamos, o discurso da beleza se fragmentou: no início dos anos a preocupação em ser saudável, onde conseqüentemente beleza era símbolo de vitalidade; na segunda parte da década temos o nascer de uma preocupação mais ligada à estética, a beleza sen-

do atribuída ao exterior, ligada a uma conduta em que os belos seriam os melhores e os detentores de uma boa conduta. Entendemos que essas evoluções de pensamentos, comportamentos e discursos não se modificaram com a simples virada de anos, mas que foram lentamente se modificando, atrelados a um movimento maior, que ao longo das próximas décadas se definirá e perpetuará até a contemporaneidade. Assim, nas páginas do O Norte, encontramos as propagandas de beleza que ditam quem as mulheres devem ser, mesmo que elas não sejam. Ditam a beleza que está na moda e a que deve ser consumida. As propagandas ditam o que se deve consumir para ser uma bela mulher, uma boa esposa, uma mãe amorosa, atribuem sentido a feminilidade das mulheres, mesmo sem saber e se preocupar com suas leitoras. Olhamos para a divulgação de que ser mulher é ser consumista e que a mais bela é a mais enquadrada nos novos padrões.

REFERÊNCIAS

- BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Tradução: Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- CARVALHO, Nelly de. **Publicidade**: A linguagem da sedução. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.
- LORIGA, Sabina. O eu historiador. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 10, dezembro, 2012, p. 247-259.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. História das Mulheres e das Relações de Gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. **Mandrágona**, v. 19, n. 19, 2013, p. 5-15.
- MORAES, Andrea. O corpo no tempo: velhos e envelhecimento. *In*: DEL PRIORE, Mary. AMANTINO Marcia (Org.). **História o corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 427-452.
- PINSKY, Carla B. Estudos de Gênero e História Social. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(1), janeiro-abril/2009, p. 159-189.
- SANT'ANNA, Denize Bernuzzi. **História da beleza no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.
- SCOTT, Joan. História das Mulheres. *In*: BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 63-95.

SOIHET, Rachel. PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300, 2007.

FONTES

Jornal O Norte, edições:

17 de fevereiro de 1940

20 de março de 1940

25 de março de 1940

11 de abril de 1940

12 de junho de 1940

07 de junho de 1940

24 de dezembro de 1940

23 de agosto de 1945

01 de março de 1947

Crimes, narrativas e imaginação

O uso de fontes literárias e de periódicos para a (re)criação de crimes e prisões no Ceará na década de 1930

Hannah Jook Otaviano Rodrigues¹

INTRODUÇÃO

O final dos anos 1920 e início dos anos 1930 no Ceará, em especial em Fortaleza, são um marco importante para a história e constituição do espaço urbano. Em termos urbanísticos, esse período é apontado por historiadores como o fim da “*Belle Époque*”, conceito utilizado para designar o momento iniciado nas últimas décadas do século XIX, e que procurava “revolucionar” e modernizar os hábitos, costumes e arquitetura da capital cearense com bastante influência europeia, em especial, a parisiense (PONTE, 2010).

No campo cultural/intelectual, Fortaleza experimentava o Modernismo, um movimento artístico que encontrou na cidade vários entusiastas e um solo fértil para a construção de grandes obras, especialmente na Literatura. O cenário político também era intenso, tanto no âmbito nacional como local: fim da chamada “República

¹ Mestranda em História, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Bolsista CNPq, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7935091858538667>, e-mail: hannahjook@hotmail.com.

Velha”, “Revolução” de 1930, Governo dos Interventores, forte perseguição aos comunistas e anarquistas, Cangaço e outras tensões.

Sob essa miscelânea de acontecimentos que se sobrepõem, interferem e contrapõem entre si, buscaremos escrutinar as formações narrativas que estabeleciam a imagem dos encarcerados(as), bem como refletir sobre os principais motivos de prisões dessa década do século XX, no Ceará, a partir do romance “João Miguel”, da autora cearense Rachel de Queiroz e do periódico “Correio do Ceará” (1928-1934).

Ao utilizarmos essas fontes, procuraremos entender o processo formativo das narrativas e imagens que tanto a autora quanto a imprensa tentavam transmitir aos seus leitores. Por isso, entendemos que a importância de ampliar a discussão para além do discurso punitivista, que geralmente permeia os trabalhos sobre crimes e cadeias. Ao abordarmos conceitos como imaginação e sensibilidades, buscaremos trazer outros horizontes sobre este assunto.

NAS PÁGINAS DO JORNAL: A REPRESENTAÇÃO DOS CRIMES NO “CORREIO DO CEARÁ”

Percorrendo as páginas do *Correio do Ceará*², não foi difícil nos depararmos com reportagens que tratassem sobre o cenário de violências, contravenções e crimes que aconteciam tanto na capital, quanto no interior, também no Brasil e no mundo. Claramente, a repercussão e atenção dadas a essas reportagens dependia de uma série de fatores que analisaremos brevemente aqui. Daremos especial ênfase a uma seção bastante singular desse periódico: uma coluna publicada diariamente com o título *Chronica*

2 Correio do Ceará (Fortaleza, 1915) – Diário noticioso e consagrado aos interesses vitais do Estado, publicado em Fortaleza a 2 de março de 1915 sob a direção do Dr. Alberto Montezuma. Redator católico padre Sylvano de Souza. Redator comercial A. Fiúza Pequeno. Proprietário A.C.Mendes (STUDART *apud* ALVES, 2010, p. 31).

da cidade. O próprio título escolhido já remonta às intenções da publicação.³

Neste primeiro momento, analisaremos este segmento por trazer os tipos de delitos mais comuns no cotidiano da urbe. Os crimes que eram apresentados por essa coluna eram, geralmente, de pequena a média gravidades: furtos, desaparecimentos, abalroamentos, brigas ou quaisquer tipos de perturbação da ordem pública.

A coluna diária era escrita de forma anônima, que compilava denúncias recebidas de seus leitores ou mesmo aquelas informadas à polícia. Era composta por pequenas notas que informavam o acontecido, além de uma charge⁴ que a ilustrava. Entre os anos pesquisados, 1928 a 1934, observamos mudanças gráficas apenas entre as figuras de 1928 e as dos demais anos, a partir de 1930.

Nesse trabalho, daremos especial destaque a essas ilustrações, por entendermos que elas sintetizam de forma clara um apanhado geral das contravenções mais comuns ou as que mais eram noticiadas no cotidiano citadino pelo dito jornal.

3 A crônica é um gênero textual que representa o cotidiano em um texto muito próximo da poesia. Esse gênero da literatura ligado ao jornal participa da nossa realidade há mais de um século e tem uma linguagem despreziosa, próxima da conversa do dia a dia. Como dispositivo para representar a vida corriqueira, o cronista utiliza a heterogeneidade, ou seja, fatos do cotidiano, para ilustrar ou para ajudá-lo a exemplificar sua explicação e, às vezes, fazer algumas construções humorísticas. Assim, o enunciador mobiliza outras vozes exteriores ao seu discurso para citar, direta ou indiretamente, ironizar, negar (COSSARI, 2004, p. 1).

4 A charge apresenta geralmente um desenho único, embora essa não seja uma regra fixa, que faz uma crítica a um fato jornalístico, um acontecimento recente ou que ainda esteja em evidência, caso tenha se iniciado há muito tempo, como é o caso da guerra entre judeus e árabes no Oriente Médio, por exemplo (ARRIGONI, 2011, 2062). Na charge, a imagem é composta por um desenho ou uma fotografia – que geralmente sofre intervenção do artista, seja retocando-a ou inserindo algum elemento verbal ou imagético a fim de torná-la cômica (SILVA, 2008). Assim, a charge busca uma apreensão do real, diferentemente da caricatura e do cartum (ARRIGONI, 2011, p. 2063).

“CHRONICAS DA CIDADE”: AS REPRESENTAÇÕES DOS CRIMES ATRAVÉS DAS CHARGES

Figura 8 - Charge do jornal Correio do Ceará, em 1928



Fonte: Jornal Correio do Ceará (1931).

Figura 9 - Charge do jornal Correio do Ceará, em 1931



Fonte: Jornal Correio do Ceará (1931).

As charges acima apresentam um panorama geral dos temas abordados pela coluna. Elas ilustram e informam sobre os tipos de delitos que eram mais comuns, ou pelo menos, os mais abordados por ela: os furtos de animais, os boêmios (muitas vezes taxados como arrua-ceiros ou vagabundos, em oposição à figura do homem trabalhador, pai de família etc.) e os beberrões, que ocuparão preferencialmente as linhas dessa seção.

Comparando as duas figuras, observamos que a segunda é mais elaborada, trazendo uma cidade mais “agitada”, inclusive, com uma cena de abalroamento. Numa capital que buscava novos ares de modernização, os automóveis passaram a ser símbolos desse novo *status* almejado (BEVILÁQUA, 2012), como consequência, com o número de veículos automotores circulando pelas ruas, os acidentes de trânsito tornaram-se cenas mais comuns a serem noticiadas pelos jornais, como podemos comprovar nessa nota da coluna:

Domingo, cerca de 10 horas, foi atropelado por um auto no Alto da Balança, que o atirou ao sólo (sic), seguindo sua viagem rumo de Mecejena, (sic) o popular de nome Sabino Pereira que teve o pé direito luxado, levando-a sua queixa á delegacia central de policia (CRÔNICA..., 1928, p. 7).

Assim, “casos comuns de trânsitos” passam a somar-se às outras denúncias policiais. Concomitante a outros delitos mais “antiquados”, como o furto de animais domésticos, especialmente aqueles destinados à subsistência das famílias, revelando que apesar do caráter de modernização que a cidade almejava alcançar, ainda persistia uma realidade ligada ao modo de vida rural, geralmente este sendo associado ao atraso e ao provincianismo que a cidade buscava se desassociar.

Outra cena representada na ilustração do jornal de 1931 e que possivelmente faz menção aos jogos de azar, também são citados nas linhas da referida coluna. Na representação da figura, observamos uma pessoa sentada por trás de uma banca com uma possível roleta ao fundo, essa imagem corrobora com algumas denúncias apresentadas ao jornal, em que jogos proibidos figura em suas páginas, como por exemplo, a nota abaixo:

Somente por causa do jogo de “Bozó”

Na Polícia do 2º Distrito, quando na ultima permanencia do Sub Inspector Sales, deram ciência de que na rua Dr. João Moreira, havia uma jogatina de <<bozó>>, jogo proibido, tomando sempre parte na mesma o proprio dono da casa.

Aquela autoridade, cerca de 22 horas. Fez remar para o local uma <<canôa>> policial, perfeitamente aparelhada para recambiar os jogadores, que poderiam <<viajar>>, no caso de serem encontrados, com passagem de primeira classe por conta do Governo que era quem os iria hospedar.

Sem demora a <<barcaça>> suspendeu panos e aproou para o local, guiando-os o farol da Santa Casa. Dobrado o cabo da rua Dr. João Moreira, tudo viajou de bitaculas (sic) apagadas, e silencioso, indo encontrar a <<tropa>> com a <<boca na botija>>.

Era o Araujo, que bancava a coisa, e mais o Antonio Sousa e o Pinto, tudo gente muito conhecida.

— Estão todos intimados a seguirem conosco até a Policia. Quero o <<bozó>> para levar. Viajarão a pé, com passagem de 1a classe.

Não houve duvida, ante as expressões do guarda-chefe da expedição. Lá se foi todo mundo, e no 2o Distrito, foram entregues ao sub Inspetor Sales, que maneiroso como ele é, disse ao cabo:

— Cabo, hospede estes homens com as regalias as que têm direito. Dito e feito. Lá ficaram pernoitando, sendo depois de preenchidas as formalidades, mandados em paz.

Safa!... que peór (sic) poderia ter acontecido (SOMENTE..., 1931).

A reportagem supracitada nos apresenta vários pontos interessantes. Sobre a forma da narrativa, observamos em primeiro lugar o tom sarcástico e ácido que o jornalista redige a nota, fazendo inclusive uma metáfora entre a diligência policial e termos náuticos para narrar o flagrante do jogo proibido.

Já nas primeiras linhas é possível inferir que a denúncia foi feita anonimamente, haja vista o uso do sujeito indeterminado na oração “deram ciência”. Não era incomum que pessoas fizessem uso de denúncias anônimas para delatar algumas contravenções, possivelmente vizinhos do dito morador que também participava da jogatina proibida.

Outro ponto que nos leva a crer em uma denúncia anônima é o fato da diligência ter tomado o cuidado de chegar discretamente com as “bitaculas apagadas, e silencioso”, encontrando os jogadores em flagrante. A notícia demonstra ainda que a “tropa” já era conhecida da polícia, possivelmente já eram reincidentes, se não neste, mas em outro(s) delito(s), inclusive, contando com “regalias” de “viajar de 1ª classe”.

Ao chegar na delegacia, os “privilégios” foram estendidos com um pernoite na cadeia e depois liberados, o que também mostrava ser uma prática rotineira nesses casos de delitos mais leves. No entanto, a nota termina com uma ameaça velada de que o “peór” poderia ter acontecido, certamente para desencorajar que outras pessoas seguissem o caminho da contravenção.

Dessa forma, podemos perceber até aqui como essa coluna era importante não apenas para informar seus leitores, como também emitir, de forma explícita ou não, seus pontos de vista sobre essas contravenções. Sabendo que todo Discurso está imbuído de sentidos e símbolos que só podem ser acessados por formações discursivas propícias que levam em consideração os sujeitos, a ideologia e a historicidade em que são produzidas e reproduzidas (ORLANDI, 2003), compreendemos que tanto as charges, como os textos escritos desejam apresentar aos seus leitores consumidores uma representação das contravenções e não apenas informa-los, mas combate-los ideologicamente.

Disputando assim uma narrativa de uma civilidade muito buscada e até propagandeada, no entanto, falha. A partir desses crimes noticiados percebemos que a cidade moderna, ou melhor, a população encontrava “brechas”, “desvios” nessa norma moralizante tão apregoada pelos jornais, ao mesmo tempo que também era comum, como esses lampejos deixam entrever que era a

mesma população responsável por boa parte das denúncias que observamos nas páginas do periódico.

Entretanto, observamos outros meios de “furar” esse Discurso que se propunha linear: a Literatura.

O ROMANCE “JOÃO MIGUEL” E AS SENSIBILIDADES NA CADEIA

Dentre as inúmeras possibilidades de trabalharmos com a Literatura como fonte histórica, está a de podermos acessar narrativas, representações e imagens que comumente não vemos em outras fontes como periódicos, documentos oficiais e até em registros orais. Certamente, uma dessas perspectivas que pretendemos abordar com o romance “João Miguel” de Rachel de Queiroz, é justamente as redes de sociabilidade e afetividade que permeavam os espaços de encarceramento no Ceará.

Em seu segundo livro, publicado em 1932, único cujo protagonista é um homem⁵, o tema da prisão perpassará toda a narrativa. Essa temática nos instigou a olhar por outro prisma o caminho criativo da narradora. Rachel de Queiroz vinha de um sucesso arrebatador conquistado em seu romance de estreia, “O Quinze”, lançado dois anos antes e que conquistara admiração não apenas em sua terra natal, mas em todo o Brasil, em especial no eixo Rio-São Paulo, sendo agraciada inclusive com o Prêmio Literário da Fundação Graça Aranha.

Se em “O Quinze”, a autora comovera o país com as agruras da estiagem que atinge os sertanejos, mostrando que a seca não é apenas um evento climático, mas sobretudo, social e, que quem mais sofre com as consequências da falta de chuva são os camponeses pobres,

5 Existem inúmeros trabalhos sobre gênero em Rachel de Queiroz, analisando justamente a força e a representação das personagens protagonistas femininas em seus romances, desde Conceição em “O Quinze” à Maria Moura em “Memorial de Maria Moura”. Dentre estes trabalhos destacamos o livro “Protagonistas de Rachel de Queiroz” de Lourdinha Leite Barbosa.

em “João Miguel”, a autora não mais trará o sertão como cenário-personagem, ainda que se faça referências a ele, como se observa em todas narrativas de Rachel de Queiroz.

O cenário do desenrolar da trama será uma cadeia pública, localizada em Baturité, uma pequena cidade serrana, aproximadamente a 90 quilômetros de distância da capital, Fortaleza. A escritora morou um período da sua infância nessa cidade, onde alguns familiares residiam e era comum que algumas famílias sertanejas mais abastadas possuíssem propriedades para se exilarem nos períodos de estiagem (QUEIROZ; QUEIROZ, 2010).

Apesar de não se passar no sertão, esse romance ainda é profundamente rural, e traz o drama da prisão em primeiro plano. Não mais a seca e a emigração, mas o encarceramento e outras questões que serão retratadas nesse romance de pouco mais de 150 páginas.

João Miguel é um trabalhador rural, semianalfabeto, sertanejo dos Inhamuns, erradicado em Baturité, que durante uma carraspana, envolve-se em uma briga e sob efeito do álcool mata seu adversário. Assim inicia a narrativa. Em poucas palavras, a autora nos apresenta o personagem principal e a tragédia que moverá a trama.

A partir dos dramas de João Miguel e das outras personagens que vão sendo apresentadas no decorrer do livro, vamos adentrando um cenário tecido com muito cuidado pela narradora. Cada conflito traz à tona personagens que poderiam ser reais. E isso se justifica, em parte, pelo trabalho de pesquisadora que Rachel de Queiroz se submetia para a criação de seus enredos:

[...] Então, um coronel do interior – que eu pintei em *João Miguel* – tinha matado um irmão dele, do tal das notas ferinas. Coisa de briga política: o coronel assassinara o moço, promotor no interior. E veio preso para Fortaleza; isso se dera exatamente quando eu estava escrevendo *João Miguel*. **Nesse tempo, era moda a gente “colher material” na fonte. Assim, eu frequentava a cadeia pública**

para ver o ambiente da cadeia, para “estudar o meu material” (QUEIROZ; QUEIROZ, 2010, p. 36, grifo nosso).

Essa *moda* apresentada pela autora, de colher fontes e materiais de estudo para a construção do seu romance, aproxima-se da tese da historiadora Sandra Pesavento, onde ela aponta a tênue e, por vezes, emaranhada teia entre as narrativas literárias e historiográficas. Em artigo publicado em 2010, Pesavento aponta caminhos importantes para o trabalho com as fontes literárias pelos historiadores e procura sanar algumas inquietações e até inseguranças que o profissional da História pode se deparar ao trabalhar com esse tipo de documentação:

Nossa ideia é de que o texto histórico comporta a ficção, desde que o tomemos na sua acepção de escolhas, seleção, recorte, montagem, atividades que se articulam à capacidade da imaginação criadora de construir o passado e representá-lo. Os gregos que o digam, apesar das suas propostas diferenciadas. Há e sempre houve, um processo de invenção e construção de um conteúdo, o que, contudo, não implica dizer que este processo seja de uma liberdade absoluta (PESAVENTO, 2000, p. 39).

Julgamos importante nos deter nessas duas citações supracitadas; primeiro em reconhecer o trabalho de pesquisa empreendido por Rachel de Queiroz. Ora, se tomarmos como referência a crença de que os textos literários são obras ficcionais, e aqui entendermos como ficção aquilo que está “fora do real”, ou oposto a ele, isto é, invenção, criação; perderemos de vista o quanto a narrativa literária se apoia em fontes e substratos históricos justamente para ter um “verniz” de verossimilhança com a “realidade”, e assim, aproximar-se e tornar-se mais crível ao leitor (PESAVENTO, 2000).

Por outro lado, a historiadora nos aponta também que toda narrativa histórica só é possível com um dado ficcional, ou seja, a partir da imaginação e da representação do passado que podemos acessar

e fazer uma reconstituição dele. Ela nos alerta que não é possível, a nenhum historiador e independente da fonte, reconstruir e acessar o passado tal qual ele aconteceu, e que, apenas nesse exercício controlado a partir das fontes e de todo o tratamento e questionamentos feitos a elas, que nós, historiadores, podemos construir nossas próprias narrativas sobre o que aconteceu.

Em “João Miguel” a autora não têm ou não quis a obrigação de apenas descrever as cenas que ela observava em suas idas à cadeia, ela (re)cria a partir de suas percepções e escolhas narrativas um espaço que está para além do lugar disciplinante, tão bem descrito e problematizado por Michel Foucault (2012). A cadeia, em Rachel de Queiroz, também é um espaço de sentimentos e sociabilidades, onde podemos perceber os enlaces, o que escapa às notícias dos jornais e aos inquéritos policiais.

Através da narrativa literária podemos acessar as dubiedades humanas, o contraponto e o paradoxo. João Miguel, o mesmo que alcoolizado foi capaz de matar a facadas outro homem é o mesmo que dentro da prisão é capaz de construir amizades e companheirismos com outros presos. Assim como através desse romance vemos o peso da justiça recair de forma mais dura sobre os empobrecidos.

Há uma personagem que, ao nosso ver, merece destaque nessa breve análise: Maria Elói. Essa personagem secundária desperta alguns pontos importantes de exame, assim descrita no texto:

Além da presa que fazia a comida, havia outra mulher na cadeia, a Maria Elói, pobre criatura amarela e angulosa, toda olhos, o cabelo muito preto e escorrido caindo eternamente, um rolo frouxo, que lhe pesava sobre a esguia nuca ossuda.

Colado ao peito, trazia ela sempre um filho pequenino. E o outro, mais velho, seguia-a como um cachorrinho, calado e chupando o dedo, circulando os olhinhos doentes pelas paredes, pelas criaturas, numa perpétua indiferença

que só de raro em raro o deixava chorar por sono ou por comida.

Quando alguém de fora, uma visita, passava defronte do quarto de Maria Elói, o último do corredor, onde ela levava o dia remendando os trapos, ou andando acima e abaixo com os filhos, ouvia-se a sua voz lamentosa, que gemia:

— Tenha compaixão desses dois inocentes que estão se criando na cadeia...

Depois ela explicava o “seu caso”, com fala nervosa, empolgada pela recordação da rude tragédia, para terminar chorando e enxugando os olhos no velho casaco sujo (QUEIROZ, 2004, p. 44).

Em poucas linhas, Rachel de Queiroz descreve a pobre mulher e seu sofrimento não apenas psicológico/ emocional, mas físico. A pobreza visível e palpável, a tristeza e a desolação, em especial, a solidão. Uma mulher pobre e possivelmente doente, criando duas crianças, a quem ela chama de “inocentes”. E aqui podemos inferir que eles são “inocentes” duplamente, primeiro por estarem “pagando”, juntamente com sua mãe, por um crime que não cometeram. Em segundo lugar, por serem crianças, logo, vítimas também do erro cometido por sua progenitora.

Nesse trecho observamos algumas palavras que demonstram certas emoções sentidas por essa personagem e seus filhos, notem que estes são anônimos, em nenhum momento do romance o nome das crianças é revelado, seria isso um indício da invisibilidade desses “inocentes” perante a sociedade?

Em primeiro lugar, a descrição física de Maria Elói já demonstra ser uma mulher empobrecida, abandonada e doente. Seu filho mais velho possuía “os olhinhos doentes”, chupava dedo, “numa perpétua indiferença”, também demonstra que não era saudável. Isso nos dá indícios de um ambiente insalubre tanto para adultos, quanto para crianças.

Sabemos que a situação de mulheres encarceradas é algo que provoca discussões e preocupações até os dias atuais, justamente porque muitas delas são mães, e se num primeiro momento não podem ser separadas de seus filhos, estes têm que enfrentar o sistema carcerário impróprio junto a elas.

Porém, é na sua fraqueza que Maria encontra um meio de acessar a sensibilidade do outro: pede, ou melhor, geme por compaixão aos filhos, chama a atenção para eles e pra ela própria, demonstra sua fragilidade, suas limitações materiais e emocionais. Ao *relembrar* “seu caso” fica nervosa e chora, sabendo-se sozinha e só poder contar com a solidariedade e com a compaixão de estranhos, que possam sentir-se tocados diante da sua miséria.

A prisão é a casa dessa família, o narrador, ao descrever o cenário, não fala em “cela”, mas em “quarto”, demonstrando que a prisão já foi superada em seu sentido estrito e já engloba outros signos e significados.

Dessa maneira, entendemos que a fronteira entre “ficção” versus “real” é muito mais tênue do que estamos predispostos a aceitar:

Conforme refere Leenhardt, tanto a narrativa histórica como as de ficção somente existem, enquanto fenômeno social (histórico), devido a uma demanda da sociedade por representações imaginárias. Seguindo Paul Ricoeur, este autor afirma que a literatura de ficção fornece ao leitor um reconhecimento de mundos verossímeis ao seu, que o levam a um processo de identificação, numa relação de reconhecimento, conhecimento e imaginação (SANTOS, 2005, p. 41).

Assim, o entrecruzamento de fontes mostra-se uma experiência enriquecedora para novas pesquisas e discussões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da diversidade de fontes, questões e metodologias buscamos propor nesse trabalho mais do que respostas, inquietações. Reposicionar nosso olhar de pesquisadores em História, questionar nossos documentos para além de um meio material isento, mas procurar as nuances e brechas que falam ou silenciam de maneiras desconcertantes.

Sentir-se movido a escrutinar emoções, sentimentos e sensibilidades, seja através de jornais ou de romance, procuramos observar os Discursos, procurando além do que está posto, escrito ou desenhado, mas entender que a História jamais será completa e não daremos conta de recontá-la ou recriá-la se não levarmos em conta toda a complexidade e paradoxos que nos formam enquanto seres sociais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marinez (Org.). **Catálogo da Hemeroteca do Instituto do Ceará: Histórico, Geográfico e Antropológico**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2010.

ARRIGONI, Maria de Melo. Debatendo os conceitos de Caricatura, Charge e Cartum. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DA IMAGEM*, 3., 2011, Londrina. **Anais...** Disponível em: <https://bit.ly/34lIpuH>. Acesso em: 22 out. 2020.

BARBOSA, Maria de Lourdes Dias Leite. **Protagonistas de Rachel de Queiroz: caminhos e descaminhos**. Campinas: Pontes Editores, 2011.

BEVILÁQUA, Leonardo Ibiapina. O automóvel e o ideário moderno em Fortaleza nas décadas de 1920 e 1930. **Revista de História**, Salvador, v. 4, n.1, p. 136-158, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3joCtFB>. Acesso em: 18 ago. 2020.

COSSARI, P. H. O cotidiano representado na crônica jornalística. *In: ENCONTRO CELSUL – Círculo de Estudos Linguísticos do Sul*, 6., 2004, Santa Catarina. **Anais...** Disponível em: <https://bit.ly/34nF3Yn>. Acesso em: 10 ago. 2020.

CRÔNICA da Cidade. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 12 janeiro 1928. p. 7.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 40.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 5.ed. Campinas: Pontes, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção: diálogos da história e literatura. **Revista História das Ideias**, Coimbra, v. 21, p. 33-57, 2000. Disponível em <https://bit.ly/3e2XWmJ>. Acesso em: 12 ago. 2020.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reforma e controle social 1860-1930**. 4.ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2010.

QUEIROZ, Rachel de. **João Miguel**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. **Tantos Anos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

SANTOS, Nádia Maria W. **Histórias de Sensibilidades: espaços e narrativas da loucura em três tempos – Brasil 1905, 1920, 1937**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2005.

SOMENTE por causa do jogo de “Bozó”. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 5 agosto 1931, p. 3.

O grotesco e o insólito Crimes, causos e infâmia nos periódicos fortalezenses

Nicodemus Zacarias da Silva

Os jornais, no Brasil oitocentista, estabeleceram-se como um lugar privilegiado na construção do debate político¹, meio de circulação de ideias e intermédio de trocas comerciais. No entanto, suas páginas operavam também como oficina lapidadora e balizadora de hábitos e costumes, engendrando discursos que procuravam ratificar modelos, costumes e práticas oficiais sobre o conjunto da população, sobretudo, os mais pobres.

Isso se mostra patente na elaboração febril de uma diversidade de textos ao longo da segunda metade do século XIX nos periódicos locais. Artigos, notícias, crônicas, folhetins, palestras; textos leigos e religiosos que buscavam reafirmar a ordenação social, compor uma régua costumeira ou simplesmente celebrar os *bons costumes*², epígrafe dos oitocentos.

1 Universidade Federal do Ceará (UFC) Doutorando em História Social.

Como lembra Ana Luiza Martins, *as lentes da política presidem as novas páginas periódicas* na segunda metade dos oitocentos, o que, no entanto, não exclui a presença e a crescente diversificação de outras narrativas dentro desses impressos. Cf. MARTINS e LUCA, 2018.

2 Aqui se faz alusão não apenas às boas maneiras, mas a uma conduta ou comportamento ordeiro, moralizado e civilizado segundo as normas e códigos oficiais das camadas mais altas da sociedade daquela época.

Todavia, essas tramas³, por mais regulares que fossem, não eram as únicas instituídas a partir da crítica a atos criminosos, à desordem, imoralidade ou maus costumes. Houve formas mais difusas, quicá transversas de se apropriar de práticas, atitudes ou perfis indesejados, incômodos e perigosos dentro das narrativas oitocentistas. Apesar de não serem totalmente inéditas à época, consistiram numa readequação na forma de fiar velhas tramas e tecer novas estórias.

Os textos jornalísticos, é notório, se dirigiam a um público específico, reduzido⁴, cativo e ciente de suas regras e fórmulas. Todavia, o seu alcance não se limitava aos leitores oficiais, eles podiam chegar mesmo aqueles que estavam fora dos grupos letrados. Conforme Marco Morel, a transmissão da palavra, fluía não apenas sob a letra impressa, mas também falada e manuscrita seguindo ditames típicos das tradições e antigas formas de expressão verbal oriundos de períodos anteriores (MOREL, 2018, p. 28).

FATOS SINGULARES E FEITOS ATROZES

Nas últimas décadas dos oitocentos, constituiu-se nos periódicos um espaço para uma determinada crônica “não oficial” do cotidiano local ou distante. Ao lado do noticiário comum, gradualmente foram conquistando destaque e perenidade um grupo de narrativas diversas e específicas que tinham no insólito o seu foco principal. Carregando nas formas e nas cores, elas ainda demarcavam um distanciamento dos discursos puramente noticiosos e abraçavam estrategicamente formas de narrativa literária, que embora simples, podiam ser facil-

3 Foi comum em diversos periódicos locais a publicação de textos com o fito de criticar comportamentos, perfis e práticas tidas como desviantes, inadequadas ou desordeiras nos oitocentos. Palestras, artigos, conselhos e mesmo poemas foram utilizados com esse intuito.

4 Conforme FERNANDES (2006), seguindo fontes censitárias ao fim do século XIX, pouco mais de um terço da população fortalezense sabia ler e escrever, destacando a dificuldade de acesso direto aos jornais e demais impressos pelos mais pobres.

mente memorizadas e replicadas na oralidade para instigar seu público leitor ou ouvinte.

Utilizando perfis considerados não apenas inadequados, mas também torpes, essa forma de lidar com o noticiamento do que era fato infame não invadiu nem tomou o espaço do noticiário policial que já existia, pois eles não se excluíam, mas se alimentavam mutuamente. É bem provável, que apesar da vizinhança nas colunas de notícias e a irmandade de temas, tanto o foco da análise quanto a sua forma de construção narrativa estavam gradualmente se distanciando. As notícias sobre acontecimentos grotescos ou estranhos era originária do âmbito criminal, na maioria das vezes, mas a sua composição, estilo e objetivos eram usualmente mais diversos que aquelas já veiculadas rotineiramente nos jornais.

Assim, intenta-se investigar a fabricação e circulação de narrativas sobre acontecimentos infamantes e perfis sórdidos presentes dentro de diversos periódicos locais. Nesse panorama, procura-se refletir acerca das fórmulas de construção narrativa, sobre atos de indivíduos tidos como infames. Os estudos sobre criminalidade nos jornais costumam dar ênfase aos indivíduos e atos cometidos por estes, centrando a investigação, sobretudo, na construção do perfil do criminoso ou nos discursos acerca do delito e de suas possíveis consequências. Entretanto, a própria estrutura das narrativas jornalísticas permite olhares mais amplos para compreender o fabrico, o funcionamento e as transformações deste tipo de texto.

Analicamente, levar em consideração a forma como eram elaboradas essas notícias sobre crimes e/ou atos insólitos contribui para apreender a produção dessas mesmas nos jornais não como um simples relato sobre um ato de transgressão, mas como uma construção, como um gênero discursivo marcado por traços oriundos da narrativa literária. Uma trama formada a partir de um conjunto diversos de fios com intersecções ainda a serem melhor investigadas.

É nosso intuito, nos debruçar sobre os textos jornalísticos buscando perceber a complexidade da composição narrativa presente nas notícias, anúncios, e relatos transcritos nas colunas e nos discursos cristalizados nos jornais. Através da análise de notícias de crimes, ações tidas como monstruosas (pela sua violência ou imoralidade) ou simplesmente curiosas, buscamos compreender a fabricação de um tipo específico de narrativa. Uma construção textual que buscando noticiar tais atos além de censurar, combater e condenar os perfis desviantes na sociedade, abria espaço para o extravagante, o risível, o grotesco e o bizarro a fim de prender atenção do público leitor e gradualmente definir uma outra leitura e outro uso sobre esses acontecimentos.

Essas notícias foram reproduzidas e feitas circular em alguns dos diversos jornais existentes na capital cearense entre o 1860 e fins de 1890. Dentre esses, principalmente naqueles de maior longevidade e alcance como Pedro II (1840-1889), Cearense (1846-1891), A Constituição (1863-1889) e Tribuna Católica (1866-1890). Reconhecendo sua diversidade de enfoques políticos e respeitando a peculiaridade desse último ser um periódico oficial da Igreja Católica local, apontamos que mesmo sob lentes diversas nesses jornais haveria uma crescente (re)produção de notícias sobre fatos excêntricos embora certamente, com focos nem sempre simultâneos ou homogêneos.

A escolha por investigar os jornais já mencionados se deve ao fato de os mesmos terem sido os principais responsáveis pela propagação escrita de notícias vinculadas a perfis tidos como criminosos, infames e mesmo monstruosos. Embora concentrassem seus amplos debates nos círculos político, intelectual ou econômico da cidade, prestavam-se conjuntamente a massificação de um noticiário pouco diferenciado entre si, sendo muitos desses textos até mesmo replicados entre eles ou republicados de outros periódicos nacionais e estrangeiros

Intenta-se, desse modo, contribuir para outras reflexões acerca dos oitocentos fortalezenses, no que diz respeito ao funcionamento dessas construções narrativas, seus fundamentos e métodos, analisando possíveis trocas com outras formas de escrita e arte da época. Nosso recorte temporal, assim, se concentra no momento de modificação urbana, entre 1860 e 1890, quando houve considerável crescimento populacional e diversificação da sociedade na capital⁵, aliada também às inovações estilísticas próprias de fins do século e aos novos hábitos e modos de leitura. Lançamos, todavia, um olhar particular para o papel dos jornais de maior circulação, visto sua capacidade de alcance e suas relações diretas com o poder policial local ou com autoridade religiosa.

TECENDO TRAMAS TORPES

Os periódicos gradualmente se tornaram comuns no Brasil oitocentista⁶. No entanto, foi apenas na segunda metade do século XIX que eles se consolidaram, e como destacam Martins e Luca (2006, p. 23), isso ocorreria num país ainda preso a uma “economia rural, asentada na escravidão, concentrada no campo [...] em que a incipiente rede urbana ainda não constituía cidades com dinâmica próprias”.

A capital cearense não apresentava grandes diferenças frente outros pequenos e médios centros brasileiros. Aqui os maiores jornais se estabeleceram a partir da quarta década dos oitocentos e estive-

5 Conforme SILVA FILHO, a urbanização que ocorria nos grandes centros mundiais nesse período levava a compreensão da *cidade como lugar privilegiado de aprimoramento da inteligência, refinamento das condutas, abertura de inúmeras formas de convívio social* [...] (2011, p. 12). A Fortaleza oitocentista estava longe de ser um desses grandes centros, mas o seu crescimento era notório não apenas nas mudanças físicas na cidade, como também na configuração de novas formas de sociabilidade e sob determinados aspectos, na efervescência cultural que se constituía localmente (OLIVEIRA, 2000).

6 Marco Morel chama atenção para o fato de que é ainda no período das regências (1831-1840) que ocorre “uma verdadeira explosão da palavra pública, com associações, motins rebeliões e periódicos [...] a imprensa constitui-se como formuladora de projetos de nação [...] e de uma cena pública cada vez mais complexa” (*In*: MARTINS; LUCA, 2018, p. 42).

ram diretamente atrelados às discussões políticas, às contendas locais e a construção de debates vinculados a almejada “civilização e ao progresso” da província.

Nesse ambiente de disputas e defesa de projetos e ideias, manifestou-se nos jornais locais a progressiva associação entre as letras e a noção de civilidade. Houve, igualmente, uma notória aproximação entre o fazer jornalístico e a literatura manifestando uma plena parceria, pois ambas começavam a se legitimar como lugares distintos do saber e da cultura letrada, que gradualmente avançava, mesmo num universo de maioria analfabeta, onde agora as imagens das letras e as leituras em voz alta se tornariam parte dos costumes fortalezenses (FERNANDES, 2006).

É provável que o alcance dos jornais não se limitasse apenas aos ambientes letrados, mas que reverberasse na comunidade local, mesmo dentro dos grupos não alfabetizados. É possível que a presença dos jornais tenha sido cada vez maior no cotidiano e nas relações dentro do espaço urbano da capital. As mudanças no *layout*, a diversificação de textos e o surgimento de outras formas de narrativa pareciam se tornar cada vez mais presentes nos periódicos da capital na segunda metade do oitocentos.⁷

Dentro desses, constituiu-se uma variada gama de construções com origem e destino diverso, onde, embora o destaque maior fosse dado às discussões políticas, os folhetins, o noticiário, as publicações sob encomenda e finalmente os anúncios, faziam bastante sucesso. Apesar dos jornais terem diferenças e especificidades pontuais, a maior parte deles contava, no último quartel do

⁷ Podemos destacar o jornal *Pedro II* o qual na edição de 20 de outubro de 1847 trazia um arranjo ainda bastante simples com tamanho de folha menor, formatado em duas colunas escritas, quase sobrepondo seções diferentes. Onde o texto *editorial*, *correspondências* e *notícias* formavam praticamente um bloco único. Enquanto isso, se compararmos com a edição de 11 de janeiro de 1860, já encontramos um formato mais limpo, com quatro colunas textuais ocupando o espaço das 4 folhas, sendo essas divididas em várias seções com títulos e/ou diagramação diferenciada (*parte oficial*, *correspondências*, *Ceará*, *interior*, *noticiário*, *porto*, *a pedidos*, *edital* e uma considerável quantidade de *anúncios*).

século XIX, com um editorial ou construção similar, folhetim (de publicação intermitente), noticiário, uma coluna de fatos diversos e/ou variedades, a pedido e geralmente concluindo a publicação com anúncios.

Essa diagramação era plenamente perceptível num exemplar do periódico *A Constituição*⁸ de 5 de agosto de 1871. Naquele *sábado*, o jornal trazia ocupando a maior parte da primeira página, um editorial sob epígrafe *-Constituição-*. Nele os jornalistas retomavam uma das costumeiras contendas, dessa vez com ambos os adversários políticos, os liberais do *Cearense* e os (também) conservadores do *Pedro II*.

Ao pé da página, contudo, trazia a continuação do folhetim *O senhor Lecoq* por Emílio Gaboriau. A esse seguiam, o *Noticiario* entrecortando toda sorte de notícias (*assembleia provincial, licenças, vapores esperados, factos criminosos* e lançamento de obras literárias, no caso o romance *As mulheres de Mantilha do Sr. Dr. J.M. de Macedo*), *Actos legislativos, Transcrição* e fechava sua composição com *Annuncios*.

Esse número, no entanto, trazia um texto peculiar, o qual como muitas outras colunas, aparecia de forma intermitente e embora tratasse de um crime, saía junto das outras notas, porém não sob a chancela da *parte da polícia*⁹, como seria de costume. Nesse caso, ocupando o espaço de meia coluna, logo após o texto sobre a nova obra lançada pelo autor fluminense, vinha um texto nomeado de *Infantecidios-*

8 Jornal publicado em Fortaleza entre 1863 e 1889, publicava diariamente a exceção das segundas e nos feriados. Afirmava ser o órgão dos representantes das ideias do partido conservador adiantado, em oposição ao também conservador Pedro II. Ele foi criado a partir do rompimento de Domingos Nogueira Jaguaribe e Joaquim da Cunha Freire com os Fernandes Vieira, do Pedro II (FERNANDES, 2006, p. 81).

9 Nos jornais pesquisados a coluna policial só se consolida por volta da década de 1880.

O tribunal do bairro Lambet, em Londres, tem entre mãos um processo celebre que preocupa extraordinariamente a atenção publica. Trata-se de uma rapariga de 15 annos por nome Ignez Norman, criada de servir, que é accusada de haver assassinado por estrangulação sete crianças em diferentes casas em que servira. O que è(sic) mais singular é que a rapariga apresentava conducta exemplar, excellentes costumes e um character dócil, e nada fazia suspeitar que ella fosse capaz de tão horrível crime, tendo sido despedida de varias casas não por criminosa, mas porque acreditavam que ella levava a desgraça às casas em que servia. Eis aqui de que maneira se descobrio esta horrível mania. Na ultima casa em que sérvio esse monstro esteve a ponto de ser estrangulado um menino de três annos, q' estava dormindo. A criança, porém, acordou e apezar de a(sic) querer a rapariga enganar com brinquedos e bollos o infeliz pronunciou algumas palavras que pareceram uma revelação a sua mãe, que já perdera dessa forma uma menina de dez meses de idade. Ignez Norman foi preza, o seu nome foi revelado no tribunal e então outras mães se recordaram dos symptomas extraordinarios que haviam acompanhado a morte dos seus tenros filhos. Parece demonstrado que esta fera tinha o horrivel costume de matar, afogando as crianças que lhe cahiam nas mãos e o mesmo fazia a todos os animais novos que encontrava, e tudo pelo prazer de matar, sem o mais pequeno interesse nem pretexto para tão espantosas maldades.¹⁰

Essa narrativa não parece, à primeira vista, se adequar aos modelos comuns de relato criminal, ainda mais por destacar um infanticídio. Ela apresenta a fabricação de uma forma textual muito mais prolixa, elaborada e descritiva sobre este tipo de fato. Essa por certo, não era apenas uma reportagem, a participação de um delito qualquer, que presumia a rapidez típica dessa forma de relato, primando pela objetividade. É notório, que aqui se estava utilizando outra fórmula que não a do simples e pragmático noticiamento.

Não era, ainda, o banal sendo analisado pelo olhar pretensamente analítico e neutro do jornalismo (FOUCAULT, 2015), pois esse texto não se mantinha somente no encargo de noticiar, informar ou ana-

10 Biblioteca Nacional (BN). Hemeroteca Digital. *A Constituição*, Noticiário, 5 de agosto de 1871, p. 2.

lisar. A notícia não importava apenas pelo que relatava, ela recebia relevância na sua estrutura discursiva porque reportava ao público leitor não apenas um crime qualquer, mas um acontecimento extraordinário¹¹. É a percepção da singularidade do evento narrado, do seu potencial de impacto frente ao público leitor que deveria guiar a escolha do formato textual e o destaque recebido por esse dentro do periódico.

Essas não eram construções inéditas, nem nos seus conteúdos, nem nos aspectos simbólicos que podiam ser explorados a partir de sua análise. Seus personagens pareciam muito mais próximos de estereótipos de outros tempos, adaptados em outra conjuntura histórica (DIAS, 1995) que replicados nas linhas do jornal, parecem ganhar novos ares. Elas podiam muito bem ser encaixadas numa tipologia narrativa que fora própria da oralidade, das estórias e causos populares:

Em Leakesville foi há pouco enforcado um jovem magistrado chamado Roberto (sic) William, por ter assassinado uma mulata, a quem havia seduzido. William, que era muito rico, muito galante e de extraordinário talento, era sempre arrastado pelas paixões amorosas, e muitas donzelas de Leakesville, onde exercia importantes funções judiciais, tinham sido vítimas de sua seducção.

Cegamente a morado (sic) da formosa mulata Peggy Resly, fez esforços superiores para seduzi-la, até que o conseguiu abandonando-a depois. A rapariga apaixonada por ele perseguia-o continuamente com as suas queixas e os seus muitos zelos. Um dia entrou ella em casa de William e não sahiu.

Começarão a correr tristes rumores sobre a sua desapareção, e em casa do magistrado forão encontrados entre cinzas os restos de ossos humanos e porções de cabelo, que se conheceu ser de Peggy.

Momentos antes de morrer jurou William no cadafalso que morria innocente; mas que as apparencias que o con-

11 Importa destacar que essa notícia encontrava fora do subtítulo *factos criminosos*, não apenas por se tratar de um acontecimento ocorrido em outro país, mas porque provavelmente esse tipo de narrativa podia ocasionalmente ser utilizado como um atrativo para a leitura do noticiário em geral. Embora muitas das narrativas utilizadas nessa pesquisa refram-se a delitos ou crimes, grande parte delas permaneceu fora das colunas ou tópicos policiais, mesmo quando eles já se configuravam em estruturas perenes dentro dos periódicos locais.

demnavão eram taes que se ele tivesse feito parte do jury, daria o seu voto condemnatorio¹².

Como se nota, esses textos procuravam emular, muitas vezes, uma descrição mais elaborada. Pareciam perceber que o enredo que tinham em mãos deveria ser detalhado ao público, precisava, portanto, muito mais que breves linhas no jornal. Aqui e ali surgiam nos periódicos locais, narrativas que procuravam destacar, ora um “mal minúsculo das vidas sem importância”, ora destrinchar minúcias de crimes brutais. Como pondera Michel Foucault (2015, p. 212), é a raridade e não a prolixidade que faz com que real e ficção se equiva- lham nas tramas sobre a infâmia.

O *crime horrível*,¹³ apareceria recorrentemente nos jornais oitocentistas. Era geralmente um tipo de crime que ganhava notoriedade pela violência, brutalidade, baixeza ou vilania que caracterizava seus executores. Nele eram narradas exóticas, brutais e grotescas modalidades de assassinato, tortura, ferimentos ou castigos que geralmente conduziam suas vítimas a óbito.

Temática que deveria ter certamente público específico entre leitores, pois não apenas eram comuns nos jornais, mas ocasionalmente apareciam também nos livros, como indicava um anúncio consideravelmente grande de uma livraria daquele período publicado no jornal *A Constituição* de 9 de maio de 1888¹⁴. O interesse por esses relatos mórbidos não devia ser pequeno visto a relativa perenidade e recorrência desses textos nos jornais locais, independente da sua associação ideológica e partidária:

12 (BN). Hemeroteca digital. *O Cearense*. VARIÉDADES. 21 de maio de 1861, p. 4.

13 Ela torna-se uma categoria específica dentro das notícias oitocentistas, sendo bastante recorrente nos periódicos, inclusive sob essa nomenclatura direta ou bem próxima.

14 Sob a lide: *Livros baratissimos, em brochura – a venda na Libro-Papelaria de Gualter R. Silva*, eram divulgados em 1888, dezenas de títulos diversos a disposição do público fortalezense, inclusive o singular: *Maria José ou a filha que assassinou, degolou e esquarterjou sua própria mãe Mathilde do Rosario, na cidade de Lisboa em 1848*.

Assassinio de oito frades – o jornal Podgorik, de 16 de setembro, conta o caso de um crime horrendo de que um convento da Hungria acaba de ser teatro. Esse convento, situado perto de Vrano-Selo, na orla de uma floresta, era habitado por oito frades, que passavam por ser muito piedosos, mas também muito ricos. A 8 de setembro, uns salteadores entraram no convento; segundo parece, a autoridade teve suspeita deste assalto, porque enquanto os bandidos estavam entretidos a roubar, os soldados cercaram o edifício. [...]

Quando entraram, os soldados encontraram os religiosos estendidos no chão, com a boca tapada com lenços ou toalhas; quanto aos salteadores, tinham desaparecido.

Interrogados a este respeito, os religiosos livres das mordanças, declararam que os malfeitores se tinham evadido por um subterrâneo secreto que conduz para a floresta. Os soldados deram busca no subterrâneo, e os religiosos deixaram o convento para ir, diziam eles para a igreja vizinha agradecer a sua salvação.

Os soldados depois de percorrerem durante muito tempo e inutilmente o subterrâneo, voltaram para pedir a um dos frades que os guiasse; mas não os encontraram nem no convento nem na igreja.

De repente, apareceram dous frades que vinham espavoridos e gritando que tinham encontrado oito cadáveres n'um quarto pequeno, hermeticamente fechado. [...].¹⁵

Eram, como se percebe, estórias onde o insólito muitas vezes encontrava o burlesco, quando não o tragicômico na trama cotidiana de personagens aparentemente inexpressivos e completamente desimportantes. Eles que diante de um fato obscuro, escandaloso ou grotesco, eram finalmente catapultados diante do discurso oficial. Desafortunadamente, era nesse encontro desastrado com o poder que esses perfis insignificantes deixavam testemunho de sua existência (FOUCAULT, 2015; FARGE, 2009).

15 (BN). Hemeroteca digital. *Pedro II*. Factos diversos, 30 de outubro de 1881, p. 2.

UM LUGAR PARA A INFÂMIA

Crime horroroso. – Lê-se no Brazil, jornal de Lisboa.

« Vamos dar conta do crime mais assombroso e mais horrível dos tempos modernos, crime para o qual chegamos quasi a sentir que houvesse comutação de pena, tão excecando foi. Encontramol-o nos jornaes estrangeiros:

Em Kun Madaras, logarejo da Hungria, vivia uma família que não se distinguia pela boa harmonia que reinava entre os conjuges. Um dia desapareceu do lugar o marido, chamado João Haizer, e a voz publica atribuiu logo a desaparição de João a sua mulher Sabina. Chegaram os comentários de gente do lugar aos ouvidos de uma filha de João e Sabina, que vivia com o marido n'uma aldeia proxima, e a rapariga resolveu ir a Kun Madaras, pedir estreitas contas do pae áquella que a voz geral apontava como auctora de um crime horrendo.

A scena entre a mãe e a filha foi horrível. *Que fizestes de meu pae?* (sic) gritava repetidamente a filha, ao passo que a mãe afirmava obstinadamente que não sabia de seu paradeiro, fingindo-se muito afflicta pela perda do marido. Mas por fim, ou porque os remorsos a atordoassem, ou porque a filha tinha encontrado em casa o facto com que Haizer fora visto a ultima vez que apparecera no lugar, Sabina resolveu-se á confessar tudo, exigindo antes que a filha jurasse que não revelaria a ninguem o segredo¹⁶.

Como bem destacava o jornal *Cearense* de 15 de outubro de 1874, o horror mencionado no título dessa notícia republicada a partir de um jornal português, era um elemento constitutivo da narrativa e não apenas uma figura decorativa. Retomando e aproximando essa notícia das demais aqui citadas, podemos pontuar algumas características gerais acerca das duas construções: a primeira é a proposição inicial que já evidencia a excentricidade do acontecimento narrado, a segunda é a afirmação da notoriedade a que esse fato chegara no local de origem e a terceira é a construção da trama narrativa de modo a transmutar um personagem ou grupo de personagens aparentemente prosaicos e coadjuvantes insuspeitos em protagonistas de eventos

16 (BN). Hemeroteca Digital. *Cearense*, Noticiário, 15 de outubro de 1874, p. 3.

catalisadores de ações vulgares, delituosas e mesmo daquelas mais atrozes:

« Na noite de oito de fevereiro, disse ella, teu pae veiu para casa ebrio na fórma de costume. Eu estava deitada a dormir. Começou a maltratar-me sem motivo. Levantei-me e fui a um canto buscar os sapatos e uma capa para fugir de casa se elle tornasse a maltratar-me. Depois lancei mão d'um machado de cortar lenha e coloquei-o ao pé da porta da alcova. Entretanto teu pae, que já não podia suster-se em pé, tinha-se deitado para cima da cama e adormeceu.

Eu pego no machado e começo a dar-lhe com elle na cabeça até matal-o. Esperei que o sangue acabasse de escorrer das feridas e levei o cadaver para outra casa. Ali abri-lhe o peito e o ventre, e atirei os intestinos aos cães. Depois acendi o lume, puz-lhe em cima um caldeirão, cortei o cadaver aos pedaços e cosi-os. A carne cosida d'este modo dei-a a comer aos porcos.

Escondi depois os restos do cadaver, e lavei as nodoas de sangue que tinham ficado na parede e no chão para que não fosse possível descobrir-se o crime. Depois de feito isto, guisei (sic)[sic] os restos do cadaver e dei-os igualmente a comer aos porcos. Puz os ossos a secar ao sol, á excepção dos maiores que enterrei n'uma cova que abri na rua, e depois reduzi-os a pó para o vento levar. Fiquei ainda com alguns ossos do craneo que mais escondi fora de casa. Apartei a gordura deixada pela carne cosida e fiz d'ella unguento com que curei as feridas que teu pae me tinha feito. »

D'este modo relatou Sabina o crime a sua filha, ao juiz que a interrogou quando foi presa e ao tribunal em que compareceu ultimamente. A filha não cumpriu o juramento feito a mãe. Confessou tudo ao marido e este denunciou o horrendo caso a justiça. Sabina Haizer foi condemnada a morrer na forca. O imperador porem comutou-lhe a pena na de prisão perpetua.¹⁷

Cabe lembrar que essa notícia seguia uma série de outras notas diversas: sobre uma viagem planejada pelo Imperador aos Estados Unidos, a chegada de passageiros nas últimas embarcações locais, dados referentes a alfândega, espetáculos teatrais e mesmo uma pro-

17 (BN). Hemeroteca Digital. *Idem. Ibid.*

moção de um religioso noticiada pelo bispado. E embora antes dessas tivesse destaque notas policiais, nenhuma delas tinha extensão superior àquela da *esposa assassina*.

A denúncia de crimes locais recebia destaque e análise dentro dos jornais, certamente ainda mais quando se referiam a contendas pessoais, discussões e crimes cometidos por adversários políticos. Todavia, nesse caso específico, a trama cerzida em torno desse crime e sua publicação de forma tão meticulosamente detalhada nos faz concluir que deveria ser boa a receptividade que esses textos podiam ter pelos leitores usuais desses periódicos.

A tessitura dessa trama narrativa nos permite compará-la com as antigas versões de contos populares europeus antes desses serem gradualmente atenuados na sua violência e nos seus detalhes mais burlescos para se adequarem as versões modernas dos contos infantis (DARNTON, 2018). A ênfase na ação da esposa maltratada, subitamente metamorfoseada numa versão uma das três erínias mitológicas¹⁸, lançando-se numa fúria devastadora sobre seu algoz costumeiro, nos faz acreditar que muito mais que constituir uma reprodução trivial sobre um assassinato, testemunhamos a construção de um gênero narrativo específico que ao combinar o noticiário criminal, uma crônica do cotidiano popular e traços diretos da literatura de horror, alinhavava uma criação muito mais atrativa.

É possível que na fabricação desses textos, os fios constitutivos procurassem fixar nessa estrutura o caráter singular e o potencial atrativo das estórias populares. Buscando robustecer um enredo que por si mesmo já era chamativo, a sua escrita costura o fato (embora esdrúxulo), numa narrativa fabulosa (RAMOS, 2012). O testemunho, as provas, os fatos destacados, a legitimidade da narrativa jor-

18 Tríade de deidades da mitologia grega que assistiam o deus Hades no submundo. Chamadas pelos romanos de fúrias, essas deusas personificavam a vingança, infligindo tormentos e castigando aqueles mortais que em vida haviam cometido atos terríveis. Seus nomes eram Alecto (implacável), Megeira (rancor) e Tisífone (castigo). Cf. WILKINSON, 2010 (com adaptações).

nalística, tudo era capturado numa trama que ao encapsular o que se assumia por real, dava-lhe não apenas legitimidade, mas construía-lhe uma identidade fascinante para os leitores:

A mão de Deos. – Effectuou-se ultimamente em Colmar uma prisão, cuja causa excitava grande sensação. Trata-se de um assassinato que remonta há perto de dous annos. Uma jovem mulher dos arrabaldes assassinou seu marido e depois o lançou no rio a distancia de meia legal do seu domicilio.

O cadaver só foi descoberto depois de ter estado muitas semanas n'agua, e estar por isso em tal estado de decomposição que não se conheciam as lesões que produzirão a morte. Assim, a morte foi considerada como resultado de um accidente, e fez-se o enterro, sem que nenhuma suspeita recahisse sobre a viuva.

Ultimamente a filha da viuva, menino (sic) de alguns annos, achava-se n'uma casa de campo visinha da habitação de sua mãe. Um caçador entrou e poz sobre a meza um corvo, ferido na cabeça. A cabeça ensanguentada e cahida do passaro recordou a menina uma scena de que fôra testemunha dous annos antes e disse com uma sinceridade propria de sua idade:

«A cabeça pende-lhe para o lado como a do papá, quando a mamã lhe bateo com um martello.»

A menina foi interrogada e em consequencia da revelação que fez, sua mãe fora preza e entregue à justiça.¹⁹ (grifo no original).

É notória a proximidade da trama literária nesse gênero textual que parece ser mais recorrente nos jornais oitocentistas. A narrativa prolixa, detalhista, marca não apenas uma proximidade com o sinistro, o obscuro ou o místico dos romances góticos, mas sobretudo, uma criação de atmosfera baseada na construção gradual do medo, onde ao final, a brutalidade e o grotesco parecem se corporificar bem diante dos leitores²⁰.

19 (BN). Hemeroteca digital. *O Cearense*. VARIEDADES. 21 de maio de 1861, p. 4.

20 Como destaca N. Carrol (1999) essas narrativas que beiravam o horror e o fantástico atraíam as pessoas pelo efeito que causavam, apelando às emoções que tocavam os leitores. As narrativas sobre casos reais chamavam a atenção para a violência ordinária (o autor pontua que na literatura ficcional de horror os atos infames, misérias e tragédias foram mais comuns no

Os assassinatos, compunham a maioria dessas narrativas excêntricas. Eram, sem dúvida, os mais abundantes e recorrentes. Porém, além desses, outros tipos foram comuns nos periódicos locais. Constituíam todo um pequeno conjunto de perfis infames cuidadosamente enredados numa teia elaborada a partir de um ato incomum. Além da narrativa sobre o assassino (também identificado como monstro ou fera devido sua brutalidade e perversidade), o astucioso (enganador, impostor) e a louco(a) (alienada, desordeira), havia ainda a bruxa (também apresentada como cartomante ou pitonisa).

Essa variante foi também bastante comum pelas folhas oitocentistas. Através dela se criticou a ignorância, a superstição e a credulidade de pessoas comuns que recorriam ao expediente de consultar essas mulheres ou que as julgavam realmente capazes de realizar verdadeiros prodígios. Era recorrente a narrativa fabulosa sobre suas maneiras de agir, seus encantamentos, objetos ritualísticos e palavras cabalísticas. Ocasionalmente, contudo, um crime podia transformar as pretensas bruxas em algozes ou meras vítimas como se notava no jornal *A Constituição* e que fora replicado pelo periódico religioso *Tribuna Catholica*²¹:

«Assassinato por feitiçaria. – No dia 14 a uma hora da tarde Maria Angelica matou a facadas à Maria Joanna. A muito que esta malvada criatura queixava-se da sua infeliz victima por causa de feitiçaria, e no mesmo dia e quem resolvera tão terrível atentado foi muito cedo ter-se com o delegado, pedindo-lhe providencias. Dizia esta visionaria que a outra vivia à cozer-lhe a rede com alfinetes, conseguindo espetal-a com um no lado esquerdo, que desde logo ficou dormente e quase insensível. Accrescentava ainda que Maria Joanna, desejando acabar com uma visinha enterrara tres pedras de sal no canto da

começo do século XIX), ao passo que foram cedendo gradualmente espaço posteriormente, ao medo psicológico das narrativas sobre o fantástico).

21 Esse jornal católico teve sua publicação iniciada em 08 de abril de 1866, Dito *jornal religioso, literário e noticioso*, circulava todos os domingos, sob a chancela do bispo cearense, inicialmente Dom Luiz e posteriormente, Dom Joaquim.

casa; que a pobre mulher já estava muito amarela, quase a expirar.

O delegado dissuadiu-a de taes busões, e mandou-a embora, aconselhando-a que no caso de sofrer qualquer encommo em morar perto da feiticeira, mudasse-se.

Ella sahio pesarosa, mas sem dizer nada. Chegando em casa, tem a infelicidade de encontrar-se com a sua rival, e então não duvida empregar-lhe uma porção de facadas, que a deitão por terra sem vida. Tão satisfeita ficou com a acção que praticou, que disse às pessoas, que correrão para o lugar do conflito, que não a prendessem, que ella mesmo ia-se entregar a policia.

Effectivamente tomou o caminho, que dava para lá; mas apenas julgou-se so procurou escapolir-se. Felizmente a policia poude captura-la hontem à noute.»²²

Seria importante poder destacar cada um desses perfis, mas é notório que apesar de contar com atores diferenciados, a forma principal constituída era muito próxima. Essas notícias destacavam pessoas que através dos seus atos representavam o infame e o abjeto. Elas abraçavam o traço folhetinesco e as cores fabulosas no intuito de construir uma variante atrativa para o noticiário. Tornava-se, portanto, a crônica onde o excêntrico e a violência construíam uma intrigante fórmula de capturar a atenção de possíveis leitores mais desejosos desse tipo narrativa.

Elas sem dúvida, foram uma construção específica da escrita jornalística sobre o crime nos oitocentos. Formavam uma zona de convergência entre a trama literária e os periódicos, os quais podiam constituir pontes e ligações mais diretas. É bastante significativo que ao curso dos últimos vinte anos do século XIX, com os jornais já devidamente estabelecidos, elas ainda fossem perceptíveis, prova que a profusão de novos gêneros e suportes narrativos não tinham deslocado ainda o prazer do grotesco para outros nichos.

REFERÊNCIAS

CARROL, Noël. **A filosofia do horror** ou paradoxos do coração. Campinas: Papyrus, 1999.

22 (BN). Hemeroteca Digital. *Tribuna Catholica*. Noticiário, lê-se na Constituição, 24 de maio de 1868, p. 3.

DARNTON, Robert. **O grande Massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa**. 4ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. Prefácio de Ecléa Bosi. 2. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. Tradução Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A imprensa em pauta: jornais Pedro II, Cearense e Constituição**. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. *In: Ditos e Escritos*, volume IV: Estratégia, Poder-Saber. Organização, seleção de textos e revisão técnica de Manoel Barros da Motta. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. *In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). História da Imprensa no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

OLIVEIRA, Caterina Maria de Saboya. **Fortaleza: seis romances, seis visões**. Fortaleza: EUFC, 2000.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. **O Fato e a fábula: o Ceará na escrita da história**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. Prefácio *In: VIANA JÚNIOR, Mário Martins; BARBOSA, Carlos Henrique Moura; ALVES, Raquel da Silva (Org.). Fortaleza sob outros olhares: Gênero*. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2010.

WILKINSON, Philip. **Guia ilustrado Zahar: mitologia**. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2010.

Os fantasmas do arquivo e a fluidez da organização

Reflexões sobre o descontínuo do documento

Jailson Pereira da Silva¹*

*Não amadureci ainda bastante/Para aceitar a morte das coisas, afirmava Carlos Drummond de Andrade (2006, 247), pretensamente, lamentando o fechamento do cinema Odeon, no distante ano de 1928. Ele escrevera tais versos referindo-se a coisas que, segundo dizia, *minhas são, sendo de outrem, [...]*. O poeta deixava ali registrado o modo como somos atravessados, as sensações que podemos experimentar, quando os afetos estabelecidos com as coisas do mundo são evocados. As coisas do mundo se tornam parte de nós, como nos tornamos parte delas. Drummond pôs no poema um título com uma ilusória transparência interpretativa - *O fim das coisas* - e com isso se opunha, de modo consciente ou não, ao ensinamento do livro de Eclesiastes, que proclamava que *melhor é o fim das coisas do que o princípio delas* (cap. 7, vers. 8).*

Como sabemos, no entanto, em português, o termo *fim* oscila entre duas significações apontando ora para o encerramento, ora para o sentido, a finalidade. Desse modo, o *fim* drummondiano já não seria tão clarividente, podendo esconder uma indagação acerca das razões pelas quais as coisas existem. Talvez possamos imaginar que as coisas duram

1 Professor Associado da Universidade Federal do Ceará. Líder do Grupo de Pesquisa História e Documentos: Reflexões sobre fontes históricas, do DGP do CNPq; <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4763771Z2>, e-mail: jailsonsilva@ufc.br.

em sua relação com os arquivos; quer dizer, com seu encaixe numa série imprevisível, indecifrável na primeira olhadela. As coisas existem para que sejam arquivadas. Queremos crer que o Drummond, e, quem sabe, também as lições do Eclesiastes, intentam nos mostrar que as coisas alcançam um modo outro de existir, quando arquivadas.

Mas, como o arquivo não traz garantias de eternidade, isso não significa superar o dilema drummondiano. Mesmo quando arquivadas, as coisas continuam a morrer. As pertinências entre vida e morte são inerentes à lógica dos arquivos. Aliás, uma das maneiras de tratar a vida é convertê-la em arquivo. Ou ainda perceber que há aspectos arquivados de nossa experiência. Há, em nós, uma dimensão ordenada sem a qual nossa figura de sujeito se tornaria incompreensível. Somos apenas caos, se nada de nós estiver arquivado; ou seja, se nada de nós estiver articulado a circuitos de organicidade e classificação, sistemática e sequencialidade, nossa existência estaria constantemente ameaçada. Ou pelo menos estaria em ameaça as formas de significação dessa existência. Mais do que o lugar depositário de memórias, afetos, testemunhos materiais ou sentimentais, portanto, o arquivo é modo como as estratégias de ordenamento do mundo são dadas a existir. Mas o arquivo, como sugere Maria Filomena Molder (2016, p. 61) deseja a morte e, por isso, ele está cheio de fantasmas; ou nas suas próprias palavras, *quando se trata do arquivo muitos fantasmas se engendram, pois a morte alimenta qualquer arquivo*. Como, em seu fazer, a História é inseparável da linguagem, este se torna, por excelência, o lugar fantasmagórico do arquivo. Como sabemos que não há história sem arquivo, por meio da linguagem, os fantasmas assombram os historiadores com duas imagens: o excesso e a falta do arquivo.

O modo como a falta do arquivo assombra aos historiadores nos leva uma passagem do famoso romance *O Antiquário* - escrito por Walter Scott, em 1816 - quando o protagonista, Senhor Lovel, ouve da irmã de Oldbuck (o antiquário do título do livro) a história de uma aparição fantasmagórica, que tempos antes visitara o aposento aonde o visitante iria

pernoitar. A narrativa trata de como o senhor Oldbuck enfrentou um perigoso dilema, diante do passado: Ameaçaram tomar-lhe a casa, caso não apresentasse um certo documento, confirmando ser ele, por herança, dono das terras e do imóvel, a antiga abadia, onde morava. Oldbuck revira a casa, aceita e segue cada pista que sua imaginação instiga. Não age sozinho. Convida seu amigo do cartório, trabalham até tarde nos diferentes cômodos da casa. Vasculham escritório, biblioteca, quartos, móveis e gavetas. Mas não encontram o tal documento, a prova que Oldbuck precisava para confirmar sua condição de proprietário daquelas terras. O antiquário, o mesmo que se enraivecia quando lhe tiravam a poeira dos objetos e livros do seu gabinete, perdera de vista justo aquele importante documento garantidor de suas posses. Mais do que isso, perder o documento, intimamente poderia significar que o antiquário Oldbuck havia sido descuidado com os registros do tempo. um pecado imperdoável, que intimamente, atormentava o antiquário.

Cansados da procura, Oldbuck oferece repouso ao seu amigo. Pede para que ele repouse ali mesmo, em sua casa, no quarto de hóspede. Durante a madrugada, um fantasma (possivelmente ancestral de Sr. Oldbuck) aparece para o hóspede, que chama pelo anfitrião. Balbucia palavras e guia-o até um cômodo, mostra-lhe um móvel, por fim, uma gaveta. Lá está o documento pelo qual procuraram.

A narrativa termina. O mais impressionante nela é que o moribundo fantasma não assusta. Nem ao Sr. Oldbuck nem ao seu velho amigo. Ambos, um homem do cartório e um antiquário, estavam assustados mesmo com o fato de terem perdido o documento. Eis, via literatura, ilustrada a imagem de um dos fantasmas que assombra e perturba o historiador: a ausência do arquivo. Não é, portanto, um fantasma perceptível em sua forma, seja ela humana ou monstruosa. É um fantasma sem forma, porque feito de ausência.

O excesso do arquivo, por sua vez, pode ser imaginado, de imediato, nas situações em que os historiadores se deparam com uma

incontrolável profusão dos documentos (ou mesmo narrativas que orbitam seus temas ou objetos de estudo). Essa vertigem do arquivo provoca, quase sempre, um estranhamento, uma sensação de impossibilidade, e uma sentença ocupa a centralidade do pensamento historiográfico: há pouco ou nada a fazer, se tudo parece arquivado.

Embora possamos imaginar que o excesso do arquivo ocorra diante da profusão de documentos, não é apenas assim que ele se manifesta. O excesso do arquivo, associa-se menos ao acúmulo ou abundância de documentos e mais ao papel de destaque que ele desempenha no trabalho do historiador. Quer dizer, o excesso do arquivo torna-se evidente na medida em que os documentos ocupam uma centralidade entronizada, em torno da qual se estrutura a narrativa histórica. Tratado como o resultado de forças que se destinam à organização da memória, o arquivo ascende a uma posição incontestante dentro do trabalho do historiador; e este, seduzido pela imagem de que através dos documentos reencontra os passados (ainda que fragmentado, ainda que desorganizado), atraídos pela ideia de que são os historiadores sujeitos capazes de reconhecer a voz quase inaudível dos documentos (FOUCAULT, 1987a, p. 7) cede, por vezes, ao encantador efeito do arquivo.

Mas é, paradoxalmente, exatamente graças a esses fantasmas, a falta e o excesso, que a história pode acontecer. São, em extremo, os dois impossíveis do arquivo, como disse Elisabeth Roudinesco (2006), que impulsionam, ao mesmo tempo em que assustam, a imaginação histórica. Não é possível a história sem arquivo. Esses fantasmas são quiméricos. No limite, não pode haver nem ausência, nem excesso de arquivo. O que, há, é um encantamento com a condição de existência dos arquivos. Ou nas palavras da própria Roudinesco:

Existe em todo historiador, em toda pessoa apaixonada pelo arquivo uma espécie de culto narcísico do arquivo, uma captação especular da narração histórica pelo arquivo, e é preciso se violentar para não ceder a ele. Se tudo

está arquivado, se tudo é vigiado, anotado, julgado, a história como criação não é mais possível: é então substituída pelo arquivo transformado em saber absoluto, espelho de si. Mas se nada está arquivado, se tudo está apagado ou destruído, a história tende para a fantasia ou o delírio, para a soberania delirante do eu, ou seja, para um arquivo reinventado que funciona como dogma (ROUDINESCO, 2006, p. 9).

O desafio do historiador diante dos arquivos é, atento aos fantasmas, de imediato, tensionar, problematizar os objetos com os quais lida, cavoucar espaços inesperados na suposta platitude da palavra e da imagem. Saber percorrer o arquivo com um olhar desconfiado, observando-o, ao modo sugere Lucien Febvre, como algo além do *celeiro de fatos*², romper a obsessão da continuidade, do encaixe, do ordenamento.

O arquivo é uma condição de existir da história. Mas como não há arquivo que seja simétrico à história que ele mobiliza, resulta que a História lida com o lapso. Não se trata aqui de indagar acerca daquela dimensão *opaca* do documento, da qual nos fala Robert Darnton (1986). Esses lapsos não se referem àquilo que o documento diz e não é compreendido pelo historiador, como uma piada ou um ditado popular que já não faz sentido. Referem-se, antes, a um momento de explosão, instante no qual o documento nos diz diretamente, sem

2 A relação entre o arquivo e o fato foi tratada por Lucien Febvre num pequeno texto de 1947. Nele, no intuito de refletir sobre a objetividade nas elaborações da História, Febvre ora problematiza a fabricação dos objetos, ora discute o papel dos arquivos nessa fabricação. Incomodado com um modo de percepção da História que associa o arquivo a um espaço passivo na construção das narrativas históricas, ele escreve:

[...] tomam vocês à sua própria conta a palavra de Berthelot, exaltando a química [...] a única ciência entre todas as outras, dizia ele orgulhosamente, aquela que **fabrica seu objeto**. E nisso ele se enganava porque todas as ciências fabricam seu objeto. [e continua, mas agora tratando dos fatos históricos]

[...]

Você recolhe fatos. Para isso você vai aos arquivos, esse celeiro de fatos. Lá basta você se abaixar para recolhê-los. Encha com eles os seus cestos. Limpe-os bem da poeira. Coloque-os sobre a mesa. Faça como as crianças, quando se divertem com os cubos e trabalham para reconstituir a bela imagem que lhes foi mostrada e depois destruída [...]

Febvre (1978, p. 105-107).

escapatórias ou subterfúgios, quando uma fonte levanta uma cor dissonante num corpo harmônico de enunciados.

Pode ser que, ali, nesse instante, se localize um desliz, uma fissura, nas intenções da narrativa. Isso porque o arquivo - e por extensão o documento - não é feito apenas para dizer, mas também para esconder. Mas como podemos, historiadores, lidar com os atos da linguagem, se fomos ensinados a olhar o documento em sua relação hierárquica, ordenada, sistêmica, classificatória? Como nos indica Didi-Huberman, em *Imagens apesar de tudo* (2012), ao tratar da atenção que os alemães tiveram em depurar suas comunicações para que não vazassem palavras ou expressões que denunciasses o que de fato ocorria nos campos de concentração, a ausência dos dizeres pode ser tão esclarecedora quanto a sua presença.

Quando no meio de toda esta linguagem codificada [escreve Didi-Huberman], um SS designa uma coisa pelo que ela é verdadeiramente - por exemplo, quando a administração de Auschwitz, numa nota de 2 de março de 1943, deixa passar a expressão *Gaskemmer*, “câmara de gás” - é necessário considerar tal circunstância um verdadeiro lapso (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 35).

Basta, como demonstrado no exemplo acima, que uma palavra apareça uma única vez numa série documental, para que chame mais a atenção do que se estivéssemos diante de sua recorrência ordinária. Dito de outro modo, a censura, a interdição, a raridade são, em alguma medida, substâncias da comunicação porque indicam a presença dos silenciamentos. Mesmo que a palavra procurada, esperada, previsível, mas nunca encontrada nos documentos históricos, possa estar silenciada ou ausente, sua relevância grita e vaza pelas bordas dos formulários. Colocar-se reflexivamente diante do desafio de lidar com os lapsos, com os inesperados, do documento, da narrativa, é o que interessa no trabalho do historiador.

Entre o silenciamento e a algaravia das palavras, voltamos, a algo do debate sobre excesso e falta de arquivo. De um lado, um excesso de dizeres que não dizem: os alemães e sua linguagem controlada, usada de maneira cifrada; enigmática, encoberta numa pretensa neutralidade³; de outro, um deslize, uma única palavra, uma nomeação que encurta a distância entre a palavra e a coisa. No fim, a percepção atilada que não será a falta ou o excesso de arquivo que impulsionará a imaginação histórica.

O inicial gesto de libertação dos limites do arquivo (os seus impossíveis, como nos trouxe Elisabeth Roudinesco, os fantasmas dos quais nos fala Maria Molder) associa-se, a nosso ver a um movimento de usurpação do documento; ou seja, o documento precisa ser questionado em sua autoridade, retirado do pedestal incontestado no qual se situa, como uma divindade reverenciada pela tribo dos historiadores. Esse questionamento, que não é recente, ultrapassa as críticas acerca da verdade do documento. Alcança o documento numa outra face, aquela mesma que permite enfrentar o problema de seu ordenamento, de sua organização interna. Como disse Michel Foucault, no já distante ano de 1969, quando fez vir à luz *A Arqueologia do Saber*,

[...] por uma mutação que não data de hoje, mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu, a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui,

3 Há, por fim, a mentira, a perpétua mentira das palavras pronunciadas pelos nazis: pense-se na inocência da expressão Schutzstaffel, que se abrevia SS, e que denota “proteção”, o ato de abrigar, acto de abrigar, a “salvaguarda” (Schutz). Pense-se na neutralidade do adjetivo Sonder - que quer dizer “separado”, “singular”, “especial”, ou mesmo “estranho” ou “bizarro” - em expressões como Sonderbehandlung, “tratamento especial” (que na realidade, que na realidade significava a morte por gaseamento), Sonderbau, “edifício especial” (que era, na realidade, o bordel do campo reservado aos “privilegiados”) e, obviamente Sonderkommando (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 35).

Em tempo, Sonderkommando, o “comando especial”, como esclarece o próprio Didi- Huberman, eram grupos de detidos nos campos de concentração que geriam com as próprias mãos o extermínio em massa (DIDI-HUBERMAN, 2012, 15).

ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais para a história essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações (FOUCAULT, 1987b, p. 7).

Foucault apresentava um percurso longo a ser desenvolvido no movimento de deslocamento do papel do documento e do arquivo no fazer do historiador. O movimento se desdobra em muitas direções, e, obviamente, atravessa em variados pontos o sentido do próprio arquivo, estabelecendo cortes de ordem variadas.

O primeiro desses cortes pode ser encontrado no próprio Foucault, que um pouco antes da publicação de *A Arqueologia*, já anunciava como o arquivo era compreendido em seu esforço de diálogo com a história. Em *As palavras e as coisas*, 1966, ele já tratara o arquivo como um campo de registro dos objetos; ou seja, um espaço de localização dos enunciados onde os objetos se tornam dizíveis e visíveis. O arquivo não seria, portanto, o conjunto de registros de um tempo ou uma civilização, mas o modo como o jogo das regras impulsiona o aparecimento e desaparecimento dos enunciados, a emergência de acontecimentos e coisas.

O segundo corte, talvez, esteja na aceitação de que, como historiadores, fomos educados na lógica do encadeamento. Como nos aponta Eelco Runia (2014, XII) *os departamentos de história põem para fora especialistas em **organizar coisas** que, de certo modo, perdem a capacidade de tolerar a bagunça*⁴. É preciso recuperar, como historiadores, nossa capacidade de conviver com o desorganizado, com o desencaixe, com surpreendente, com a suspensão do pensamento. Há um desafio a ser enfrentado. Ele diz

4 No original: “the history departments spit out specialists in organizing things who have somehow lost the capacity to tolerate messiness”.

respeito à provocação epistêmica de compreendermos que nem tudo está relacionado; quer dizer, é possível aceitarmos sem culpa ou frustração que podemos estar diante de um passado que só a custo pode ser domesticado. Podemos encontrar um passado que dialoga com o arquivo, mas que não pode ser articulado, encaixotado, explicado, classificado, seguindo a impositiva lógica que busca, na história, o contínuo. Antes de significar é o fracasso do trabalho do historiador, essa impossibilidade de enquadramento do passado é denúncia da pujança da história. Como espaço de imaginação, a história não se deixa aprisionar por teorias, conceitos ou interpretações. Os historiadores devem ficar tranquilos, o que não quer dizer apaziguados com isso.

O terceiro corte nos leva ao aprofundamento das descontinuidades, à percepção da dispersão como um elemento constitutivo do arquivo e, por extensão da História. A lógica do arquivo não deve ser reduzida a das coleções. Em sendo assim, o descontínuo não é o estranho, a unidade fora da série; é, antes, o elemento que, desencaixado, denuncia a arbitrariedade dos encaixes. O arquivo é distinto do gabinete no antiquário não apenas porque sua existência deve-se a uma lógica de arrumação do passado, mas, sobretudo, porque essa lógica é ponto central para onde converge a reflexão sobre o arquivo. Como disse Maria Molder (2016, p. 73), *o arquivo não está em condições de alcançar a sua própria razão, se bem que só a existência do arquivo permita reconhecê-la*. Dito de outro modo, o arquivo não existe para si, mas a sua existência justifica o seu existir; o que, por sua vez, impõe a contínua necessidade de reflexão sobre o *modus operandi* da maquinaria do arquivo em sua relação com a história.

Os jogos entre o historiador e o arquivo, seja como for, exigem lances ousados. Como sugere o próprio Michel Foucault (1987b, p. 21), em diálogo interpretativo do pensamento de Nietzsche, - para quem *a interpretação permanece sem acabar* - é, por vezes, necessário

cometer um ato de violência contra o pensamento, para conseguir dele libertar-se.

Talvez um pouco dessas jogadas inesperadas sejam encontradas em pensamentos como os de Elisabeth Roudinesco que, ao refletir sobre a relação entre *o arquivo e análise*, traz para o debate sobre saber, história e arquivo elementos da psicanálise e pensa, em contraponto, os pensamentos do terapeuta e do paciente. Nas suas palavras:

Do ponto de vista da clínica contemporânea, se existe de fato uma clivagem entre o saber do terapeuta e a verdade vivida do sofrimento do paciente, isso não quer dizer que o paciente seja o principal detentor da verdade de sua história. Os testemunhos vividos não são, com efeito, mais verdadeiros que os grandes casos clínicos publicados pelos mestres do saber psiquiátrico e psicanalítico, e, sob esse aspecto, o testemunho pode ser apenas uma forma pervertida de relato, portador de um arquivo de si enganador pelo qual o sujeito se compraz em ser valorizado em seu amor e em seu ódio de si (ROUDINESCO, 2006, p. 61-62).

Quem sabe, se imaginarmos nosso lugar diante do arquivo, do mesmo modo como o terapeuta se coloca diante do paciente, poderemos pensar formas outras de colocação e enfrentamento das incontáveis (e incontornáveis) passagens onde se encontram o historiador e seus documentos. Saibamos, portanto, que os documentos podem assumir um lugar de auto encantamento, não sejamos, também nós, narcísicos nessa relação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond. **Esquecer para lembrar**. Rio de Janeiro, Record-Boitempo, 2006.

DARNTON, Robert. **O Grande Massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. Tradução de Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imagens apesar de tudo**. Lisboa, KKYM, 2012.

FEBVRE, Lucien. Contra a história historizante. *In*: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Lucien Febvre**. São Paulo: Ática, 1978 (Coleção grandes cientistas sociais; 2).

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987a.

FOUCAULT, Michel. **Nietzsche, Freud e Marx: Theatrum Philosophicum**. São Paulo: Editora Princípio, 1987b.

MOLDER, Maria Filomena. Imagens para o arquivo. *In*: GANDUM, Ana; GUEDES, André; GUERREIRO, António; SARDO, Delfim *et al.* **O que é o arquivo?** Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa, 2016.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A análise e o arquivo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2006

RUNIA, Eelco. **Moved by the past**. New York: Columbia university Press, 2014.

Livros de crianças para crianças

Descobertas, experiências e vivências no Núcleo de Educação Infantil da UFRN¹

Thábata Araújo de Alvarenga²

INTRODUÇÃO

Pois não é que é fácil pular corda! Eu ficava olhando as outras crianças e pensava que tinham nascido sabendo tudo: nadar, pular corda, escrever, ler, dançar... Descobri que a gente aprende as coisas depois que nasce. Aprendo estudando e brincando (LACÔRTE, 1992, p. 8).

Gabriela (6 anos e 6 meses), aluna da turma 5/1992 do NEI.

Foi entre o brincar e o estudar que crianças na faixa etária entre os 6 e 7 anos de idade, que se encontravam no último ano da educação infantil, no Núcleo de Educação Infantil (NEI-CAP-UFRN), escola de aplicação vinculada ao Centro de Educação da Universidade Fe-

1 Este trabalho está sendo realizado sob o financiamento da Capes e é parte de nossa tese de doutoramento, orientada pelo Professor Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha, no PPGH/CCHLA/UFRN.

2 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGH/UFRN.

deral do Rio Grande do Norte³, legaram-nos uma fonte preciosa para a compreensão do seu universo social e das práticas e representações que envolvem a educação da infância na época contemporânea. Trata-se, pois, de uma série de livros que foram publicados pelo NEI para coroar o encerramento de um ciclo e o aprendizado da leitura e da escrita, que longe de ter sido um processo mecânico e doloroso, foi construído cotidianamente, a partir de um trabalho criterioso desenvolvido pela equipe do NEI, que privilegiava a vivência, a experiência e a ludicidade na prática pedagógica, sem perder a dimensão da infância. Segundo Santos e Vasconcelos (1994, p. 3), nesse trabalho de produção de registros escritos o que movia as crianças, inicialmente, era sobretudo a curiosidade, que a cada traço, a cada palavra escrita, a cada texto concluído, transmutou-se em saberes produzidos pelas crianças. E eis que nos é dado o livro, como expressão de sentimentos e ideias que foram construídas no dia-a-dia, transportados para o papel, para que outras crianças e adultos pudessem sentir o desejo e o prazer que crianças e professoras sentiram ao produzi-lo.

Compreendemos tais livros como fontes preciosíssimas para os estudos no âmbito da nova história cultural, pois constituem matéria-prima passível de ser trabalhada numa abordagem que privilegie a cultura escolar, desvelando “um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”, bem como “as culturas infantis (no sentido antropológico do termo), que se desenvolvem nos pátios dos recreios e o afastamento que apresentam em relação às culturas familiares” (JULIA, 2001, p. 10-11) Além de tal abordagem adotada por nós nesse trabalho, tais fontes podem também ser utilizadas nas pesquisas no âmbito da história da alfabetização, na história da leitura e da escrita como práticas culturais e sociais,

3 A partir deste momento, faremos referência ao Núcleo de Educação Infantil – NEI-CAP-UFRN apenas como NEI.

na história do livro, e na história social da criança e da infância. Nesse capítulo, iremos, pois, focar as práticas pedagógicas e as representações da infância produzidas no NEI a partir da análise do primeiro livro publicado pela instituição, *Coração da Palavras, o livro da natureza da gente* (1988), organizado pelas professoras Denise Carvalho e Cynthia Medeiros, fruto do trabalho coletivo realizado entre elas e as crianças que frequentavam o último ano da educação infantil naquela instituição (Turma 5). Esse livro dá origem a uma coleção que se inicia no ano de 1988 e se estende até os dias de hoje, disponível para consulta pública na Biblioteca Setorial do NEI-UFRN⁴. Os textos produzidos marcam o processo de letramento e alfabetização de crianças entre 6 e 7 anos e guardam a memória dos principais temas de pesquisa estudados ao longo do ano, as experiências e vivências de sala-de-aula que marcaram sua infância, bem como histórias de faz de conta, fruto da criação e imaginação das crianças.

Os primeiros livros, de fins da década de 1980, apresentam um projeto gráfico e editorial mais simples que, com o passar dos anos, vai se sofisticando. A obra é uma brochura impressa em preto e branco com capa ilustrada em cores pelas crianças. No primeiro livro, *Coração das Palavras* (1988), todos os registros escritos são feitos pela professora, em letra manuscrita, embora cada página tenha uma ilustração produzida por uma criança da turma e uma página inicial dedicada às assinaturas dos pequenos autores. Mas já que os livros coroam o processo do “aprender a ler e escrever” das crianças, tal qual sentenciam as professoras na apresentação das obras, o segundo livro, *O livro mágico* (1989), também todo manuscrito, apresenta-nos as letrinhas das crianças em processo de alfabetização em textos curtos ao longo da obra. Assim, vão surgindo os registros dos principais temas de pesqui-

4 Considerando o recorte temporal de nossa pesquisa de doutorado, o escopo documental que consultamos possui 45 livros produzidos entre os anos de 1988 e 2006.

sa realizados pela turma, das experiências vivenciadas por ela ao longo do ano e das histórias de faz de conta, fruto da imaginação, da criação, da fantasia, enfim, do universo mágico da infância. Todos esses registros surgem-nos como representações das ideias, pensamentos e sentimentos das crianças, do ser criança e viver a infância no NEI.

De maneira geral, os livros da Turma 5 apresentam duas partes essenciais: na primeira delas encontramos textos coletivos que dizem respeito às descobertas em função das pesquisas encaminhadas, a outra é resultado do trabalho individual de cada criança, fruto da fantasia, da imaginação, do faz de conta, da criação de cada uma delas. Mas nem sempre foi assim: o primeiro livro, por exemplo, traz apenas textos síntese do pensamento do grupo a partir da vivência e das descobertas, o livro seguinte já traz tanto escritas espontâneas das crianças a partir das pesquisas encaminhadas, como textos que são resultado da fantasia e da criação de cada uma. O livro que aqui analisamos, *O Coração das Palavras* (1988), também inaugura uma tendência que será retomada em muitas obras, que é a descrição e caracterização das crianças da turma bem como das suas professoras. Tal sessão nos permite, pois, traçar um perfil de tais crianças, tanto no que diz respeito às suas características físicas, quanto no que diz respeito às suas características psicológicas e sociais. Também nessa sessão, com o passar do tempo as informações vão se sofisticando e temos informes acerca das profissões que as crianças sonham ter no futuro, de seus brinquedos e brincadeiras prediletas, do que gostam de fazer na escola, seus programas de televisão favoritos, suas preferências alimentares, sua idade, onde moram etc. Já *O livro das histórias geniais* (1991) introduz também uma nova sessão que será recorrente no decorrer do tempo: as tradições populares (parlendas, ditados, adivinhações, simpatias, quadrinhas, brincadeiras, fábulas, contos e cantigas), com vistas a proporcionar o reencontro do velho com o novo (TEODÓSIO, 1991, s./p.) Essa obra também

inaugura uma nova tendência, que é inserção de uma fotografia da Turma 5, uniformizada, no ambiente escolar, juntamente com a(s) professora(s).

Se até o ano de 1992 os registros das crianças não são apresentados em um ordenação coerente, misturando aqui e ali temas de pesquisa, vivências, experiências, faz de conta e tradições populares, quase sempre ao final do livro, a partir do ano de 1994 inicia-se um processo de estruturação da obra em capítulos, geralmente com um capítulo dedicado à produção textual referente aos temas de pesquisa, outro capítulo dedicado à produção individual, histórias de faz de conta, podendo haver um terceiro e até mesmo um quarto, dedicados às tradições populares e a outros temas, não necessariamente nessa ordem. Outra inovação surgida nesse período diz respeito ao fato de que a partir do ano de 1995 os textos de pesquisa passam a ser produzidos coletivamente e são apresentados no corpo do texto em letras impressas. Em 1996, o livro *O futebol maluquinho* (1996) traz também imagens das crianças no espaço escolar: na hora da roda, nas atividades pedagógicas, nos jogos, na hora da história. A inserção de imagens das crianças no corpo do texto será também uma prática adotada com certa frequência a partir de então. Inicia-se também em 1996, com o livro *Reinações da turma 5*, a prática de colocar imagens ilustrativas no corpo do texto (fotografias diversas, reprodução de obras de artes, entre outros) que não foram produzidas pelas crianças.

Os textos escritos pelas crianças são apresentados ora em letra cursiva, ora em letra bastão e script, coroados, pois, a conquista da aprendizagem da leitura e da escrita. Crianças do último ano da educação infantil ainda estão em processo de alfabetização, assim sendo, não atingiram a escrita ortográfica e não dominam os rigores da língua escrita, o que ocorrerá só mais tarde, já por volta do 3º ano de ensino fundamental. Mas como o livro produzido no NEI é compreendido por seus idealizadores como um “referencial de leitura e

escrita”, bem como um ”livro de crianças para as crianças”, o rigor ortográfico torna-se preponderante, uma vez que a equipe pedagógica do NEI considera fundamental que o contato da criança com a leitura e a escrita ocorra obedecendo as regras da língua formal. Dessa forma, os textos, que foram produzidos pelas próprias crianças em diferentes momentos do ano, foram retomados do ponto de vista ortográfico junto às crianças e as professoras corrigiram, juntamente com elas, os textos que elas produziram, embora certos livros guardem peculiaridades da escrita infantil⁵. Algumas histórias também foram enriquecidas a partir da revisão do texto junto às organizadoras (professoras e coordenadoras), visando uma melhor elaboração no que diz respeito à coerência e coesão textuais. Objetivava-se, com isso, “ajudar a criança a expressar melhor suas ideias, retomando a construção de frases, evitando repetições e, na medida do possível, embelezando o texto. Foi um trabalho individual, lento, porém muito produtivo” (DINIZ, 1995, s./p.) Embora o resultado final apresentado no livro não represente o que as crianças da Turma 5 conseguem fazer sozinhas em matéria de escrita, nos dá a dimensão do que elas conseguem realizar com a mediação das professoras, pois embora naquele momento ainda não tenham atingido a escrita ortográfica, já são capazes de escrever alfabeticamente.⁶ Vale lembrar também que o ato da escrita se configura como um processo contínuo de aprendizagem adquirido ao longo de toda vida, enfatizam Vânia Lacôrte (1992) e Maria Emília Freire (1992) Assim, a escrita do livro é atravessada por “momentos de prazer quando juntos brincamos e nos

5 *O livro da magia* (1990), por exemplo, traz registrado *brucha* ao invés de bruxa; *vasora*, por vassoura; *cadera* por cadeira; *tanbor*, ao invés de tambor; entre outras palavras.

6 Tal ideia é uma clara referência ao conceito vigotskiano de “zona de desenvolvimento proximal”. Podemos atribuir uma maior influência das ideias de Vigotsky na educação contemporânea à importância por ele atribuída à intervenção do educador no espaço escolar. O autor acredita que cabe ao professor considerar a existência de uma zona proximal do desenvolvimento infantil, capaz de converter o nível potencial de desenvolvimento (aquilo que a criança é capaz de realizar com a mediação de outra pessoa) em nível de desenvolvimento real (aquilo que já está concretizado). Para um melhor entendimento acerca do assunto, ver: OLIVEIRA, Marta Kohl. A escola como mediadora da aprendizagem. NUCLEO EDUCACIONAL INFANTIL. **Caderno Faça e Conte**. NEI/UFRN, Ano 1, n.1, Natal, nov./dez. 1998. p. 07-23.

divertimos”, mas também por momentos mais exaustivos e desafiantes, como este último, quando “tivemos que retomar cada texto, sua grafia e escritura” (CARTAXO, 1996, p. 3).

Se como bem sentenciou Gabriela na abertura desse capítulo, as crianças aprendem estudando e brincando, como uma brincadeira de criança, a escrita do livro era encarada como uma busca incessante ao tesouro, muito embora professoras e crianças tenham descoberto que o maior tesouro era a própria viagem do pensamento (DINIZ, 1995, s./p.).

SABERES E EXPERIÊNCIA EM O CORAÇÃO DAS PALAVRAS: O LIVRO DA NATUREZA DA GENTE (1988)

Sabemos que a pesquisa é um componente fundamental no processo de aprendizagem. Assim, dentre os saberes construídos no NEI, destacamos o trabalho realizado pela instituição com os temas de pesquisa. A partir da Reestruturação Curricular processada na década de 1980, tal opção metodológica foi adotada em todas as turmas da educação infantil, desde as turmas compostas por crianças de 2 anos de idade (Turma 1), até as de 6 e 7 anos (Turma 5) como uma forma de considerar as suas experiências de vida e os seus valores socioculturais, garantindo-lhes o acesso a experiências por meio das quais elas poderiam se expressar, ampliar e atualizar suas ideias, conhecimentos e sentimentos (RÊGO, 1999, p. 62) Dessa forma, a adoção do tema de pesquisa na fazer pedagógico contribuiu na articulação de três dimensões básicas no processo de ensino/aprendizagem: “o conhecimento das áreas de conteúdo que se quer tornar disponível, o contexto sociocultural das crianças, ou sua realidade imediata, e os aspetos vinculados diretamente à aprendizagem” (RÊGO, 1999, p. 61).

Tomando como pressuposto esses três pilares, a equipe pedagógica do NEI compreende que o conhecimento do contexto sociocultural da criança deve focar a realidade social na qual a criança está inserida, sua vivência familiar pregressa, sua relação com outras crianças e com o grupo social do qual faz parte; a definição das áreas de conteúdo, ou o conhecimento dos conhecimentos produzidos e sistematizados nas diversas áreas do conhecimento deve abarcar os estudos de Linguagem, Matemática, Ciências Naturais e Ciências Sociais; e por fim, a compreensão acerca do nível de desenvolvimento das crianças, deve levar em conta o conhecimento das características próprias do seu desenvolvimento socioafetivo, cognitivo e psicomotor.

Carmem Rêgo (1999, p.65) propõe ainda quatro critérios que ajudam na definição do tema de pesquisa. Segundo a autora, ex-professora do NEI, o assunto a ser estudado deve, primeiramente, gerar questionamentos que necessitem de uma abordagem mais aprofundada, viabilizando o diálogo entre o grupo; deve também contribuir para uma visão mais ampliada da realidade na qual a criança está inserida, alargando sua visão de mundo; deve unificar/aglutinar conceitos de várias áreas de conhecimento, envolvendo uma perspectiva interdisciplinar; deve envolver um componente afetivo do grupo, despertando curiosidade e interesse sobre o tema a ser investigado.

No entanto, cabe destacar a diferença entre os temas de pesquisa em relação aos chamados “centros de interesse” e aos temas considerados cíclicos. Os centros de interesse, afirma Carmem Rêgo (1999, p. 64), embora sejam estudados tal qual os temas de pesquisa, geram interesse momentâneo das crianças sem desencadear discussões mais aprofundadas e os temas cíclicos, só são estudados na medida em que fazem parte do cotidiano, da vivência, dos valores e da cultura das crianças, sendo contextualizados

historicamente, como é o caso da Festa de São João, forte referência na cultura nordestina.

Assim, o ponto de partida para a escolha da temática a ser estudada reside mesmo na curiosidade das crianças, bem como no envolvimento de todo o grupo, a partir de questionamentos que tornam cada vez mais explícito o objeto de estudo. À medida em que buscam respostas para seus questionamentos, professores e crianças apropriam-se do conhecimento das mais diferentes áreas. Dessa forma o tema de pesquisa deixa de ser apenas um aglutinador de conhecimentos sobre determinado assunto, tornando-se, acima de tudo, um provocador de construção/ampliação/resgate dos conhecimentos significativos (RÊGO, 1999, p. 68). Tal prática fundamentada nos temas de pesquisa materializou-se, nas Turmas 5, em livros cujos textos foram produzidos pelas crianças, a partir da mediação das professoras. O quadro abaixo destaca os temas que a Turma 5, do ano de 1988 estudou, enquadrados nas áreas de conhecimento, conforme critérios estabelecidos pelo NEI na definição dos temas de pesquisa.

O quadro mostra que, entre as temáticas privilegiadas para serem registradas no livro *O Coração das Palavras* (1988), temos uma série de pesquisas que envolvem as ciências naturais, como os estudos sobre os animais, o meio ambiente e o corpo humano e um número significativo de pesquisas sobre as ciências sociais como o estudo sobre o espaço, a história dos povos indígenas e dos negros do Brasil. Entre as chamadas pesquisas cíclicas, destaca-se um texto sobre o balão de São João, supostamente uma vivência das festividades juninas, tão tradicionais na região.

Quadro 1 - Temas de pesquisa da Turma 5-1988

Área do conhecimento	Tema geral	Tema específico (como aparece no livro)
Ciências Naturais	Animais	Mico
		Cachorros
		Felinos
		Gatos
		Peixes
		Baleia
		Cobra
	Meio ambiente	Natureza
	Corpo humano	O nosso corpo
		Esqueleto
Doenças infecciosas	Catapora	
Ciências Sociais	Povos do Brasil	Os índios do Brasil
		A história dos negros
	Espaço	Cidade de Natal
		Cidade Maluquinha
		A sala de aula (brincadeira <i>Caça ao tesouro</i>)
		O circo Estrela
		O prefeito
Tradição popular	Festa Junina	Balão de São João

Fonte: O coração das palavras, 1988.

Embora compreenda que a escola não tem, por si só, o poder de mudar a sociedade, o NEI acredita que os diferentes conteúdos trabalhados na escola devem contribuir para que a criança tenha uma visão mais crítica e ampla acerca da realidade social na qual está inserida. Considerando que nenhum campo de conhecimento dá conta sozinho de explicar as múltiplas relações da realidade, a interdisciplinaridade surge, então, como possibilidade de trabalho na escola, sendo viabilizada pelo NEI via temas de pesquisa. Dessa forma, “os assuntos estudados estão presentes no cotidiano das crianças, a partir dos quais se elaboram as teorias que deverão retornar ao cotidia-

no, para que elas possam compreendê-lo e transformá-lo (RÊGO, 1999, p. 68).

A análise do livro *O Coração das Palavras* (1988) demonstrou que a interdisciplinaridade e a formação para a cidadania, com o desenvolvimento de pensamento reflexivo e crítico é de fato muito comum no enfoque dos temas de pesquisa. Assim os temas da consciência ambiental, da desigualdade social, a questão étnica, a luta das minorias, o preconceito racial, bem como a consciência política, embora sejam tratados de forma indireta, surgem claramente nos textos coletivos produzidos pelas crianças e pelas professoras. Nas páginas seguintes vamos tratar algumas dessas questões, mostrando a forma como foram abordadas e o saber que as crianças, a partir da mediação das professoras, foram construindo.

Embalados pela música *Viva*, de Kleiton e Kleidir, “Viva a natureza,/ Deusa da beleza,/ Mãe das coisas que são boas... “ as crianças definem que “tudo o que não foi feito pelo homem faz parte da natureza”, mas chamam a atenção para o fato de que os próprios homens estão destruindo a natureza e “se a natureza acabar a gente morre”. Então, “viva o oxigênio que invade o nariz e faz a gente ser feliz”, cantam as crianças da Turma 5 (CARVALHO; LOPES, 1988, p. 8-9).

Se o tema de pesquisa é o mico, não basta descrevê-lo e classificá-lo, há que situá-lo também em seu habitat e lembrar: “Na mata atlântica viviam muitos micos. A mata atlântica está acabando. Os micos estão em extinção” (CARVALHO, LOPES, 1988, p. 1) O mesmo ocorre quando o tema de estudo é a baleia. Depois de descrevê-la, caracterizá-la e classificá-la, as crianças nos advertem para o fato de que as baleias também estão entrando em extinção em função da caça desenfreada levada a cabo pelos homens (CARVALHO, LOPES, 1988, p. 16).

A vivência das festas tradicionais, como as populares festas juvenis, pode ser ponto de partida para a estudo de um elemento tí-

pico dessa festividade: o balão de São João. Mas “se na festa de São João teve balão” esse é apenas o ponto de partida para as crianças avançarem e concluírem que existem também outros tipos de balões: “os balões de festa” e os “balões de viajar”. Mas já que o foco é o balão de São João, que muito provavelmente foi visto pelas crianças em uma festa junina, o texto coletivo nos lembra que “se o balão cair pode pegar fogo. Pode queimar as matas. Balão é bonito, mas é perigoso. Balão é perigoso, mas é bonito (CARVALHO; LOPES, 1988, p. 10) É dessa forma que a representação dos problemas ambientais vai surgindo no cerne desse grupo de crianças.

O estudo dos primeiros habitantes do Brasil, sobretudo índios e negros, como fundamentais para a compreensão de nossa gênese, vem sempre articulando questões do passado com o presente e apontam para questões étnicas e raciais que envolvem preconceito social, racismo, desigualdade social. É dessa forma que as crianças constroem a compreensão acerca dos povos indígenas e dos afrodescendentes. Sobre os índios do Brasil, refletem:

Os índios eram donos desta terra [...] Aí os homens brancos de Portugal chegaram. Eles queriam riquezas. Eles começaram a tomar as terras dos índios. Muitas tribos se acabaram. Essa luta dura até hoje. A gente precisa defender os índios. Eles querem viver na sua terra, do seu jeito (CARVALHO; LOPES, 1988, p. 4).

Vemos, pois, representado na escrita coletiva das crianças, um problema social que envolve a luta dos povos indígenas na longa duração, a questão que envolve a expropriação de suas terras. De acordo com o texto coletivo produzido pelas crianças e pelas professoras, o desconhecimento acerca da história dos negros é o que leva ao preconceito e ao racismo. “Tem gente que não gosta de negro só por causa da cor. Essas pessoas não conhecem a história dos negros.”

O texto coletivo refere-se, então, à história dos negros na África, ao escravismo colonial e à luta dos negros contra a escravidão até a abolição da escravatura no Brasil. No entanto, concluem: “Agora os negros não são mais escravos. Mas tem muitos negros que não vivem bem” (CARVALHO; LOPES, 1988, p. 18) Reafirmam, com isso, mais uma vez, a questão que envolve a representação de uma sociedade desigual em função de questões históricas, herança do nosso passado colonial.

Se o tema de estudo é o corpo humano com foco no esqueleto, o texto coletivo produzido pelas crianças nos lembra que para os ossos do esqueleto ficarem fortes é necessária uma dieta à base de carne, leite e frutas, que contém cálcio e fósforo. No entanto, arrematam: “Tem muita gente que não pode comer tudo isso. É muito caro [...] Era bom que todo mundo pudesse comer igual” (CARVALHO; LOPES, 1988, p. 12). Dessa forma, as questões que envolvem as desigualdades sociais no Brasil são tratadas a partir desse tema de estudo.

Questão bastante defendida pelos estudiosos da educação e adotada no NEI como um dos pilares a ser observado na definição do tema de pesquisa diz respeito ao fato de que o conhecimento a ser construído na escola deve levar em conta a vivência e a experiência do aluno. A ideia é que o conteúdo escolar tenha uma relação mais estreita com o universo social da criança. Ora, por que estudar os animais? Crianças oram sentem atração, ora sentem repulsa pelos animais: umas gostam, outras sentem medo, umas se aproximam, outros querem distância. Por que as crianças devem estudar os cachorros, ou os gatos? Na Turma 5, um dos motivos que teria viabilizado a pesquisa sobre o tema reside no fato de que “Bobi é o cachorro de Pablo. Pablo trouxe Bobi pra nossa sala” (CARVALHO; LOPES, 1988, p. 3). Da mesma forma, “apareceu um gato na escola. Breno trouxe o gato pra nossa sala” (CARVALHO; LOPES, 1988, p. 5). E por que estudar catapora? Houve um surto de catapora na sala e “Luciana, Vitor, João Paulo, Jussara e Jonathan tiveram catapora” (CAR-

VALHO; LOPES, 1988, p. 7). Compreendemos, pois, que a vivência e a experiência aguçaram a curiosidade das crianças levando-as a se aprofundar no estudo sobre tais temas. Dessa forma, observaram, descreveram, caracterizaram e classificaram os animais, registrando o resultado de suas pesquisas. Do mesmo modo, a partir da vivência das crianças da turma que tiveram catapora e do interesse dos demais pelo tema foi possível descrever os sintomas da doença, caracterizá-la, falar das formas de prevenção, bem como do seu tratamento.

Outro tema bastante pertinente nessa faixa etária entre os 6 e 7 anos de idade diz respeito à compreensão do espaço que as crianças ocupam no mundo, conceito que vem sendo trabalhado desde a Turma 1, quando ingressam na escola. A análise dos registros demonstra que o ponto de partida para tal estudo é o conhecimento e domínio espacial da própria sala de aula. E para que as crianças se apropriem desse espaço nada mais pertinente que uma brincadeira: a *caça ao tesouro*. O tesouro a ser encontrado é um chocolate. E qual criança não gosta de chocolate? Foram todas instigadas a perscrutar todos os recônditos da sala até encontrar o tesouro pretendido. Para facilitar o trabalho dos pequenos caçadores de chocolate, as professoras produziram um mapa, o mapa do tesouro, ou o mapa da sala, com a possível localização do tesouro. Assim, cada criança, de posse de seu mapa, teve acesso às primeiras noções cartográficas a partir de uma brincadeira de caça ao tesouro. Ao final, cada criança que desbravou o espaço da sala de aula, onde encontrava-se o tesouro, descobriu que o tesouro, isto é, “o chocolate era Batom. Todo mundo achou bom”. Como recompensa, todas as crianças comeram chocolate, menos Camila e Luciana, que não estavam na escola no dia (CARVALHO; LOPES, 1988, p. 20).

Desbravado o espaço da sala de aula é hora de investir sobre um espaço mais amplo, o da cidade. Para isso, o estudo da cidade de Natal, local onde vivem, e sua localização em um país, Brasil, bem como a sua subdivisão em bairros, nos quais situam-se ruas, que possuem

casas, levam as crianças da turma 5 a se situarem nos seus endereços, especificando o nome do bairro, o nome da rua e o número da casa onde moram. Teria sido esse o caminho para a construção de uma cidade pelas crianças, a “Cidade maluquinha”, cujo nome foi inspirado na obra célebre de Ziraldo, *O Menino Maluquinho?* Ou foi o inverso? Importa-nos, sobretudo, é saber que a Cidade Maluquinha, erguida com “caixas, papelão, papel, cola, tinta e muito trabalho”, tinha “casas e apartamentos, praça, praia e aeroporto.” Tinha também “escola, hospital e caixa d’água”. Toda uma infraestrutura urbana situada em quatro ruas: “rua da Praia e Rua da Praça, Rua da Caixa d’água e Rua do Galo”, para abrigar crianças maluquinhas (CARVALHO; LOPES, 1988, p. 13).

No ano de 1988 ocorreram eleições municipais no Brasil. Dessa forma, nada mais pertinente do que trazer o debate sobre as funções do gestor municipal para o âmbito da sala-de-aula. Assim sendo as crianças da Turma 5 concluíram que o prefeito é quem “tem que cuidar da cidade. Tem que fazer ruas, casas, escolas e hospitais. Tem que comprar ônibus e baixar as passagens. Tem que tirar os buracos e os lixos das ruas”. No entanto, advertem, “o prefeito não pode mandar na cidade”. Ele tem que combinar com o povo o que vai fazer. Prefeito que não combina não é legal” (CARVALHO; LOPES, 1988, p. 17).

A cidade abriga também a arte, a diversão, o lazer, o entretenimento. A praia e a praça constituem alguns desses espaços que aparecem nos textos das crianças, assim como o espaço da arte circense, materializado no Circo Estrela. Fruto do trabalho imaginativo das crianças, a partir da ideia de Luciana (teria ela experimentado a magia do circo?) as crianças da Turma 5 construíram um circo no parque da escola. Nele, ao abrir-se as cortinas, enfeitadas de estrelas, as crianças, artistas circenses, representavam os papéis de “bailarina”, “leão e domador”, “palhaço e trapezista”, “onça e mágico”. Feita a propaganda em cartazes espalhados pela escola a comunidade escolar se mobilizou e com ingressos nas mãos, “todo mundo da escola foi ver

o circo”. O espetáculo foi puro êxtase, deslumbre, encantamento e magia, afinal “todo mundo da escola gostou do circo estrela” (CARVALHO; LOPES, 1988, p. 2).

Em 1988, a turma 5 do NEI possuía um total de dezessete crianças, sendo dez do sexo masculino e sete do sexo feminino. Não último texto do livro *O Coração das Palavras*, intitulado *A nossa turma*, as crianças se caracterizam, em função de seus atributos físicos e psicológicos. Das características apresentadas, chama-nos a atenção o fato de despontar na percepção das crianças determinadas características fenotípicas (olhos verdes, galeguinho, louro, moreninho e baixinha) que nos soam como exceção na turma ao se considerar as características das demais crianças. São muitos os adjetivos de caráter psicológico que as crianças usam para se caracterizarem, mas chama-nos a atenção que grande parte delas se consideram legais, bonitas e afobadas. A característica negativa, “ruim”, é atribuída somente às professoras que guardam em si a dicotomia de serem ruins, mas também muito boas, além de bonitas.

Para finalizar, destacamos que, se estudos recentes⁷ ainda têm demonstrado que, na atualidade, as intervenções pedagógicas que constituem a vivência das crianças e o cotidiano de muitas das instituições de educação infantil caracterizam-se por procedimentos fragmentados e desconexos que envolvem, sobretudo, o uso de apostilas ou as chamadas atividades para pintar e desenhar (CHAVES, 2015, p. 56) observamos que o NEI é um espaço escolar capaz de provocar nas crianças a criação, desenvolvendo sua imaginação e criatividade. No NEI, o espaço da sala de aula torna-se, pois, propício à aprendizagem, uma vez que as crianças aprendem por meio da discussão, a partir de questões que o grupo já sabe, da tomada de decisões, da convivência diária, da participação nos ritos próprios da cultura, da capacidade de utilizar, criativamente, os recursos dispo-

7 Tais estudos têm sido realizados no âmbito do Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação Infantil (GEPEI), coordenado por Marta Chaves na Universidade Estadual de Maringá – UEM.

níveis e construir relações (CARVALHO, 2006, p. 24). E assim o NEI entrelaça saberes, vivências e experiência na educação infantil.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

CARTAXO, Maria Augusta Costa (Org.) **Era uma vez...** Turma 5 B - tarde. Natal, RN: UFRN/CCSA/DEPED/NEI, 1996.

CARVALHO, Tânia Câmara Araújo de. Educação infantil: articulação teoria-prática na formação inicial. NUCLEO EDUCACIONAL INFANTIL. **Entrelaçando vivências e saber na educação infantil**. Natal: NEI/UFRN, 2006. p. 21-34 (Coleção Faça e Conte).

CHAVES, Marta. Práticas pedagógicas na educação infantil: contribuições da teoria histórico-cultural. **Fractal, Rev. Psicol.** Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 56-60, Abr. 2015.

DINIZ, Andréa M. (Org.). **A odisseia da turma 5**. Turma 5 tarde. Natal, RN: UFRN/CCSA/DEPED/NEI, 1995.

FREIRE, Maria Emília Ferreira da Silva. **No mundo dos sonhos**. Natal, RN: UFRN/CCSA/DEPED/NEI, 1992. [37p.].

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História de Educação**. Campinas, n.1, jan./jul., 2001.

LACÔRTE, Vânia Pascoal (Org.). **Histórias encantadas**. Natal, RN: UFRN/CCSA/DEPED/NEI, 1992.

MEDEIROS, Cynthia Pereira de; LOPES, Denise Maria de Carvalho (Org.). **Coração das palavras: o livro da natureza da gente**. Natal, RN: UFRN/CCSA/DEPED/NEI, 1988.

OLIVEIRA, Marta Kohl. A escola como mediadora da aprendizagem. NUCLEO EDUCACIONAL INFANTIL. **Caderno Faça e Conte**. NEI/UFRN, Ano 1, n.1, Natal, nov./dez. 1998. p. 07-23.

RÊGO, Maria Carmem F. Diógenes Rêgo. O currículo em movimento. **Caderno Faça e Conte**. Natal: EDUFRN, n. 2, 1999.

SANTOS, Judite Borges dos; VASCONCELOS, Elba Rosa C. (Org.). **Histórias vivas** – Turma 5- manhã. Natal, RN: UFRN/CCSA/DEPED/NEI, 1994.

TEODÓSIO. Yanna Cristina da Silva (Org.). **O livro das histórias geniais**. Natal, RN: UFRN/CCSA/DEPED/NEI, 1991. 17 p.

Ditaduras militares
na América
Latina, transições
democráticas e usos
políticos do passado

O MST reivindica a memória das vítimas camponesas da ditadura

Memória, justiça e reparação na publicação do dossiê Assassinatos no Campo: crime e impunidade - 1964-1985

Alberto Rafael Ribeiro Mendes¹

Não há quem goste de ser número
Gente merece existir em prosa².

Há momentos em que a vulnerabilidade e a precariedade de algumas vidas se mostram de maneira mais explícita, instantes em que a morte de uma, de centenas ou de milhares de pessoas, como no atual cenário mundial, penalizado pela pandemia do novo coronavírus, se torna banal, até nos acostumarmos com a simples contabilidade dos corpos, estatística macabra, a disputar com outros números, da economia, da queda das bolsas de valores, das taxas de crescimento anuais dos países, das exportações, do comércio, do desemprego, do turismo etc. No Brasil, a julgar pelas declarações do presidente da República, além da banalização, há também certo desprezo pelos que morrem, “é o destino de todo

1 Universidade Federal do Ceará – UFC; Doutorando em História.

2 Retirado do site *Inumeráveis*, memorial dedicado às vítimas do novo coronavírus no Brasil. Ver <https://inumeraveis.com.br/>.

mundo”, “todos nós vamos morrer um dia”, “vamos chegar a 100 mil, mas vamos tocar a vida”, afinal, o chefe do Executivo é “Messias, mas não faz milagres”³.

Os números já ultrapassam os 150 mil mortos⁴ desde o início da pandemia no Brasil e, no meio de tantas perdas, cada dia mais invisibilizadas pela sensação de retomada da “normalidade”, o site *Inumeráveis* continua a transformar em histórias as duras estatísticas da tragédia humana no país, recuperando trajetórias de vida e construindo uma memória dos que se foram para os que ficam, os familiares, para quem uma vida perdida nunca é uma questão de destino. É uma forma de responder à necropolítica brasileira cotidiana, que agora se agrava e se escancara, cercando de luto as vidas que o governo marginalizou, zombou e negligenciou.

Enlutar vidas perdidas para restituir-lhes a dignidade humana que talvez nunca chegaram a ter. A memória que dos mortos se elabora nesse processo de recuperação da vida passível de luto constitui não apenas instrumento de honra e homenagem, mas também mecanismo de luta para os vivos, para os que continuam a ser negligenciados pelo poder.

Este artigo trata de uma busca, ou melhor, de uma luta, pela memória dos camponeses mortos durante a ditadura militar brasileira. É a história da publicação do dossiê *Assassinatos no campo: crime e impunidade – 1964 - 1985*, esforço não só de contabilização, mas, e sobretudo, de reinvidicação do direito à lembrança, à reparação e à justiça para os que sucumbiram pela violência do

3 “Tem medo de quê? Enfrenta”. *Lembre-se frases de Bolsonaro sobre a pandemia*. Alex Tajra e Lucas Borges Teixeira. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/08/08/bolsonaro-pandemia-100-mil-mortes-fala.htm>. Acesso em: 08 out. de 2020, às 11h47.

4 Brasil não detém covid-19 e chega a 150.000 mortes, um terço delas registrado em dois meses. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-10-10/brasil-nao-detem-covid-19-e-chega-a-150000-mortes-um-terco-delas-registradas-em-dois-meses.html>. Acesso em: 13 out. de 2020, às 08h35.

regime no meio rural. Trata-se de problematizar o interesse e as tentativas de enquadramento desta memória, os usos políticos dela, e, além disso, problematizar a atuação do MST nesse processo, entender os interesses que o permearam. Outrossim, o dossiê é também um instrumento através do qual as vidas perdidas se tornam dignas de ser enlutadas, lembradas, consideradas como tal (BUTLER, 2019, p. 40). Uma forma de dizer, como se tornou recorrente em nosso presente “todas as vidas importam”.

Revirar o passado na direção e em busca das vidas ordinárias, das existências anônimas, dos sujeitos marginais, daqueles a quem costumamos denominar os “vencidos da história” é, de partida, engajar-se na perspectiva de restituição do caráter vivo e conflitivo da história, no entendimento de que o triunfo dos vitoriosos não estava dado *a priori*, nem se processou sem a luta, o enfrentamento, a resistência dos vencidos. Isso implica, portanto, elaborar nova versão dos eventos que possa dar conta desse enfrentamento, fazendo emergir sujeitos e formas de ação desconhecidos, desnudando combates no passado, mas que também agora se processam em torno da representação deste passado (BENJAMIN, 2018, p. 9-10).

Não só a história como disciplina, mas também a memória é marcada por disputas em torno do passado, tensões que se apresentam como celebração, como honraria, como promoção de um aspecto pretérito, ou como tentativas de silenciamento, de ocultação, de interdição, de negação. Régine Robin destacou essa dimensão conflitiva em torno do passado nestes termos:

O passado não é livre. Nenhuma sociedade o deixa à mercê da própria sorte. Ele é regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental do presente. Por esse passado, normalmente distante, mais ou menos imaginário, estamos prontos para lutar, para estripar o vizinho em nome da experiência anterior

de seus ancestrais. Embora surja numa nova conjuntura, um novo horizonte de expectativa, uma nova sede de fundação, nós o apagamos, esquecemos, remetemos à frente de outros episódios, voltamos, reescrevemos a história, inventamos, em função das exigências do momento e das antigas lendas (ROBIN, 2016, p. 31).

Nessa relação de forças urge pensar como, em determinados momentos históricos, a memória das minorias (dos pobres, dos pretos, dos trabalhadores, das mulheres, dos sem teto, dos sem terra), torna-se uma questão relevante. Como emergem as memórias dos marginalizados? Quem se interessou por elas? E quais os interesses estão imersos nesse processo?

Pode-se afirmar que o MST antecipou, nem bem acabara o regime militar, o interesse público pela memória das vítimas camponesas, reivindicando em 1986, com a publicação do dossiê *Assassinatos no campo*, o direito ao esclarecimento dos crimes e a punição dos criminosos, além de responsabilizar o governo brasileiro, em pleno processo de democratização, pela permanência dos níveis alarmantes de violência contra os trabalhadores rurais.

Em 29 de janeiro de 1985, em Curitiba, teve início o *I Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra*, que se estendeu até o dia 31 do mesmo mês, reunindo mais de 1.500 trabalhadores de todos os estados da federação. A reunião de tantos trabalhadores rurais neste evento foi proclamada pela Executiva Nacional do MST como um sucesso, demonstração de força, de capacidade de mobilização das forças trabalhistas no campo e, sobretudo, respaldo para afirmar perante o futuro governo de Tancredo Neves a categórica palavra de ordem *Sem Terra não há democracia*, que foi o lema do Congresso⁵.

5 Ver edição especial do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, de fevereiro de 1985, toda dedicada ao I Congresso Nacional. JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, Ano III, nº 42, fevereiro, 1985.

A memória dos mortos em conflitos pela terra teve um momento especial no *Congresso*. O MST apresentou ao público presente um documento sobre os assassinatos no campo ocorridos entre os anos de 1982, 1983, 1984⁶. Foram 236 mortos, não incluídos os indígenas, garimpeiros, boias-frias. Além dos crimes, o documento também enfatizava a situação jurídica dos casos, apontando para a impunidade dos responsáveis e a omissão da justiça brasileira. Alguns desses mortos foram lembrados no evento pelos depoimentos de familiares, principalmente mulheres, viúvas de trabalhadores.

Eram os primeiros passos da publicação que veio logo em seguida, em abril de 1986, o dossiê *Assassinatos no campo: crime e impunidade – 1964-1985*, uma obra de 217 páginas, resultado de dois anos de pesquisa encabeçada pelas sociólogas ligadas à *Comissão Pastoral da Terra – CPT*, Maria Cristina Vannucchi Leme e Wânia Mara de Araújo Pietrafesa. Cobrindo todo o período do regime autoritário, o dossiê registrou o assassinato de 1.123 trabalhadores rurais em todo o país.

O documento foi produzido a partir de pesquisa realizada em dados coletados em diferentes instituições e nos casos de assassinatos noticiados pela imprensa nacional. Serviram de fonte os arquivos da CPT, da *Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG*, da *Comissão Indigenista Missionária – CIMI*, dos sindicatos de trabalhadores rurais; os boletins diocesanos e paroquiais de diversos estados brasileiros, além de jornais e revistas.

Os casos de assassinatos são apresentados em ordem cronológica e por estados da federação, acompanhados de informações pessoais dos camponeses, que lhes conferem um nome, uma idade, uma filiação, uma ocupação; além da autoria e o detalhamento do crime,

6 Este documento foi encomendado pelo MST às pesquisadoras Lyz Melo Duarte, Maria Cristina Vannucchi Leme e Maria Joana Araújo Polleto e foi realizada com base nos arquivos da Comissão Pastoral da Terra – CPT, além de informações colhidas em entidades sindicais, publicações da grande imprensa. Ver *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, Ano III, nº 42, fevereiro, 1985, p. 15.

as providências jurídicas e a fonte consultada. É um inventário da morte de centenas de homens e mulheres, jovens, idosos, adolescentes, crianças; lavradores, posseiros, lideranças sindicais, boias-frias, religiosos. Trata-se de uma contabilidade da morte nos anos de repressão.

Dois aspectos, no entanto, fazem do dossiê mais do que uma contabilidade macabra. Ele é também um importante mecanismo de busca pela instituição de uma memória dos camponeses mortos no regime autoritário, logo, esforço de inclusão desses sujeitos numa memória da repressão que era, majoritariamente urbana; em segundo lugar, o dossiê também se constitui em importante instrumento por meio do qual o MST constrói publicamente a imagem de guardião das lutas e dos combatentes mortos em disputa pela terra no Brasil.

Trata-se de apropriar-se da memória dessas lutas, de cercá-la, de reivindicar de alguma forma o pertencimento, irmanando-se aos lutadores de outrora.

“Cabe à humanidade resgatar a sua história para que, conhecendo seu passado construa o caminho do futuro. É o que o Movimento dos Sem Terra faz ao publicar o dossiê ASSASSINATOS NO CAMPO, Crime e Impunidade 1964/1985”. Assim estava escrito na edição nº 52 do *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, de maio de 1986. A matéria tratava da publicação e do lançamento da pesquisa por todo o país, enfatizando as entrevistas coletivas que o MST promoveu para tornar público àquela “obra inédita no Brasil”⁷.

Embora se tratasse de um trabalho que só foi possível pela associação com outras instituições, como a CPT, o CIMI, a CONTAG, o dossiê era apresentado como uma expressão do interesse do MST pelos mortos na ditadura, aos quais se irmanava. O ineditismo do

7 *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, ano V, nº 52, São Paulo, maio, 1986, p. 15.

dossiê residia também no fato de ser o primeiro no Brasil a lembrar as lutas silenciadas, a memória camponesa, que ninguém ousara recuperar. “Quem havia se interessado por isso antes”? Essa pergunta, posta na introdução pelas pesquisadoras responsáveis pelo dossiê, direciona os leitores para encontrar no MST a origem de uma sensibilidade, solidariedade e empatia pelas lutas e vidas sufocadas pela repressão.

Nunca ninguém parou para contar quantas são as mortes ocorridas por questões de terra, quantos são os trabalhadores rurais assassinados por questões de terra e trabalho. Era preciso, urgente mesmo, que se contasse os Josés, Raimundos e Margaridas que aparecem sob a forma de números nas estatísticas, - sempre incompletas, sobre a violência no campo. Dar uma feição humana a esses números e nomes. Além disso, era preciso também resgatar a vida, as lutas – a vida inteira de lutas – desses trabalhadores rurais assassinados. Era necessário resgatar seus rostos e suas histórias, preservar, da indiferença e do esquecimento, essa memória camponesa (MST, 1986, p. 9).

Com isso o MST pretendia-se pioneiro no interesse e no entendimento de uma memória dos camponeses, instalando-se na origem das lutas e herdeiro no sofrimento, da história de dor e de violências características dos enfrentamentos no campo no Brasil. Pretendia enraizar historicamente o movimento, ligando-o de alguma forma às lutas passadas. Daí porque lembrar os mortos durante a ditadura militar era também uma forma de irmanar-se aos “companheiros ligados às ligas camponesas”⁸ (MST, 1986, p. 3).

8 A formação das primeiras Ligas Camponesas no Brasil ocorreu no contexto da redemocratização de 1945, sob a articulação do Partido Comunista do Brasil. Criadas em quase todos os estados do país, como associações civis, as Ligas expressavam o interesse do PCB de estender sua atuação para além das áreas urbanas e de arregimentar eleitores. Desse modo, a mobilização e organização dos camponeses em torno das Ligas visavam também o crescimento e ampliação das bases do PCB. Em 1947, com a cassação do registro do PCB, que passou à ilegalidade, essa primeira experiência de associação camponesa foi desarticulada, abafada e extinta. As Ligas Camponesas serão novamente articuladas a partir da década de 1950, tendo sua primeira diretoria eleita em 1956, por ocasião do I Congresso Camponês de Pernambuco. O ressurgimento das Ligas Camponesas está associado ao processo de resistência dos trabalhadores do engenho Galileia, em Vitória do Santo Antão, Pernambuco, contra o processo de exploração do trabalho e ameaças de expulsão. Formou-se aí a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de

É o que Michael Pollak denominou de enquadramento da memória, trabalho de manipulação do passado em função dos interesses de um grupo (um partido, uma organização política, um movimento social), uma busca no passado por uma imagem que possa conferir maior coesão ao agrupamento social. Diz-nos Pollak,

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (POLLAK, 1989, p. 9-10).

Ora, não é qualquer passado que serve ao trabalho de fabricação de uma memória que se quer vitoriosa, daí porque o MST buscava colocar-se na origem de grandes manifestações de resistência camponesa no Brasil, indo plantar suas bases em uma “longa história” que o atravessa, o antecede, mas que o implica. No balanço de 20 anos do movimento, João Pedro Stédile destaca:

Somos herdeiros das lutas históricas dos povos indígenas. Somos herdeiros das lutas históricas dos negros pela liberdade, quando fugiam, e conquistavam sua liberdade e construía quilombos. Somos herdeiros dos primeiros movimentos camponeses. Alguns se transformaram em verdadeiras epopeias, como Canudos, Contestado, Caldeirão. [...] Somos herdeiros da experiência de organização classista dos camponeses, que construíram muitas

Pernambuco, que teve apoio jurídico do advogado e deputado estadual Francisco Julião. Com a eleição de José dos Prazeres a presidente das Ligas Camponesas, no I Congresso Camponês de Pernambuco, as Ligas Camponesas começam a realizar diversas mobilizações, marchas, comícios, passeatas, congressos, ampliando suas bases e buscando afirmar-se como movimento social. Em 1959 o movimento consegue arrancar do governo de Pernambuco a desapropriação do Engenho Galileia, tornando-se fator de projeção nacional das Ligas camponesas. Sobre as Ligas Camponesas, ver: MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989; AZEVEDO, Fernando. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

organizações nacionais a partir da década de 1950 do século XX, e que depois foram massacrados pela ditadura militar como as ULTABs – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, as Ligas Camponesas e o Master, Movimento dos Agricultores Sem Terra (STÉDILE, 2004, p. 9-10).

Desse modo, o MST cria retrospectivamente a sua gênese, inventa uma tradição histórica em favor dos trabalhadores sem-terra.

O MST apresentar-se-á como a voz a clamar pela justiça em favor daqueles que tombaram pelas armas do latifúndio durante a ditadura militar brasileira, reivindicando, já em 1986, “a imediata localização e condenação dos assassinos, bem como a proteção e o ressarcimento de todas as perdas e famílias atingidas” (MST, 1986, p. 3). Memória, justiça e reparação, eixos fundamentais no processo de democratização de sociedades marcadas pela violência dos regimes autoritários (QUINALHA, 2013, p. 144-145), que o MST pautava como necessárias e extensivas aos cidadãos do campo.

No prefácio à primeira edição do dossiê, D. José Campos, bispo de Chapecó e presidente da CPT nacional, destaca que o documento foi encomendado para se “ter uma visão do que foi a violência no campo”, mas a iniciativa não se resumia a um culto da memória dos mártires, mas para “servir de denúncia histórica à sociedade” brasileira.

É antes de tudo uma denúncia corajosa que clama por Justiça e pede um fim ao arbítrio dos poderosos, que calam a qualquer preço o clamor de milhões de trabalhadores rurais que lutam desesperadamente por um pedaço de terra. Terra que lhes seja VIDA, esperança e futuro para si e para seus filhos. Direito que nenhuma sociedade que se preza, lhes pode negar (MST, 1986, p. 7).

O MST aproximava, portanto, os trabalhadores rurais e o restante da população, desvelando e revelando nacionalmente a violência da

ditadura na outra margem da sociedade, o campo, completando, de certa forma, a obra que a Igreja Católica, a CNBB, em especial, havia realizado com a pesquisa *Brasil: Nunca Mais*⁹. Assim como a obra que resultara desta pesquisa, o livro *Brasil: Nunca Mais*, publicado em 1985, o dossiê preparado pelo MST cumpria a tarefa de expor em caráter nacional a repressão política que se abateu sobre os trabalhadores rurais, demonstrando a violação de direitos humanos para além dos centros urbanos.

Foi nesse sentido que a iniciativa do MST foi apresentada perante a *Subcomissão de Reforma Agrária e Política Agrícola do Congresso Constituinte*, em maio de 1987. Hamilton Pereira da Silva, representante da CPT, ao pronunciar sua intervenção diante da *Subcomissão*, enfatizou o caráter de complementaridade que tinha o dossiê *Assassinatos no campo* em relação à pesquisa *Brasil: Nunca mais*. Era a outra face da repressão ditatorial que vinha à luz, de uma guerra escondida no campo, que emergia por intermédio daquela pesquisa documental. Dizia Hamilton Pereira aos constituintes:

O que lhes trago hoje, senhores deputados, poderia ser definido como um “Brasil: nunca mais” do campo. É o rosário macabro das vítimas da luta pela terra. [...] O dossiê que lhes apresento *Assassinatos no campo*: crime e impunidade iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra traz para a sociedade brasileira a face rural daquele “Brasil: nunca mais”. Só que mil vezes mais dramática. Porque aqui sai regime entra regime e a violência

9 O projeto *Brasil: Nunca Mais* foi desenvolvido pelo Conselho Mundial de Igrejas e a Arquidiocese de São Paulo, sob a coordenação do Rev. Jaime Wright e de Dom Paulo Evaristo Arns. A pesquisa que deu origem ao relatório e livro *Brasil: Nunca mais* iniciou em 1979, e se debruçou sobre documentos produzidos pela Justiça Militar brasileira entre abril de 1964 e março de 1979. Entre os objetivos da pesquisa estava a investigação de crimes de tortura e a divulgação desta tortura para toda sociedade brasileira, a fim de cumprir um papel pedagógico comprometido com a não repetição dos crimes do passado. O livro *Brasil: Nunca mais*, publicado em 1985, é uma síntese do resultado de análise dos mais de 707 processos copiados da Justiça Militar e expõe casos de torturas, prisões forçadas, depoimentos sob tortura, perseguições a indivíduos, grupos sociais e instituições, desaparecimentos, mortes, além das instituições de repressão, os repressores. Era uma “radiografia inédita” da repressão política que se abateu sobre os adversários políticos do governo militar e um estudo, também inédito, no campo dos direitos humanos. Ver BRASIL: NUNCA MAIS. Arquidiocese de São Paulo: Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

permanece. Porque essa violência é filha do monopólio da terra é filha do latifúndio. [...] Estamos convencidos de que esse dossiê é uma contribuição importante para a construção do Estado democrático no Brasil. Talvez ele mereça outro nome: “Latifúndio nunca mais”¹⁰.

O documento corroborava a posição da Igreja Católica em favor da reforma agrária e sua participação nos debates constitucionais, na elaboração de propostas e exigências de modificações na estrutura agrária do país¹¹. Além disso, tratava-se de sensibilizar a *Assembleia Nacional Constituinte* – ANC, em torno dos conflitos no campo e dos altos índices de assassinatos de trabalhadores rurais. Expor o rosário macabro, enfatizar os crimes do Estado brasileiro e culpar o latifúndio teve, certamente, um peso enorme sobre a ANC, sobretudo porque a reforma agrária figurou entre os temas de maior mobilização popular, merecedor do maior número de assinaturas na fase de Emenda Popular (SILVA, 1989, p. 36-37).

O dossiê *Assassinatos no campo* ganhou uma segunda edição, que teve seu lançamento na 25ª *Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil* – CNBB, ocorrida entre 22 de abril e 1º de maio, em Itaiçi, município de Idaiatuba, São Paulo. O evento tinha como escopo a avaliação global da caminhada da CNBB e a definição de diretrizes para os próximos quatro anos. O MST ganhou espaço reservado na *Assembleia* e sua entrada se deu pela afirmação da violência no campo como resultado da indefinição do governo acerca

10 CPT. Intervenção perante a Sub-comissão de Reforma Agrária e Política Agrícola do Congresso Constituinte. Goiânia, 06 maio 1987.

11 Entre 09 a 18 de abril de 1986, realizou-se em Itaiçi (SP), a 24ª Assembleia Nacional da Conferência nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, ocasião em que foi apresentado o documento Exigências cristãs de uma nova ordem constitucional, em que a Igreja católica expunha sua visão e sua orientação política em relação à questão agrária. Dentre estes pontos, incluídos no tópico 7 do documento, que cuida da propriedade e sua função social, destacam-se: “condenação da propriedade fundiária”; “desapropriação de bens, terras e propriedades por razões de interesse social ou de utilidade pública”, “garantir terras para quem realmente nela trabalha”, “implantar uma justiça agrária que previna os conflitos ou agilize sua solução.” Ver SILVA, José Gomes da. *Buraco negro: a reforma agrária na Constituinte*. São Paulo: Paz e Terra, 1989, p. 36 – 37.

da política agrária. O fechamento da participação dos representantes do MST se fez por meio da entrega do exemplar do dossiê a cada um dos bispos presentes.

A segunda edição do documento foi ampliada, estendendo a temporalidade da pesquisa para o ano de 1986, cobrindo os crimes da “Nova República”. A nova edição, produzida pela *Global Editora*¹², ganhara uma capa ilustrada em que se via um camponês morto, estendido sobre braços de outros, além de uma contra capa que trazia o seguinte texto:

Quanto vale a vida de um trabalhador rural sem terra? Quantos hectares ou quantas cabeças de boi? Quantos ainda terão de morrer para que possamos resolver a questão da distribuição da terra no Brasil? A memória dos assassinados merece uma resposta, exige uma solução. Neste trágico livro estão assinalados os que tombaram em defesa de um ideal: viver como seres humanos. Assim acontece na história dos povos: os melhores morrem antes¹³.

Reiterava-se aí o entendimento de que somente a reforma agrária poderia pôr fim à violência no campo e reafirmava-se também o imperativo da memória dos mortos como razão constitutiva da luta presente. Tzvetan Todorov denomina este uso da memória como

12 A Global Editora foi fundada em 1973 e tornou-se uma das mais expressivas editoras do final dos anos 1970 no Brasil. A linha editorial da Global caracterizava-se por publicar autores do pensamento socialista e temas de cunho político, especialmente de crítica e oposição ao regime militar brasileiro. Integrava, pois, aquilo que Flamarion Maués denominou de editoras de oposição, que uniam ação editorial e engajamento político, inserindo-se nas questões sociais do país, intervindo no processo político. Ressalte-se ainda a aproximação da Global Editora com grupos políticos marcadamente oposicionistas da ditadura, como o Partido dos Trabalhadores – PT, o Partido Comunista do Brasil – PCB, o movimento pela Anistia, Sem-Terra, a campanha pelas Diretas Já etc. Faz parte das publicações políticas da editora livros como *Dossiê Herzog: prisão tortura e morte no Brasil*, de Fernando Pacheco Jordão; *Guerra de guerrilhas no Brasil*, de Fernando Portela. Sobre as editoras de esquerda no Brasil e sobre a Global Editora, ver MAUÉS, Flamarion. *Livros, editoras e oposição à ditadura. Estudos Avançados*. São Paulo, vol. 28, nº 80, p. 91-104, 2014. MAUÉS, Flamarion. *A tortura denunciada sem meias-palavras: um livro expõe o aparelho repressivo da ditadura*. In: SANTOS, Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Org.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Vol. 1. São Paulo: Editora HUCITEC, 2009, p. 110-134.

13 Texto da contra capa da segunda edição do dossiê.

exemplar, na medida em que serve-se do passado, retirando dele as lições das injustiças sofridas para lutar contra as que são produzidas no presente (TODOROV, 2018, p. 52-53).

Ressalte-se ainda que, a segunda edição introduziu dados referentes a outras formas de violência no campo, para além dos assassinatos. Casos de conflitos entre indígenas e posseiros, acidentes de trabalho, violência policial, suicídios, desaparecimentos, mortes por fome e por falta de assistência médica foram incorporados ao documento. Esboçava-se aí uma orientação não só do MST, mas também da CPT, que pretendia alargar o conteúdo do que se entendia por violência no campo, apontando para formas mais sutis e institucionalizadas.

Coube ao advogado Luiz Eduardo Greenhalgh a escrita do prefácio da segunda edição. Este é um fator relevante e diz respeito ao espraçamento das alianças do MST, buscando na ordem jurídica apoio para a causa da reforma agrária, dos conflitos por terra e para o próprio movimento, como sociedade organizada. O resultado foi positivo nesse sentido, pois, nas palavras de Luiz Eduardo Greenhalgh, àquele documentário representava um “assomo de civismo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra”, expressão de uma resistência característica do homem do campo, daqueles que, como o MST, “não se conformam com os assassinatos no campo, com as injustiças e as perseguições, com a omissão dos governos” (MST, 1987, p. 11).

Apesar do teor do dossiê, um relatório de crimes, de mortes, sua publicação aparecia como manifesto para o futuro, instrumento para nutrir as esperanças de que os “fatos tenham um basta” (MST, 1987, p. 12), para “fazer brotar o arco-íris da paz e da Fraternidade”, caminho para alcançar a reforma agrária, a partilha da terra, injustamente distribuída, pela ganância concentradora (MST, 1987, p. 15). Tratava-se, portanto, de uma escrita de honraria aos mortos, mas também um documento de busca pela justiça para a violência do presente.

O dossiê *Assassinatos no campo* situa-se na intersecção entre passado e futuro, como desejo, como vontade de memória, e como ins-

trumento de orientação para o devir. Isso me faz lembrar as reflexões de Michel de Certeau acerca da função funerária da historiografia, imbuída de encontrar um lugar para os mortos para que os vivos se orientem (CERTEAU, 2011, p. 109). A historiografia como gesto de sepultura, como “prática simbólica necessária à confirmação da vitória dos vivos sobre a morte” (CATROGA, 2015, p. 61).

Neste breve artigo buscamos acompanhar o MST em sua busca pela memória dos camponeses mortos na vigência do regime autoritário brasileiro, iniciativa que se fez pela eleição da escrita, da publicação de um dossiê em honraria, mas também em luta pelo direito à memória, à justiça e à reparação das vítimas. Ao reivindicar o lugar para os mortos, o MST também se constitui como movimento, se apresenta publicamente como herdeiro das lutas e dos lutadores pela terra no Brasil. Por fim, cabe reiterarmos que, ao contar os mortos, lembrar seus nomes, restituir-lhes as suas histórias de vida, ao cobrar do Estado brasileiro a punição dos criminosos e a reparação das vítimas e de seus familiares, o MST cumpriu a tarefa que deveria caber a todos nós, ainda hoje, a de nos ocuparmos com as vidas que ainda não são passíveis de luto em nosso presente.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fernando. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. *In*: BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- BRASIL: NUNCA MAIS. Arquidiocese de São Paulo: Petrópolis: RJ: Vozes, 2011.
- BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2011.

MAUÉS, Flamarion. Livros, editoras e oposição à ditadura. **Estudos Avançados**. São Paulo, vol. 28, nº 80, p. 91-104, 2014.

MAUÉS, Flamarion. A tortura denunciada sem meias-palavras: um livro expõe o aparelho repressivo da ditadura. In: SANTOS, Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Org.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. Vol. 1. São Paulo: Editora HUCITEC, 2009, p. 110-134.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MST. **Assassinatos no campo, crime e impunidade: 1964-1986**. 2ª ed. São Paulo: Global editora, 1987.

MST. **Assassinatos no campo, crime e impunidade: 1964-1985**. 1ª ed. 1986.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUINALHA, Renan Honório. **Justiça de transição: contornos do conceito**. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Editorial, 2013.

ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

SILVA, José Gomes da. **Buraco negro: a reforma agrária na Constituinte**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

STÉDILE, João Pedro. MST 20 anos: o significado da celebração. MST. Educação no MST: balanço 20 anos. **Boletim da educação**, nº 9, nov. 2004, p. 9-10.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona; Buenos Aires; México: Paidós, 2008.

História, memória e utopia nos “documentários sensíveis” em primeira pessoa sobre as ditaduras do Brasil e do Chile

Isabella Loureiro Khaled Poppe^{1}*

INTRODUÇÃO

A dimensão emotiva acerca do período das ditaduras militares tem ganhado um espaço cada vez mais significativo em produções acadêmicas, que experimentam uma valorização da subjetividade para a construção e representação de um passado histórico marcado por dores, traumas e frustrações. Neste sentido, é importante destacar os estudos da historiadora Denise Rollemberg (2004, na medida em que ela questiona: “Qual o papel da subjetividade na História? De que forma este aspecto, decisivo na vida do indivíduo, pode atuar nos eventos e processos históricos?” (p. 279), e da socióloga argentina Elizabeth Jelín (2002) que afirma que o fazer dos/das historiadores/as é mais complexo do que apenas reconstruir os fatos como “realmente ocorreram”. Esta complexidade, por sua vez, está ligada ao reconhecimento de que se debruçar sobre o que “realmente ocorreu” também inclui levar em consideração os aspectos subjetivos dos agentes sociais.

1 Fundação Getúlio Vargas. Mestranda em História Política e Bens Culturais. Bolsista CAPES.

O cinema documental, por sua parte, tem se destacado enquanto território privilegiado de experimentações de propostas originais em termos estéticos, discursivos e políticos. Em relação à produção documental latino-americana, é possível notar que a aproximação subjetiva e íntima dos cineastas em documentários políticos vem se transformando, desde fins dos anos 1990, em uma tendência produtiva, com especial destaque para os filmes que tratam dos temas das ditaduras militares do Cone Sul. O pesquisador argentino Pablo Piedras (2010) define este tipo de produção documental como “documentário em primeira pessoa”, em que os/as realizadores/as são colocados no centro do relato e buscam quebrar o silêncio sobre um tema ao mesmo tempo pessoal e político.

Para além do conceito utilizado por Piedras ao se referir a essa produção documental recente, o presente texto, também pretende refletir sobre a possibilidade de se pensar esses documentários através da noção de “documentos sensíveis”², que o historiador Carlos Fico designou aos documentos encontrados nos arquivos repressivos da ditadura militar, pelo fato de que muitas das vezes esses revelariam situações e informações delicadas, que justamente dizem respeito a dimensões sensíveis dos envolvidos. Da mesma maneira, esses documentários também trazem à tona documentos (seja sob a forma de cartas, fotografias, notícias de jornais, gravações sonoras ou de imagem em movimento), que revelam informações acerca da trajetória de vida dos personagens retratados, e que em certa medida buscam construir-lhes uma nova memória e expor temas sensíveis e conflitantes sobre a vida política e privada dos indivíduos.

Além disso, esta irrupção da primeira pessoa no cinema documental não seria uma realidade desconectada de uma transformação cultural mais ampla – marcada pela derrubada do muro de Berlim e a consolidação do neoliberalismo como sistema político e

2 História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. In: **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p. 43-59, jan./jun. 2012.

econômico – que impactou a produção artística e intelectual. Para o historiador italiano Enzo Traverso (2017), por exemplo, é a partir da década de noventa que filmes considerados parte do imaginário e de uma cultura de esquerda³ começam a elaborar sobre o passado assumindo a derrota como ponto de partida de sua análise retrospectiva. Segundo ele, se até o fim da década de setenta os filmes descreviam movimentos de massas confiantes e anunciavam vitórias implacáveis, a partir dos anos noventa passam a demonstrar um luto pelas derrotas, inclusive ao retratar revoluções.

Este texto, portanto, pretende se debruçar sobre a hipótese de que a atual tendência do cinema documentário na América Latina, que busca uma elaboração do passado através da subjetividade de seus realizadores, também pode ser encarada sob a luz de uma crise das utopias. Neste sentido, buscaremos desvendar o mal-estar gerado por esta crise – também encarado como uma “melancolia de esquerda” – relacionando-os aos processos históricos das ditaduras militares do Brasil e do Chile, que desembocaram em aberturas democráticas, marcadas por dores, traumas, derrotas e frustrações.

DA UTOPIA À MEMÓRIA: UMA GUINADA HISTÓRICA DO FIM DO SÉCULO

A Revolução Russa inaugurou o século XX com uma chama de esperança de que era possível criar novos modelos de sociedade, mobilizando milhões de homens e mulheres ao redor do mundo. Décadas depois, o triunfo da Revolução Cubana inspiraria movimentos revolucionários em diversos países latino-americanos, fazendo com que muitos militantes fossem tomados pela sensação de que “a re-

3 “Esquerda” para o autor definida em termos ontológicos: como os movimentos que lutaram para mudar o mundo ao colocar o princípio da igualdade no centro de sua agenda. Sua cultura é heterogênea e aberta, na medida em que inclui não só diferentes correntes políticas, mas também uma pluralidade de tendências estéticas e intelectuais.

volução estava logo ali na esquina”⁴. Como afirma Traverso, parecia que “a história caminhava a passos largos para o socialismo, não para a barbárie” (2017, p. 102). Apesar de que em 1967, na Bolívia, o movimento de guerrilha liderado por Che Guevara fracassara, sua morte o transformaria em mártir, e seu sacrifício não se daria em um mundo silencioso e indiferente. Mas é ainda em um contexto latino-americano que o ciclo de derrotas “gloriosas” – celebradas como momentos trágicos, porém históricos, que, em vez de colocar em xeque a crença no socialismo, a reforçavam – chega ao fim. Em 11 de setembro de 1973, um golpe militar destruiu o governo da Unidade Popular no Chile, estabelecendo uma ditadura brutal que duraria vinte anos e mudaria a paisagem política do continente.

Em um contexto global, a derrubada do Muro de Berlim, em 1989, e o fim da União Soviética, em 1991, foi um ponto de inflexão que significou não apenas o fim dos governos de inspiração socialista, mas chegou a ser anunciado como o fim de um século (HOBBS-BAWN, 1994). Para o campo da esquerda, esses acontecimentos tiveram um efeito desmoralizante que abriu espaço para “uma década marcada pelo conformismo político e o descobrimento das virtudes do capitalismo” (TRAVERSO, 2012, p. 13). É também neste momento que, para muitos, a utopia de um modelo diferente de sociedade passa a ser vista como um perigoso desejo de totalitarismo.

[...] a queda do Muro de Berlim logo ganhou uma dimensão de *evento*, de virada de época que excedia suas causas, escancarando novos cenários, de súbito projetando o planeta em uma constelação imprevisível. Como todo grande evento político, alterou a percepção do passado e gerou uma nova imaginação histórica (TRAVERSO, 2018, p. 29).

4 Diversos testemunhos que expressem esse sentimento podem ser encontrados em diferentes documentários em primeira pessoa sobre as ditaduras do Cone-Sul, tais como *El tiempo y la sangre* (2004), *Encontrando a Victor* (2005) etc.

Assim, a utopia revolucionária das décadas passadas, entendida como uma projeção de futuro, algo que ainda não existia e que estaria aberto e livre, passa a ser substituída por um olhar de volta ao passado, representado por essa espécie de fixação pela memória – ou, como caracterizou Jelín (2002), de “sobreafluência” da memória. Com o colapso das revoluções do século XX, a utopia deixa de aparecer como um “ainda não” para ser encaixada em um lugar não existente, uma utopia destruída que torna-se objeto de uma arte da melancolia (TRAVERSO, 2016, p. 45). No texto *Imagens melancólicas. O cinema das revoluções vencidas*, Traverso busca analisar filmes que, segundo ele, delineariam um retrato do século XX “como uma era trágica de revoluções interrompidas e utopias derrotadas, relembrando aos vencidos suas batalhas perdidas” (p. 248). Para o historiador Reinhart Koselleck (2002), “se a história no curto prazo é feita pelos vitoriosos, no longo prazo as vantagens do conhecimento vêm dos vencidos” (p. 76). Os vencidos repensariam o passado com um olhar mais sutil e crítico, uma vez que a própria experiência de ser vencido conteria um potencial epistemológico que transcende sua causa.

A CRISE DAS UTOPIAS NO CINEMA LATINO-AMERICANO

Na América Latina, logo pós a Revolução Cubana, ocorreu a emergência de um novo cinema, militante, em tom objetivo e de denúncia, cuja principal preocupação era a de refletir sobre os problemas da região. O golpe militar no Chile, em 11 de setembro de 1973, no entanto, foi um grande baque para aqueles que acreditavam que a vitória da experiência socialista chilena poderia influenciar os rumos políticos da região e ajudar a reverter o quadro em países onde as ditaduras militares já haviam se instalado no poder. Nesta nova conjuntura, o triunfo das forças reacionárias havia se tornado uma realidade até mesmo num país que contava

com uma ampla base social na luta pelo socialismo, o que levou à reflexão sobre a viabilidade ou não de uma revolução institucional. Sobre esse fato, o cineasta francês Chris Marker (2008, p. 32), cuja cinematografia é composta por uma das obras mais engajadas do período, comenta: “En America Latina, la revolución fue derrotada de manera sangrienta: en Occidente, la revolución nunca tuvo lugar. Se quedó en el ensayo sin fin de una obra que nunca se estrenó”.

Segundo Pablo Piedras, é possível pensar que a reiterada utilização da primeira pessoa no documentário latino-americano das últimas décadas, se apoia na impossibilidade do documentário clássico dar conta de verdades históricas sobre os fatos traumáticos, produzidos durante as ditaduras instituídas nos países da região. Essas novas vozes raramente se validam ou encarnam um projeto político e totalizante se não que expressam a tendência de uma geração que prioriza o direito à subjetividade e ao discurso pessoal.

Contudo, na última cena do filme *A Batalha do Chile* (1979), realizada pelo documentarista chileno Patricio Guzmán, já é possível verificarmos reflexos de um novo imaginário representado no cinema. Pois, apesar de filmado entre 1971 e 1973, e seu estilo se aproximar mais da geração de cineastas militantes, o documentário só foi concluído em 1979, em plena ditadura chilena. Nessa cena, Guzmán entrevista o operário de uma fábrica sobre o que ele acha que vai acontecer dali pra frente, ao que ele responde: “Se o governo não se libertar de certos compromissos, vai ser liquidado”, referindo-se ao fato de Allende não ter optado por uma resistência armada ao golpe. E então acrescenta: “O que iremos perder, não vamos conseguir recuperar nunca”. Neste instante, o cenário muda do interior da fábrica, símbolo da resistência dos trabalhadores chilenos, para um deserto, em que o horizonte torna-se cada vez mais longe. Surge a voz *off* de Guzmán: “Vamos ca-

minhando, companheiro”, ao som de uma flauta andina triste que ganha cada vez mais evidência sonora no lugar do barulho das máquinas trabalhando. Até que música e a paisagem desértica tomam conta da cena o filme acaba. Um sentimento de melancolia, portanto, acaba por revelar-se, possivelmente já sob a influência de uma perspectiva de derrota.

Guzmán poderia ter optado em terminar seu filme com o emblemático discurso de Allende em *La Moneda*, cujas palavras e imagem de um líder de capacete carregando uma metralhadora, o levariam a uma espécie de panteão do socialismo ao lado de Che Guevara, emprestando a seu sacrifício uma dimensão quase mística (TRAVERSO, p. 102). Em sua mensagem, Allende parecia ter certeza de que seu sacrifício não seria em vão: “Antes do que se pensa de novo se abrirão as grandes alamedas por onde passará o homem livre, para construir uma sociedade melhor”. A cena final do filme, no entanto, abre brecha para a seguinte reflexão: seria este o prenúncio do fim de um “horizonte de expectativas”, que orientam tanto o pensamento como a atitude, ao qual se referia Koselleck, e que daria início a uma postura resignada? Isto por que, para o historiador, à medida que foram sumindo as utopias, o presente tornou-se carregado de memórias e incapaz de se projetar no futuro. Para ele, então, não haveria mais um “horizonte de expectativa” visível.

A MEMÓRIA DAS DITADURAS MILITARES NO DOCUMENTÁRIOS “SENSÍVEIS” EM PRIMEIRA PESSOA

Os processos históricos, sob os quais os documentários aqui analisados se debruçam, ao serem encarados como derrotas de um projeto político, e gerarem traumas e frustrações em sujeitos históricos que se consideravam protagonistas de uma possível transformação radical da sociedade, podem ser encarados como fatores que contri-

buem para uma crise entre história e utopia. Esta, por sua vez, reforça a opção pela predominância da subjetividade, tanto como procedimento e linguagem documental, quanto na própria construção do conhecimento histórico, que busca ressignificar esse passado a partir das histórias de vida, das emoções e contradições. Os filmes aqui analisados, portanto, delineiam um retrato do século XX como uma era trágica de revoluções interrompidas e utopias derrotadas, relembrando aos vencidos suas batalhas perdidas.

No documentário *Allende, Meu Avó Allende* (2015), realizado por Márcia Tambutti Allende, neta de Salvador Allende, a cineasta se converte em uma memória incômoda dentro da família, na medida em que busca uma compreensão profunda de como aquele 11 de setembro de 1973 impactou as suas relações familiares. Durante o processo, fica evidente a sua dificuldade em quebrar o silêncio sobre um tema ao mesmo tempo pessoal e político, íntimo e coletivo. Ao longo do filme surgem tensões entre – mais do que o falar e o não falar – entre o querer ver e o resistir à imagem.

No início do filme, Marcia reconstrói aquele trágico 11 de setembro vivenciado por eles através do ponto de vista da avó, que se encontrava sozinha na casa deles, também bombardeada pelos militares. A vida de Hortensia Bussi (Tencha) foi poupada, mas os documentos e fotografias familiares não, sendo confiscados logo após o golpe. Assim, através de um desejo em recuperar para a avó o álbum de família perdido por conta de um acontecimento traumático – tanto para a sua família, quanto para a sociedade chilena – a realizadora Marcia Tambutti transforma uma motivação afetiva de uma memória familiar em um gesto político. Patricio Guzmán (2012, p. 56) afirma que um “um país sem documentário é como um álbum de família sem fotos”, em alusão a importância de se construir uma memória histórica para a sociedade. Tambutti então faz uma espécie de exercício metalinguístico ao transformar o documentário em um

processo de reconstrução do seu álbum de família, marcado por lacunas, silêncios e imagens guardadas por anos em envelopes.

Uma das personagens mulheres que se tornam essenciais no filme é Beatriz Allende (Tati), a filha revolucionária de Salvador Allende. Tati era a única que frequentava a casa dos “amores paralelos” de Allende, evidenciando que seu compromisso político era maior do que a importância atribuída às questões familiares. Após o golpe de Estado e a consequente morte do pai, Tati decide se exilar em Cuba. Gravações da época mostram-na discursando na ilha diante da presença de Fidel e Raúl Castro, no que o filme opta por evidenciar mais o abatimento em seu rosto e o vazio no seu olhar do que o conteúdo discursado. Nesta cena do filme, a realizadora opta por cortar o áudio original da imagem para então escutarmos sua voz em *off*, em meio aos aplausos da multidão, que narra:

Foi curioso pois Maya me mostrou uma foto de mim com Tati [...] Eu nunca tinha visto uma foto minha com Tati. Ela tinha uma expressão doce que eu nunca tinha visto nela. A imagem dela mais fechada é só uma parte. Uma pequena parte dela, eu diria. Ela podia até ser valente, atrevida, alda, decidida... Mas Tati era muito sensível.

Figura 10 - Fotograma extraído do filme *Allende, meu avô Allende*



Após quatro anos vivendo em Cuba, Tati comete suicídio, deixando três filhos. Em uma entrevista do documentário, com um de seus filhos, ele comenta sobre o fato de Tati ser uma figura pública em Cuba, mas que se sentia extremamente só. E critica a forma como os revolucionários tratavam as pessoas que sofriam de doenças mentais: “Um revolucionário não se deprime”, diz. Da mesma maneira, Traverso (2017, p. 104) afirma que “a melancolia sempre foi uma dimensão velada da esquerda”. Dessa maneira, se revelam os impactos que o golpe de estado no Chile, que tirou a vida de seu pai e interrompeu o sonho de um projeto de socialismo democrático no país, teve em sua vida.

Há uma imagem no documentário que mostra Tencha segurando a emblemática foto de Salvador Allende no *Palacio La Moneda*, no dia do golpe militar, com um capacete e uma arma na mão, combinada a um áudio de um discurso do ex-presidente na época. Em seguida, entra a voz de Tencha através de uma gravação, em que ela diz que recordar aquele 11 de setembro de 1973 era um pesadelo para ela, pois “até aquele dia, eu tinha marido, três filhas... Depois desse dia, perdi meu marido e uma filha, meus netos estão dispersos em diferentes partes do mundo”, evidenciando assim o impacto que o golpe militar gerou em sua estrutura familiar.

O exílio provocado com a intensificação da repressão após os golpes militares nos países do Cone Sul tinham como objetivo desarraigar grupos de pessoas comprometidas com um projeto de mudança social, separando-os de sua base política, cultural, familiar etc., dificultando assim sua ação e sua concertação ao dispersá-los pelo mundo. A ditadura, em plena posse de todos os elementos do poder, buscou internalizar no opositor um sentimento de derrota estratégica, de isolamento, de desesperança (LUNA, 2012, p. 5).

“Durante muito tempo pensar em meu pai significava pensar em sua morte. Como se pelo enigma e pela violência ela tivesse apagado

a sua história. E junto com ela, parte da minha vida”. Este trecho é narrado por Flavia Castro, logo no início do documentário *Diário de uma busca*, em que ela apresenta qual o motor do filme, no caso, a investigação acerca da morte de seu pai, Celso Castro – militante da luta armada brasileira durante a ditadura –, que se deu em circunstâncias suspeitas no ano de 1984, no período pós-anistia.

O Partido Operário Comunista (POC), organização onde militavam os pais de Flavia, imediatamente sofreu com a repressão após o decreto do AI-5. Pouco tempo depois, após ter sido levado ao D.O.P.S e liberado, Celso decide se exilar com sua companheira, Sandra, e ambos vão para o Chile, deixando os dois filhos com parentes no Brasil. Assim, a situação que se desenha é, ao mesmo tempo, a de uma desintegração de um movimento político e da própria vida familiar. Um depoimento da avó de Flavia, então, acrescenta: “Depois que passa a gente fica pensando: como é que a gente aguenta tanta coisa, tanto rompimento? Rompimento de uma estrutura familiar e política”.

A partir de setembro de 1970, com a vitória da Unidade Popular no Chile, o fluxo de brasileiros cresceu enormemente no país. A capital Santiago se tornou um referencial para os exilados brasileiros, “fascinando quem estava sendo diretamente perseguido e uma esquerda ansiosa por conhecer a tão falada experiência chilena” (ROLLEMBERG, 1998, p. 109). Assim, a experiência chilena, nesse primeiro momento, produziu, para a maior parte dos exilados, um impacto extremamente favorável e positivo. Em carta enviada aos pais, e narrada no documentário, Celso descreve este otimismo: “Estamos muito satisfeitos. Perfeitamente integrados em um trabalho político muito concreto, com objetivos bem claros e definidos”. Pouco anos depois, esse sentimento se transformaria com o golpe militar que derrubaria Allende.

A 1ª fase [do exílio] iniciou-se em 1964, com o golpe, estendeu-se até a deposição de Salvador Allende, em 1973. A morte do presidente e o terror desencadeado no Chile simbolizaram, tragicamente, não só o fim da experiência socialista chilena, como também a derrota da revolução na América Latina (ROLLEMBERG, 2004, p. 286).

Na sequência em que o documentário aborda o retorno de Flávia e sua família do exílio depois de decretada a anistia política de 1979, o retrato é de uma volta abrupta encarada por ela, em realidade, como um novo exílio. A narração que anuncia esse momento é a releitura de um diário dela mesma na época: “Pronto. Teve a anistia. Isso quer dizer que a gente pode voltar para o Brasil. Todo mundo parece contente, mas eles nem fizeram a revolução! Um dos procedimentos estéticos utilizados na reconstrução deste momento foi em relação às cores, uma vez que ela opta em retratar o Rio de Janeiro em tom frio e azulado, que remete a u uma sensação melancólica, Acompanhando uma imagem, a narração de uma carta de seu pai demonstra certa desilusão com todo processo:

Mil pessoas. A maioria de retornados. Uma festa surrealista. Uma alegria que me pareceu chocante. Um entusiasmo indecente e um toque de nostalgia melodramática [...] Parece que ninguém se dá conta e, o que é pior, ninguém quer entender que voltamos derrotados, que houve uma concessão da ditadura.

Figura 11 - Fotograma extraído do filme Diário de uma busca



Neste relato de Celso, é possível identificar uma mudança de sua perspectiva em relação à luta política. Celso – e sabemos que ele não seria o único – não consegue enxergar a anistia como uma conquista, mas, ao contrário, como uma vitória dos militares. Em *A Negociação Parlamentar da Anistia de 1979 e o Chamado ‘Perdão aos Torturadores*, Fico expõe os impasses institucionais que o projeto criava e as diferentes visões, não apenas entre apoiadores e opositores do regime, mas também dentro daqueles que foram perseguidos pela ditadura, e que propunham termos distintos para o processo. Dentre as propostas, falava-se em “esquecimento recíproco dos que agiram e dos que sofreram”, pois os pontos principais de divergência eram justamente a inclusão dos crimes de tortura dentre aqueles a serem anistiados e, por outro lado, a anistia aos que o regime considerava como sendo “terroristas” – os militantes que participaram da luta armada. Diante disso, Fico (2010, p. 331) afirma que “com o passar do tempo, estabeleceu-se a leitura de que o perdão aos torturadores foi o preço a pagar para que a anistia fosse aprovada”.

A linguagem de ambos os filmes consiste, ainda, em misturar aos relatos pessoais do presente, imagens de arquivo e gravações sonoras do período, em uma sobreposição constante das camadas históricas e particulares. Jelín (2002, p. 22) ressalta que a “memória arquivada”, seja as que se encontram na mente das pessoas, em arquivos públicos ou arquivos pessoais são “reservatórios passivos”, que devem se distinguir do uso, do trabalho e da atividade humana com as quais se relacionam. Há situações, portanto, em que o pesquisador/historiador torna-se um agente público e suas posturas podem ter consequências políticas que vão além do conhecimento e do debate acadêmico. Em se tratando desses documentaristas, é possível também atribuir-lhes esta função, uma vez que trazem à tona documentos nunca exibidos publicamente, que buscam investigar um passado ao mesmo tempo afetivo e político, debruçando-se sobre um tema pessoal e histórico, construindo uma nova memória para os personagens do período. E

é também neste sentido que refletimos sobre a possibilidade de encarar esses filmes como documentários sensíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *Allende, meu avô Allende* o 11 de setembro chileno é reconstruído através das perspectivas das mulheres da família da realizadora que foram diretamente impactadas pelo golpe. Já em *Diário de uma busca*, Flavia Castro tem como motivação principal do filme contestar a versão oficial acerca da morte de seu pai Celso, cujas manchetes de jornal e os agentes que participaram da investigação afirmam ter ocorrido devido a um assalto seguido de suicídio.

Considerando a irrupção da primeira pessoa no cinema documentário como parte de uma transformação cultural mais ampla, o presente texto buscou levantar questões acerca da relação entre história e utopia, e sua influência nas produções documentais contemporâneas latino-americanas, que assumem as derrotas históricas como ponto de partida de sua investigação retrospectiva e se debruçam sobre como esses fenômenos afetam os indivíduos. Neste sentido, considera-se fundamental analisar este ponto de visto no intuito de compreender os relatos contemporâneos que têm sido construídos sobre o passado recente das ditaduras militares.

Os documentários aqui analisados através de uma perspectiva que os caracteriza como parte de um imaginário melancólico de esquerda, encaram como o objeto perdido a luta como experiência histórica que suscita lembranças e emoções, a despeito de seu caráter frágil, precário e efêmero. Nessa perspectiva, melancolia pode então significar memória e consciência das potencialidades do passado. Walter Benjamin, por sua vez, é um dos que se posiciona contra essa melancolia fatalista feita de passividade e cinismo. O que ele sugere, então, é a valorização de uma melancolia de caráter epistemológico:

um olhar alegórico e histórico capaz de penetrar a sociedade e a história, compreender as origens de sua tristeza e recolher os objetos e imagens de um passado que, ansioso, espera por redenção.

Pode-se dizer, portanto, que os documentários aqui analisados, buscam ressignificar a leitura do passado através de uma memória que transita do individual para o coletivo, parábola inversa a dos documentários políticos de outrora – cujas imagens mostravam um mundo em que a utopia revolucionária foi levada às ruas. Talvez seja então o momento do cinema voltar a reinventar essas imagens e da história finalmente fazer as pazes com a utopia, buscando no passado um sentido para reinventá-las. No longo prazo, não existem sociedades sem utopias.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **An outsider make his mark in *Selected writing***. Londres: Harvard University Press, 2005.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. In: **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.43-59, jan./jun. 2012.

FICO, Carlos. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado “perdão aos torturadores”. **Revista Anistia**, p. 318–333, jul./dez., 2010.

GUZMÁN, Patricio. **Filmar o que não se vê**. São Paulo: Editora SESC, 2017.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

JELÍN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madri: SSRC, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. **Transformation of experience and methodological change: a historical-anthropological essay**. Stanford: Stanford Press University, 2002.

LUNA, Candelaria del Carmen Pinto. *Exilio chileno: 1973- 1989*. Consecuencias del exílio, cómo se vive el exílio, producción artístico-cultural del exílio, memoria de hijos de exilados retornados de Francia. Trabalho apresentado na **I Jornadas de trabajo sobre exilios políticos del Cono**

Sur en el siglo XX. Agenda, problemas y perspectivas conceptuales, realizado entre 26 e 29 set. 2012 na Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad de La Plata, Argentina. Disponível em: <http://jornadasexilios.fahce.unlp.edu.ar/ponencias/PINTO.pdf/view?searchterm=None>

MARKER, Chris. *Sixties*. In: *Critical Quarterly*. 2008.

PIEDRAS, Pablo. La cuestión de la primera persona en el documental latinoamericano contemporáneo. La representación de lo autobiográfico y sus dispositivos. *Revista Cine Documental*, número 01, Buenos Aires, 2010. Disponível em: http://revista.cinedocumental.com.ar/1/articulos_04.html.

PIEDRAS, Pablo. **El documental en primera persona**. Buenos Aires: Paidós, 2001.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: entre raízes e radares**, vol. I. Rio de Janeiro: 1998.

ROLLEMBERG, Denise. Nômades, Sedentários e Metamorfoses: Trajetórias de Vidas no Exílio. In: RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois**. São Paulo: EDUSC, 2004.

TRAVERSO, Enzo. Imágenes melancólicas. El cine de las revoluciones vencidas. *Acta Poética*, n.º 38, 2017, p. 13-48.

TRAVERSO, Enzo. **Melancolia de esquerda: marxismo, história e memória**. Belo Horizonte: Ayiné, 2018.

TRAVERSO, Enzo. **La historia como campo de batalla: interpretarlas violencias del siglo XX**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

Jornal A Luta e as representações acerca do progresso da cidade de Campo Maior-PI (1967-1979)

Raimundo Nonato Bitencourt Pereira

Um dos aspectos que recebeu maior atenção do jornal A Luta, que circulou na cidade de Campo Maior, norte do Piauí, entre os anos de 1967 e 1979, foi o processo de implantação da nova rede elétrica da cidade, que culminou, posteriormente, na inauguração da energia gerada a partir da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança.

Com a Usina de Boa Esperança, esperava-se que tivesse início no Piauí a implantação de indústrias, representantes do que era “novo”, em contraposição ao “velho Piauí”, subdesenvolvido e que até então tinha tido como principais fontes de renda a pecuária e, posteriormente, o extrativismo vegetal. Marconis Lima (2007) afirma que as obras para implantação de Boa Esperança iniciaram efetivamente em 1963, seguindo até o restante da década, havendo a inauguração em 1970, e à medida que se aproximava do momento de conclusão da obra as representações que evidenciavam o “novo Piauí” eram mais frequentes na imprensa piauiense.

Desde que foi implantado o primeiro sistema de energia elétrica em Campo Maior, no ano de 1932, os problemas de interrupção do serviço eram constantes, tanto no período em que a usina elétrica era

movida à lenha, quanto na época em que era abastecida a óleo diesel. Os problemas com a interrupção do fornecimento de eletricidade fizeram com que a energia vinda de Boa Esperança fosse muito aguardada em Campo Maior, pois, segundo Nascimento, assim “acabava de vez com os apagões de todas as noites nas principais cidades piauienses, em virtude do desligamento das velhas usinas de geração de energia elétrica, movidas a lenha ou a óleo diesel” (NASCIMENTO, 2010, p. 13).

Enquanto não chegava a energia de Boa Esperança os problemas elétricos em Campo Maior ocorriam, constituindo um dos principais motivos de críticas lançadas pelos opositores ao prefeito da época, Raimundo Andrade (1967-1971). No mês de março de 1968, as limitações no fornecimento de energia elétrica foram notícia no *A Luta*, por meio da publicação da carta que um estudante chamado Aurino José da Silva enviou e pediu que a edição publicasse. A região que o estudante indicou a falta de eletricidade era no “setor Praça da Bandeira”, importante logradouro público de Campo Maior, no qual a luz permanecia em funcionamento apenas por cerca de três horas e meia, tempo considerado muito restrito. Aurino Silva pontuou então o incômodo que isso causava aos discentes:

O estudante que tem suas funções obrigatórias durante o dia e tem o dever de assistir aula no colégio até às 21:45 hs., teria o pouco tempo de estudar em casa após estas aulas, mas como? Se a luz, que é necessária, só permanece até o término da última aula! Será justificável que em plena 22:00 hs., não se possa mais distinguir aquela Praça? Que nesta hora já se encontra imersa na escuridão. Apesar de ser um simples estudante, observei isso. No entanto apelo ao Senhor Prefeito, que faça uma pequena reampliação no horário de luz naquela Praça (*A LUTA*, 31 de março de 1968, p. 04).

Uma das principais reclamações encontradas, em relação ao fornecimento da eletricidade dos motores movidos a óleo diesel, era o

limitado horário de funcionamento, conforme destacado por Auri-
no Silva. Os motores não tinham capacidade para atender a deman-
da durante todo o dia, sendo por isso desligados no horário que o
poder público considerava que era menos essencial, ou seja, após as
22 horas. Nesse ponto, Gervácio Aranha (2005) enfatiza em relação
à luz artificial que “quando se fala na necessidade desse equipamento
moderno, tem a ver com a necessidade de prolongar certos ritmos
da atividade humana para além da hora crepuscular”, assim como o
estudante estava reivindicando, pois, segundo ele, era inviável conti-
nuar os estudos sem a iluminação elétrica.

Em editorial de setembro de 1968, o A Luta publicou com entu-
siasmo a visita do governador do Piauí, Helvídeo Nunes, que estava
instalado em Campo Maior para realizar a inauguração da nova rede
elétrica fornecida pela CEPISA (Centrais Elétricas do Piauí), tida
pelo jornal como “ultramoderna”, e que tinha como finalidade rece-
ber posteriormente a energia de Boa Esperança. O destaque era dado
ao governador, que segundo a concepção do semanário era o grande
responsável pelo avanço moderno e progressista que atingia o Piauí:

É, sem dúvida, realização de grande vulto, que, como
tantas outras, traduzem o espírito realizador de Helvídeo
Nunes, pulso forte à frente dos destinos do Piauí, a cuja
capacidade administrativa o Estado deve o inegável
progresso e desenvolvimento que atravessa nos dias
atuais. Na verdade, não há quem possa negar que o Chefe
do Governo piauiense, contando com uma equipe de
auxiliares altamente gabaritada, vem promovendo uma
admirável mudança na roupagem do Estado, construindo
obras marcantes e contribuindo para colocar o Piauí
em posição de igualdade aos demais Estados da Nação,
já premiados com a presença do desenvolvimento. E os
campomaiorenses, indiscutivelmente, tem recebido do
atual governo atenções deveras merecedoras de nosso
reconhecimento e dos nossos aplausos (A LUTA, 15 de
setembro de 1968, p. 04).

Na edição seguinte, a inauguração efetuada pelo governador no dia 15 de setembro figurou na primeira página do A Luta, relatando em matéria da edição que “toda Campo Maior vibrou de entusiasmo e alegria, com a inauguração da luz em nossa terra” (A LUTA, 22 de setembro de 1968, p. 01). Contudo, na mesma matéria já vinham as primeiras críticas ao novo e “ultramoderno” sistema elétrico, que remetia a um antigo problema, a limitação do horário de funcionamento da energia elétrica. De acordo com o jornal, durante a semana após a inauguração a população estava decepcionada: “o entusiasmo do povo está pouco a pouco fenecendo, aliás, com certa razão, pelo fato de somente termos luz às 18,45, aproximadamente, tanto nas ruas como nas residências”, a expectativa era que “a luz se estendesse até à meia noite, trazendo, assim, maiores benefícios ao povo” (A LUTA, 22 de setembro de 1968, p. 01). Tal fato ocorria porque havia sido ligada a nova rede de distribuição de energia, no entanto, enquanto a eletricidade gerada em Boa Esperança não chegava, continuavam a serem utilizados em Campo Maior os motores movidos a óleo diesel.

No mês de outubro de 1968, os problemas com fornecimento de energia elétrica continuavam sendo colocados em relevo. Na edição de 27 de outubro, o periódico dedicou toda a primeira página a uma “Carta aberta ao Prefeito Municipal”, assinada pelo advogado campomaiorense Osvaldo de Lobão Veras Filho. A carta era solicitando que Raimundo Andrade tomasse providências na resolução dos “apagões”. Osvaldo de Lobão iniciou afirmando que “são 21 horas, quando inicio a redação desta carta. Noite quente deste calorento mês de outubro. Escrevo-lhe à luz da lamparina, companheira indispensável quando o sol se esconde” (A LUTA, 27 de outubro de 1968, p. 01). Como se observa, já enfatizou logo no princípio a necessidade da “lamparina”, e mencionou que seu texto representava não somente sua opinião, visto que “atrevo-me a pretender que ela represente, embora sem o brilho que a ele não sei dar, o pensamento e revolta de

uma coletividade inteira”. Após essa introdução ao assunto, direcionou então seu texto ao prefeito: “[...] De quem o povo reclama, com absoluta urgência, as providências, por mais drásticas que sejam, para coibir o que se pode chamar de verdadeiro atentado contra esta cidade [...]” (A LUTA, 27 de outubro de 1968, p. 01).

Foi sublinhado que a energia elétrica fornecida antes pela prefeitura tinha maior qualidade do que a da CEPISA, que continha equipamentos “ultramodernos”, porém faltava o principal, o fornecimento regular de eletricidade, que foi a queixa de Osvaldo de Lobão:

Até bem poucos dias, tínhamos em Campo Maior uma modesta rede de distribuição de energia elétrica, instalada muitos anos atrás, com seus postes de madeira, fios entrelaçados e braços nada modernos. E tínhamos o principal: a energia, fornecida dentro das possibilidades da Prefeitura, mas sempre satisfazendo às necessidades do público que dela se servia. Uma deficiência, aqui e ali, era logo sanada e entendida. Veio a tal CEPISA: fabuloso carregamento de material ultra moderno foi despejado pelos quatro cantos da cidade. Teve início a instalação da nova rede, com seus majestosos postes de cimento, um dos quais, por ironia do destino, levou a vida de humilde estivador, pobre pai de família, esmagado a serviço do tão alardeado progresso. Depois de alguns meses de serviço, a CEPISA anunciava a conclusão de sua obra: a rede deveria ser inaugurada. Povo e autoridades do município, justificadamente jubilosos, tiveram o encontro marcado na Praça Luís Miranda. Discursos. Vivas. Entusiasmo. Banquete. Chegara a tão ardentemente desejada luz da CEPISA. Mesmo que para durar pouco e fazer com que o Prefeito, as demais autoridades e o povo engolissem o “conto do vigário” (A LUTA, 27 de outubro de 1968, p. 01).

Conforme Osvaldo de Lobão, o entusiasmo logo deu lugar à decepção, demonstrando os limites e contradições do progresso que aparecia nas representações do A Luta. Reforçou que a cidade vivia “em trevas”, tendo ainda o inconveniente dos encarregados pela manutenção da distribuição de eletricidade virem de Teresina, tornando mais lenta a solução dos problemas, além de só chegarem a Cam-

po Maior, “após não raras ‘confraternizações’ na cidade de Altos”,¹ e “também é sabido que, na Usina local, os motores estão na iminência de funcionar com a dispensa do óleo diesel, tamanha é a fartura de bebidas alcoólicas” (A LUTA, 27 de outubro de 1968, p. 01).

No ano de 1969 era realizada a conexão de uma nova rede de fios às residências, que posteriormente receberiam a transmissão da energia elétrica da COHEBE (Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança); para o A Luta, era a modernização sendo implantada, a velha rede elétrica que anteriormente tinha sido considerada moderna, agora estava obsoleta, não atendia mais aos anseios progressistas da imprensa local. Quanto à dicotomia novo/velho que se impôs em relação à energia elétrica, torna-se pertinente uma referência às análises de Jeanne Marie Gagnebin a respeito do moderno em Charles Baudelaire e Walter Benjamin. De acordo com a autora, Baudelaire colocava o moderno como algo paradoxal, quando relacionado ao que é “novo”. Tal contradição se impõe porque “o novo está, por definição, destinado a se transformar no seu contrário, no não-novo, no obsoleto, e o moderno, conseqüentemente, designa um espaço de atualidade cada vez mais restrito” (GAGNEBIN, 1997, p. 143).

Pode-se inferir a partir do A Luta, que para as pessoas que quisessem partilhar da eletricidade, que posteriormente seria oriunda da COHEBE, era necessário adequar-se as suas exigências, pois somente receberia eletricidade de Boa Esperança quem arcasse com as despesas das novas instalações, conforme o jornal informou em março de 1969:

Quem não tiver providenciado a ligação da nova rede da CEPISA em sua casa até o dia 31 de março próximo ficará no escuro, pois naquela data será cortada a energia distribuída pela antiga rede. A informação foi prestada pelo sr. José Reis Santiago de Matos, Chefe do Escritório

1 Altos é uma cidade localizada entre Teresina e Campo Maior, distando 44 km de Campo Maior.

da CEPISA em Campo Maior. Segundo o sr. Santiago de Matos a CEPISA começou no dia 3 deste mês a ligação da nova rede, havendo, portanto, bastante tempo para todos providenciarem a ligação em suas casas (A LUTA, 09 de março de 1969, p. 06).

De acordo com o que se pode verificar, a energia elétrica de Boa Esperança chegava, mas possuía certo caráter excludente, uma vez que era restrita a quem pudesse comprar as novas instalações elétricas de imediato.

A partir do ano de 1970, a expectativa pela chegada da energia da COHEBE em Campo Maior se tornou mais forte, pois em 07 de abril desse ano o presidente Emilio Garrastazu Médici inaugurou a usina que era considerada importante elemento para retirar o Piauí do subdesenvolvimento. Em plena euforia do “milagre econômico” o Piauí figurava, após a inauguração, de forma mais contundente no “Brasil Grande”, era a esperança de que com a “energia abundante” o setor industrial piauiense tivesse impulso.

Nesse contexto, alguns dias antes da inauguração, o A Luta noticiou sobre o evento com publicação na capa sob o título “Presidente Médici inaugurará Boa Esperança no dia sete”, na qual ressaltou que o empreendimento seria responsável por “redimir a inóspita Região do Nordeste Ocidental”, sendo fruto de um “esforço grandioso por parte do Governo Central, preocupado, dentro do espírito da Revolução, com a integração de todo o País no processo de desenvolvimento” (A LUTA, 29 de março de 1970, p. 01). Em meio aos anos chumbo a vultuosa obra foi inaugurada, pois à faceta repressiva da ditadura aliava-se o progresso como forma de legitimar o regime, e, no caso em apreço, o governo militar buscava ganhar o apoio do “Nordeste Ocidental”. Helen Sousa (2009) esclarece que a Usina de Boa Esperança fez parte da política de integração e expansão do Brasil levada a cabo pelos militares, e foi vista “nas páginas dos noticiosos maranhense e piauiense, como símbolo de ruptura entre o velho

e o novo, entre o arcaico e o moderno, entre o subdesenvolvimento e desenvolvimento” (SOUSA, 2009, p. 98).

No editorial “Boa Esperança”, divulgado em abril de 1970, o periódico colocou a usina como a obra mais importante para retirar o Piauí da condição de estado mais pobre da federação, repercutindo “em todos os rincões da pátria, como alta perspectiva de progresso e despertar de nossa região, último vagão atrelado ao trem da economia nacional”. O A Luta citou então como a usina teria povoado o sonho dos piauienses, além de mencionar os possíveis investimentos que ocorreriam no setor industrial:

De alguns anos para cá, o sugestivo nome da Usina recentemente inaugurada foi a cantiga de ninar que acalentou o sono de todos nós, piauienses; em sonhos e devaneios prevíamos a mais risonha realidade para o futuro. Hoje, Boa Esperança não é mais uma risonha promessa para o futuro, já não é mais uma esperança, é uma realidade [...]. É tido como certo que grupos industriais do sul do país e até mesmo do estrangeiro serão atraídos pela possibilidade grandiosa de expandirem a aplicação de seus capitais (A LUTA, 12 de abril de 1970, p. 03).

Até que fosse estabelecida a energia da COHEBE em Campo Maior, as reclamações quanto ao funcionamento limitado dos motores a diesel prosseguiram. O grupo do A Luta ansiava pelo progresso, e colocava muitas vezes que esse também era o desejo da população.

Na sua construção de representações relativas ao progresso de Campo Maior, em julho de 1970, referia com insatisfação, em reportagem de capa, que a cidade deu “um passo para trás em seu decantado progresso, porque a Prefeitura Municipal não pagou a taxa de energia elétrica pública [...]” (A LUTA, 21 de julho de 1970, p. 01). Dessa forma, as ruas estavam tomadas pela escuridão, e o A Luta pontuou que procurou Raimundo Andrade para esclarecer a situação, mas o prefeito estava em viagem ao sul do país.

Na edição da semana seguinte a falta de iluminação pública voltou a ocupar a primeira página do A Luta, que observou que “todo o Sul do País está convencido de que o Piauí está completamente iluminado, pois grande foi a propaganda do Governo em torno da inauguração de Boa Esperança” (A LUTA, 26 de julho de 1970, p. 01). Demonstrou assim o investimento que o governo estadual tinha feito na divulgação, nos meios de comunicação, acerca do evento, como forma de demonstrar para os estados sulistas que o Piauí também caminhava rumo ao progresso, e saía da condição de “estado mais pobre da federação”. A reclamação do jornal era porque Campo Maior continuava “em trevas”, devido o entrave relatado antes, ou seja, a prefeitura não havia pago os débitos atrasados com a CEPISA, em relação à iluminação pública. Desse modo, a matéria elaborada pelo A Luta sugeriu em tom jocoso: “a única solução aparente é voltarmos à época dos lampiões, ficando cada morador responsável de comprar um lindo lampião e colocar no poste de sua residência” (A LUTA, 26 de julho de 1970, p. 01).

Em agosto de 1970 o A Luta realizou uma entrevista com o prefeito Raimundo Andrade, que havia chegado da viagem ao sul do país. Um dos temas tratados foi a “escuridão” que tomava de conta da cidade, e Raimundo Andrade afirmou que antes de viajar tinha acertado com a CEPISA que seria pago parceladamente, ficando por isso surpreso ao voltar a Campo Maior e ver que a iluminação pública estava suspensa. Encerrou dizendo que a CEPISA aceitou o parcelamento e a questão foi resolvida, e que a responsável pelo ocorrido era a empresa, que atrasava as cobranças, sobrecarregando o consumidor ao cobrar todos os débitos atrasados em um único mês: “se a Cepisa não deixasse atrasar a cobrança, como faz com o próprio consumidor, não haveria o problema” (A LUTA, 02 de agosto de 1970, p. 01).

Não obstante a resolução da questão mencionada, outro problema elétrico surgiu. O jornal relatou na primeira página que buscou explicações com a CEPISA, no entanto:

Apavorados, os eletricitas nada disseram. Alegaram apenas um defeito existente numa bomba injetora, que impossibilita o funcionamento de um dos motores e, em consequência o racionamento de energia com o desligamento das redes das ruas (A LUTA, 17 de outubro de 1970, p. 01).

Desse modo indicaram que se buscasse informações com o responsável local da CEPISA, José Júlio de Matos, que de acordo com o A Luta não deu resposta, temendo uma suspensão de seu trabalho, medida que havia sido aplicada a um colega por dar declarações à imprensa sobre falta de energia elétrica. Nesse contexto, o jornal colocou-se mais uma vez como representante do povo na busca pelo progresso, e referiu ainda que os entraves elétricos estavam impedindo os campomaiorenses de usufruir do “progresso científico”:

Agora, sim, chegou o momento de um esclarecimento. O povo não mais se conforma com a situação. As ruas e as praças escuras; nas residências, de quando em vez, a luz falta, e aos domingos ela não diz presente em nossos lares. Afinal de contas, não somente a indústria mas as famílias também pagam a taxa mensal, inclusive, os excessos, para gozar do progresso científico, como são os aparelhos elétricos. A espera pela energia é em vão, têm o direito de reclamar. A empresa é rica e, portanto, são inexplicáveis as falhas, o que não é mais admitido pelo povo. Supondo-se senhora de tudo, a Cepisa ainda nega prestar esclarecimentos. Cuidado, senhores, com a cousa pública. E, a nosso ver, a Cepisa é isto. Saibam, ainda, que não fazem favores a ninguém; a população paga lhes o serviço, e muito bem (A LUTA, 17 de outubro de 1970, p. 01).

O A Luta continuou denunciando os problemas elétricos campomaiorenses, e nessa ocasião mostrou-se mais compreensivo com a CEPISA, porque a empresa tinha decidido explicar o problema. Em editorial de novembro, o periódico citou em sua primeira página as elucidações que a diretoria da CEPISA forneceu para justificar as constantes faltas de energia, argumentando que o problema mais

comum era porque os quatro motores usados na usina termelétrica sofriam sobrecargas.

No mês seguinte, Carlivan Miranda, um dos colaboradores do jornal, mencionou novamente o quanto era aguardada a energia de Boa Esperança, colocando-a como símbolo do momento promissor modernizante de Campo Maior:

Observem que Campo Maior está atravessando, juntamente com as 2 maiores cidades, em importância do Estado, uma fase de transição altamente promissora. Não esqueçam de que mais uma etapa de infraestrutura estará sendo implantada aqui, quando da chegada da energia da COHEBE. Bem vinda, seja (A LUTA, 19 de dezembro de 1970, p. 05).

Em 1971, as notícias acerca da implantação das novas instalações tornaram-se constantes, sobretudo em decorrência da inauguração da hidrelétrica em 1970. Em fevereiro de 1971 o jornal estampou a matéria intitulada “Virá energia da COHEBE até 1º de julho”. O A Luta, novamente, ao se referir à eletricidade gerada em Boa Esperança, tratou-a como uma “redenção”, pois, era o momento de abandonar o que era obsoleto, em nome do moderno, energia de melhor qualidade, sem as frequentes interrupções da usina movida a óleo diesel. Conforme a matéria em tela:

O Dr. Adalberto Medeiros, responsável pela montagem das subestações da Companhia Hidroelétrica de Boa Esperança, afirmou que Campo Maior se banhará da luz redentora da COHEBE, até o dia 1º de julho deste ano. A informação [...] decerto deixará os campomaiorenses contagiados de contentamento (A LUTA, 20 de fevereiro de 1971, p. 02).

Enquanto não era efetivado o funcionamento da energia “redentora” proveniente de Boa Esperança, e sempre mencionada em tom de exaltação, o periódico veiculou em suas páginas os problemas de-

correntes da usina termelétrica administrada pela CEPISA. Na coluna “Vamos ver o que há de quente”, escrita por Ernani Napoleão, editor do A Luta no período, o problema em foco tinha sido porque no carnaval a CEPISA não abasteceu Campo Maior durante o dia, o que ocasionou também falta de água. Ernani Napoleão aludiu que “enquanto cidades irmãs super iluminaram as avenidas, Campo Maior, para profundo desgosto dos seus filhos, esteve entregue à escuridão total de seus logradouros” (A LUTA, 27 de fevereiro de 1971, p. 02). Da forma que colocou, o editor falou por toda a população campo-maiorense, e comparou, com insatisfação, Campo Maior a outras cidades, pois para uma urbe “progressista” era inadmissível que outras cidades de igual ou menor porte tivessem um carnaval melhor.

Carlivan Miranda escreveu um artigo de opinião sobre o turismo no Piauí, e esclareceu que para o desenvolvimento desse setor era fundamental a energia da COHEBE, colocando-a mais uma vez como o elemento que seria o carro-chefe do progresso piauiense. Para Carlivan, ainda não era o momento de concentrar recursos no turismo, pois tal atividade requeria hotéis, restaurantes, bares, clubes noturnos, enfim, toda uma estrutura que para ele o Piauí só alcançaria “à medida que o Estado for conseguindo a sua mais importante meta que é a energização de suas cidades, através da Cohebe” (A LUTA, 06 de março de 1971, p. 05). Novamente foi retomada a questão da “miséria” piauiense, como um obstáculo a superar, pois o Piauí ainda vivia uma fase “embrionária” em seu desenvolvimento:

Devemos, irmanados, procurar extinguir a fase embrionária que ainda permanece conosco, para que não fiquemos sempre a observar, de longe, a emancipação industrial dos estados nordestinos, sem, contudo, termos forças de acompanhá-los nesta arrancada desenvolvimentista que tomou conta do Brasil [...]. Somos um Estado pobre com ínfima receita e percebemos a mais baixa renda per capita do País. Estudos recentemente levados a efeito com a população de Teresina, revelam que ela é de Cr\$ 53,47, enquanto a de Salvador é de Cr\$ 113,14. Por aí observa-se

a nossa condição de miséria e a enorme disparidade, mesmo no Nordeste (A LUTA, 06 de março de 1971, p. 05).

Para sanar os “apagões” que havia em Campo Maior, o A Luta havia especulado que viria um motor da cidade piauiense de Oeiras, fato que não se concretizou, apesar das solicitações dos representantes da Câmara Municipal campomaiorense. O jornal noticiou que “a antiga capital do Estado banha-se agora de abundante luz da Barragem de Boa Esperança”, portanto não precisava mais dos antigos motores. A opção havia sido o conserto do motor danificado que compunha a usina de Campo Maior, que até então estava funcionando com capacidade limitada, conforme pode-se inferir:

Desde o dia 1º de abril voltou a regularizar se a iluminação pública da cidade. [...] A normalização veio com um motor que acaba de ser trazido de Teresina, para onde fora levado daqui a fim de que fosse consertado. Com a ausência do aludido motor, três motores estiveram em funcionamento e estes não suportavam todo o consumo de energia elétrica. A luz na via pública traz tantos benefícios, sobretudo aos jovens que estudam no turno da noite. A CEPISA porém, deve, ainda, proceder à verificação dos postes para saber quais não têm lâmpadas, pois há vários trechos da cidade que continuam às escuras (A LUTA, 03 de abril de 1971, p. 02).

No fim do mês de abril de 1971, o A Luta noticiou que chegou o motor a diesel de Oeiras. A usina de Campo Maior estava funcionando com quatro motores, já que havia sido consertado o que estava com defeito. Criou-se a expectativa que com mais um motor, haveria novas ligações para residências, porém era informado que talvez isso não ocorresse, já que “os quatro grupos geradores atuais não são suficientes para atender a todos os recantos da cidade e, então, o novo motor viria apenas suprir tal deficiência” (A LUTA, 24 de abril de 1971, p. 03).

Não obstante o motor que deveria sanar o problema em destaque, o progresso destacado pelo jornal continuou sofrendo empecilhos, visto que o A Luta publicou nota no início de maio referindo que o motor oriundo de Oeiras estava em atividade, contudo, “outro motor que compunha o grupo de quatro geradores apresentou defeito grave e teve que ser levado a Teresina”, portanto a capacidade de fornecimento não sofreu ampliação, ocorrendo “ausência de luz em vários pontos da cidade” (A LUTA, 01 de maio de 1971, p. 03).

Em junho de 1971 o A Luta informou que a energia da COHEBE deveria chegar até dia 15 de julho do mesmo ano. Entretanto, em 24 de julho, publicou reportagem de capa afirmando que o primeiro teste que deveria ocorrer dia 26, tinha sido adiado por mais alguns dias. O teste deveria ter duração de duas horas, mas a eletricidade poderia funcionar sem interrupção caso tivesse bons resultados; acrescentou ainda a nova previsão de inauguração: “até o dia 15 de agosto, ela será oficialmente inaugurada. Antes da experiência, como disse o informante, a Cepisa deverá examinar a rede elétrica em toda a cidade” (A LUTA, 24 de julho de 1971, p. 01).

Em 1971, a eletricidade oriunda da Usina de Boa Esperança, tão aguardada pelo A Luta, chegou a Campo Maior, sendo uma das maiores conquistas material e simbólica que ocorreu durante o período analisado. Os constantes problemas que ocorriam desde a implantação da energia elétrica no ano de 1932, e que estiveram presentes tanto na usina movida à lenha quanto na que era impulsionada por óleo diesel, ficaram mais distantes do cotidiano campomaiorense, visto que a energia fornecida pela COHEBE era bem mais estável e menos sujeita a interrupções.

Após o funcionamento da eletricidade da COHEBE em Campo Maior, reclamações que eram mais frequentes, a exemplo da limitação do horário de funcionamento, ou as sobrecargas, devido à pouca

capacidade dos geradores movidos a diesel, não figuraram mais nas páginas do A Luta.

Enquanto as matérias acerca da eletricidade oriunda da usina termelétrica eram muitas vezes tratando da sua limitada capacidade, após a ativação da energia da COHEBE, o A Luta publicou nota na capa afirmando que Campo Maior passava a ter “Iluminação de sobra”, pois a CEPISA havia iniciado “a colocação de lâmpadas em todos os postes (não ficará um sem lâmpada), acabando com a deficiência de iluminação pública” (A LUTA, 01 de janeiro de 1972, p. 01).

Com a estabilização energética possibilitada pela COHEBE houve uma expansão em Campo Maior, e no Piauí de modo geral, das linhas de transmissão, não havendo mais a limitação na quantidade de residências que podiam receber eletricidade. Dessa forma, as cidades foram sendo beneficiadas com a energia produzida no sul do Piauí, que avançou gradativamente para o norte do estado, onde as cidades de maior porte receberam de forma mais rápida a eletricidade de Boa Esperança.

Conforme se analisou, é perceptível que o A Luta dedicou bastante espaço para a problemática da energia elétrica em Campo Maior, sendo um dos temas principais do jornal entre os anos de 1968 e 1971, época em que estava ocorrendo o processo de transição da usina elétrica movida a óleo diesel para o fornecimento oriundo da COHEBE. Nesse contexto, o periódico agiu pressionando a CEPISA e o prefeito Raimundo Andrade para que solucionassem o problema, ou seja, para que acelerassem na medida do possível a implantação da “redentora” eletricidade gerada pela Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança. Nas diversas matérias publicadas pelo A Luta para criticar os problemas elétricos da usina termelétrica, em determinadas ocasiões o periódico falava declaradamente por si, e em outras ocasiões afirmava estar lutando pelos interesses dos campomaioren-

ses, sendo apenas um “porta-voz”, porém, nas duas ocasiões, o objetivo do jornal era direcionar a implantação do que considerava ser o maior impulso progressista piauiense daquele momento, representado pela eletricidade da COHEBE.

A eletricidade de Boa Esperança possibilitou melhorias em iluminação das vias e logradouros públicos, no cinema, nos prédios relacionados aos serviços de educação e saúde, viabilizou a ampliação do fornecimento de eletricidade para um número maior de residências em Campo Maior, além de outras áreas que foram beneficiadas, tanto pela estabilidade da energia elétrica, quando por ter maior potência que os antigos motores a diesel.

Entretanto, é relevante também sublinhar o caráter excludente do símbolo moderno em destaque, visto que era acessível a quem tivesse condições financeiras para pagar as instalações elétricas necessárias, naquele momento. Na crônica de Irmão Turuka, datada de setembro de 1968, verificou-se que áreas mais periféricas não eram prioridade a princípio, pois Turuka elogiou os “1400 postes de concreto, que agora já estão jogando LUZ-CEPISA”, porém destacou também que o Bairro de Flores, localizado na região suburbana de Campo Maior, até então não tinha sido contemplado. Além disso, a atenção com a manutenção da iluminação pública continuou mais voltada para a zona central da urbe, pois, na concepção dos gestores municipais, o importante era modernizar as áreas que consideravam principais e eram mais visíveis.

Nesse aspecto, é relevante citar o Bairro Cariri, que fica afastado da região central de Campo Maior, e era um dos bairros mais pobres da década de setenta. No Cariri, mesmo no ano de 1977, o A Luta mencionou que a CEPISA ainda não havia instalado a rede elétrica, sendo tal questão pauta levantada pelo vereador campomaiorense Raimundo Nonato Ibiapina (ARENA), que afirmou que a violência no bairro era facilitada pela escuridão. Conforme a reportagem do A Luta, o vereador solicitou que:

Seja levada energia elétrica àquele bairro, recentemente morada de bandidos mascarados, que tanto amedrontam as famílias, fatos que, segundo ele, se devem à falta de luz, que muito auxilia a essa prática condenável [...] (A LUTA, 20 de novembro de 1977, p. 02).

Ainda no início do ano de 1978 a eletricidade fornecida pela COHEBE não era uma realidade nos bairros campomaiorenses, é o que se apreende a partir de uma matéria publicada na primeira página sob o título de “Luz nos bairros é pra já”, na qual foi ressaltada que a Câmara de Vereadores aprovou projeto de lei autorizando a Prefeitura Municipal a realizar contrato com a CEPISA no sentido de levar a energia elétrica aos bairros, que passariam a partilhar desse aspecto do “desenvolvimento”:

Os nossos aplausos vão para os que estão contribuindo de um modo onde [sic] outro para beneficiar os moradores da periferia da cidade, levando até eles a luz elétrica, para iluminar suas ruas e moradias, e energia para seus aparelhos, o que vale dizer contribuir para o desenvolvimento dessas áreas até hoje sem gozarem desses benefícios (A LUTA, 23 de abril de 1978, p. 01).

O decantado “progresso” ocorrido no fornecimento de eletricidade em Campo Maior foi o aspecto que recebeu maior atenção do A Luta na década de 1960, com a energia da COHEBE vista por administradores públicos piauienses e setores da imprensa escrita como a “redenção” que proporcionaria a saída do Piauí da condição de estado mais “atrasado” do país. Conforme foi observado, tal “progresso”, a princípio, não era acessível a todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas. In: AGRA DO Ó, Alarcon. **A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural**. 2. ed. João Pessoa: Idea, 2005.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Baudelaire, Benjamin e o moderno. *In*: GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

LIMA, Marconis Fernandes. **Cidade da Boa Esperança**: Memórias da construção da usina hidrelétrica em Guadalupe - Piauí. 242 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Imprensa e imagens: a construção de representações do Piauí e de Teresina através de jornais diários na década de 1970. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, n. 28.1, 2010.

SOUSA, Helen Lopes de. **Os versos e reversos do progresso**: imagens do Maranhão Novo & Nova Iorque nas águas da Boa Esperança. 2009. 269 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2009.

A experiência do cristianismo da libertação nos sertões de Crateús (1964-1998)

Monyse Ravenna de Sousa Barros¹

“ENTRE CRISTIANISMO E REVOLUÇÃO NÃO HÁ CONTRADIÇÃO”

Para Walter Benjamin, o próprio capitalismo se constitui como uma religião, o dinheiro é sua divindade², ele cria um sentimento de culpa universal e busca dar sentido à vida das pessoas, assim como outras religiões.

Na América Latina, o peruano José Carlos Mariátegui propôs que a força revolucionária é uma força que pode ser nomeada como religiosa, mística e espiritual. Considerava o socialismo um movimento inspirado por sentimentos religiosos, ainda que de uma religião materialista e terrestre. Para Lowy:

Em todo caso deve estar claro que Mariátegui não quis fazer do socialismo um Igreja ou uma seita religiosa, mas tentou restaurar a dimensão espiritual e ética da luta revolucionária: crença (“mística”), solidariedade, indignação moral, compromisso total, disposição de arriscar a

¹ Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará, bolsista Capes.

² LOWY, Michael. *Centelhas: marxismo e revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.

própria vida (o que ele chama de “heroico”). O socialismo, para ele, era inseparável de uma tentativa de reencantar o mundo por meio da ação revolucionária. Mariátegui se transformou em uma das referências marxistas mais importantes para o fundador da Teologia da Libertação, o peruano Gustavo Gutiérrez (LOWY, 2017).

Passando da formulação a prática política, a América Latina também nos oferece um exemplo histórico concreto da relação próxima entre a religião e a revolução em um pequeno país chamado Nicarágua. Estamos falando da experiência da revolução nicaraguense colocada em prática na década de 1970, na América Central.

Entre os militantes revolucionários nicaraguenses estavam Ernesto Cardenal, padre e integrante da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN)³, que se apresentava como marxista cristão e foi ministro da cultura no governo pós-revolução. Quando conheceu Cuba, Ernesto afirmou que a pequena Ilha apresentava o evangelho em ação, segundo o próprio: “*não foi a leitura de Marx que me levou ao marxismo, mas sim a leitura do evangelho*” (CHRISTIAN, 1985). Seu irmão o também sacerdote Fernando Cardenal, defensor público da teologia da libertação, exerceu vários cargos no governo sandinista, entre eles o de Ministro da Educação. Carlos Tunnermann também um fervoroso católico exercer, assim como Fernando, o cargo de Ministro da Educação.

Os irmãos Cardenal não eram os únicos padres na empreitada revolucionária, relatos como o da jornalista Shirley Christian não são raros:

3 O Movimento Nova Nicarágua, fundado em 1961, tornou-se no ano seguinte à Frente de Libertação Nacional. Em 1963, a Frente acrescentou “Sandinista” ao seu nome, em referência a Augusto César Sandino, revolucionário responsável por liderar, a partir de 1927, uma rebelião contra a presença dos Estados Unidos na Nicarágua. Entre os fundadores da FSLN estão Carlos Fonseca Amador, Tomás Borge Martínez e Silvio Mayorga. Apenas Borge sobreviveu para ver o triunfo da revolução em 1979. Para mais consultar: CHRISTIAN, Shirley. *Nicarágua: Revolução em Família* e ZIMMERMANN, Matilde. *Carlos Fonseca e a Revolução Nicaraguense*.

Certa noite em fins de 1971 cerca de dez jovens nicaraguenses em idade universitária, a maioria procedente de famílias abastadas, recolheram-se a um retiro espiritual sob a direção de um padre chamado Uriel Molina. Durante o retiro, refletiram sobre religião, mas houve mais conversas sobre “comprometimento político”, embora sem referências claras a Frende Sandinista. O grupo resolveu formar uma comuna e viver nos fundos da igreja do Padre Molina, no bairro do Riguero, em Manágua. Os estudantes aí permaneceram durante mais de um ano, ouvindo lições sobre a Bíblia todas as manhãs, frequentando aulas durante o resto do dia na universidade, e participando de discussões à noite, nas quais aplicavam a análise marxista à situação nicaraguense. Em fins de 1972, um comandante sandinista chegou a paróquia para vários dias de reuniões com os estudantes. Alguns meses mais tarde, em algum período de 1973, os estudantes abandonaram a paróquia e ingressaram no movimento clandestino (CHRISTIAN, 1985).

Religiosos como os irmãos Cardenal e o padre Uriel Molina não representavam a hierarquia da Igreja Católica na Nicarágua e eram cotidianamente acusados de doutrinação pela própria igreja. Já em novembro de 1979, cinco meses após a revolução, a Conferência dos Bispos da Nicarágua divulgou uma longa carta em que expressava alguma simpatia pelo novo governo, mas também ressalvas e advertências:

Acreditamos que o momento revolucionário presente constitui ocasião propícia para transformar em realidade a opção eclesial pelos pobres. Não obstante, temos que recordar que nenhum movimento revolucionário ao longo da História teve capacidade de esgotar as possibilidades infinitas de justiça e solidariedade absoluta do Reino de Deus. Além disso, temos que declarar que nosso compromisso com o processo revolucionário não pode significar ingenuidade ou entusiasmo cego, e muito menos a criação de um novo ídolo perante o qual o homem tenha que se curvar incondicionalmente. Não se pode renunciar à dignidade, à responsabilidade e à liberdade cristã como parte da participação ativa no processo revolucionário (CHRISTIAN, 1985).

Mas, é sabido que os sandinistas tiveram apoio de muitos cristãos dentro e fora do país e chamava atenção no mundo inteiro a coexistência da fé e do marxismo, propagado pelos sandinistas. A Nicarágua representava um lugar onde uma inovação importante estava acontecendo e em 1980, de 8 a 14 de setembro, em Manágua, aconteceu o Encontro de Teologia, evento que atraiu cerca de 40 teólogos, de oito países, do Encontro emergiram várias atualizações sobre a teologia da libertação. A partir dali passariam a usar com mais ênfase a denominação de “Igreja Popular”. É também após esse Encontro que a frase “entre cristianismo e revolução não há contradição” passou a ser amplamente difundida.

Na Nicarágua, alguns proponentes da teologia da libertação deram apoio clandestino à Frente Sandinista durante muitos anos antes que ela conquistasse o poder. Uma vez no governo, a FSLN criou uma forma da Igreja do Povo na Nicarágua, ou mais precisamente, um ramo pró-governo da Igreja Católica Romana, embora sem rompimento formal com a hierarquia (CHRISTIAN, 1985).

Poucos dias após o Encontro, em 7 de outubro, a FSLN divulgou uma Declaração oficial sobre a religião onde reconhecia que os cristãos integraram amplamente o processo revolucionário em grau sem precedentes em uma experiência de tomada do poder a experiência nicaraguense tentava mostrar que era possível ser ao mesmo tempo cristão e revolucionário e essa relação não apresentava, em si, contradições.

Outra referência importante para o estudo da relação entre as religiões – sobretudo a católica – e os governos revolucionários foi o Chile, de Salvador Allende. Nos três anos em que Allende ficou no poder entre 1970 e 1973, o país sul-americano abrigou um movimento importante de padres, ligados a teologia da libertação que apoiavam o governo e

fundaram o Movimento “Cristãos pelo Socialismo”⁴. Em 1972 o Movimento realizou uma grande Conferência, Ernesto Cardenal estava presente na mesma e declarou⁵ que ali se tornara “marxista cristão”.

O uso dos conceitos marxistas e do método do materialismo históricos tiveram largo uso nas experiências da teologia da libertação em toda a América Latina, em um documento de 1973, da Diocese de Crateús, encontramos exemplo desses usos como na caracterização de mais valia, força de trabalho, dependência, dominação⁶, entre outros.

A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E A “NEUTRALIDADE IMPOSSÍVEL”

A teologia da libertação ganha corpo no começo nos anos 1960, na América Latina como uma das influências do método marxista de interpretação da realidade e sob a influência da Revolução Cubana recém realizada. No estudo da bíblia dá relevo ao episódio da libertação dos escravos e oprimidos, sobretudo no Livro de Êxodos, no Antigo Testamento⁷, as palavras dos profetas enquanto crítica aos poderosos e denúncia da injustiça social e as promessas messiânicas do reino de Deus. Se apoia também em valores como o universalismo, internacionalismo e humanismo e numa dura crítica ao indivi-

4 Para saber mais sobre o Movimento Cristãos pelo Socialismo, consultar: FERNÁNDEZ, David Fernández. “Cristianos por el Socialismo” em Chile (1971-1973). Aproximación histórica a través del testimonio oral. Studia Zamorensia, Segunda etapa, vol. IV, 1997. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=297155>; RICHARD, Pablo. Cristianos por el Socialismo: historia y documentación. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1976. Disponível em: <http://www.blest.eu/biblio/richard/index.html>.

5 Para saber mais, procurar Paul W. Borgeson. *Hacia el hombre nuevo, poesia e pensamiento de Ernesto Cardenal*. Londres, Tamesis.

6 Exemplo de uma publicação sobre os 25 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “*Quanto ao relacionamento de patrão para morador é de dominador para dominado. O patrão cria e impõe normas. Ameaça colocar fora os moradores, que tentam reivindicar os seus direitos, apoiados pelo seu Sindicato. O morador aceita a imposição do patrão com medo de ficar sem terra para plantar*”.

7 O Antigo Testamento é essencial para a teologia da libertação.

dualismo, em contraposição a valorização da comunidade e da vida comunitária. A teologia da libertação é anticapitalista e prega a esperança de um futuro reino de justiça e liberdade e valoriza os pobres e os entende como uma classe social. A solidariedade com os pobres é o ponto de partida da elaboração teológica. Nela, a bíblia é lida a luz das experiências dos pobres.

Em termos conjunturais a teologia da libertação encontrou solo fértil na conjuntura latino-americana dos anos 1960 onde o desenvolvimento acelerado do capitalismo e a intensa urbanização e aceleração contribuíam também para alargar a desigualdade social e aumentar o abismo entre ricos e pobres. Nesse contexto a igreja da libertação dizia que não era uma determinação de Deus algumas pessoas serem ricas e outras pobres.

No Brasil, antes dos anos 1960 e do advento da teologia da libertação já se conformava na igreja uma esquerda cristão, representada, principalmente pela Juventude Universitária Católica (JUC) e pela Juventude Estudantil Católica (JEC) que não são resultados, ainda do Concílio Vaticano II ou das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), são anteriores. Segundo Lowy, a esquerda cristã brasileira “é a primeira forma que toma, na América Latina, a articulação entre fé cristã e política marxista” (LOWY, 1989). Sobretudo a JUC, nesse período faz uso de conceitos como alienação, condição proletária e exploração, por exemplo. Não usavam Marx e o marxismo como única referência teórica, mas não o rejeitavam. A partir destas experiências observamos que a teologia da libertação não inaugura o cristianismo com práticas radicais de contestação, antes segue uma trajetória já iniciadas antes.

Em termos de marcos religiosos é importante destacarmos três eventos que foram determinantes para o desenvolvimento da teologia da libertação na América Latina: o Concílio Vaticano II que aconteceu em Roma, entre 1962 e 1965; a Conferência Episcopal de

Medellín, na Colômbia, em 1968 e a Conferência Episcopal de Puebla, no México, em 1979, esta última reafirma a “opção preferencial pelos pobres”, principal elaboração pública usada pelos teólogos da libertação. A partir dessa consigna estimulavam o engajamento na organização e na luta dos pobres por sua própria libertação e reconheciam a “luta de classes” como um guia para a ação. Segundo um de seus principais teólogos, Gustavo Gutierrez, *“negar o fato da luta de classes é, na realidade, tomar partido em favor dos setores dominantes. A neutralidade neste assunto é impossível”*⁸.

CRATEÚS: “CADA VEZ QUE UM HOMEM SE LIBERTA ESTÁ AJUDANDO A LIBERTAÇÃO MUNDIAL”

“Crateús” é uma palavra de origem indígena. Em termos climáticos a região possui dois períodos característicos o chuvoso (inverno) e o verão. As chuvas se concentram geralmente entre janeiro e maio. As secas e as enchentes se revezam na história, no período aqui estudado destacamos os anos de 1967, 1974, e 1984 onde aconteceram grandes enchentes e os anos de 1970, 1979 e 1983 como longas secas.

Em 1964 é criada a Diocese de Crateús, anteriormente a maioria das paróquias que agora faziam parte na nova Dioceses estavam ligadas as Dioceses de Sobral ou Crato. A Diocese de Crateús está localizada no sertão do Ceará e, em 1964, compreendia 13 municípios do semiárido cearense que se estendiam por mais de dois mil quilômetros, alguns deles, em uma área limítrofe com o estado do Piauí. O primeiro bispo designado para a nascente Diocese foi Dom Antonio Batista Fragoso que lá ficou por 35 anos até sua aposentadoria em 1998.

8 GUTIERRZ, Gustavo *apud* LOWY, MICHAEL. Marxismo e Cristianismo na América Latina. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000400002.

“A Diocese de Crateús é um dos principais lugares sociorreligiosos do Brasil” (LOWY, 1991), é assim que Michael Lowy, um dos principais estudiosos da teologia da libertação, sua história e atualidade a nomeia.

E como era Crateús nesse período? Quem nos conta é o próprio Dom Fragozo em um relato publicado em 1973 pelo Boletim da Pastoral Operária⁹:

[...] cidade de 23km. Não há asfalto, nenhuma indústria. A agricultura nos moldes do 2.000 a.c. produz para o povo comer 8 meses do ano. Consequência: evasão do povo para outras regiões. Sobretudo quem estudou se manda para outras terras. Evasão de Capital. Parece incrível que o Ceará ajuda outros estados. Funciona de maneira seguinte: tudo é mais caro em Crateús: gasolina, etc. No tempo se safra os preços são mais baixos e quem vem comprar paga menos nessa hora (ilegível) exige mais pelo que traz para a terra do Ceará. O salário mínimo é de 96 cruzeiros. O governo para “resolver” os problemas do povo organiza as frentes de trabalho. O operário ganha (ilegível) por dia e paga para dormir e deve comprar na barraca do chefe, etc. Volta para casa só de 15 em 15 dias com um salário de 2,50 por dia. Descontando os domingos que não trabalha, não ganha, porém paga para dormir. Assim foi solucionado o problema do povo. O povo conhece os candidatos a cargos políticos na hora das eleições, o que é um fator de alienação porque impede de o povo mesmo ser sujeito de sua história. A imagem de Deus vivo está sendo respeitada? Qual a resposta que a nossa fé deve dar a esta situação? Ou em outras palavras: como superar esta iniquidade? Há vários passos a fazer. Em primeiro lugar conscientizar o homem para que acredite em si mesmo como sujeito de sua própria história. Em segundo lugar: ajuda-lo a acreditar em sua comunidade; é muito importante que o homem tenha esta fé a partir de coisas pequenas que o ajudam a ter confiança em si. Por isso damos muita importância a micro-realizações, nas cebs o homem é sujeito. Lá aprende a se organizar. Lá descobre a dimensão política das coisas. Lá ele enfrentará como homem livre o esquema da repressão Qual o resultado do nosso trabalho? Pouco se olhamos as

9 Acervo do Projeto Brasil Nunca Mais, dossiê Dom Fragozo, Órgão/Boletim Pastoral Operária.

realizações materiais? Muito se acreditamos que cada vez que um homem se descobre e se liberta está ajudando a libertação mundial¹⁰.

No breve relato, Fragoso pinta o retrato da vida do povo com quem trabalhava diariamente e nos dá uma amostra da conjuntura daquele período. A seca constante, a ausência do Estado de forma contínua e efetiva para que os camponeses e seus filhos possam continuar a viver no campo. Fugindo da fome se alarga o êxodo rural, multidões migram do campo para cidade entre os pobres, mas também entre os remediados que estudaram um pouco, quem não consegue vai ficando para trás, vai ficando em Crateús sofrendo com os preços altos e a exploração do trabalho. Na época da safra quando o camponês tem um pouco a vender, os preços caem e poucos tostões ficam em seu bolso. Quando meses depois ele precisa comprar mais um saco de farinha ou feijão os preços já não são possíveis. Sobre a seca eram comuns na região comentários como “*a seca veio porque a gente mereceu*” ou condicionando a existência da seca a vontade de Deus¹¹.

Por ocasião da seca, a fome e o desemprego apertam demais. A exploração aumenta. Nesse tempo, o êxodo é enorme. Em 1972, saíram de nossa cidade, em busca de trabalho, uma média de 6 mil pessoas. A maioria não tem casa própria. Mora na terra dos outros, ficando sujeitos, às suas exigências. Não recebem dos Poderes Públicos nenhuma ajuda para agricultura. Trabalham só com a enxada, foice e roçadeira. Instrumentos esses, muitas vezes, emprestados¹².

Do relato de Fragoso também nos chama atenção sua descrição das Frentes de Trabalho, também chamadas de Frentes de Emer-

10 Acervo do Projeto Brasil Nunca Mais, dossiê Dom Fragoso, Órgão\Boletim Pastoral Operária.

11 Acervo do Projeto Brasil Nunca Mais, dossiê Dom Fragoso, Documento sobre a Declaração dos Direitos Humanos versão popular, elaborada por Dom Fragoso.

12 Idem 9.

gência, quando a seca se prolonga elas são usadas pelo governo não como uma política de assistência social, mas sim como um mecanismo que ajuda a conter a revolta popular expressada, sobretudo, nos saques¹³. Longe de casa e da família, para ganhar muito pouco os camponeses trabalham em obras públicas (muitas delas localizadas em propriedades privadas) sem condições dignas de trabalho, higiene ou alimentação. Mas ali, na convivência cotidiana compartilham vivências comuns, as lembranças, o pão e a cachaça. Qual a resposta que a fé pode dar a essa situação é a pergunta motivadora para o Bispo. Em sua resposta a palavra é organização. Em um documento¹⁴ de 1973, camponeses reclamam que receberam no encerramento das Frentes de Emergência daquele ano, menos do que o estabelecido por lei e que houve protestos, por conta disso. Além das denúncias em torno do trabalho duro e desigual nas Frentes, a Diocese denunciava também que na época da seca muitas pessoas eram vendidas como escravas¹⁵.

Em reportagem sobre as Frentes de Emergência da Revista Veja de julho de 1970 apontava que durante visita de Emílio Garrastazu Médici a Frente de Crateús, em 3 de junho, lá haviam 2500 homens, um mês depois, na data de publicação da Revista a Frente tinha 11 vezes esse número chegando a 27.500 pessoas trabalhando na construção de estradas, açudes e projetos de irrigação. Na mesma reportagem, Raimundo Feitosa Sales, trabalhador da Frente de Crateús afirma: *“sujeição de trabalhar o dia todo para ganhar dois cruzeiros e comprar mantimentos com esse dinheiro é o mesmo para quem não quer ver a família morrer de fome”*.

Fragoso dirige sua reflexão na necessidade de valorização daquela gente como uma gente que importa e que importa e pode mais quan-

13 Sobre o assunto consultar, NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

14 Idem 11.

15 Idem 11.

do se junta, quando forma uma comunidade onde os problemas são comuns e a busca de soluções também pode ser. Daí nascem e multiplicam-se as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na Diocese de Crateús como um lugar de primeira organização para muitos camponeses e camponesas: “*onde se descobre a dimensão política das coisas*”. Segundo Fragozo, é também nas Comunidades que os homens livres podem enfrentar o esquema da repressão. A dita repressão é muitas vezes personificadas pelos coronéis, donos das terras que exploram e expulsam os camponeses; também pelos grandes comerciantes que vendem a juros e os endividam, mas não se pode separar esses agentes da repressão representada pelo ditadura, afinal a quem os coronéis servem e apoiavam senão os ditadores?

Esta Diocese não passou imune ao período da ditadura militar no Brasil, pelo contrário, é largo o histórico de perseguições, a militantes, sindicalistas e religiosos. O acervo do Projeto Brasil Nunca Mais documenta em seus documento 585 o processo contra o padre Geraldo Oliveira, que é em 1971 era vigário da Paróquia de Novo Oriente e foi preso no aeroporto de Natal voltando do Encontro de Evangelização, no Recife, onde tinha ficado entre os dias 26 e 28 de junho. A acusação contra o padre Geraldo era de subversão, o mesmo ficou cerca de um ano preso, mesmo contando com vários pedidos do bispo de Crateús e mesmo de parte da cúpula da Igreja. O Jornal Libertação¹⁶ noticiou a prisão e a caracterizou como uma represália a Dom Fragozo por conta de uma nota divulgada por ele, na qual criticava o regime militar.

Em um outro caso de perseguição, o padre italiano Giuseppe Pendandola, que estava na Diocese de Crateús foi extraditado de volta a Europa, também em 1971¹⁷. Aqui é preciso fazer referência do grande número de padres e religiosas estrangeiros que viveram em Cra-

16 Acervo do Projeto Brasil Nunca Mais, dossiê Dom Fragozo, Jornal Libertação.

17 Acervo do Projeto Brasil Nunca Mais, dossiê Dom Fragozo, 585.

teús no período do bispado de Dom Fragoso. Uma das explicações possíveis era a escassez de brasileiros dispostos a viverem no sertão cearense, uma área distante de grandes centros, com escassez hídrica e muito pobre. Além disso, Crateús passou a atrair a atenção como um lugar em que o cristianismo da libertação acontecia na prática e que passou a ser um dos eixos organizadores da Diocese.

Não só padres foram perseguidos por sua atuação, examinando documentos da Justiça Militar¹⁸, de novembro de 1964 encontramos um indiciamento de quatro pessoas por organizarem milícias subversivas em vários bairros da cidade de Crateús, entre eles Bairro dos Venâncios, Vila Dória, Bairro da Ilha e Bairro da Cruz. No mesmo conjunto de documentos também encontramos uma portaria sobre a instalação de um inquérito para investigação de atividades subversivas na região de Crateús, entre eles grupos guerrilheiros. A portaria autorizava buscas, apreensões, fechamento de órgãos subversivos e substituição de direção de sindicatos, logo em seguida documentos apontam que testemunhas foram intimadas. Os documentos demonstram sinais de efervescência política e de formas de organização contra o regime militar.

A própria Diocese, em texto assinado por Dom Fragoso, compila depoimentos que, entre outros, denunciam, a tortura contra presos políticos e comuns. Na referida publicação denuncia o caso de um dirigente sindical da cidade de Tauá que foi preso, acusado de subversivo, sofreu tortura e perdeu os direitos políticos. Outra situação apresentada é a da censura a cartas e livros sofridas por várias pessoas. Os camponeses são constantemente denunciados como “comunistas” por sua forma de organização nas comunidades de base¹⁹. Também há relatos no documento da proibição de reuniões e de ex-

18 Acervo do Projeto Brasil Nunca Mais, dossiê Dom Fragoso, Documento da Justiça Militar.

19 Idem 11.

pulsão de moradores porque se filiaram ao sindicato rural e participaram de reuniões.

Contudo, nem só de oposição à ditadura vivia Crateús, o novo regime também foi apoiado, desde o seu início por figuras públicas da cidade, como o radialista da Rádio Educadora Manuel Melo que enviou um documento²⁰ saudando Castelo Branco pelo novo governo. Por sua vez, os Comandos Nacionalistas de Crateús divulgaram uma nota²¹, lida na Rádio Educadora saudando o golpe militar de 1º de abril de 1964.

“O POVO DO CAMPO E A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM”

Segundo o Censo de 1970, Crateús contava com duas tipografias e duas livrarias. Em uma dessas tipografias foi rodado o documento que detalharemos a seguir. A Diocese de Crateús possuía um grande número de publicações editadas e impressas por seus próprios agentes. Também do arquivo do Projeto Brasil Nunca Mais retiramos uma notícia, em francês, sobre a circulação de uma publicação, em 1973, na Diocese de Crateús, sobre a comemoração dos 25 anos da Declaração dos Direitos do Homem. Esta, feita em linguagem popular e assinada por Dom Fragoso era intitulada: “O povo do campo e a Declaração Universal dos Direitos do Homem”²², data de 10 de dezembro de 1973.

“Temos os direitos de festejar essa data? Os direitos do povo campo, na Diocese de Crateús, estão sendo respeitados?”²³. Essa é a frase que dá início a publicação que parte de uma data universal, mas constrói

20 Idem 11.

21 Idem 11.

22 Idem 11.

23 Idem 11.

uma narrativa a partir de problemas locais. Chama atenção também uma publicação sobre os direitos humanos, editada em plena ditadura militar e largamente difundida, tanto que o arquivo onde encontramos cartilha é referente a documentos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) apreendidos no período.

Voltando ao documento, o mesmo apresenta indicativos que o próprio bispo fez ao Conselho Diocesano e as Paróquias. A partir das respostas a cartilha foi elaborada. Segue o que foi proposto:

- 1 – Fazer um levantamento da situação do povo do campo, em toda a Diocese.
- 2 – Comparar esta situação com aquela Declaração dos Direitos Humanos que o Brasil também assinou.
- 3 – Descobrir à base de fatos, a ação do povo no campo, na Diocese de Crateús, para conquistar seus direitos e fazer respeitar sua dignidade²⁴.

O documento, em sua primeira parte, aborda os direitos do povo e a sua realidade e apresenta depoimentos que apontam no sentido que os camponeses de Crateús não teriam motivos para comemorar o aniversário da Declaração, já que, estudaram sua realidade e perceberam que os direitos contemplados no documento universal ainda não eram garantidos para a maioria da população. Os depoimentos não estão creditados, levantando a questão se realmente foram recebidos ou se foram preparados para a escrita da cartilha, de maneira a fortalecer o argumento. Em alguns trechos há menção a capitalistas, conflitos de ricos contra pobres, entre outros. Um deles nos chama atenção, em especial, porque propõe que se vá da análise a ação: *“Um festejo só em pensamento. Só podemos festejar esclarecendo as pessoas”*²⁵. A partir daí, todo o documento é construído a partir dos artigos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, o relato da realidade e depoimentos dos próprios camponeses – *“O cabresto*

24 Idem 11.

25 Idem 11.

predomina muito” - e uma seção intitulada “Provérbios do Povo”. Um tema que perpassa a cartilha em vários momentos é o referente a posse da terra, “*Eu tenho terra dentro das unhas*”, diz um dos provérbios.

Questões como a discriminação em vários âmbitos também estão presentes, entre eles denúncias de casos de racismo que aconteceram na cidade de Crateús e a discriminação contra prostitutas. Aqui é preciso afirmar que a Diocese de Crateús desenvolveu ao longo de muitos anos um trabalho sistemático com prostitutas, em torno de sua alfabetização, saúde, higiene, condições de moradia e outros direitos: “*os pais muitas vezes viajam a procura de trabalho. Por causa da fome muitas mulheres se vendem por dinheiro para dar de comer aos filhos*”²⁶.

Em sua gênese a cartilha é elaborada com a justificativa de uma comemoração, porém ela se constitui como um importante documento de denúncia: “*muitas crianças morrem antes de completar um ano*”, “*as mães morrem de parto frequentemente*”, “*morreram muitos por causa da gripe – à míngua*”, “*fome, doença, perseguição, tiram o direito de viver*”, “*demissão sumária de professores para a satisfação de caprichos políticos: dezenas de casos*”, são outros exemplos que observamos. O tom é sempre de denunciar a partir do que sofrem as pessoas pobres, seus direitos negados, tomados pelos *de cima*: “*a lei é do mais rico...Numa questão sempre quem ganha é o mais rico ou quem tem a proteção do mais forte*”, “*Nem todos são iguais e tem os mesmos direitos perante a lei. Há muita distinção.*”. No tema das eleições também se apresentam muitas denúncias e insatisfação: “*um chefe político disse: quem ganha a eleição é quem tem dinheiro*”, “*ninguém tem direito de escolher o seu candidato. Votamos pela cobertura do patrão*”.

É notório o esforço feito pela Igreja, sindicatos e associações de elaboração e disseminação de material formativo e informativo nos

26 Idem 11.

municípios que compõem a Diocese de Crateús. No entanto, muitas vezes a circulação e o melhor aproveitamento desses materiais encontrava obstáculos na quantidade de pessoas analfabetas ou com dificuldade de leitura e escrita, em especial, entre os camponeses. Diversas iniciativas foram colocadas em prática no sentido de diminuir essas dificuldades como a já citadas aqui aulas de alfabetização para prostitutas. No área rural, o Movimento de Educação de Base (MEB) cumpriu amplamente esse papel entre 1965 e 1971, quando se encerrou já devido às perseguições da ditadura (BOMFIM, 2008).

O documento sobre os 25 anos da Declaração dos Direitos Humanos também aborda a largamente um tópico nomeado como “A luta do povo pelos seus direitos”. Na abertura do tópico há uma afirmação que já existia entre aqueles que teriam acesso a cartilha “um certo nível de consciência”, na sequência são compilados depoimentos sobre a necessidade da luta por mudanças sociais no período: *“Não é certo este aniversário. É preciso lutar por estes direitos. É preciso união e organização. É preciso exigir estes direitos”, “a nossa vida está muito diferente dos direitos do papel”, “É preciso que esta lei seja executada para poder a gente viver como gente. A gente só pode melhorar se as leis forem empregadas”.*

Um lugar central apresentado pelo documento como essencial na luta coletiva dos camponeses é o Sindicato, que tem organizado os trabalhadores para exigirem seus direitos, como por exemplo, quando são expulsos ou precisam sair de uma terra em que foram moradores por muitos anos e o patrão não quer indenizar ou quando os patrões fazem com que seu gado destrua as pequenas plantações camponesas. Contudo, a publicação não se abstém da crítica aos sindicatos, quando estes se burocratizam ou se personificam na figura de seus presidentes.

Também uma gama de ações e projetos comunitários aparecem no texto como exemplos na luta por direitos: roças, farmácias e

mutirões coletivos que já acontecem em algumas comunidades são visibilizados. Assim como são estimuladas as formas de organização da luta pela terra, a libertação do jugo dos patrões e as possibilidades de reivindicação de reforma agrária que naquele período se apresentam. Para isso, também é estimulado estudo e formação: “*o nosso plano é formar nossa classe rural, estudar os estatutos, procurar ser mais gente, exigindo os nossos direitos que não recebemos*” ou “*Em debates, reuniões, encontros, há sempre a preocupação com o despertar da consciência política em cada um, em cada classe: Estudo das leis e da causa da situação*”.

No fim, o documento apresenta sugestões concretas de como continuar o debate, a formação política e a organização popular no tema da luta pelos direitos humanos. Entre estas estavam a sugestão de um levantamento das ações do governo em nível municipal, estadual e nacional de ações voltadas para os camponeses e também um levantamento sobre a ação da Igreja nas comunidades, paróquias e diocese sobre o mesmo tema.

No campo da reflexão religiosa, a cartilha propõe debater em grupos como a bíblia mostra os direitos dos homens e também indica: “*Em cada comunidade, anotem todas as conclusões e todos os fatos. Mandem tudo isso a Equipe Paroquial*”. Chama atenção uma nota no final do documento que afirma que a responsabilidade pelo documento é de Dom Antonio Batista Fragoso, bispo de Crateús. Não por coincidência, que encontramos o documento que apresenta críticas ao governo, a repressão e estímulo a organização e a luta popular no acervo do DOPS, foi interceptado e classificado como subversivo

FONTES

Acervo do Projeto Brasil Nunca Mais, dossiê Dom Fragoso, Órgão/Bolletim Pastoral Operária.

Acervo do Projeto Brasil Nunca Mais, dossiê Dom Fragoso, Documen-

to sobre a Declaração dos Direitos Humanos versão popular, elaborada por Dom Fragoso.

Acervo do Projeto Brasil Nunca Mais, dossiê Dom Fragoso, Jornal Libertação.

Acervo do Projeto Brasil Nunca Mais, dossiê Dom Fragoso, 585.

Acervo do Projeto Brasil Nunca Mais, dossiê Dom Fragoso, Documento da Justiça Militar.

Acervo do Projeto Brasil Nunca Mais, dossiê Dom Fragoso, Portaria IPM.

Acervo do Projeto Brasil Nunca Mais, dossiê Dom Fragoso, Termo de inquirição de testemunhas em 08/05/1964.

Crateús: 100 anos \ Academia de Letras de Crateús. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011.

REFERÊNCIAS

CHRISTIAN, Shirley. Nicarágua: **Revolução em Família**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1985.

LOWY, Michael. **Centelhas**: marxismo e revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

LOWY, Michael. Marxismo e cristianismo na América Latina. **Revista Lua Nova**, São Paulo, número 19, novembro de 1989.

ZIMMERMANN, Matilde. **Carlos Fonseca e a Revolução Nicaraguen- se**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Mortos e desaparecidos na Câmara de Deputados

Luto e memórias traumáticas na Nova República (1995)

Tássio Brito¹

1985, um civil voltou a chefiar o poder executivo nacional. Para muitos, o processo de transição à democracia se efetivava. Para outros, o processo só tinha começado. Os familiares daqueles nomeados como de mortos e desaparecidos políticos se configuraram como um grupo que lutavam contra o passado ditatorial, para ter o reconhecimento oficial da morte de seus entes queridos, assim como receber seus restos mortais para realizar os ritos funerários. Para este grupo, a ditadura não acabou, o passado não passou. Segundo a antropóloga Desirée de Lemos Azevedo (2018), a ausência do ente querido foi incorporada e criou demandas que os familiares traduziram na gramática dos direitos humanos. Essa demanda dos familiares ganhou forma de pressão política se traduzindo na reivindicação do direito à verdade e a memória.

Em 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a pressão política, também, era exercida de maneira internacional. E este passou a elaborar uma solução para a questão. Para tanto, este governo elaborou um projeto de lei que foi enviado à Câmara

1 Doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal do Ceará. <http://lattes.cnpq.br/6059706151064264> . Pesquisa financiada pela FUNCAP. E-mail: tasso.brito@gmail.com.

de Deputados em agosto do mesmo ano. O diretor, para o Brasil, da Humans Rights Watch², James Louis Cavallero teceu críticas à forma como o Estado brasileiro tratava a questão, em 10 de julho de 1995 ele escreveu na Folha de São Paulo:

Há 31 anos instalou-se no Brasil a ditadura militar que sequestrou, torturou, desapareceu com 152 pessoas e matou, pelo menos, outras 217. Dez anos depois de seu término, nada se fez de concreto por elas. A discussão sobre este episódio negro da história brasileira está de volta, por força de pressões de organismos internacionais e de entidades nacionais, sempre apoiados por familiares dos mortos e desaparecidos, que insistem no direito de saber como morreram, quando, onde e por quem. Fernando Henrique Cardoso parece manifestar agora um desejo de resolver esta questão. O Ministério da Justiça está na fase de elaboração de um projeto. Já era hora. Em março, mandamos um documento resumindo as piores violações dos direitos humanos no Brasil e as responsabilidades, a nosso ver, do novo governo nesta matéria. Entre outros pontos, destacamos a necessidade de se fazer justiça para os casos de mortos e desaparecidos políticos. Nesse documento, enfatizamos que o governo deveria cumprir, no mínimo, três ações a respeito deste tema. A primeira é aceitar a responsabilidade que lhe cabe. Outra é investigar cada caso rigorosamente, e a terceira é cumprir o processo de indenização. Em sua visita ao Brasil em abril, o secretário-geral da Anistia Internacional, Pierre Sané, encontrou-se com FHC e cobrou uma solução para os casos. Ouviu como resposta algo como uma dificuldade de remexer num passado complicado. Na volta para Londres, disse ter sido muito decepcionante seu encontro com o presidente brasileiro.³

Fernando Henrique Cardoso foi alvo de críticas internacionais. Eram os fantasmas de um passado recente que atormentavam a Nova República. Ela, ainda jovem, tinha acabado de assistir o pro-

2 Organização internacional e não-governamental que tem como missão apurar e divulgar violações aos direitos humanos. Para mais informações, ver: <https://www.hrw.org/pt/about/about-us>.

3 Folha de São Paulo, 10 de Julho de 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/7/10/opiniaio/10.html> acesso em 19 de fevereiro de 2020.

cesso de impedimento de Fernando Collor. Uma das motivações para tal impedimento foi o isolamento político de Collor, segundo o sociólogo Brasília Sallum Jr. (2018) este presidente acreditou que seu cargo lhe conferia poderes acima do legislativo e do judiciário, não construindo assim uma maioria orgânica, através da coalizão partidária. Desta forma, acabou se isolando, naquilo que ficou conhecido como República de Alagoas.

Certamente, Fernando Henrique Cardoso sabia do preço de não constituir essa coalização de forças políticas para o exercício de poder inerente ao seu cargo. Assim, ele, ao ser acossado pelas queixas de mortos e desaparecidos, resolveu se consultar com o general Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena, Ministro do Exército de 1992 até 1998, ou seja, dos governos de Itamar Franco e de Fernando Henrique, para deliberar uma possível resposta a queixa dos familiares dos desaparecidos políticos. A força política dos militares é levada em consideração, antes mesmo do presidente debater a questão com parlamentares, juristas ou vítimas da ditadura.

FHC tentava equilibrar as pressões dos grupos que desejavam medidas de mitigação e/ou reparações aos crimes de terrorismo estatal cometidos pela ditadura, assim como aqueles que tinham dado o assunto como acabado por conta Lei de Anistia de 1979. Segundo a cientista política Glenda Mezarobba (2010), para os apoiadores do regime ditatorial a Anistia representava um ponto final, enquanto para as famílias de vítimas e desaparecidos era um ponto de partida na luta pela verdade e pela justiça. Entre críticas e negociações, no dia 28 de agosto de 1995, foi enviado à câmara o projeto, tornando-se o Projeto de Lei (PL) 869/95.

CULPA NO PRESENTE, PAZ PARA O PASSADO

Apesar das celeumas envolvendo o passado ditatorial, o projeto de lei, enviado para Câmara de Deputados, não tem como marco temporal a instauração do regime autoritário. Foi escolhido 2 de setembro de 1961 até 28 de agosto de 1979, ou seja, da posse de João Goulart até a promulgação da Lei de Anistia.

Em 2 de setembro de 1961, Goulart assumia a presidência, mas também se iniciava uma nova forma de governo. Segundo os historiadores Jorge Ferreira e Ângela Castro e Gomes (2014, p. 43), o parlamentarismo foi adotado em 1961 para impedir um conflito com os militares que viam em Goulart um sinônimo de caos e comunismo. Desta forma o novo presidente do Brasil, assumiria com poderes limitados para acalmar os ânimos castrenses.

Apesar de ser um ataque dos militares ao sistema político, o marco inicial da lei acaba por diluir o golpe de 1964, uma vez que a marcação inicial foi escolhida para ser antes do começo da ditadura e seu marco final ainda durante a vigência do regime ditatorial. Desta forma, o PL 869/95 acaba por tergiversar a ditadura, tratando de culpabilizar o estado brasileiro e ignorar a culpabilização dos perpetuadores diretos de crimes contra a humanidade ocorridos em vigência dos governos militares.

A auto imputação de culpa se encontra em um documento apresentado junto com o projeto de lei. Nele José Gregori, o redator do projeto, explica a importância, as razões e os limites da lei proposta pelo poder executivo. Nesse documento ele escreve:

Tal circunstância serve de embasamento ético-jurídico para o Estado, como entidade perene e acima da temporalidade dos governos ou regimes, responsabilizar-se pelo dano causado e procurar reparar o procedimento condenável de seus agentes independentemente da motivação que tenha determinado suas condutas. Objetivamente os

representantes do Estado ou investidos de seus poderes não poderiam ter o comportamento materializado por atos e ações que afrontaram leis, mesmo as de exceção, então vigorantes.⁴

Assim, o poder executivo democrático, passava assumir a culpa por outrem. O filósofo Pascal Bruckner, ao investigar os processos de culpabilização no ocidente percebeu como em muitos países europeus a auto acusação “é um meio de agir simbolicamente à distância quando não se pode fazer nada” (2008, p. 53). Semelhantemente agia o governo de Fernando Henrique que passou a se culpabilizar pois não tinha o que fazer contra aqueles que cometeram os crimes de lesa-humanidade sem quebrar alicerces que sustentavam a Nova República e até mesmo a governabilidade presidencial.

O estado passava, então, a se autoflagelar para expiar a culpa auto imposta. Onde esperamos encontrar um estado laico encontramos a tradição cristã que existe sem ser invocada. Segundo Nietzsche:

O conceito de culpa e punição, incluindo as doutrinas da “graça”, da “salvação”, do “perdão” – mentiras sem qualquer realidade psicológica – foram inventadas para destruir o senso de causalidade do homem: são um ataque contra o conceito de causa e efeito! – E não um ataque com punho, com faca, com honestidade no amor e no ódio! Longe disso, foi inspirado pelo mais covarde, mais velhaco, mais ignóbil dos instintos! (NIETZSCHE, 2005, p. 96).

Ao culpabilizar a si mesmo, o Estado brasileiro não se emancipa do seu passado, notarialmente marcado por mortes e autoritarismos. Assumindo a culpa dos crimes realizados pela ditadura tal qual o cristianismo prega a culpa do pecado original.

Segundo Gilles Deleuze (1992, p. 216), para entender uma sociedade é necessário analisar suas linhas de fugas, onde se quebram as

4 Dossiê do PL 86/9. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=183709> . Acesso em: 09 jan. 2020, p. 2.

estabilidades. A fuga Deleuziana não é o ato de abandonar, mas de desterritorializar, imaginar um outro sistema, uma outra organização. Assim, a Justiça de Transição⁵ se anuncia como uma possível linha de fuga, porém no Brasil esse devir é castrado quando não se culpa os culpados e o próprio estado democrático se oferece como tributo de um holocausto sem fim.

Isso, também, acontece pela aceitação de um passado apaziguado. Do qual o projeto se assume herdeiro. No segundo artigo do PL encontramos: “Art. 2º A aplicação das disposições desta Lei e todos os seus efeitos orientar-se-ão pelo princípio de reconciliação e de pacificação nacional, expresso na Lei de Anistia (nº6,683, de 28 de agosto de 1979)⁶”. A pacificação do passado, também, é um apagamento de rastros tal qual um criminoso que esconde seus crimes. No caso, apaziguar o passado ditatorial é criar um território no qual a cidadania pode fazer passeios turísticos na própria história. Os horrores do passado são interditados ao presente, não indagam nossas misérias, não apontam as ausências presentes em nossos projetos.

A auto penitência, autoacusação, a fustigação pública proposta pelo projeto encontra paralelos com a culpa do pecado original da mitologia cristã. No qual os homens e mulheres nascem marcados pelo pecado de outrem, não restando opção a não ser se resignar com a impossibilidade de torna-se sagrado, restando apenas a penitência como linha de ação. Segundo Pascal Bruckner, ao refletir como intelectuais europeus pensaram as barbáries cometidas no e por seu continente: “Sob a aparência de uma análise complexa, en-

5 O representante residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Jorge Chediak (2011) define Justiça de Transição: “é o conjunto de mecanismos usados para tratar o legado histórico da violência dos regimes autoritários”. Esse conjunto de mecanismos são ações políticas, judiciais e sociais. Segundo o documento da ONU, conhecido como o princípio de Joinet, a Justiça de Transição deve obedecer ao direito de saber (direito a verdade), ao direito à justiça (combate à impunidade), ao direito a reparações (financeiras, trabalhistas e simbólicas) e garantias de não repetição das violências (através de reformas das instituições que violaram direitos humanos).

6 Dossiê do PL 86/9. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=183709>. Acesso em: 09 jan. 2020, p. 2.

contramos aqui a postura evangélica típica: a auto-acusação, a fuga pública. Como bons herdeiros da Bíblia, julgamos que uma grande desgraça decorre necessariamente de uma grande infração” (BRUCKNER, 2008, p. 36). No caso investigado podemos perceber como o governo federal, chefiado por um importante intelectual, transforma essa influência cristã existente na estruturação do pensamento ocidental em projeto de lei. A culpa entra na esfera política, as penitências saíram das orações, os autos flagelantes desfilam de terno e exibem suas insígnias políticas.

O Estado brasileiro se oferece como um sacrifício sagrado, holocausto em qual um novo tempo se inaugura sem romper com o passado. José Gregori defende:

Estamos convictos, Senhor Presidente, de que, com a presente proposta de lei estará Vossa Excelência, o Congresso Nacional e toda a sociedade brasileira, encerrando um difícil capítulo de nossa história, superando-o com serena firmeza, dignidade e equilíbrio.⁷

Neste sentido, o projeto se apresenta como um ponto final para as querelas oriundas do passado ditatorial. Não se combatia os traumas pretéritos, mas as disputas presentes. Voltamos a questão da Glenda Mezarobba (2010), ao relata que para os apoiadores da ditadura a Lei de Anistia representou um fim às disputas, enquanto para os opositores ela era apenas o ponto de partida para novos embates. O PL dos Mortos e Desaparecidos Políticos ao se posicionar herdeira da Anistia. Parece agir de forma assemelhada. Para José Gregori, a proposta de lei encerra o capítulo da ditadura em nossa história.

O projeto de lei foi submetido à Comissão de Finanças e tributações e a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). No parecer

⁷ *Ibidem*, p. 21.

da CCJ, o deputado Vilmar Rocha, do Partido da Frente Liberal de Goiás (PFL-GO), escreveu:

Sr. Presidente, ao analisar esse projeto sob o ponto de vista da constitucionalidade, legalidade, juridicidade e da técnica legislativa, considere não haver reparos a fazer. A matéria é constitucional, legal e redigida em boa técnica legislativa.

Quanto ao mérito, entendemos que o parecer atende à expectativa das pessoas diretamente interessadas no assunto, pois representa uma evolução, um passo à frente no sentido de resgatar uma fase tão dolorida para a sociedade brasileira. Também reconhecemos - até por consulta que fizemos à Comissão de Direitos Humanos, ao seu Presidente e a outros membros - que atende plenamente à expectativa neste momento, representa um avanço no sentido de resolver essa questão tão difícil da nossa história política recente. Por estas razões, o meu parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e pela boa técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do projeto⁸.

O parecer aponta para outro entendimento, uma vez que o projeto seria uma resposta momentânea, “um avanço”, mas não um ponto final. O PFL era uma das bases de sustentação do governo de Fernando Henrique, o vice-presidente, Marco Maciel era deste partido. A mesma coalizão de forças apresentava indícios de discordâncias sobre o tema.

VITIMIZAÇÃO E PODER

Os militares da ativa passaram a se posicionar diante do projeto, antes mesmo dele começar a tramitar na Câmara de Deputados. Como foi o caso do General Murillo Neves Tavares da Silva, que naquele momento ocupava o comando da sétima região militar, que engloba o comando militar de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do

8 *Ibidem*, p. 51.

Norte e Alagoas. No dia 26 de agosto de 1995, a Folha de São Paulo noticiou:

General se opõe a projeto e deixa comando

Contrariado com o projeto do governo que prevê reconhecimento legal da morte de desaparecidos políticos e indenização a seus familiares, o general Murillo Neves Tavares da Silva, comandante da 7ª Região Militar do Nordeste, pediu transferência para a reserva.

O general discorda principalmente da indenização aos familiares. A Folha apurou que ele já havia manifestado sua insatisfação ao ministro do Exército, Zenildo de Lucena. Informou ao ministro que, para evitar atos de indisciplina, iria para a reserva.

O Ministro atendeu ao pedido de Silva e o transferiu para a reserva remunerada, sem perdas salariais - um general-de-divisão ganha R\$ 3.700 mensais. Anteontem, ele foi substituído interinamente pelo general Walter da Costa, comandante da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada de Recife (PE).⁹

Havia, também, por parte dos militares, a defesa de pagamentos de indenização para familiares de vítimas de ações armadas da oposição ao governo ditatorial. No dia 26 de agosto de 1995, a Folha de São Paulo noticiou:

O comandante militar do Nordeste, general José Carlos Leite Filho, defendeu em Recife (PE) igualdade no tratamento dado aos parentes dos desaparecidos políticos e aos dos militares mortos no período de luta armada (67-74). Leite Filho entende que, se o governo conceder indenização às famílias dos desaparecidos políticos, deve também indenizar os parentes dos militares mortos nos conflitos ocorridos durante o regime militar (64 a 85).¹⁰

9 Folha de São Paulo, 26 de agosto de 1995, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/8/23/brasil/35.html> Acesso em: 02 mar. 2020.

10 Folha de São Paulo, 25 de agosto de 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/8/25/brasil/4.html> Acesso em : 04 mar. 2020.

Essa demanda ressoou no deputado federal Jair Bolsonaro do Partido Progressista Reformador (PPR-RJ) que propôs a emenda aditiva 007 ao projeto de lei 869/95, que visava indenizar familiares dos agentes do estado mortos por opositores da Ditadura. Na emenda o deputado se justifica:

A presente proposta é destinada, a exemplo do teor do teor do projeto de lei, a consolidar a democracia e possibilitar a reconciliação e pacificação nacional.

Portanto, a proposição tem como meta fundamental dar tratamento isonômico aos familiares dos agentes públicos mortos, no cumprimento de ordem emanada do estado.¹¹

Diferentemente de seu *modus operandi* atual, Jair Bolsonaro clamava a pacificação, obedecendo os jogos políticos da reconciliação do pós-ditadura. Praticando uma busca isonômica que se justificava pela equalização de culpas e crimes entre as ações armadas tanto das esquerdas quanto dos agentes estatais.

Essa concepção se baseia na teoria dos Dois demônios. Segundo o historiador argentino Emilio Crenzel (2008), essa concepção se inicia na Argentina da década de 1980, quando este país começou a criar políticas públicas para lidar com seu passado ditatorial. No Brasil, segundo Renan Honório Quinalha (2013), essa argumentação ganhou força em muitos setores da sociedade, simplificando a legibilidade do passado e por consequência as disputas relativas aos traumas da ditadura no presente da Nova República. Para essa argumentação, as ações de violência estatal eram uma resposta as forças do comunismo que desejavam instalar sua ideologia no Brasil. O próprio AI-5 se justificaria diante das ações armadas da esquerda brasileira. Mesmo que as primeiras guerrilhas datem de depois de 1969, as operações argumentativas e de memória feitas pelos mili-

11 Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=183709>. Acesso em: 09 jan. 2020.

tares e apoiadores do regime ditatorial não operam tão presas argumentações cronológicas.

Desta forma, se há dois demônios, também há duas vítimas. Neste sentido opera a emenda do deputado Bolsonaro, estabelece um outro enquadramento¹² para aqueles que foram mortos em ações da esquerda armada. Tornando-as vidas passíveis de luto através de um processo de vitimização. Criando a vítima que representa o espectro político que o deputado se situa. Por isso, Jair Bolsonaro não se opõe a existência do projeto, mas tenta reeditar a experiência da Lei de Anistia, quando esta criou uma isomorfia de perdões para culpas dismórficas.

Transformar em vítima aqueles que comumente são representados, nos empreendimentos da memória, como algozes. Desejo de vitimização que esconde uma vontade de poder, pois a vítima é por excelência uma figura de direitos, como aponta Todorov (2000) ao observar como algumas vítimas abdicam das reparações para continuar sempre em um estado de queixa. Para Daniele Giglioli (2016), a vítima é herói de nosso tempo, paradigma ético que se traduz em figura de direito. Assim, a operação de reconhecimento dessa nova tipificação de vítima da ditadura é uma economia dos lutos que dariam outra visibilidade ao passado, no qual o terrorismo de estado passaria a ser esforços de guerra.

LUTO, VERDADE E MEMÓRIA

Enquanto o deputado Jair Bolsonaro, em sua proposta, dava forma aos anseios de militares e apoiadores do regime ditatorial, o deputado Nilmário Miranda, Partido dos Trabalhadores (PT-MG), fez

12 Para Judith Butler, enquadramento da vida é a restrição da vida que permite o olhar para a mesma. Assim como uma moldura que delimita o que é uma obra de arte e o que uma parede, desta forma é processo de reconhecimento do que é vida e não é, por consequência da morte esquecida ou da passível de luto. Ver BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

propostas as emendas à luz da gramática dos direitos humanos. Miranda foi preso político durante a década de 1970 e foi fundador do PT durante a abertura política.

Nilmário Miranda propôs na emenda 001:

Acrescente-se à parte final da alínea b do inciso I do art. 4º a seguinte expressão:

b) ..., ou em quaisquer outras circunstâncias em decorrência da ação de agentes a serviço do Estado.

JUSTIFICAÇÃO A responsabilidade do Estado é caracterizada tanto pela atuação de seus agentes como pelo local em que os atos são cometidos.

Segundo o jornalista Marcelo Godoy (2014), as ações de repressão não estavam restritas aos espaços oficiais. Principalmente ações como assassinatos e desaparecimentos forçados. Desta forma, o deputado Nilmário Miranda visava expandir a capacidade investigativa da Comissão a ser formada por força da lei que estava em debate. Apesar de o PL 869 já propor uma comissão de investigação, esta seria limitada, pois o governo federal tinha cuidados para não melindrar as Forças Armadas, que ainda assombram a política da Nova República. O Projeto se baseia no reconhecimento da culpa estatal, do reconhecimento oficial das mortes dos desaparecidos e por fim no ressarcimento financeiros às famílias dos desaparecidos políticos. O direito à verdade e a memória estavam subordinados a o direito à reparação, assim os pilares da Justiça de Transição se apresentam de forma heterométrica.

A perspectiva de investigação, por consequência a busca do direito à verdade, também norteia a proposta da emenda aditiva 002, também do deputado Nilmário Miranda:

Acrescente-se ao art. 4º o seguinte inciso: IV –
Esclarecer as circunstâncias em que ocorreram as mortes ou desaparecimentos, vedada a identificação pessoal dos responsáveis.

JUSTIFICAÇÃO

Além da violência sofrida em vida, os mortos e desaparecidos têm sido objeto de calúnias, injúrias e difamações, em virtude das versões oficiais que foram divulgadas pelas autoridades a respeito de suas mortes e desaparecimentos. O caso mais notório é o do jornalista Wladimir Herzog, assassinado por agentes do Estado, mas cuja morte foi atribuída oficialmente a «suicídio». A recuperação da verdade é um imperativo de resgate da imagem das vítimas da ditadura e da história do país. A não-identificação dos responsáveis visa evitar constrangimentos que dificultariam a colaboração dos mesmos para a obtenção da verdade.

Mesmo propondo uma emenda que expande os limites do PL 869, o deputado ainda impõe a barreira dos constrangimentos. O direito à verdade e a memória, também, se encontravam subordinados aos desejos de não enfrentamento ao passado ditatorial que projeta uma iluminação na Nova República. Não se rompe com o passado nem na oposição nem na situação. Não são sombras, entulhos ou restos da ditadura, mas escolhas democráticas feitas em um período posterior.

Carlos Fico (2012) alerta para o fato de o Estado reconhecer sua culpa pelas infrações aos direitos humanos, enquanto os militares não. Para evitar “constrangimento”, os atores que criam e implementam ações, daquilo que entendemos, como Justiça de Transição, criam caminhos sem enfrentamentos.

A terceira emenda propositiva, apresentada por Nilmário Miranda, também, tem como o foco o fortalecimento da capacidade investigativa da Comissão:

Acrescente-se ao art. 7º o seguinte parágrafo
3º - E de responsabilidade da Comissão Especial a busca de informações a respeito das pessoas cuja morte ou desaparecimento seja requerido.

JUSTIFICAÇÃO O desaparecimento de pessoas visa impedir a apuração do crime praticado pelo Estado, mediante a negativa da prisão e posterior ocultação do cadáver da pessoa assassinada. Da mesma forma, a criação

de versões falsas a respeito da morte de opositores visa desinformar a opinião pública, impedindo-lhe o acesso à verdade.

Exigir dos familiares que apresentem provas sobre o desaparecimento ou circunstâncias da morte de seus parentes seria desumano. O mínimo que o Estado pode fazer é procurar esclarecer os atos praticados em seu nome.

Se os familiares fossem responsáveis pelas investigações haveria uma diminuição de casos a ser julgados pela Comissão. Uma vez que mesmo para agentes estatais fazer pesquisas em acervos dos órgãos de repressão era uma tarefa difícil, pois os arquivos estavam fechados.

As propostas de Nilmário Miranda dialogavam com as demandas dos familiares de mortos e desaparecidos políticos. Traduziam a gramática dos direitos humanos em emendas, através da busca por verdade e memória. Buscava esclarecer as mortes, o vilipêndio dos corpos, os crimes de lesa humanidade, mas mesmo assim a verdade não implicaria em ações judiciais contra os agentes que cometeram os crimes. Pois, as propostas do deputado não combatiam os pactos de memória, os acordos nacionais do período da saída dos militares do poder executivo. O deputado assume os resultados das negociações memorialísticas oriundas da transição à democracia. Como aponta Daniel Aarão Reis Filho (2004; 2014) a construção de uma reconciliação nacional se deu através de um processo de esquecimento do apoio a ditadura, como também de uma heroização dos opositores ao regime, mas abdicando de qualquer forma de busca por justiça contra os militares. Neste sentido, a heroização de um ex-presos político é um capital simbólico a ser usado nos pleitos eleitorais, por isso politicamente seria um risco romper esses pactos apontados por Daniel Aarão Reis. Desta maneira, Nilmário Miranda parece não romper com as regras do jogo com o qual vinha jogando relativamente bem.

Jair Bolsonaro propôs um luto para novas vítimas, enquanto Nilmário Miranda o direito a verdade e a memória para as antigas. Jeanne Marie Gagnebin (2012) lembra que a palavra, grega, *sema* é traduzida como signo, vestígio ou rastro, mas seu significado original é “túmulo”. Assim, os familiares dos desaparecidos estão privados de pôr seus entes em túmulos, por consequência de ter signos, rastros ou vestígios daquela pessoa amada. O luto, a elaboração, se encontra interdita. Porém, as propostas de Nilmário ao recuperar a verdade e a memória não dão sentidos a elas, transformando o trabalho de luto em algo apenas pessoal aos familiares.

Sepultar é uma experiência limiar, para Gagnebin (2010) a experiência do tempo moderno, por conta da aceleração, é carente de limiares. O sepultamento é um rito de passagem, um dos poucos ainda restantes. Assim como os familiares dos desaparecidos não cumpriram o luto, a democracia brasileira não completou o ritual de passagens que estabelece o limiar da ditadura. Neste sentido a verdade e a memória deslocada de outras medidas como as reformas institucionais ou a punição dos culpados, é um processo incompleto. Por isso, as propostas de emendas não combatem radicalmente o inconcluso processo de transição no Brasil.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Desirée de Lemos. **Ausências incorporadas**: etnografia entre familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. São Paulo: Editora Unifesp, 2018.

BRUCKNER, Pascal. **A tirania da penitência**: ensaio sobre o masoquismo ocidental. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.

CHEDIAK, Jorge. Apresentação. *In A anistia na era da responsabilização*: o Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília : Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford : Oxford University, Latin American Centre, 2011.

CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más**: la memoria de las desapariciones en la Argentina. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

DELEUZE, Gilles. **Conversações (1972-1990)**. São Paulo: Editora 34, 1992.

FERREIRA, Jorge. GOMES, Ângela de Castro. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a Ditadura Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

FICO, Carlos. Brasil: transição inconclusa. *In*: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula; GRIN, Mônica (Org.). **Violência na história, memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

GAGNABIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. *In*: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

GAGNABIN, Jeanne Marie. Entre a vida e morte. *In*: OTTE, Georg. SEDLMAYER, Sabrina. CORNELSEN (Org.). **Limiares e passagens em Walter Benjamin**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

GIGLIOLI, Daniele. **Crítica da vítima**. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2016.

GODOY, Marcelo. **A Casa da vovó: uma biografia do DOI-CODI (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar, documentos e depoimentos dos agentes do regime**. São Paulo: Alameda, 2014.

MEZAROBBA, Glenda. O processo de acerto de contas e a lógica do arbítrio. *In*: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Acerca da verdade e da mentira; O anticristo**. São Paulo: Rideel, 2005.

QUINALHA, Renan Honório. **Justiça de Transição: contornos do conceito**. São Paulo: Outras expressões, 2013.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e Sociedade: As Reconstruções da Memória. *In*: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O Golpe e a Ditadura Militar 40 Anos Depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

SALLUM JR., Brasília. O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves.

O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016. Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2018.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria.** Barcelona: Paidós Ibérica, 2000.

Ditadura, disputas de memória e o papel dos historiadores no Brasil

Ditadura e disputas pela memória

As greves do Distrito Industrial de Manaus em 1985

Vanessa Cristina da Silva Sampaio¹

INTRODUÇÃO

Na ocasião da criação e da efetiva consolidação da Zona Franca de Manaus, o discurso de desenvolvimento e ampliação de novos mercados foi muito difundido no Brasil. Entre as décadas de 1950 e 1960, onde as transformações socioeconômicas, aliadas ao Golpe Militar de 1964, legitimaram a política de integração da região Amazônica no contexto nacional, um exemplo deste reordenamento ainda no início da década de 1950, foi a criação do Plano Nacional de Reparcelamento Econômico de 1951, que visou a ampliação dos investimentos econômicos com o objetivo de acelerar o desenvolvimento nacional (LOBATO, 2016, p. 08). Neste contexto, o processo de modernização econômica se acentuou com Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, permitindo a ampliação de recursos destinados à valorização da região amazônica.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. <http://lattes.cnpq.br/4278284430765150>. E-mail: vanessa-css@hotmail.com.

Quando a industrialização, se encontra em franca expansão já na década de 1980, o Distrito Industrial, que faz parte deste processo, é palco de inúmeras greves, sobretudo, pelo pela ascensão do movimento operário brasileiro e suas influências para o restante do país. A trajetória dos trabalhadores amazonense acompanhou estas transformações e nesta conjuntura, o movimento operário começa a organizar-se e gradativamente se consolida. Através de mobilização e organização, os trabalhadores do Distrito Industrial puderam reivindicar melhores condições de trabalho e a lutar contra os abusos sofridos dentro e fora das empresas. Diante disso, pretendendo apresentar primeiramente, em que contexto político e econômico se deu a criação da Zona Franca, para em um segundo momento, me debruçar sobre as principais greves ocorridas durante a década de 1980 no Distrito Industrial de Manaus, principalmente as ocorridas em 1985.

A CRIAÇÃO DA ZONA FRANCA DE MANAUS

O modelo de Zona Franca é recente e vem se consolidando ao longo dos anos em muitas partes do mundo, produto não por acaso, do processo de acumulação de capital e homogeneização dos espaços econômicos. Partindo desde princípio, a Zona Franca de Manaus foi idealizada pelo Deputado Federal Francisco Pereira da Silva e criada pela Lei Nº3.173 de 06 de julho de 1957. Foi administrada por alguns empresários até a sua reformulação e efetivação pelo Decreto-lei Nº288 de 28 de fevereiro de 1967, onde também pelo Decreto-lei Nº 61.244 do mesmo ano foi criada a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, autarquia de autonomia administrativa, jurídica e financeira, encarregada de administrar, promover e desenvolver programas e projetos de interesse ao desenvolvimento da Zona Franca.

Com essa efetiva operacionalização, este decreto estabeleceu inicialmente, incentivos fiscais por três décadas e foi recebido

com grande euforia por diversos setores da sociedade amazonense, principalmente os industriais e comerciários. O *Jornal do Comércio* destaca que o Amazonas entrava em uma nova fase com a transformação da cidade de Manaus em Zona Franca, tendo o projeto recebido amplo apoio de políticos e autoridades locais, como do governador Danilo Areosa e do presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, João Furtado (JORNAL DO COMÉRCIO, 1967, p. 05). Ainda em 1967, algumas alterações quanto a área de jurisdição da Zona Franca, pelo Decreto-lei Nº291 que dividia a Amazônia em Ocidental, abrangendo os Estados do Amazonas, Roraima, Acre e Rondônia, com o objetivo de estabelecer faixas de fronteiras para elevar o nível de segurança. Em 15 de agosto de 1968, através do Decreto-lei Nº356, os incentivos fiscais são ampliados para toda a Amazônia Ocidental, que se efetivaram por meio de isenção de impostos.

O final de 1967 para o início de 1968 foi um período decisivo para os rumos da Zona Franca, ainda que conflitos e entraves envolvendo o governo federal e estadual, principalmente pela burocracia e divergência política, atrasassem o processo de consolidação do novo empreendimento amazônico. No entanto, levando em consideração sua importância para o desenvolvimento regional, a Zona Franca de Manaus, em 07 de outubro de 1968 entra em uma nova fase. Festejada com euforia pelas autoridades locais e contando com um grande número de tratores para um desfile comemorativo, a Zona Franca de Manaus entra em uma nova era de sua missão desenvolvimentista, com o lançamento do Distrito Industrial. Durante o ato, uma pedra fundamental, simbolizou a progresso e a chegada da industrialização no Estado, que nas palavras do governador do Amazonas, Danilo Areosa é fruto de um “trabalho efetivo e digno” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1968, p. 04).

A Zona Franca de Manaus no contexto da Ditadura Civil-Militar

Como parte de sua política desenvolvimentista, o Presidente da República Juscelino Kubistchek, promoveu a ocupação e o desenvolvimento do interior e incentivou a produção industrial, principalmente no período conhecido como “Anos Dourados”. Ainda que posteriormente, essa política tenha sido ineficiente para conter o déficit nacional, colaborou para que naquele momento, se projetasse a Amazônia na cena econômica nacional e mundial. Seguindo o reflexo do contexto nacional, o Amazonas estava em situação econômica crítica, e isso fica claro na fala do governador Plínio Ramos Coelho em sua primeira mensagem à Assembleia Legislativa, após vencer as eleições em outubro de 1954. Nesse discurso ele “ressalta a situação precária das finanças e afirma que a situação do Estado é a de uma massa falida” (UGARTE; QUEIRÓS, 2019, p. 91).

Tanto o governador Plínio Coelho, como o presidente da República Juscelino Kubistchek estavam interessados em recuperar a economia. Isto fica evidente no esforço empregado pelo presidente em se regulamentar urgentemente a criação da Zona Franca de Manaus. Na década de 1960, o contexto político está em franca convulsão, refletindo diretamente na aceleração dos índices inflacionários e na queda brusca das taxas de desenvolvimento. “É importante mencionar que em 1962 praticamente se encerra um longo período de expansão econômica no Brasil” ocasionando nos anos seguintes, sucessivas crises políticas que agravariam ainda mais a economia nacional (IANNI, 1994, p. 208). No plano econômico, uma das principais preocupações do novo presidente, residia no controle da inflação que ultrapassava índices alarmantes. Neste período, o Amazonas encontrava-se em situação semelhante, e conforme ressalta o governador, Plínio Coelho, já em seu segundo mandato, que “a maior mazela nacional é a inflação” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1964, p. 03).

Houve um amplo apoio do governo amazonense ao novo regime. Em entrevista ao *Jornal do Comércio*, Plínio Coelho ressalta a importância da “Revolução de 31 de março” (1964, p. 05). Baseados em princípios morais que considere a autoridade e a disciplina como mecanismo de segurança e progresso. Sua fala prossegue salientando a relevância desta “higienização administrativa” que situava o Brasil em uma nova conjuntura econômico-financeira. Desta forma, o programa de trabalho do governo estadual, influenciado por esta política, passaria por uma reformulação, que segundo as afirmações de Coelho, “o povo amazonense para realizar o seu destino como partícula do povo brasileiro, precisa firmar-se no trabalho agro-industrial” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1964, p. 07).

No entanto, desgastado e enfraquecido politicamente, Plínio Ramos Coelho é deposto 3 meses após o Golpe, sob acusação de corrupção administrativa. Indicado pelo presidente Castelo Branco e sendo eleito pela Assembleia Legislativa, em 27 de junho de 1964, Artur César Ferreira Reis assume o governo do Amazonas. Assim como o governo anterior, Arthur Reis esteve em consonância com os princípios da “Revolução de 31 de março” na região amazônica como desenvolvimento econômico. Nesse discurso, é possível perceber a importância da efetiva ocupação do território nacional, como estratégia de progresso ao território brasileiro. Ademais, vale enfatizar que a Zona Franca de Manaus, como modelo de crescimento econômico promoveu o avanço industrial, a inserção do mercado brasileiro na ordem internacional e a ocupação da região amazônica, contudo, apesar das inúmeras vantagens, décadas após a sua efetiva implantação e consolidação, vemos que esse avanço beneficiou apenas uma parte da população amazonense.

Greves no Distrito Industrial de Manaus na década de 1980

A Zona Franca de Manaus apresentou fases distintas pautadas, sobretudo, pelas transformações na ordem econômica internacional.

Essas etapas estão divididas em Comercial (1967-1975), Comercial e Industrial (1975-1991) e Industrial (1991- em vigor) (CARVALHO, 2009, p. 90). A conjuntura de desenvolvimento potencializou mudanças na ordem social, que a longo prazo, estabeleceu visões de consolidariam a construção de novas identidades a partir deste processo de industrialização emergente. Foi assim, neste cenário de promoção e incentivo ao crescimento econômico da região amazônica, que as empresas do ramo industrial, principalmente, passaram a explorar seus trabalhadores. “Quando o modelo Zona Franca de Manaus é consolidado, os trabalhadores se transformam nos principais personagens do mundo do trabalho na cidade” (SANTIAGO, 2010, p. 62-63).

Aliando o movimento operário e a atuação do movimento sindical, o Amazonas passa a ser influenciado, em grande medida, pelas greves que agitaram o ABC paulista a partir de 1978, numa clara demonstração de insatisfação com as condições de trabalho (MATOS, 2009, p. 119). No caso especificamente do Amazonas, o movimento operário industrial organizado começou tardiamente, assim como em outras regiões, ocorreu por volta da década de 1980. Em Manaus, a mobilização foi intensa, em especial com relação aos trabalhadores do Distrito Industrial, que no bojo das manifestações nacionais, consolidou o movimento operário amazonense. Com a vitória de Ricardo Moraes para presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus, em janeiro de 1984 pela chapa Puxirum, em oposição a Francisco Fernandes Vieira, presidente do sindicato há quase doze anos, se consolida o processo de mobilização e organização dos trabalhadores em torno das lutas operárias. Ricardo Moraes foi uma figura importante dentro do Sindicato dos Metalúrgico e por duas gestões (1984-1986 /1987-1989) ele foi um dos responsáveis pelo reordenamento político-sindical dos trabalhadores do Distrito Industrial de Manaus.

A primeira greve de grande repercussão, após a mudança na direção do Sindicato dos Metalúrgicos foi a ocorrida na empresa Sanyo, em março de 1985. Naquele momento, Manaus passava por uma onda grevista em várias categorias, a exemplo dos motoristas e cobradores do transporte público e dos professores, conforme fica explícito nos jornais de grande circulação da época, como o Jornal A Crítica e o Jornal do Comércio. Quanto à greve da Sanyo, os trabalhadores reivindicavam equiparação salarial, aumento real de 120%, estabilidade de um ano no emprego e promoção. O jornal *A Crítica* destacava que, “850 operários param a Sanyo em nova greve no Distrito (1985, p. 12). O estopim da greve foi a equiparação salarial, por que “a Sanyo paga o menor salário do Distrito Industrial, principalmente na questão da mão de obra especializada, explicou Carlos Lacerda, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos e técnico da empresa (JORNAL A CRÍTICA, 1985, p. 11).

A greve se iniciou em 25 de março, com adesão total dos trabalhadores e com os patrões dispostos a negociar, ainda que a proposta não atendesse às expectativas dos grevistas. As negociações se encaminharam lentamente e os grevistas garantiam que poderiam mobilizar outras empresas do Distrito, caso o impasse não fosse resolvido. Houve algumas contrapropostas que foram rejeitadas pelos trabalhadores, pois estavam distantes daquilo que foi reivindicado, como a estabilidade, que os patrões propuseram apenas de 90 dias. Passados alguns dias, em reunião no dia 29 de março, patrões e trabalhadores chegaram a um acordo, pondo fim à greve que parou a Sanyo. Embora as partes tenham firmado o acordo, as principais reivindicações não lograram êxito, como o aumento de 120%, bem como, a equiparação salarial com as demais empresas. De acordo com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, a conquista da estabilidade no emprego por cinco meses, efetivação das promoções e a promessa de adequação da política salarial do Sanyo foram pontos frisados pelo sindicalista como uma “conquista dos trabalhadores”, embora duran-

te a votação do acordo, muitos se manifestavam contrários à proposta. Outro ponto a ser levado em consideração foi a possibilidade de a greve ser decretada ilegal, fato que acarretaria em repressão e colocaria em risco o trabalhador e as negociações (JORNAL A CRÍTICA, 1985, p. 10).

Essa experiência foi utilizada meses depois na greve geral, ocorrida durante o dissídio coletivo. Foram os primeiros passos em direção a um movimento grevista ainda maior. Quando iniciou a campanha salarial, em maio de 1985, o clima de insatisfação era geral e se arrastava desde a greve da Sanyo. Nos meses seguintes, as discussões giravam em torno dos encaminhamentos que seriam pauta nas reivindicações. Com a abertura das negociações, patrões e metalúrgicos passaram a discutir os quatro pacotes que envolviam a campanha salarial de 1985. As negociações ocorreram durante todo o mês de julho, com poucos avanços, principalmente no quesito econômico. Os trabalhadores reivindicavam o aumento de 30% sobre o salário, redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas semanais, estabilidade, horas-extras e garantia de trabalho para as gestantes (JORNAL DO COMÉRCIO, 1985, p. 07).

As reuniões que ocorreram no decorrer dos últimos dez dias no mês de julho, entre os representantes do Distrito Industrial e o Sindicato dos Metalúrgicos, não foram suficientes para se chegar a um acordo favorável. Cerca de 10 mil operários se reuniram no dia 31 de julho de 1985, no campo da Escola Domingos Sávio e decidiram paralisar as atividades do Distrito Industrial em resposta à contraproposta dos empresários, considerada inaceitável, visto que não se aproximava das pautas reivindicadas. A greve foi anunciada como um momento histórico durante a Assembleia, quando os metalúrgicos receberam a solidariedade de diversas entidades de classe. A greve se inicia no dia 01 de agosto, e logo nas primeiras horas do dia, as principais empresas pararam, como a CCE, Moto Honda, Phillips

e Semp Toshiba e no decorrer de toda a greve, mais de 37 empresas paralisaram, de acordo com o *Jornal do Comércio*.

A princípio os empregadores estavam irredutíveis a negociar, assim como se intensificaram o policiamento nas empresas e no entorno do Distrito Industrial, com o objetivo de resguardar o patrimônio privado. Conforme os dias foram passando, mais empresas iam aderindo à greve e mais apoio os trabalhadores foram conquistando. A sociedade civil também realizou contribuições em dinheiro para o fundo de greve, assim como recebeu apoios financeiros de outros sindicatos, segundo noticiado pela grande imprensa da época, como o *Jornal A Crítica*. No decorrer da greve ocorreram muitas reuniões entre o Sindicato dos Metalúrgicos e os representantes das indústrias, mediadas pelo Tribunal Regional do Trabalho, mas nenhuma delas foi capaz de pôr fim ao impasse. Apenas a partir do dia 05 de julho que os patrões começam a ceder e reabrem as negociações, ainda que com muita intransigência. O secretário da Indústria, Comércio e Turismo, José Dutra, chegou a pedir que “os sindicatos que estão negociando – o patronal e o dos trabalhadores, cheguem a um consenso no sentido de diminuir os prejuízos dos trabalhadores, empresários e o Estado” (JORNAL A CRÍTICA, 1985, p. 11).

No dia 06 de julho, se realizou uma audiência de conciliação no TRT, onde o sindicato patronal propôs um aumento escalonado, de acordo com a quantitativo de funcionários de cada empresa, seguidos de um acréscimo de 30% sobre a proposta dos empresários, conforme foi determinado pelo juiz do TRT. O sindicato dos metalúrgicos considerou uma proposta razoável, no entanto, era preciso discutir em Assembleia Geral se o acordo seria firmado ou não. Porém, os empresários discordavam quanto ao acréscimo decidido no TRT, haveria então, uma segunda audiência de instrução e conciliação para determinar os rumos da greve. Após uma paralisação de seis dias, os operários do Distrito Industrial de Manaus, decidiram em Assembleia Geral na madrugada do dia 07 de agosto pelo fim da

greve. Ficou acordado que o piso salarial ficaria dividido em quatro faixas: Cr\$ 580 mil para fabricas de até 20 funcionários; Cr\$ 620 mil para fabricas de 21 a 200 funcionários; ; Cr\$ 660 mil para fabricas de 201 a 500 funcionários; ; Cr\$ 700 mil para fabricas com mais de 500 funcionários (JORNAL A CRÍTICA, 1985, p. 08). Após o fim da greve, paulatinamente, os operários começaram a ser demitidos, principalmente os líderes das comissões de fabricas, que estavam à frente do movimento e se articularam no dia a dia das paralisações. Em dezembro, as demissões chegaram a mais de mil, o que preocupava a direção do Sindicato dos Metalúrgicos. As greves de 1985 mostrou um operariado ainda em processo de construção, motivados pela união e pelo fazer-se enquanto classe. Articular-se em torno de reivindicações antigas e emergentes foi o que impulsionou as lutas operárias dos trabalhadores do Distrito Industrial de Manaus na década de 1980.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste breve estudo, observamos que a implementação de uma indústria de base no coração da Amazônia no contexto da Ditadura Militar permitiu a ocupação desta faixa territorial brasileira, com o objetivo de promover o desenvolvimento da região, integrando-o ao restante do país. Contrapondo este cenário, vimos também que este progresso, em alguns momentos foi unilateral e privilegiou o capital internacional com incentivos fiscais e a exploração, sobretudo, da mão de obra local. As greves no Distrito Industrial de Manaus fazem parte desta conjuntura e representam o fortalecimento das bases que legitimaram a luta dos trabalhadores industriais na década de 1980, período de transição política e de abertura democrática, que permitiu aos trabalhadores dar a voz a suas reivindicações e a lutar por direitos básicos.

Partindo desse princípio, a greve na Sanyo em março de 1985 pode ser considerada um “teste” para os trabalhadores. Foi importante por

que deu a dimensão do quanto os trabalhadores estavam mobilizados, ainda que não tenham obtido ganhos significativos, mostrou que os operários estavam se articulando entre si e se organizando enquanto classe combativa e autônoma. Ademais, os enunciados da luta operária no Distrito Industrial de Manaus que se constituiu a partir da década de 1980, enfatizou as lutas cotidianas, a exploração e as condições de trabalho no chão das fábricas, expressando cada vez mais os conflitos fabris e o processo de precarização do trabalho, mostrando que o trabalhador de sangue indígena também soube fazer greve.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Marcelo Bastos Seráfico de Assis. **O empresário local e a zona franca de Manaus: reprodução social e globalização econômica.** Tese (Doutorado em Sociologia) - Porto Alegre, 2009.
- IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**, 5ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1994.
- LOBATO, Sidney. O futuro da Amazônia: horizontes de expectativa de Artur Reis (década de 1950). **Revista franco-brasileira de geografia.** Confins (online) n. 28, 2016.
- MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**, São Paulo: Expressões populares, 2009.
- SANTIAGO, Maria Célia. **Clandestinidade e Mobilização nas Linhas de Montagem: A construção da greve dos metalúrgicos de 1985, em Manaus.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História, 2010.
- UGARTE, Auxiliomar Silva; QUEIRÓS, César Augusto Bubolz (Org.). **Trajетórias políticas na Amazônia Republicana.** Manaus: Editora Valer, 2019.

FONTES

- Jornal A Crítica.
Jornal do Comércio.

De ordem superior

Imprensa, política e autoritarismo em Teresina (1971-1975)

Carlos Alberto de Melo Silva Mota¹

INTRODUÇÃO

Ao entrarmos em contato com um texto é normal desejarmos extrair algum significado dele. Na busca por esse desejo muitas vezes nos concentramos na literalidade do discurso. Buscamos o significado da mensagem no significado das palavras usadas. Não podemos negar que esse caminho traz resultados. Todavia, se pensarmos com frieza, até mesmo a seleção das palavras pode carregar uma mensagem, o silêncio pode expressar outra mensagem, assim como uma única palavra pode levar múltiplos significado. As chaves de análise são plurais.

Nesse sentido, ao dirigirmos nossos olhos para os discursos políticos no transcurso do regime militar, buscamos situar essas narrativas tendo em vista as circunstâncias históricas e o local de onde essas falas emergiam. Observamos que, por exemplo, o uso da palavra “revolução” ou “contragolpe” para se referir ao movimento conspiracionista de 1964 é um recurso *estratégico*.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.

Empregamos o conceito de estratégia com base na leitura do historiador francês Michel Certeau, conforme sua análise isso consiste na possibilidade de um “lugar”, do qual um sujeito, dotado de poder e querer, pode gerenciar suas relações com o exterior. De forma mais clara, Certeau chama de “*estratégia* o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de poder (uma empresa, um exército, uma cidade) pode ser isolado” (CERTEAU, 1994, p. 45).

Esse local específico é entendido como um fundamento que permite uma posição privilegiada na relação com os demais, com a exterioridade, com aqueles que não estão inseridos no lugar. “Como na administração de empresas, toda racionalização ‘estratégica’ procura em primeiro lugar distinguir de um ‘ambiente’ ‘um próprio’, isto é, lugar do poder e do querer próprios”. Nesse sentido, o discurso que acompanha o poder e colabora para manutenção desse lugar isolado é entendido como estratégico, pois “permite capitalizar vantagens conquistadas” (CERTEAU, 1994, p. 94).

Situamos os sujeitos, alinhados a esse local de fala estratégico, como apoiadores primeiramente do golpe e posteriormente do regime militar. Salientamos que a edificação do golpe foi circunstanciada pela construção de um “discurso de verdade” assimilado e espalhado por diversos núcleos civis da sociedade.

Michel Foucault afirma que numa sociedade como a nossa existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso (FOUCAULT, 1979, p. 179).

Para Foucault, seria determinista a análise onde o poder se concentra numa camada superior e é deduzido para outras camadas inferiores, como se fosse o núcleo de um átomo. O historiador consi-

dera que essa análise é sempre possível, mas é sempre fácil. Foucault exemplifica o teor da sua objeção a partir da dominação de classe burguesa.

Creio que é possível deduzir qualquer coisa do fenômeno geral da dominação da classe burguesa. O que faço é o inverso: examinar historicamente, partindo de baixo, a maneira como mecanismos de controle puderam funcionar; [...] mostra quais foram seus agentes, sem procurá-los na burguesia em geral e sim nos agentes reais (que podem ser a família, a vizinhança, os pais, os médicos, etc.) e como estes mecanismos de poder, em dado momento, em conjuntura precisa e por meio de um determinado número de transformações começaram a se tornar economicamente vantajosos e politicamente úteis (FOUCAULT, 1979, p. 179).

Essa inversão permite fugirmos duma análise determinista que encontraria nos militares todo o fundamento da conspiração de 1964. Endossamos a leitura do historiador Marcos Napolitano que costura elementos civis e militares para efetivação do golpe em 1964, por ele alcunhado “carnaval das direitas”.

As ruas do centro de São Paulo ficaram tomadas por uma grande multidão, calculada em 500 mil pessoas, que empunhavam cartazes anticomunistas e contra o governo e sua agenda reformista. Patroas de cabelo laquê e empregadas domésticas não muito confortáveis estavam lado a lado, contra o fantasma do comunismo. Religiosas, políticos, lideranças de classe também estavam presentes à passeata. Organizada pela União Cívica Feminina, uma das tantas entidades femininas conservadoras e anticomunistas que existiam no Brasil da época e que passaram a ser ativistas exaltadas contra a esquerda, a marcha teve apoio de mais de 100 entidades civis (NAPOLITANO, 2014, p. 56).

A presença massiva de pessoas nas ruas deu ânimo aos grupos conspiracionistas que se opunham ao governo de João Goulart. Napolitano afirma que não era mais preciso sussurrar nos palácios, pois

agora as ruas também entoavam o mesmo discurso; por conseguinte, a ação contra o governo estaria legitimada, em nome do “povo”, materializado em praça pública (NAPOLITANO, 2014, p. 56).

Não retiramos os militares do centro da narrativa golpista, todavia afirmamos que a participação civil ajustou uma economia dos discursos que deu confiança aos conspiradores. Os militares se negavam a definir seu movimento como uma traição, se mantinham fiéis à narrativa de um contragolpe ou uma revolução que salvou o Brasil de um governo comunista.

Otávio Costa², assim como toda nata dos militares de primeiro escalão do governo, enfatizava que articulação do golpe teve base no discurso anticomunista. Destacamos aqui sua narrativa pois Otávio teve papel primordial no comando da Assessoria Especial de Relações Públicas - AERP, órgão que sob sua gestão se tornou simbólico por narrativas como o “milagre econômico”.

Basicamente, a Revolução se fundamentava no anticomunismo exacerbado, que vinha de 1935. Partia-se da convicção de que estava em marcha uma tentativa de socialização e que o agente dessa socialização era o presidente Goulart. Considerava-se que as grandes ameaças estavam nas Ligas Camponesas, nos grupos dos onze, no projeto da república sindicalista atribuído ao Goulart e, por tudo isso, Goulart e Brizola eram os grandes inimigos a combater (COSTA *apud* D'ARAÚJO, 2014, p. 1751).

O historiador Daniel Samways aponta que a busca incessante pela eliminação do suposto perigo comunista criou uma paranoia. O medo e a aversão aos seguidores da ideologia fizeram com que serviços de informação vissem seu algoz em praticamente toda socieda-

2 Octávio formou-se pela Escola Militar de Realengo em 1942, ocupando variados cargos na hierarquia do Exército desde então. Dentre sua longa trajetória destacamos o comando do Centro de Estudos de Pessoal do Exército, a chefia da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) da Presidência da República e a subchefia do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército. Saindo deste último para a reserva em 1982.

de, que devia ser vigiada e espiada em nome da ordem e segurança nacional. Samways faz referência a uma palestra proferida em 1970 na Escola Superior de Guerra - ESG, cujo o título era *Espionagem nas informações*, onde o palestrante apontava uma nova arma que deveria ser incorporada ao sistema de segurança: a telepatia. O apontamento desse recurso pode parecer estranho nos dias atuais, assim como talvez o fosse no período supracitado; contudo, os tempos de Guerra Fria ficaram marcados por uma aproximação entre o real e o imaginário, dando sentido a busca de monstros a serem eliminados com as armas cada vez mais poderosas (SAMWAYS, 2014, p. 45).

OLHOS VOLTADOS PARA O AMANHÃ: UMA ESTRATÉGIA DISCURSIVA

Dentro dessa trama os militares atribuíam a si o papel de salvadores e protetores da nação. Num discurso quase religioso tornava-se latente o desejo de ocupar essa posição no imaginário brasileiro. Essa retórica ganhou contornos bem espessos com o presidente Emílio Garrastazu Médici, em seu discurso de posse o orador adotou tal narrativa, num discurso tipificado como “messiânico”:

E, homem de fé, creio nas bênçãos de Deus aos que não têm outros propósitos que não sejam os do trabalho da vida inteira, os da justiça e os da compreensão entre os homens. E creio nos milagres que os homens fazem com as próprias mãos! E nos milagres da vontade coletiva. Creio na humanização da vida dos severinos do campo. E na solidariedade da família brasileira. Creio na alma generosa da mocidade. Creio na minha terra e no meu povo. Creio na sustentação que me haverão de dar os soldados como eu. Creio no apressamento do futuro. E creio em que, passados os dias difíceis dos anos 60, amanhecerá na década de 70, a nossa hora. E creio na missão de humanidade, de bondade e de amor que Deus confiou à minha gente. E, por que o creio, e por que o sinto, no arrepio de minha sensibilidade, é que, neste momento, sou oferta e aceitação. E aceito, neste símbolo do Governo da República, a carga imensa de angústias, de preocupações, de vigílias –

a missão histórica que me foi dada. E a ela me dou, por inteiro, em verdade e confiança, em coragem, humildade e união. E a ela me dou, com a esperança acesa no coração, que o vento de minha terra e de minha infância, que nunca me mentiu no seu augúrio, está dizendo que Deus não me faltará, está me trazendo o cheiro de minha terra e de minha gente. E, com a ajuda de Deus e dos homens, haverei de pôr na mão do povo tudo aquilo em que mais creio (MÉDICI *apud* BONFIM, 2004, p 292).

O trecho citado remete ao último tópico do discurso de Médici, onde as menções à religiosidade se tornam mais diretas, todavia todo o texto é transpassado por esses valores, personificando na sua figura um ideal superior, quase onipotente e onipresente: homem do campo; homem da fronteira; homem da família; homem do povo; homem da caserna; homem de minha terra; homem de meu tempo; homem da Revolução; homem da lei e do regulamento; e, por fim, homem de fé (MÉDICI *apud* BONFIM, 2004, p. 292).

Conforme o historiador Carlos Fico a redação desse discurso ficou a cargo do coronel Octávio Costa, na ocasião convidado para chefiar a AERP. “O discurso teve grande repercussão e provavelmente ajudou a marcar o destino de Octávio no que se refere às dificuldades que tinha para atuar no Palácio do Planalto”. Fico argumenta que, até a ocasião, o coronel era tido como “um sonhador, utópico, pretendente a poeta”, ascendendo substancialmente para coordenação “do mais significativo sistema de propaganda política que já houve no Brasil” (FICO, 1997, p. 76).

Essa forma de linguagem se tornaria o esquema geral no qual os líderes locais deveriam buscar as referências para balizar suas falas. Alberto Tavares Silva, ao tomar posse como governador do Piauí em 1971, foi direto em suas referências: “Aqui estou com minha equipe de chapéu de couro, como denominou o poeta e escritor Cel. Otávio Costa, assessor especial da Presidência da República, para iniciar o cumprimento de minha missão” (NOVO ..., 1971, p. 1).

O discurso adotado pelos líderes executivos servia como referência para as empresas jornalísticas, em grande medida alinhadas ao governo. O historiador Paolo Marconi faz referência a um depoimento de Pompeu Souza para apontar como as decisões da imprensa eram atravessadas por essas pressões econômicas e políticas: “o jornalista, o repórter, pode até ter o espírito público, espírito cívico, mas o empresário, por mais espírito cívico que tenha, tem primeiro seu capital, seu patrimônio para preservar” (SOUZA *apud* MARCONI, 1980, p. 52). O jornalista Pompeu Souza observa essas condições como uma forma de precarização da imprensa, onde até mesmo as maiores empresas estavam presas:

O governo sempre usa o seguinte recurso: ameaçar ou favorecer. É uma faca de dois gumes utilizada pelos dois lados. De um lado está o favorecimento, o pequeno favorecimento – não o favorecimento que gera a independência completa –, aquele que tira a corda do pescoço do cidadão e coloca na altura da orelha. Do outro, está a ameaça pura e simples. Exemplo: facilitar a importação de um equipamento gráfico ou impedir sua importação, ou então favorecer ou impedir o crédito para o capital de giro. Na verdade, o poder político aliado ao poder econômico que o sistema dá ao arbítrio é irresistível. Esse é um poder absoluto e nós sabemos perfeitamente que todas as empresas jornalísticas brasileiras estão submetidas a esse regime. Todas (SOUZA *apud* MARCONI, 1980, p. 52).

A historiadora Beatriz Kushnir problematiza uma memória historiográfica hegemônica que narra jornalistas como meras vítimas da censura durante o governo dos militares. A historiadora não nega a existência de trabalhadores da imprensa perseguidos pela violência do regime, todavia centraliza sua análise entre aqueles que optaram por alinhar-se ao discurso do poder, por quaisquer que fossem os motivos (medo, comodidade, simpatia).

Permanecer no palco das decisões era mais importante que a busca e a publicação da verdade. Por isso esses **jornalistas colaboracionistas** são aqui vistos como *cães de guarda*. À soleira, montaram a guarda e fizeram autocensura

no governo Médici, e mesmo antes dele, colaborando para construir e difundir uma imagem irreal, inverídica do país. E seguiram o fluxo quando o tabuleiro do poder mudou a disposição das peças (KUSHNIR, 2012, p. 52).

Essa imagem desproporcional do país invadiu as páginas de empresas jornalísticas em todo o país, dentre elas os jornais *Estado do Piauí*, *O Dia* e *O Estado*, situados na capital do Piauí. Os jornais colaboraram para difundir uma narrativa harmoniosa do estado e da federação durante os anos de recrudescimento do regime militar. Suas pautas eram autocensuradas, os jornalistas fugiam de temas que levassem a sociedade a questionar o governo, optavam por pautas otimistas de um dito Piauí caminhando para o progresso.

Conforme Anne-Marie Smith, a autocensura é uma subcategoria da censura. Em sua leitura pontua que, nesse cenário, o jornalista sabe que existe algo a dizer, mas não diz. Não é o silêncio da ignorância ou falta de discernimento, e sim o da abstenção consciente. Os resultados, para o público, são semelhantes aos da censura em termos de manipulação do conhecimento e do entendimento, mas com frequência acrescenta-se o elemento de que o público sequer sabe que lhe está sendo negada a informação. Isso representa um nível mais alto de distorção ao qual ele está sendo submetido. Conforme a autora, o público é uma vítima evidente tanto na censura quanto na autocensura (SMITH, 2000, p. 138).

O jornal *Estado do Piauí* adotou como cerne da sua narrativa ideia de um renascimento do Piauí. Associava-se aos líderes políticos uma narrativa otimista, semelhante ao artifício utilizado no discurso de posse do presidente Garrastazu Médici, por vezes fazendo utilizando passagens religiosas

Nestas condições é de se esperar que o governo que se instala em condições invejáveis sob o ponto de vista de independência, na escolha de seus secretários acabe mesmo com os favoritismos que nos dois passados governos

(Petrônio e Helvídio) oficializaram o Estado. [...] O fato do ilustre Senhor Governador não ter composto todo o seu secretariado tem sido motivo de comentários e zum-zum-zum contra a atual administração. Mas achamos que sua excelência está certo, esperando que o seu Secretário de Finanças seja indicado por sua excelência o Senhor Ministro da Fazenda uma vez que o primeiro indicado desistiu. [...] Se o governador Alberto Silva tivesse a mentalidade dos governos oligárquicos, ele não hesitaria um só instante, já teria convidado os economistas, os juristas do grupo sindicalizado, que andam por aí farejando que só cão vira-lata (O GOVERNADOR... 1971, p. 1).

Observamos que até mesmo a atitude do governador em não escolher um nome para o secretariado de finanças é motivo de elogio e distinção, em relação aos antigos mandatários. Conforme essa narrativa, a decisão de Alberto seria um indicador de uma mentalidade diferente que permitiria o Piauí avançar, não perdendo de vista a comparação com os governos passados, cuja marca seria a corrupção e troca de favores: “foram roubos maiores do que as Sete Pragas do Egito. Repetimos, há esperança de maiores dias para o Piauí com governo que se inicia” (O GOVERNADOR... 1971, p. 1).

É interessante notarmos a narrativa religiosa entrando em pauta, ao ser invocada a ideia de “Pragas do Egito”, que aliás foram dez, conforme a narrativa bíblica. É curioso observarmos o alcance dessa analogia, tendo em vista que essas pragas são interpretadas como calamidades que antecederam a libertação do povo hebreu, até então escravizado pelo faraó egípcio; conforme a narrativa bíblica, após as pragas deu-se o êxodo dos filhos de Israel que se encontravam em situação de aflição, achando na fé a força motriz para cruzar o deserto com destino a terra santa. Nessa analogia, que pode parecer desprezível dentro do texto, observamos a associação do governo de Alberto Silva a um período de redenção, onde o povo piauiense cruzaria seu deserto com destino ao lugar ideal, para tanto precisaria ter fé e fazer sacrifícios, pois só assim milagre aconteceria.

O jornal *O Estado*, por sua vez, preconizava em suas matérias o uso da “cidade como artefato”. Essas narrativas textuais e visuais apropriavam-se da cidade como simbologia de um projeto político. Nessas circunstâncias é importante observar a representação que passava-se dar à cidade de Teresina, entendida pelo governador como pretensão “cartão de visitas” do estado. Para elevação da capital ao status de centro irradiador do projeto em execução, articula-se um valioso investimento, tendo em vista a adequação visual de espaços públicos aos preceitos desejados.

O governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Teresina firmaram convênio, na manhã de ontem; mediante o qual valores na ordem de Cr\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil cruzeiros) serão investidos em obras de urbanização e embelezamento da Cidade durante o atual exercício financeiro.

As obras a serem executadas constarão de desapropriação; recuperação; pavimentação; arborização; fontes de climatização com espelho d’água e iluminação ornamental das principais praças e avenidas da metrópole (TERESINA ... 1971, p. 8).

Conforme a historiadora Maria Stella Bresciani a tentativa de centralização de uma narrativa de progresso com base na cidade evidencia, em grande medida, à redução do valor do indivíduo, do *ego* (BRESCIANI, 2004, p. 10). Numa interlocução com Giulio Carlo Argan, a historiadora argumenta que a realidade deixa de ser mensurada em escala humana, podendo apenas ser pensada, concebida e compreendida pelo homem; numa ilusão de manter-se no centro o indivíduo confabula um mito:

O mito do sublime e do terrífico, não mais representado pelas forças cósmicas, transfere-se para as forças tecnológicas, portanto humanas, que submetem as forças cósmicas e as utilizam. É assim que o homem faz da sua técnica um mito, e o que é pior, um mito novamente tectônico (ARGAN *apud* BRESCIANI, 2004, p. 10).

Para Bresciani, projeta-se na técnica a ideia de um poder transformador das condições de vida urbana e moldador do cidadão, “essa aposta humana na potencialidade da técnica disponível certamente subjuga o homem e parece ganhar autonomia”. Nessa leitura a cidade é entendida como um espaço construído e objetivado, cujas potencialidades são praticamente ilimitadas. A base dessa argumentação é transpassada por um fundamento decepcionante, “a moderna intenção de projetar a cidade para um futuro que não nos pertence” (BRESCIANI, 2004, p. 12). Nesse sentido, ao falar-se sobre o intuito de “embelezar Teresina”, novamente se desloca os olhos dos cidadãos para uma projeção otimista do futuro e se esmaece o presente.

Quanto ao jornal *O Dia*, dentre os periódicos analisados é o único que se mantém funcionando até os dias atuais, observamos em suas páginas uma economia dos discursos integrando o projeto estadual ao plano federal. Ressaltando o vínculo entre essas diretrizes e a necessidade de trajetórias harmônicas para consolidação dos objetivos desejados.

O Brasil só será uma grande nação e o Piauí só será grande dentro desta nação se os piauienses se juntarem a todos brasileiros no esforço comum que estamos realizando e como está fazendo o atual Governo do Piauí na grande arrancada para o desenvolvimento (GENERAL... 1973, p.1).

Esse tipo de narrativa carrega uma eficácia comunicativa complexa pois se baseia num mito pósteros, conforme adverte Carlos Fico, projeta no futuro um tempo de êxitos, de alguma forma, conquistando a aceitação do público (FICO, 1997, p. 77). Prende-se o receptor na idealização de um futuro hipotético, onde o discurso do poder anuncia, através dos meios de comunicação, diretrizes a serem seguidas para alcançar aquele destino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse estudo buscamos apontar, no recorte selecionado, como as construções discursivas não estão isoladas do universo político. As palavras são compreendidas como elementos dotados de potência e portadores de múltiplos significados. Ademais tentamos penetrar nas entrelinhas do texto e captar como a circunstância na qual ele está inserido é capaz de influenciar na sua produção.

Articulamos conceitos como *estratégia* e *microfísica do poder* para compreender como o discurso pode influenciar e também é influenciado pela sociedade. Consideramos que esses dois elementos não podem ser isolados na conjuntura política. Observamos que o poder é fruto de uma economia dos discursos que o permite emergir e lhe dá credenciais para praticar atos. Salientamos que os atos praticados não são necessariamente proporcionais aos discursos que o legitimam, tendo em vista que o poder é corruptível, todavia isso não inocenta os propulsores dos discursos. Tal observação é forte e adverte para a importância do cálculo ao escolher apoiar uma narrativa.

Consideramos que o uso de um local de fala para apoiar um governo político é um recurso que perpetua a hegemonia e colabora para criação de legitimidade. Podemos entender que o silêncio perante situações de arbitrariedade é uma negligência. Uma narrativa seletiva que opta somente pelo lado da reverência aproxima-se mais da propaganda política que do jornalismo.

Ressaltamos que os elementos aqui destacados fazem parte de uma pesquisa iniciada ainda em 2016, a princípio como um projeto de iniciação científica (Política e imprensa: década de 1970); posteriormente esse trabalho foi ampliado como monografia (Tome nota: discursos políticos na imprensa teresinense); e desde 2019 vem sendo lapidado sob o formato de dissertação de mestrado (Por

dentro da pauta: discursos políticos na imprensa de Teresina). Em todas essas etapas o trabalho teve a orientação da professora doutora Cláudia Cristina Fontineles.

REFERÊNCIAS

- BRESCIANI, Maria Stella. A cidade: Objeto de estudo e experiência vivenciada. **Revista Estudos Urbanos e Regionais**. V. 6, N. 2, 2004.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994.
- D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). **Visões do Golpe: 12 depoimentos oficiais que articulam o golpe militar de 1964**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (e-book), 2014.
- FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GENERAL Rodrigo Otávio: O Piauí Serve de Exemplo a todo o Brasil. Teresina: **O Dia**. 30 ago. 1973, p. 1.
- KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda: Jornalistas e Censores do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora, 1980.
- BONFIM, João Bosco Bezerra. **Palavra de Presidente: Discursos de posse de Deodoro a Lula**. Brasília: LGE Editora, 2004.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- NOVO Governo. Teresina: **Estado do Piauí**, 18 mar. 1971, p.4.
- O GOVERNADOR está certo. Teresina: **Estado do Piauí**. 01 abr. 1971, p. 1.
- SAMWAYS, Daniel Trevisan. **Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional**

de Informações (1970-1973). Curitiba: Biblioteca de Ciências Humanas e Educação – UFPR, 2014.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado**: O consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

TERESINA será o cartão de visitas do Piauí. Teresina: **O Estado**. 08 jul. 1971, p. 8.

Índice Remissivo

A Luta, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249.

Arquivo, 16, 17, 20, 65, 78, 80, 81, 82, 84, 114, 116, 117, 118, 120, 123, 128, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 205, 218, 229, 263, 264, 282.

Câmara dos Deputados, 269, 272, 276.

Campo Maior, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 24, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249.

Cinema, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 23, 24, 27, 28, 34, 63, 64, 71, 127, 169, 218, 219, 221, 222, 230, 231, 248.

Crateús, 251, 255, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268.

Crianças, 66, 146, 158, 173, 181, 182, 183, 184, 185, 183, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 206, 265.

Crimes, 39, 89, 135, 136, 137, 138, 141, 151, 153, 154, 159, 160, 164, 204, 205, 210, 211, 212, 213, 229, 271, 272, 273, 274, 278, 282.

Cristianismo, 251, 254, 256, 257, 262, 268, 273.

Distrito Industrial de Manaus, 289, 290, 293, 294, 297, 298, 299.

Ditadura [civil-militar; militar], 27, 29, 30, 31, 37, 41, 42, 43, 44, 48, 65, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 97, 101, 201, 202, 204, 205, 209, 210, 212, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 239, 261, 263, 264, 266, 269, 270, 271, 272, 273, 275, 278, 279, 281, 282, 283, 284, 289, 292, 298, 313.

Educação Moral e Cívica, 29, 31, 40.

Embrafilme, 13, 14, 16, 17, 20, 25.

Feminismo, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 86, 87, 88.

Gênero, 23, 29, 31, 33, 35, 36, 39, 40, 77, 80, 83, 88, 97, 100, 101, 102, 103, 107, 109, 110, 132, 133, 137, 142, 153, 164, 165, 167, 168.

Imprensa, 8, 31, 47, 48, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 103, 130, 136, 155, 168, 205, 233, 238, 242, 249, 250, 297, 301, 307, 312, 313, 314.

Iracema, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28.

Memória, 4, 7, 8, 19, 20, 27, 41, 42, 43, 44, 45, 55, 57, 79, 88, 91, 170, 172, 183, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 221, 223, 224, 229, 230, 231, 232, 250, 269, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 289, 307.

MST, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215.

Nova República, 212, 269, 269, 270, 273, 278, 280, 281, 285.

Televisão, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 93, 94, 184.

Vigilância, 34, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 87, 88, 110.

Realização



Apoio



Este livro foi composto em fonte Minion Pro,
em e-book formato pdf, com 316 páginas
Dezembro de 2020



VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

**EDUCAÇÃO
MORAL
E CÍVICA**

Livro com artigos apresentados no VI Seminário Internacional História e Historiografia, nos seminários temáticos “**Ditadura civil-militar brasileira, comportamento e políticas do cotidiano**”, “**Fontes, imaginação e narrativas do passado**”, “**Ditaduras militares na América Latina, transições democráticas e usos políticos do passado**” e “**Ditadura, disputas de memória e o papel dos historiadores no Brasil**”. Os textos aqui reunidos trazem análises sobre o período da Ditadura no Brasil a partir de fontes tradicionais e dos arquivos abertos ao público a partir da década de 1990, bem como o impacto da ascensão da extrema-direita na atualidade, reflexo do período de autoritarismo.

